



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 998

Quinta-feira - 24 de Maio de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Biguaçu	6
Caçador	7
Camboriú	12
Campo Alegre	14
Campos Novos	16
Canoinhas	16
Catanduvas	25
Chapadão do Lageado	25
Concórdia	26
Cordilheira Alta	26
Corupá	31
Curitibanos	34
Ermo	36
Eral Velho	37
Forquilha	42
Fraiburgo	51
Garuva	56
Gaspar	57
Governador Celso Ramos	57
Herval d'Oeste	57
Ibiam	66
Imbituba	80
Iomerê	83
Irineópolis	86
Itaiópolis	87
Itapoá	87
Joaçaba	88
Lages	92
Lauro Muller	92
Lebon Regis	94
Leoberto Leal	95
Lindóia do Sul	104
Luzerna	104
Maracajá	105
Morro da Fumaça	106
Navegantes	106
Nova Trento	109
Novo Horizonte	112
Paial	113
Palhoça	113
Palmitos	113
Passo de Torres	114
Paulo Lopes	115
Pinheiro Preto	116
Porto União	116
Rio do Sul	118
Salto Veloso	121
São Bento do Sul	122

São Lourenço do Oeste	123
Schroeder	129
Siderópolis	130
Timbó	131
Três Barras	137
Tunápolis	139
Turvo	155
Vargeão	155
Videira	155
Vitor Meireles	172

Consórcios

CIGA	174
CINCO	174

Antônio Carlos

PREFEITURA

Aviso de Licitação N° 082/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 082/2012; Modalidade: Pregão Presencial nº 054/2011 - Registro de Preços; Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: Aquisição parcelada de produtos de consumo (material de limpeza e utensílios domésticos) para cozinha da Secretaria de Administração e Finanças do Município de Antônio Carlos, de acordo com as especificações e quantitativos constantes no anexo I deste edital; Abertura: 06/06/2012 as 09:00 (nove) horas .

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no email administracao@anotniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 23 de Maio de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Guilherme Noronha e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Aviso Processo Seletivo Público Nº 003/2012
AVISO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

Processo Seletivo: nº. 003/2012; Objeto: Processo seletivo para o preenchimento de Cargo na Secretaria Municipal de Saúde, admitido em caráter temporário, regido pela Lei Municipal nº 558/1992 e suas alterações; Período de inscrição: 24 de maio a 11 de junho de 2012. Data da prova: dia 15 de junho de 2012. Cargo: Psicólogo, para trabalhar no Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF). Inscrições: Biblioteca da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

Antônio Carlos, 23 de maio de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Demonstrativo da Despesa com Pessoal

MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2011 A ABRIL/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	596.710,35	0,00
Pessoal Ativo	596.710,35	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2011 A ABRIL/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	596.710,35 0,00	0,00 0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	596.710,35	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	596.710,35	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	20.011.517,53	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	2,98	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	1.200.691,05	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	1.140.656,50	
FONTE: CAMARA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Quadro Demonstrativo do Comportamento Orcamentário e Financeiro

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

Quadro Demonstrativo do Comportamento Orcamentário e Financeiro

Betha Sistemas

Página: 1/1

Exercício de 2012

Mês: Abril

Mes	COMPORTAMENTO ORCAMENTARIO				COMPORTAMENTO FINANCEIRO ATÉ O MÊS		
	Receita	Despesa	Déficit / Superávit		Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Déficit/ Superávit
			Valor	Acumulado			
Janeiro	87.000,00	70.547,82	16.452,18 S	16.452,18 S	49.685,17	5.802,54	43.882,63 S
Fevereiro	83.000,00	47.232,63	35.767,37 S	52.219,55 S	83.439,62	7.499,76	75.939,86 S
Marco	83.000,00	54.701,58	28.298,42 S	80.517,97 S	112.644,08	10.980,31	101.663,77 S
Abril	83.000,00	48.551,28	34.448,72 S	114.966,69 S	142.855,83	9.444,49	133.411,34 S
Maio							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							
TOTAL	336.000,00	221.033,31	114.966,69 S	114.966,69 S	142.855,83	9.444,49	133.411,34 S

VILSON ANTONIO GELSLEICHTER
Presidente da Camara

JUCILENE AP. M. SCHMITZ
Contadora CRC/SC-025973/O-3

Biguaçu

PREFEITURA

Aviso de Pregão (Presencial) 005/2012- Famabi

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 005/2012- FAMABI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA AMBIENTAL PARA ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO AMBIENTAL, COM ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA, SOBRE SITUAÇÃO DE EXTRATAÇÃO MINERAL DE AREIA EM LEITO DO RIO, NA LOCALIDADE DE SOROCABA DE DENTRO, BIGUAÇU, INFORMANDO SE ESTA ATIVIDADE POTENCIALMENTE POLUIDORA É RESPONSÁVEL OU NÃO PELA EROSÃO DAS MARGENS DO RIO INVERNINHO.

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 16:00 horas, do dia 13 junho, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:30 horas, do dia 13 junho, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 22 de maio de 2012.
HENRIQUE DE AZEVEDO
Superintendente Da FAMABI

Aviso de Pregão (Presencial) 105/2012- PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 105/2012- PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADOS PARA INSTALAÇÃO NO REFEITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.
Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 13:30 horas, do dia 12 junho, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 12 junho, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 22 de maio de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Aviso de Pregão (Presencial) 120/2012- PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 120/2012- PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA RECUPERAÇÃO DA REDE DE INFORMÁTICA DA E.B.M FERNANDO B. VIEGAS DE AMORIM.

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 13:30 horas, do dia 13 junho, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 13 junho, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 22 de maio de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Aviso de Pregão (Presencial) 13/2012- Fma

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 13/2012- FMA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE IMPRESSORA E NOBREAK PARA USO DO FUNDO MUNICIPL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE BIGUAÇU.
Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 15:30 horas, do dia 12 junho, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 12 junho, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 22 de maio de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.230

DECRETO nº 5.230, de 11 de maio de 2012.
Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Leis Complementares nºs 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e 235/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 1.760,00 m² (um mil e setecentos e sessenta metros quadrados), objeto do Registro nº 2.908, do R. I. desta Comarca, localizado na Avenida Barão do Rio Branco com a Rua Rui Barbosa, Centro, nesta cidade, de propriedade de Hilda Luiza Roveda Amarin, Maria Helena Roveda Pereira, Agropecuária Angelita Ltda, Juliano Fleck Roveda, Danielle Roveda Busato e Marielle Roveda, ficando após o desmembramento constituído de quatro lotes, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - Lote "1" com 344,00 m² (trezentos e quarenta e quatro metros quadrados), confrontando: ao Norte, com Maria Augusta David, medindo 11,18 metros; ao Leste, com o Lote nº 2, medindo 33,12 metros; a Sul, com a Rua Rui Barbosa, medindo 12,10 metros; e ao Oeste, com a Avenida Barão do Rio Branco, medindo 28,50 metros. Possui uma construção de alvenaria, dividida em dois apartamentos, duas lojas e duas sobre-lojas, com as seguintes medidas:

- a) apartamento 01, com 160,22 m² (cento e sessenta metros e vinte e dois decímetros quadrados);
- b) apartamento 02, com 205,88 m² (duzentos e cinco metros e oitenta e oito decímetros quadrados);
- c) loja 01, com 132,93 m² (cento e trinta e dois metros e noventa e três decímetros quadrados);
- d) loja 02, com 194,31 m² (cento e noventa e quatro metros e trinta e um decímetros quadrados);
- e) mezanino 01, com 132,93 m² (cento e trinta e dois metros e noventa e três decímetros quadrados);
- f) mezanino 02, com 122,87 m² (cento e vinte e dois metros e oitenta e sete decímetros quadrados);
- g) escadas dos três pavimentos somando 54,57 m² (cinquenta e quatro metros e cinquenta e sete decímetros quadrados), totalizando como área construída do prédio 1.003,71 m² (um mil, três metros e setenta e um decímetros quadrados).

II - Lote "2" com 410,00 m² (quatrocentos e dez metros quadrados), confrontando: ao Norte, com Maria Augusta David, medindo 11,56 metros; ao Leste, com o Lote nº 3, medindo 37,89 metros; ao Sul, com a Rua Rui Barbosa, medindo 12,50 metros; e a Oeste, com o Lote nº 1, medindo 33,12 metros; Possui uma construção em alvenaria.

III - Lote "3" com 449,00 m² (quatrocentos e quarenta e nove metros quadrados), confrontando: ao Norte, com Maria Augusta David, medindo 11,18 metros; ao Leste, com o Lote nº 4, medindo 42,51 metros; a Sul, com a Rua Rui Barbosa, medindo 12,10 metros; e ao Oeste, com o Lote nº 2, medindo 37,89 metros. Possui uma construção em alvenaria.

IV - Lote "4" com 557,00 m² (quinhentos e cinquenta e sete

metros quadrados), confrontando: ao Norte, com Maria Augusta David, medindo 12,17 metros; ao Leste, com Júlio Cezar, Rosemeri Tecchio e Luciane Tecchio, medindo 47,70 metros; a Sul, com a Rua Rui Barbosa, medindo 13,60 metros; e ao Oeste, com o Lote nº 3, medindo 42,51 metros. Possui uma construção em alvenaria.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 4.975, de 02 de setembro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de maio de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5.236

DECRETO nº 5.236, de 17 de maio de 2012.

Retifica dispositivos do art. 1º do Decreto nº 5.223/2012, que Designa Comissão Especial de Julgamento da Concorrência nº 04/2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, incisos VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990,

DECRETA:

Art. 1º Ficam retificados os Servidores Públicos Municipais designados pelo Decreto nº 5.223, de 08 de maio de 2012, para comporem a Comissão Especial de Julgamento da Concorrência nº 04/2012, para contratação de empresa especializada para construção da Praça de Esporte e Cultura, anexa ao CAIC, no Bairro Martello, passando a serem designados os seguintes Servidores:

- I - Antonio Carlos Castilho;
- II - Newton Marçal Santos;
- III - Carolina Fruet de Lima.

Art. 2º A Comissão reunir-se-á no dia 15 de junho de 2012, no Setor de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Brasília, nº 1.111, nesta cidade.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de maio de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

Aviso de Licitação Concorrência 05-2012 Prefeitura
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CAÇADOR/SC
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 76/2012
 EDITAL: Concorrência nº 05/2012
 TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa habilitada para construção de uma Ponte sobre o Rio Caçador à Rua José Gioppo (Ponte Mandelli) com 25,00m por 12,10m de largura, conforme projetos e memoriais.

Recursos de Convênio: Governo de Santa Catarina e Município de Caçador.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até 14h00min do dia 28/06/2012.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 28/06/2012.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Avenida Santa Catarina, 195, no site www.cacador.sc.gov.br ou no e-mail: licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 22 de Maio de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal

Aviso de Revogação de Licitação Pr 44-2012 Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
 DIVERSAS SECRETARIAS
 AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Revoga-se o processo Licitatório nº 67/2012 EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2012 TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL. OBJETO: Contratação de empresa autorizada para prestação de Serviço Móvel Pessoal - SMP e fornecimento de 90 (noventa) códigos de acesso devidamente ativados, associados a um plano pós-pago de serviços num total estimado de 30.000 minutos/mês para ligação VC/VC1, VC2 E VC3 com aplicação da portabilidade dos números existentes aos órgãos da administração direta, indireta, autarquias, fundos e fundações do Município de Caçador, conforme especificações deste edital e seus anexos. Para melhor adequação do objeto ao interesse público.

Caçador, 22 de maio de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal

Edital de Contribuição de Melhoria Número 31/2012
EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NÚMERO 31/2012

CAUÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) protocolado sob o nº 1.596/2012, de proprietários de imóveis lindeiros à Rua JOSÉ BENTO TRISTÃO, no bairro Santa Catarina, solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o Código Tributário Municipal – Lei 54/83 – artigos 70, II e 71.

As obras de pavimentação asfáltica com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente serão realizadas na Rua JOSÉ BENTO TRISTÃO, no bairro Santa Catarina, partindo da Rua SÃO PAULO até chegar ao seu final, com área total de pavimentação igual a 1.345,15 m² e somatório das testadas igual a 332,30 metros lineares.

CARACTERIZAÇÃO DA RUA:

Nome: JOSÉ BENTO TRISTÃO

Bairro: SANTA CATARINA

Somatório de testadas: 332,30 metros lineares

Área de pavimentação: 1.345,15 m²

MEMORIAL DESCRITIVO

As obras compreenderão a execução dos seguintes serviços:

Serviços de regularização da pista

Transporte de materiais

Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente e Dimensionamento conforme Planilha de orçamento descrita abaixo.

Serviços de Sinalização

DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização, da ordem de 100% (cem por cento) do custo das obras, até o limite da valorização imobiliária, a ser apurada mediante avaliação de comissão especialmente nomeada para este fim pelo Prefeito Municipal, nos termos do disposto no art. 69, § 2º do Código Tributário Municipal.

ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

A determinação do custo da obra do presente Edital refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descritivo acima, e de acordo com os custos especificados em anexo, nos quais se encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades, custos unitários e totais, resultando ao final o custo da obra, além dos valores de cobrança da Contribuição de Melhoria por metro linear de testada, conforme discriminação constante do quadro a seguir:

ESPECIFICAÇÕES E SERVIÇOS	UN	QTDE.	CUSTO UNITÁRIO R\$	CUSTO TOTAL À VISTA R\$
Locação com aparelho topográfico	M	167,80	0,47	78,87
Regularização e compactação subleito	M2	1.345,15	1,49	2.004,27
Escavação mecânica em material de 1ª categoria	M3	32,36	1,95	63,09
Drenagem Pluvial com tubos de 0,30m	M	179,75	20,24	3.638,14
Reaterro de valas com brita 2	M3	19,65	44,00	864,58
Bocas de Lobo	UN.	5,00	785,46	3.927,30
Camada de Brita 2 para forro (nivelada e compactada)	M³	48,43	44,00	2.130,72
Camada de Macadame Seco (nivelada e compactada)	M³	193,70	44,00	8.522,87
Camada Base de Brita Graduada (nivelada e compactada)	M³	129,13	44,00	5.681,91
Imprimação com CM- 30	Ton.	1,78	2.090,00	3.724,49
Pintura de Ligação com RM 1C	Ton.	1,11	1.210,00	1.339,87
Camada Asfáltica com CAUQ.	Ton.	168,14	133,77	22.492,98
Meio Fio de Concreto Simples (moldado in loco)	MI.	335,60	33,64	11.290,93
Sinalização Horizontal	M2	67,12	19,51	1.309,71
Sinalização Vertical	UN.	6,00	151,16	906,94
Custo com equipamentos e maquinas	Vb.	1,00	20.393,00	20.393,00
			SUBTOTAL	88.369,67



PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA (INCENTIVO)				44.184,83
			TOTAL	44.184,83

DIMENSIONAMENTO:

Forro= 3,00cm;

Macadame seco= 12,00cm;

Base de brita graduada = 8,00cm; e

Capa (Camada de CAUQ) = 5,00cm.

VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA INDIVIDUAL

O custo da contribuição de melhoria para o contribuinte foi calculado de conformidade com o disposto na Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) no caput do seu art. 74 como segue abaixo:

$$CMI = VO \times AI / SAT$$

SENDO:

CMI = Valor a ser pago individualmente a título de Contribuição de Melhoria

VO = Custo Total da Obra

AI = Testada em metros lineares do imóvel

SAT = Somatório das testadas em metros lineares de todos os imóveis beneficiados com a obra pública.

CUSTO METRO QUADRADO = R\$ 32,85 /m2.

CUSTO METRO LINEAR = R\$ 132,97 /ml (sem a mão-de-obra) 1.

OBSERVAÇÕES

6.1 – É fixado o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital para a impugnação pelos proprietários de qualquer dos elementos nele referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova, devendo fazê-lo por meio de petição escrita e protocolada no setor competente da Prefeitura Municipal.

6.2 – Ficam cientificados os proprietários interessados que, antes do início das obras de pavimentação, deverão providenciar as novas ligações domiciliares de água ou outro motivo qualquer, conforme especifica a Lei 54/83 de 15/12/83 (Código Tributário Municipal), em seu artigo 53, § 3º.

6.3 - O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

6.4 - Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2o, o valor total da Caução do presente projeto é de no mínimo 70% (setenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

6.5 - Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de 10% (dez por cento) e no máximo de 80% (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a 70% (setenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

6.6 - A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes e relacionados no item 07 abaixo, mediante emissão de DAM – Documento de Arrecadação Municipal a ser expedido pelo setor competente da prefeitura:

1 O valor do metro linear foi obtido pela divisão do valor total da obra (R\$ 44.184,83) pela somatória das testadas dos imóveis beneficiados pela pavimentação, (332,30).

BANCO	SICOOB/SC - AGÊNCIA 3038
NOME DA CONTA	RUA JOSÉ BENTO TRISTÃO
Nº DA CONTA	21.576-7

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1o e 4o do artigo 69 da lei 54/83;

Início das obras de pavimentação da rua;

6.6 - Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo com o § 3o do art. 71 da lei 54/83. Executada a obra a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.

6.7 - Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM A RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

PROPRIETÁRIOS	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA DO IMÓVEL	VALOR (R\$)
CARLOS ANTONIO CORRENTE	001.06.0055.0315.001	12,00	1.595,60
DONATO CIVEIRO	001.06.0154.0041.001	19,20	2.552,96
DONATO CIVEIRO	001.06.0001.0234.001	12,00	1.595,60
DONATO CIVEIRO	001.06.0001.0260.001	25,50	3.390,65
ECLAIR GERALDO DE SOUZA	001.06.0154.0009.001	10,00	1.329,67
ELEONOR SITA	001.06.0055.0387.001	12,00	1.595,60
ERONI TEREZINHA BIANCHI VEZARO	001.06.0055.0327.001	12,00	1.595,60
FRANCISCO CARLOS PETRYKOSKI	001.06.0055.0279.001	12,00	1.595,60
FRANCISCO CARLOS PETRYKOSKI	001.06.0001.0222.001	12,00	1.595,60
FRANCISCO DE AMORIN	001.06.0055.0351.001	12,00	1.595,60
FRANCISCO DE AMORIN	001.06.0055.0339.001	12,00	1.595,60
GELSON JOÃO TESSER	001.06.0001.0210.001	14,50	1.928,02
GILMAR CAMILO NUNES	001.06.0055.0291.001	12,00	1.595,60
GUIOMAR DE OLIVERIA PINTO PAULEK	001.06.0055.0363.001	12,00	1.595,60
LEONILDA RIBEIRO MULLER	001.06.0055.0267.001	32,00	4.254,93
LUIZ VICENTE BRUSCO	001.06.0001.0287.001	26,90	3.576,80
MARIA ANDRI GUETTI	001.06.0055.0303.001	12,00	1.595,60
MARIZETE THEVES	001.06.0055.0375.001	12,00	1.595,60
MAURICIO DONIZETE DOS SANTOS	001.06.0055.0427.001	12,00	1.595,60

OSMAR AGOSTINHO GONÇALVES DIAS	001.06.0001.0301.001	14,20	1.888,13
RUA EXISTENTE		6,00	797,80
SOLANGE PEREIRA DE FREITAS	001.06.0001.0315.001	14,00	1.861,53
VANDERLEI AGOSTINHO NORDIO	001.06.0001.0329.001	14,00	1.861,53
TOTAL		332,30	44.184,83

Caçador (SC), Maio de 2012.
SECRETARIA DA FAZENDA

TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO

Os proprietários de imóveis localizados na Rua JOSÉ BENTO TRISTÃO, no bairro Santa Catarina, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no inciso II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que CONCORDAM com os termos do Edital de Caução nº 31/2012, publicado no site <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade correspondente a 50% (cinquenta por cento) do orçamento da obra:

PROPRIETÁRIOS	Nº CPF	ASSINATURA
CARLOS ANTONIO CORRENTE		
DONATO CIVEIRO		
ELEONOR SITA		
ERONI TEREZINHA BIANCHI VEZARO		
FRANCISCO CARLOS PETRYKOSKI		
FRANCISCO DE AMORIN		
FRANCISCO DE AMORIN		
GILMAR CAMILO NUNES		
GUIOMAR DE OLIVERIA PINTO PAULEK		
LEILA SCHIMDT SOUZA		
LEONILDA RIBEIRO MULLER		
MARIA ANDRIGUETTI		
MARIZETE THEVES		
MAURICIO DONIZETE DOS SANTOS		

Edital de Contribuição de Melhoria Número 37/2012 EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NÚMERO 37/2012

CAUÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) protocolado sob o nº 1.035/2012, de proprietários de imóveis lindeiros à Rua JOAQUIM FERNANDES DE LARA, no bairro dos Municípios,

solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o Código Tributário Municipal – Lei 54/83 – artigos 70, II e 71.

As obras de pavimentação asfáltica com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente serão realizadas na Rua JOAQUIM FERNANDES DE LARA, no bairro dos Municípios, partindo da Rua Criciuma até chegar ao seu final com a Rua Presidente Costa e Silva, com área total de pavimentação igual a 1.551,23 m² e somatório das testadas igual a 384,95 metros lineares.

CARACTERIZAÇÃO DA RUA:

Nome: JOAQUIM FERNANDES DE LARA
Bairro: MUNICIPIOS
Somatório de testadas: 384,95 metros lineares
Área de pavimentação: 1.551,23 m²

MEMORIAL DESCRITIVO

As obras compreenderão a execução dos seguintes serviços:

Serviços de regularização da pista

Transporte de materiais

Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente e Dimensionamento conforme Planilha de orçamento descrita abaixo.

Serviços de Sinalização

DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização, da ordem de 100% (cem por cento) do custo das obras, até o limite da valorização imobiliária, a ser apurada mediante avaliação de comissão especialmente nomeada para este fim pelo Prefeito Municipal, nos termos do disposto no art. 69, § 2º do Código Tributário Municipal.

ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

A determinação do custo da obra do presente Edital refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descritivo acima, e de acordo com os custos especificados em anexo, nos quais se encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades, custos unitários e totais, resultando ao final o custo da obra, além dos valores de cobrança da Contribuição de Melhoria por metro linear de testada, conforme discriminação constante do quadro a seguir:

ESPECIFICAÇÕES E SERVIÇOS	UN	QTDE.	CUSTO UNITÁRIO R\$	CUSTO TOTAL À VISTA R\$
Locação com aparelho topográfico	M	193,00	0,47	90,71
Regularização e compactação subleito	M2	1.551,23	1,49	2.311,33
Escavação mecânica em material de 1ª categoria	M3	27,88	1,95	54,36
Tubos Concreto 0,20cm	M	16,00	12,95	207,20
Tubos Concreto 0,30cm	M	147,76	20,24	2.990,66
Reaterro de valas com brita 2	M3	16,93	44,00	744,92
Bocas de Lobo	UN.	3,00	785,46	2.356,38
Camada de Brita 2 para forro (nivelada e compactada)	M³	55,84	43,00	2.401,30
Camada de Macadame Seco (nivelada e compactada)	M³	223,38	47,00	10.498,72



Camada Base de Brita Graduada (nivelada e compactada)	M³	148,92	43,00	6.403,48
Imprimação com CM- 30	Ton.	2,06	2.090,00	4.295,10
Pintura de Ligação com RM 1C	Ton.	1,28	1.210,00	1.545,14
Camada Asfáltica com CAUQ.	Ton.	193,90	133,77	25.938,95
Meio Fio de Concreto Simples (moldado in loco)	ML	356,95	33,64	12.009,23
Sinalização Horizontal	M2	77,20	19,51	1.506,40
Sinalização Vertical	UN.	3,00	151,16	453,47
Custo com equipamentos e maquinas	Vb.	1,00	22.142,20	22.142,20
			SUBTOTAL	95.949,55
PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA (INCENTIVO)				47.974,78
			TOTAL	47.974,78

DIMENSIONAMENTO:

Forro= 3,00cm;

Macadame seco= 12,00cm;

Base de brita graduada = 8,00cm; e

Capa (Camada de CAUQ) = 5,00cm.

VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA INDIVIDUAL

O custo da contribuição de melhoria para o contribuinte foi calculado de conformidade com o disposto na Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) no caput do seu art. 74 como segue abaixo:

$$CMI = VO \times AI / SAT$$

SENDO:

CMI = Valor a ser pago individualmente a título de Contribuição de Melhoria

VO = Custo Total da Obra

AI = Testada em metros lineares do imóvel

SAT = Somatório das testadas em metros lineares de todos os imóveis beneficiados com a obra pública.

CUSTO METRO QUADRADO = R\$ 30,93 /m².

CUSTO METRO LINEAR = R\$ 124,63 /ml (sem a mão-de-obra) 2.

OBSERVAÇÕES

6.1 – É fixado o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital para a impugnação pelos proprietários de qualquer dos elementos nele referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova, devendo fazê-lo por meio de petição escrita e protocolada no setor competente da Prefeitura Municipal.

6.2 – Ficam cientificados os proprietários interessados que, antes do início das obras de pavimentação, deverão providenciar as novas ligações domiciliares de água ou outro motivo qualquer, conforme especifica a Lei 54/83 de 15/12/83 (Código Tributário Municipal), em seu artigo 53, § 3º.

6.3 - O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

6.4 - Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2º, o valor total da Caução do presente projeto é de no mínimo 70% (setenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

2 O valor do metro linear foi obtido pela divisão do valor total da obra (R\$ 47.974,78) pela somatória das testadas dos imóveis beneficiados pela pavimentação, (384,95).

6.5 - Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de 10% (dez por cento) e no máximo de 80% (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a 70% (setenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

6.6 - A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes e relacionados no item 07 abaixo, mediante emissão de DAM – Documento de Arrecadação Municipal a ser expedido pelo setor competente da prefeitura:

BANCO	SICOOB/SC - AGÊNCIA 3038
NOME DA CONTA	CAUÇÃO PAV. RUA JOAQUIM F DE LARA
Nº DA CONTA	20.484-6

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1º e 4º do artigo 69 da lei 54/83;

Início das obras de pavimentação da rua;

6.6 - Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo com o § 3º do art. 71 da lei 54/83. Executada a obra a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.

6.7 - Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM A RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

PROPRIETÁRIOS	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA DO IMÓVEL	VALOR (R\$)
Adelque Baseggio	001.02.009.0103.001	14,50	1.807,08
Alex Sandro Rodrigues	001.02.009.0131.001	29,00	3.614,16
Amarildo Francisco Bortolini	001.02.009.0193.001	17,50	2.180,96
Antonio França	001.02.009.0089.001	14,50	1.807,08
Cícero André Roman Ross e Outra	001.02.008.0284.001	13,50	1.682,45
Gilmar José Favarin	001.02.009.0075.001	14,50	1.807,08
José Rogério Prado	001.02.008.0297.001	13,50	1.682,45
Judite Torezan	001.02.009.0047.001	14,50	1.807,08
Luiz Rodrigues da Silva	001.02.009.0033.001	16,00	1.994,02
Mauro Guedes Malvestre	001.02.009.0017.001	17,50	2.180,96
Moisés Bueno de Oliveira	001.02.009.0145.001	14,50	1.807,08
Prefeitura Municipal		14,00	1.744,76
Prefeitura Municipal		14,00	1.744,76
Rogério Santo Piccolotto	001.02.009.0061.001	14,50	1.807,08

Rupert Kirschner	001.02.008.0239.001	25,70	3.202,89
Rupert Kirschner	001.02.008.0257.001	18,75	2.336,74
Rupert Kirschner	001.02.008.0271.001	14,00	1.744,76
Sandoval Caramori	001.02.008.0424.001	90,00	11.216,34
Sandra Salete Cassol	001.02.009.0159.001	14,50	1.807,08
TOTAL		384,95	47.974,78

Caçador (SC), Maio de 2012.
SECRETARIA DA FAZENDA

TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO

Os proprietários de imóveis localizados Rua JOAQUIM FERNANDES DE LARA, no bairro dos Municípios, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no inciso II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que CONCORDAM com os termos do Edital de Caução nº 37/2012, publicado no site <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade correspondente a 50% (cinquenta por cento) do orçamento da obra:

PROPRIETÁRIOS	Nº CPF	ASSINATURA
Adelque Baseggio		
Alex Sandro Rodrigues		
Alex Sandro Rodrigues		
Amarildo Francisco Bortolini		
Antonio França		
Gilmar José Favarin		
Judite Torezan		
Luiz Rodrigues da Silva		
Mario Guedes Malvestre		
Moisés Bueno de Oliveira		
Prefeitura Municipal		
Rogério Santo Picolotto		
Rupert Kirschner		
Rupert Kirschner		
Sandra Salete Cassol		

Camboriú

PREFEITURA

Decreto Nº. 1.482/2012

DECRETO Nº. 1.482/2012

Aprova o Regimento Interno da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar nº 031/2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, na forma do disposto no anexo único, que faz parte deste Decreto.

Art. 2º Fica revogado o Decreto Municipal nº. 1.215/2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 22 de maio de 2012.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
Secretário M. de Administração

ANEXO

Regimento Interno da Junta Administrativa de Recursos de Infrações

CAPÍTULO I Das Disposições Preliminares

Art. 1º A Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, funcionará junto ao Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN, cabendo-lhe julgar recursos das penalidades impostas por inobservância de preceitos do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e demais normas legais atinentes ao trânsito.

CAPÍTULO II Das Competências e Atribuições

Art. 2º Compete à JARI:

- I - analisar e julgar os recursos interpostos pelos infratores;
- II - solicitar ao Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN, quando necessário, informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma melhor e mais completa análise da situação recorrida;
- III - encaminhar ao Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN, informações sobre problemas observados nas autuações e apontados em recursos, e que se repitam sistematicamente.

CAPÍTULO III Da Composição da JARI

Art. 3º A JARI será composta por três membros titulares e

respectivos suplentes, sendo:

- I - 1 (um) representante servidor do órgão ou entidade que impôs a penalidade;
- II - 1 (um) representante de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito;
- III - 1 (um) integrante com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade.

§ 1º A nomeação dos três titulares e dos respectivos suplentes será efetivada pelo(a) Prefeito(a) do respectivo município.

§ 2º O mandato dos membros da JARI terá duração de 01 (um) ano, sendo permitida recondução.

Art. 4º A JARI deverá informar ao Conselho Estadual de Trânsito (CETTRAN) a sua composição e encaminhará o seu regimento interno, observada a Resolução nº. 357/2010, que estabelece as diretrizes para elaboração do regimento interno da JARI.

Art. 5º Ocorrendo fato gerador de incompatibilidade ou impedimento, o Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN adotará providências cabíveis para tornar sem efeito ou cessar a designação de membros (e suplentes) da JARI, garantindo o direito de defesa dos atingidos pelo ato.

Art. 6º Constituem causas de impedimento para poder integrar a JARI:

- I - à Inidoneidade;
- II - ter lavrado o auto de infração que venha a ser julgado pela JARI;
- III - estar cumprindo ou ter cumprido penalidade da suspensão do direito de dirigir, cassação da habilitação ou proibição de obter o documento de habilitação, até 12 (doze) meses do fim do prazo da penalidade;
- IV - fazer parte do Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN/SC, ou o Conselho de trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE.

CAPÍTULO IV

Das atribuições dos membros da JARI

Art. 7º São atribuições do Presidente da JARI:

- I - convocar, presidir, suspender e encerrar reuniões;
- II - solicitar às autoridades competentes a remessa de documentos e informações sempre que necessário aos exames e deliberação da JARI;
- III - convocar os suplentes para eventuais substituições dos titulares;
- IV - resolver questões de ordem, apurar votos e consignar, por escrito, no processo, o resultado do julgamento;
- V - comunicar à autoridade de trânsito os julgamentos proferidos nos recursos;
- VI - assinar atas de reuniões;
- VII - fazer constar nas atas a justificativa das ausências às reuniões.

Art. 8º São atribuições dos membros:

- I - comparecer às sessões de julgamento e às reuniões convocadas pelo Presidente da JARI ou, quando for o caso, pelo responsável pela Coordenação da JARI;
- II - justificar as eventuais ausências;
- III - relatar, por escrito, matéria que lhe for distribuída, fundamentando o voto;
- IV - discutir a matéria apresentada pelos demais relatores, justificando o voto quando for vencido;
- V - solicitar à presidência a convocação de reuniões extraordinárias da JARI para apreciação de assunto relevante, bem como apresentar sugestões objetivando a boa ordem dos julgamentos e o correto procedimento dos recursos;
- VI - comunicar ao Presidente da JARI, com antecedência mínima de 15 dias, o início de suas férias ou ausência prolongada, a fim de

possibilitar a convocação de seu suplente, sem prejuízo do normal funcionamento da JARI;

VII - solicitar informações ou diligências sobre matéria pendente de julgamento, quando for o caso.

CAPÍTULO V

Das Reuniões

Art. 9º As reuniões das JARI serão realizadas no mínimo uma vez por semana, para apreciação da pauta a ser discutida.

Art. 10. As deliberações serão tomadas com a presença dos três membros da JARI, cabendo a cada um, um único voto.

Parágrafo único. Mesmo sem número para deliberação será registrada a presença dos que comparecerem.

Art. 11. Os resultados do julgamento dos recursos serão obtidos por maioria dos votos.

Art. 12. As reuniões obedecerão à seguinte ordem:

- I - abertura;
- II - leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;
- III - apreciação dos recursos preparados;
- IV - apresentação de sugestões ou proposições sobre assuntos relacionados com a JARI;
- V - encerramento.

Art. 13. Os recursos apresentados a JARI deverão ser distribuídos equitativamente aos seus três membros, para análise e elaboração de relatório.

Art. 14. Os recursos serão julgados em ordem cronológica de ingresso na JARI.

Art. 15. Não será admitida a sustentação oral do recurso do julgamento.

CAPÍTULO VI

Do Suporte Administrativo

Art. 16. A JARI disporá de um Secretário a quem cabe especialmente:

- I - secretariar as reuniões da JARI;
- II - preparar os processos, para distribuição aos membros relatores, pelo Presidente;
- III - manter atualizado o arquivo, inclusive as decisões, para coerência dos julgamentos, estatísticas e relatórios;
- IV - lavar as atas das reuniões e subscrever os atos e termos do processo;
- V - requisitar e controlar o material permanente e de consumo da JARI providenciando, de forma devida, o que for necessário;
- VI - verificar o ordenamento dos processos com os documentos oferecidos pelas partes ou aqueles requisitados pela JARI, numerando e rubricando as folhas incorporadas ao mesmo;
- VII - prestar os demais serviços de apoio administrativo aos membros da JARI.

CAPÍTULO VII

Dos Recursos

Art. 17. O recurso será interposto perante a autoridade recorrida.

Art. 18. O recurso não terá efeito suspensivo, salvo nos casos previstos no parágrafo 3º do art. 285 do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 19. A cada penalidade caberá, isoladamente, um recurso cuja petição deverá conter:

- I - qualificação do recorrente, endereço completo e, quando

possível o telefone;

II - dados referentes à penalidade, constantes da notificação ou documento fornecido pelo Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN;

III - características do veículo, extraídas do Certificado Registro e Licenciamento do Veículo - CRVL ou Auto de Infração de Trânsito - AIT, se entregue no ato da sua lavratura ou remetido pela repartição ao infrator;

IV - exposição dos fatos e fundamentos do pedido;

V - documentos que comprovem o alegado ou que possam esclarecer o julgamento do recurso.

Art. 20. O Órgão que receber o recurso deverá:

I - examinar se os documentos mencionados na petição estão efetivamente juntados, certificando nos casos contrários;

II - verificar se o destinatário da petição é a autoridade recorrida;

III - observar se a petição se refere a uma única penalidade;

IV - fornecer ao interessado, protocolo de apresentação do recurso, exceto no caso de remessa postal ou telegráfica, cujo comprovante será o carimbo de repartição do Correio;

V - autuar o recurso e encaminhá-lo a JARI, que deverá julgá-lo em até trinta dias.

Art. 21. Das decisões da JARI caberá recurso para ao Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN, no prazo de trinta dias contados da publicação ou da notificação da decisão.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Finais

Art. 22. O Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN deverá dar à JARI todas as informações necessárias ao julgamento dos recursos, permitindo aos seus membros, se for o caso, consultar registros e arquivos relacionados com o se objeto.

Art. 23. A qualquer tempo, de ofício ou por representação de interessado, o Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN examinará o funcionamento da JARI e se o órgão está observando a legislação de trânsito vigente, bem como as obrigações deste Regimento.

Art. 24. A função de membro da JARI é considerada de relevância social para Administração Pública e seus membros perceberão gratificação equivalente a 5 (cinco) Unidade Fiscal Municipal - UFM, por reunião ordinária e extraordinária, realizada.

Art. 25. A JARI terá apoio administrativo e financeiro junto ao Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN.

Art. 26. A JARI seguirá, quanto ao julgamento das autuações e penalidades, o disposto na Seção II, do Capítulo XVIII, do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 27. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN.

Camboriu/SC, 22 de maio de 2012.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

Lei Nº 3.844 de 23 de Maio de 2012

LEI Nº 3.844 DE 23 DE MAIO DE 2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI.

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 238.700,00 (duzentos e trinta e oito mil e setecentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 - Fundo Municipal de Saúde

91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas

2.114 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde

400000.00.124 - Despesas de Capital

440000.00.124 - Investimentos

449000.00.124 - Aplicações Diretas

449051.00.124 - Obras e Instalações R\$ 238.700,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde

91.02 - Manutenção das Atividades Básicas da Saúde

2.115 - Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde

400000.00.124 - Despesas de Capital

440000.00.124 - Investimentos

449000.00.124 - Aplicações Diretas

449052.00.124 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 38.700,00

91.04 - Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica

2.117 - Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia

400000.00.508 - Despesas de Capital

440000.00.508 - Investimentos

449000.00.508 - Aplicações Diretas

449052.00.508 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 200.000,00

TOTAL R\$ 238.700,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 23 de maio de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/05/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito



Decreto Nº 7.030 de 23 de Maio de 2012

DECRETO Nº 7.030 DE 23 DE MAIO DE 2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.844 de 23 de maio de 2012; Decreta:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 238.700,00 (duzentos e trinta e oito mil e setecentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 - Fundo Municipal de Saúde
91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas
2.114 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde
400000.00.124 - Despesas de Capital
440000.00.124 - Investimentos
449000.00.124 - Aplicações Diretas
449051.00.124 - Obras e Instalações R\$ 238.700,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde
91.02 - Manutenção das Atividades Básicas da Saúde
2.115 - Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde
400000.00.124 - Despesas de Capital
440000.00.124 - Investimentos
449000.00.124 - Aplicações Diretas
449052.00.124 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 38.700,00
91.04 - Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica
2.117 - Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia
400000.00.508 - Despesas de Capital
440000.00.508 - Investimentos
449000.00.508 - Aplicações Diretas
449052.00.508 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 200.000,00
TOTAL R\$ 238.700,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 23 de maio de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/05/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.093 de 17 de Maio de 2012

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 9.093 DE 17 DE MAIO DE 2012

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DA CHEFE DO SERVIÇO DE CONTABILIDADE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial aos Artigos 71 e 72, da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Designar o servidor Técnico em Nível Médio - JOSÉ LUIS SILVA, Matrícula Funcional nº 000034, Registro no Sistema sob nº 40000 para substituir a Chefe do Serviço de Contabilidade do Poder Executivo Municipal, a partir do dia 07 de maio de 2012 à 16 de maio 2012, por motivo da titular encontrar-se em gozo de Férias.

Art.2º) O servidor Técnico em Nível Médio não perceberá nenhum valor pecuniário ao cargo de Chefe do Serviço de Contabilidade.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de maio de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 17 de maio de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/05/2012

PEDRO FAGUNDES DO SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Resultado Pregão 64/2012

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 64/2012)

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às dez horas, em sessão pública, Lucilaine Mokfa Schwarz, Pregoeira Municipal, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Josiane Alquini Cubas membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 64/2012, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objetivo a aquisição de calcário para distribuição gratuita aos produtores rurais do município de campo alegre, cadastrados no "programa municipal de distribuição de calcário", criado pela Lei Municipal nº 2.619 de 02 de abril de 2002. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, declarando a licitação DESERTA, considerando que nenhum licitante protocolizou documentação e proposta para tal licitação. Não havendo nada mais a tratar encerrou-se a presente sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

Campos Novos

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 09/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2012

A Fundação Hospitalar Drº José Athanázio torna público que fará realizar no dia 11/06/2012 às 14:30 horas, na sala de reuniões da Fundação Hospitalar, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço Por Item, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DESCARTÁVEIS, UTENSÍLIOS PARA COZINHA E ÁGUA MINERAL. PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou no Departamento de compras e licitações da Fundação, localizado a Rua Nereu Ramos, 379, no horário das 8h 30min às 12:00 horas e das 13:30 às 18:00 horas diariamente.

Campos Novos, 24 de maio de 2012.

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio
MARLIÊSE DA CASS MECABÔ
Administradora

Ato Convocatório de Posse

Ilmo(a) Sr(a)
ANDRE FRANCISCO PEROTONI
Campos Novos, 22 de maio de 2012.
Nesta
Prezado(a) Senhor(a),
ATO CONVOCATÓRIO DE POSSE

De conformidade com o item 9.2 do Edital de Concurso Público 001/2010, convoco Vossa Senhoria para comparecer ao Departamento de Pessoal da Prefeitura de Campos Novos, com a finalidade de providenciar os documentos necessários para tomar posse no cargo de ENGENHEIRO CIVIL.

Comunicamos ainda que Vossa Senhoria terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

No aguardo de sua manifestação, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

Lei Nº. 4968 de 17/05/2012

LEI Nº. 4968 DE 17/05/2012

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CONCEDER INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal conceder incentivo, mediante processo licitatório, na forma da Lei Orgânica Municipal, com a finalidade precípua de acelerar o Desenvolvimento do Município de Canoinhas e obter resultados socioeconômicos a curto, médio e longo prazo, para a implantação de uma indústria, através da doação de uma área de 1.981,70m² (mil novecentos e oitenta e um metros e setenta centímetros quadrados), parte de uma área maior com 151.718,23m² (cento e cinquenta e um mil, setecentos e dezoito metros e vinte e três centímetros quadrados), situado no bairro Campo da Água Verde, no Município de Canoinhas, matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº. 31.099, conforme demonstrado no mapa que é parte integrante da presente lei.

Art. 2º - A doação de que trata esta lei destina-se única e exclusivamente para fins industriais.

Art. 3º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a executar serviços de infra-estrutura no imóvel descrito no art. 1º, de acordo com as necessidades do empreendimento, consubstanciados em terraplanagem, escavações, utilizando para tanto máquinas e equipamentos da Prefeitura ou mediante contratação de terceiros.

Art. 4º - O prazo para execução e implantação do projeto específico obedecerá à proposta realizada na licitação, a contar da averbação na matrícula do imóvel.

§ 1º - Na escritura pública de doação constará obrigatoriamente, como cláusula de reversão:

I - O compromisso da empresa beneficiada em iniciar a implantação das obras no prazo máximo estabelecido na proposta feita na licitação, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio público.

II - Proibição da transferência, subdivisão ou sublocação do imóvel e das áreas edificadas para terceiros.

III - Cláusula de reversão do imóvel sem direito a indenização, quando:

a) pelo período de 60 (sessenta) dias após a implantação do projeto, estiver ociosa;

b) deixar de cumprir o cronograma constante no projeto da empresa;

c) não utilizar a área para as finalidades previstas no projeto e no art. 2º desta lei;

d) ocorrer paralisação das obras executadas, por mais de 02 (dois) meses, exceto por motivo de força maior, devidamente reconhecido pelo Poder Executivo Municipal;

e) não houver cumprimento das normas técnicas de implantação estabelecidas em lei e previstas no projeto.

§ 2º - A empresa terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da reversão para retirar as benfeitorias existentes no local, sendo que as que não forem retiradas dentro do prazo passarão a

integrar o patrimônio público municipal.

§ 3º - As cláusulas de reversão constantes na presente Lei serão consideradas pelo período de 10 (dez) anos.

Art. 5º - A reversão do terreno poderá ser parcial, quando, durante o prazo do benefício for utilizada parcialmente.

Parágrafo único - A reversão de que trata este artigo, será na proporção da área de terras não utilizadas para as finalidades previstas no projeto e no art. 2º desta lei.

Art. 6º - A empresa fica obrigada a apresentar anualmente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, após o início das atividades da empresa, através do Cadastro Geral de Empregado e Desenvolvimento - CAGED, o número de empregados a seu serviço, pelo período da doação.

Art. 7º - O descumprimento das obrigações assumidas pela empresa beneficiada acarretará, a qualquer tempo, o cancelamento dos incentivos concedidos, e a conseqüente reversão do terreno ao patrimônio público, mediante revogação da doação.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de maio de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 17/05/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº. 4969 de 17/05/2012

LEI Nº. 4969 DE 17/05/2012

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O CONSELHO DA COMUNIDADE DA COMARCA DE CANOINHAS"

O Povo de Canoinhas, através de seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública municipal o Conselho da Comunidade de Canoinhas, com inscrição no CNPJ sob nº 08.044.013/0001-74 e com sede e foro neste Município de Canoinhas.

Parágrafo Único: À entidade beneficiada ficam asseguradas prerrogativas e vantagens da Legislação Vigente.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 17 de maio de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 17/05/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 083/2012

DECRETO Nº 083/2012

APROVA LOTEAMENTO DE UMA ÁREA DE TERRAS

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008; RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o loteamento denominado "MARCINICHEN" procedido pela ENCOPLAC ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO, PLANEJAMENTO CANOINHAS LTDA, de um terreno com área de 33.154,10m² (trinta e três mil cento e cinquenta e quatro metros e dez decímetros quadrados), situado na Rua Epaminondas Ricardo da Silva no Bairro Campo da Água Verde, neste município, com o início demarcado com a confrontação com terras de Adolfo Boddemberg e uma estrada municipal; do marco O-PP segue com rumo 50°15'NE, medindo 65,50 metros até o marco nº1 segue com rumo 5°30'NE, medindo 134,00 metros até o marco nº 2, fazendo confrontação com Darcy Ferreira; do marco nº2 segue com rumo 2°10'NO, medindo 126,80metros até o marco nº3, fazendo confrontação com Edemar Wolter, Nivaldo Machado, Augusto Haag, Alberto Nidziesli e Luiz C. de Oliveira; do marco nº3 segue com o rumo 6°54'NO, medindo 187,00 metros até o marco nº4, fazendo confrontação com a Rua Francisco A. Costa; do marco nº4 segue o rumo 87°55'NO medindo 87,00 metros até o marco nº5; deste segue o rumo 2°05'SO, medindo 20,50 metros até o marco nº6, deste segue com rumo 87°55'NO, medindo 42,50 metros até o marco nº7, a confrontação co marco nº4 ao marco nº7, faz - se com a Família Marcinichen; do marco nº7 segue com rumo 9°35'SE, medindo 175,00 metros até o marco nº8, deste segue com rumo 84°35'SE, medindo 3,80 metros até o marco nº9, segue com rumo 2°25'SO, medindo 17,00 metros até o marco nº10; deste segue o rumo 11°05'SE, se medindo 85,50 metros até o marco nº11; deste segue rumo 2°00'SO, medindo20,00 metros até o marco nº12; deste segue com rumo 88°00'SE, medindo 4,00 metros até o marco nº13, deste segue rumo 11°15'SE, medindo 182,00 metros até o marco nº 0-PP; do marco nº07 ao marco 0-PP a confrontação faz-se com Adolfo Boddemberg; matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta comarca sob o nº 22.229; ficando o referido imóvel assim distribuído: total de 34 lotes urbanos com área total dos lotes de 16.578,25 m²; área de ruas com 6.314,94 m²; área institucional de 1.658,36 m², área verde de 4.180,23 m² e área de preservação permanente - APP de 4.422,32 m², perfazendo uma área total do terreno a ser loteado de 33.154,10 m².

I - A distribuição dos lotes fica do seguinte forma:

a) lote n.º 01 com área de 390,00 m², lote n.º 02 com área de 390,00 m², lote n.º 03 com área de 390,00 m², lote n.º 04 com área de 487,50 m², lote n.º 05 com área de 487,50 m², lote n.º 06 com área de 487,50 m², lote n.º 07 com área de 487,50 m², lote n.º 08 com área de 487,50 m², lote n.º 09 com área de 487,50 m², lote n.º 10 com área de 487,50 m², lote n.º 11 com área de 577,53 m², lote n.º 12 com área de 485,45 m², este só pode ser vendido ao confrontante, lote n.º 13 com área de 487,50 m², lote n.º 14 com área de 487,50 m², lote n.º 15 com área de 487,50 m², lote n.º 16 com área de 487,50 m², todos pertencentes a quadra 1177.

b) lote n.º 01 com área de 431,01 m², lote n.º 02 com área de 405,77 m², lote n.º 03 com área de 401,96 m², lote n.º 04 com área de 1.658,36 m² sendo esta área institucional, todos pertencentes a quadra 1178.

c) lote n.º 01 com área de 546,70 m², lote n.º 02 com área de 587,28 m², lote n.º 03 com área de 622,95 m², lote n.º 04 com

área de 658,62 m², lote n.º 05 com área de 396,80 m², lote n.º 06 com área de 396,80 m², lote n.º 07 com área de 396,80 m², lote n.º 08 com área de 491,52 m², lote n.º 09 com área de 507,97 m², todos pertencentes a quadra 1223.

d) lote n.º 01 com área de 836,69 m², lote n.º 02 com área de 618,54 m², lote n.º 03 com área de 589,83 m², lote n.º 04 com área de 561,12 m², lote n.º 05 com área de 532,41 m², todos pertencentes a quadra 1224.

Art.2º - Fica reservado ao Município a propriedade da área institucional com uma área de 1.658,36 m², o qual deverá ser doado a Prefeitura do Município de Canoinhas por escritura pública, conforme prevê a Lei Federal nº. 6.766 e a Lei Municipal nº. 4.305 de 12/03/2008.

Art. 3º - Fica reservado para a Área Verde a área de 4.180,23 m².

Art.4º - Fica reservado ao Município, a propriedade da área destinada a abertura de ruas, a qual deverá ser doada a Prefeitura do Município de Canoinhas, efetivando-se por ocasião do Registro do Memorial Descritivo do Loteamento em pauta, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

Art.5º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico e aferição dos dados.

Art.6º - O presente loteamento está adstrito ao cumprimento das obrigações previstas no Art. 60 da Lei Complementar 22/2.008, sendo que após atendidas essas obrigações será expedido o alvará de operação nos termos do Art. 62 da Lei Complementar 22/2.008.

Art.7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.8º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de maio de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 16/05/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 087/2012

DECRETO Nº 087/2012

"HOMOLOGA INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL Nº 02/SMDSF/2012"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

HOMOLOGAR

Art.1º - Ficam homologadas as inscrições do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de Profissionais para atuarem junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família, no Edital nº 02/SMDSF/2012, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de maio de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 18/05/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Canoinhas/SC

Edital SMDSF 02/2012

Lista de Homologação das Inscrições – Educador Social

Nº Inscrição	Nome	CPF	Situação
01	Nelci Terezinha Cardoso Liscoski	549.054.009-53	Deferida
02	Adriane Jack	019.531.629-08	Deferida
03	Silvana Ressel	757.899.739-49	Deferida
04	Tracema Linzmeier Siems	003.493.889-38	Deferida
05	Terezinha do Carmo Pereira de Almeida	005.157.969-30	Deferida
06	Sonia Maria Grein	714.489.509-53	Deferida
07	Rosalva Monteiro	004.501.639-97	Deferida
08	Saila Regina Sorg	780.515.689-15	Deferida
09	Elisângela Antunes e Silva Ferreira	004.378.319-81	Deferida
10	Almuth Schroeder	751.361.209-91	Deferida
11	Soeli Terezinha Rocha de Almeida	004.152.159-51	Deferida
12	Alessandra Moura da Silva Rosa	017.840.631-77	Deferida
13	Maristela Groth de Paula	711.065.299-87	Deferida
14	Franciele Geraldo	049.791.329-10	Deferida
15	Eliane Gomes Hatschbach	420.479.359-20	Deferida
16	Roseli Aparecida de Lima	471.219.809-59	Deferida
17	Elizete Padilha	038.336.109-56	Deferida
18	Eli Maros	791.746.049-53	Deferida
19	Valéria Aparecida Bampi Pape	057.242.939-86	Deferida
20	Tatiane de Fátima Alves Lourenço	070.319.439-90	Deferida
21	Daniely Amaral de Souza	041.859.819-08	Deferida
22	Laura das Graças Bueno de Oliveira	798.528.409-59	Deferida
23	Silmara Schumovski Konkol	021.714.469-19	Deferida
24	Juracy de Fátima Barbosa da Silva	808.178.079-34	Deferida
25	Maria de Jesus Rocha Cordeiro	056.751.649-01	Deferida
26	Veronica Ferenc	866.793.769-04	Deferida
27	Terezinha Aparecida Carlím Schidolski	652.961.929-15	Deferida
28	Carmen Regina Stolarski Portes	652.993.379-49	Deferida
29	Leni Basilio Piechontcoski	796.293.859-53	Deferida
30	Itacilma Franciele Sobrinho	988.150.169-53	Deferida
31	Ivete de Fatima Bileski	073.150.799-12	Deferida
32	Marli de Fatima Piscoski	031.090.399-82	Deferida
33	Sineia Ribeiro	053.140.699-70	Deferida
34	Ana Paula Litz	054.306.849-88	Deferida
35	Marisa Elizabeth Feger	434.576.499-87	Deferida
36	Rozaria Brandenburg Maia	017.702.749-52	Deferida
37	Cintia de Cassia Lokachinski	004.575.679-10	Deferida
38	Daizi Aparecida Coutinho	007.916.229-08	Deferida
39	Rosangela Maria Fernandes	506.649.059-00	Deferida
40	Roseli Antunes da Silva	666.416.679-87	Deferida
41	Silvane de Fátima Marcondes Wunsch	651.720.789-91	Deferida
42	Rosalina de Fátima Piotrowski	489.130.069-87	Deferida

43	Williane Suchara Radke de Oliveira	004.938.329-98	Deferida
----	------------------------------------	----------------	----------

Canoinhas/SC
Edital SMDSF 02/2012

Lista de Homologação das Inscrições – Monitor

Nº Inscrição	Nome	CPF	Situação
01	Rosa Maria de Souza	003.627.729-08	Deferida
02	Adriana Siems	003.493.899-00	Deferida
03	Sueli Terezinha Ressel	631.352.219-20	Deferida
04	Diule Emanuele de Oliveira	065.485.679-60	Deferida
05	Leonir Sales dos Santos Riske	421.450.079-20	Deferida
06	Priscila Lopes Dittrich	027.029.659-03	Deferida
07	Thiago Cordeiro Nascimento	082.109.669-95	Deferida
08	Marjorye Cristine de Lima	070.969.289-79	Deferida
09	Mareli Leite	551.793.719-53	Deferida
10	Eliane Aparecida Boiko Ferreira de Souza	004.391.599-03	Deferida
11	Fernanda de Almeida Alves Lourenço	066.165.049-99	Deferida
12	Luzia Schiessl de França	786.132.999-20	Deferida
13	Vanderleia Regina Tavares	053.901.679-96	Deferida
14	Emanuelle Barsela Werka	042.587.109-62	Deferida
15	Daniele Diefentheler Zucco	085.639.219-75	Deferida
16	Rosana Terezinha Paulo Burgardt	871.619.749-68	Deferida
17	Lucia Bernadete Castro da Silva	642.520.439-72	Deferida
18	Maria Aparecida Colaço Pinto	003.405.359-03	Deferida
19	Elani Niepicuy Rodrigues	950.731.919-00	Deferida
20	Aron Soares Machado	073.265.019-47	Deferida
21	Tatiane Aparecida Vieira	066.022.139-03	Deferida
22	Veridiana Schwarz	770.329.269-91	Deferida
23	Rosicléia Romanhuk	039.198.799-29	Deferida
24	Claudete Friedrich	041.285.649-23	Deferida
25	Ana Lucélia Pazda	791.774.339-04	Deferida
26	Rosilene Nogath	040.711.649-48	Deferida
27	Maria Alice Kuzyk	421.051.969-34	Deferida
28	Sirlene Aparecida Rocha	030.235.609-60	Deferida
29	Carla Andrieli Fernandes	063.018.819-07	Deferida
30	Angélica Krailing Sampaio	040.090.919-75	Deferida
31	Daniela Busko Correia Kurutz	036.816.489-64	Deferida
32	Jiane Maria Gelbeke	065.212.609-01	Deferida
33	Simone Mara Sabatke Ortes	040.433.969-70	Deferida
34	Andrieli Dranka Taborda	089.948.439-57	Deferida
35	Vilma Voigt Baukat	970.232.649-49	Deferida
36	Francieli Woichikoski	077.377.629-06	Deferida
37	Laurici Aparecida Abuda	817.094.129-68	Deferida
38	Tereza Lucimara Gabriel Geraldo	000.635.869-16	Deferida
39	Siomara do Rocio Marchandes Safanelli	754.039.519-20	Deferida

40	Tiago Francisco Schiessl	064.320.569-18	Deferida
41	Katiuscia Tanaka	066.098.549-71	Deferida
42	Rafaela Cristina Basilio	078.091.259-40	Deferida
43	Fabiana dos Santos Portes	067.101.209-61	Deferida
44	Karine Leite	058.050.759-97	Deferida
45	Tania Mara Colaço	988.173.109-72	Deferida
46	Simone Aparecida May Giraldo	003.917.629-07	Deferida
47	Carina da Silveira	035.625.729-05	Deferida
48	Glória Amanda Munhoz Alexandrina	090.313.279-64	Deferida
49	Helena Mathias Piermann	988.143.549-87	Deferida
50	Lucas Corrêa Witt	085.397.599-00	Deferida
51	Silvone Rodrigues Knoryk	501.448.129-91	Deferida

Decreto Nº. 086/2012

DECRETO Nº. 086/2012

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art.1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 999,00m² (Novecentos e noventa e nove metros quadrados), procedido por PEDRO JORGE JENZURA, situado na Rua Basílio Humenhuk, no Bairro Tricolin, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 3.015 e 3.016 ficando o imóvel assim distribuído: lote nº. 16 com área de 220,00m² e lote nº. 17 com área de 779,00m², ambos pertencentes à quadra nº 495, conforme requerimento protocolado sob nº.3527/2012.

Art.2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de maio de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 18/05/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº. 005/2012
PORTARIA Nº. 005/2012

RICARDO PEREIRA MARTIN, Presidente da Fundação Municipal de Esportes, nomeado através da Portaria nº 481/2008, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869/2005, RESOLVE:

CONSIDERANDO, que há a necessidade de estruturação das atividades de Voleibol, e não havendo profissionais aprovados através de concurso público; RESOLVE:

CONTRATAR TEMPORARIAMENTE APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO

Art. 1º - Ficam contratados temporariamente os profissionais aprovados no processo seletivo previsto no Edital 003/FME/2011 a seguir relacionados:

I - "JOSÉ ROBERTO KRZESINSKI FILHO", na função de Professor Técnico de Voleibol, com 20 horas, com 3º grau habilitado, registro no CREF/SC 012967G/SC junto à Fundação Municipal de Esportes, pelo período de 18/04/2012 a 15/12/2012".

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta das respectivas dotações orçamentárias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas, 18 de abril de 2012.

RICARDO PEREIRA MARTIN
Presidente

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes em
18/04/2012.

Portaria Nº. 396/2012
PORTARIA Nº. 396/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com as Leis Municipais nº 3.869/2005 e 4.385 de 23/12/2008; CONSIDERANDO; a existência de servidor em gozo de licença maternidade;

CONSIDERANDO: a existência de vagas excedentes;
CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve;

CONTRATAR

Art.1º Ficam contratados os profissionais a seguir relacionados para atuarem na Rede Municipal de Ensino junto à Secretaria Municipal de Educação:

1. CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL EMÍLIA FERRERO E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PEDRO BANDEIRA

1.1 LUCIANE MUNHOZ MARKO MAFFEZOLI, nível MAG I para exercer a função de Professor de Educação Infantil com carga horária de 40 horas e 25% de regência, para atuar no CEI Emília Ferrero e no CEI Pedro Bandeira da Rede Municipal de Ensino, no período de 15/05/2012 a 18/12/2012. Considerando vaga vinculada da professora Franciane Regina de Paula, a qual pediu demissão, conforme comunicação interna nº 107/SME-RH/2012.

2. EBM SEVERO DE ANDRADE

2.1 FRANÇOISE ELISABETH GALLOTTI VARELA CASTANHA DITTRICH, nível MAG I para exercer a função de Professor de Anos Iniciais com carga horária de 20 horas e 30% de regência, para atuar na EBM Severo de Andrade da Rede Municipal de Ensino, no período de 11/05/2012 a 18/12/2012. Considerando vaga vinculada da professora Silvana Aparecida Komachena, a qual aposentou-se, conforme comunicação interna nº 102/SME-RH/2012.

3. EBM EVALDO DRANKA

3.1 JOCELI SCHEULLER, nível MAG I para exercer a função de Professor de Anos Iniciais com carga horária de 20 horas e 30% de regência, para atuar na EBM Severo de Andrade da Rede Municipal de Ensino, no período de 11/05/2012 a 18/12/2012. Considerando vaga vinculada da professora Lizete Didek, a qual pediu demissão, conforme comunicação interna nº 102/SME-RH/2012.

4. CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CECÍLIA MEIRELES E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MÁRIO EDSON DE AGUIAR

4.1 SUELI STEILEIN ALVES, nível MAG I para exercer a função de Professor de Educação Física com carga horária de 30 horas e 15% de regência, para atuar no CEI Cecília Meireles e no CEI Mário Edson de Aguiar da Rede Municipal de Ensino, no período de 11/05/2012 a 18/12/2012. Considerando vaga vinculada da professora Albina Rosa Cabral, a qual pediu demissão, conforme comunicação interna nº 102/SME-RH/2012.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/ SC, 16 de maio de 2012.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 16/05/2012.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº. 403/2012
PORTARIA Nº. 403/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, resolve:

"HOMOLOGA INSCRIÇÕES DOS PROCESSOS DE LOTAÇÃO, REMOÇÃO E ALTERAÇÃO DO EDITAL Nº002/2012-SME"

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições para os processos de lotação, Remoção e Alteração do edital 002/2012-SME, conforme relação dos candidatos inscritos (anexo).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de maio de 2012.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 16/05/2012.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PROCESSO DE LOTAÇÃO, REMOÇÃO E ALTERAÇÃO EDITAL Nº 002/2012/
SME - EDUCAÇÃO INFANTIL

CLAS-SIFICAÇÃO	NOME	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	CARGA HORÁRIA	PROCESSOS
01	SANDRA MARA DE ANDRADE MAFFEZOLI	13 ANOS, 10 MESES E 25 DIAS	31/12/1970	40 HORAS	REMOÇÃO
02	MARIA NOELI C. STEILEIN	13 ANOS, 10 MESES E 25 DIAS	23/03/1972	40 HORAS	REMOÇÃO
03	DIONI DE LOURDES KOS-CJANSKI ADUR	13 ANOS, 10 MESES E 25 DIAS	26/02/1975	40 HORAS	REMOÇÃO
04	BRONÍSIA GURZINSKI ZALALUZNE	08 ANOS, 11 MESES E 03 DIAS	11/07/1968	40 HORAS	REMOÇÃO
05	SILMARA GRACILIANO DE ARAUJO	01 ANO, 09 MESES E 14 DIAS	19/09/1979	40 HORAS	REMOÇÃO
06	ANDRÉA NIE-DZIELSKI	01 ANO, 09 MESES E 14 DIAS	26/10/1979	40 HORAS	REMOÇÃO
07	CRISTIANE APARECIDA DE PAULA GRAVI	01 ANO, 09 MESES E 14 DIAS	20/06/1982	40 HORAS	REMOÇÃO
08	SUZANI BRANDL GUDAS	01 ANO, 09 MESES E 14 DIAS	29/02/1984	40 HORAS	REMOÇÃO
09	JOSEANA MARCELA GRAF	01 ANO, 09 MESES E 14 DIAS	24/03/1986	40 HORAS	REMOÇÃO
10	CIUMARA CORRÊA DOS SANTOS	01 ANO, 08 MESES E 01 DIAS	28/02/1964	20 HORAS	ALTERAÇÃO
11	MARISTELA CORDEIRO RODRIGUES	01 ANO, 08 MESES E 01 DIAS	15/01/1968	20 HORAS	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO

CLAS-SIFICAÇÃO	NOME	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	CARGA HORÁRIA	PROCESSOS
01	SOLANGE DAMASO SCHREIBER	24 ANOS, 01 MÊS E 18 DIAS	31/10/1959	40 HORAS	REMOÇÃO
02	ANA LEONI RISKE MARCOS	24 ANOS, 01 MÊS E 18 DIAS	17/10/1961	40 HORAS	REMOÇÃO
03	MARILENE ALVES SOARES	24 ANOS, 01 MÊS E 18 DIAS	21/03/1964	40 HORAS	REMOÇÃO
04	JANINE RIBAS RISKE	24 ANOS, 01 MÊS E 18 DIAS	16/06/1965	40 HORAS	REMOÇÃO
05	ANA GURZINSKI BAIL	21 ANOS, 08 MESES E 05 DIAS	17/07/1960	40 HORAS	REMOÇÃO

06	MARA RUBIA PEREIRA DO VALE SELENKO	21 ANOS, 08 MESES E 05 DIAS	10/09/1971	20 HORAS	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO
07	SIOMARA APARECIDA KICHELESKI CORRÊA	19 ANOS, 10 MESES E 05 DIAS	04/07/1965	20 HORAS	ALTERAÇÃO
08	ANA CRISTINA KRAUSS WILLE	19 ANOS, 10 MESES E 05 DIAS	23/08/1969	40 HORAS	REMOÇÃO
09	MARCIANE APARECIDA KANZLER PADILHA	19 ANOS, 10 MESES E 05 DIAS	01/01/1971	40 HORAS	REMOÇÃO
10	IVONE WAGNER	13 ANOS, 10 MESES E 21 DIAS	28/11/1966	40 HORAS	REMOÇÃO
11	EUNICE GALESKI DE PAULA E SILVA	13 ANOS, 10 MESES E 21 DIAS	29/11/1969	20 HORAS	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO
12	CRISTIANE MATTESEN WEINFURTER	08 ANOS, 11 MÊSES E 03 DIAS	21/10/1973	40 HORAS	REMOÇÃO
13	DIRCE POKYVIECKI HESSE	07 ANOS, 11 MESES	08/11/1964	40 HORAS	REMOÇÃO
14	NEUSI APARECIDA PAULUK KIESKI	07 ANOS, 11 MESES	19/05/1968	40 HORAS	REMOÇÃO
15	CLAUDIA SIMONE BECHELM	07 ANOS, 11 MESES	20/07/1972	40 HORAS	REMOÇÃO
16	MARILSE DE FÁTIMA AGOSTINHO	07 ANOS, 11 MESES	24/06/1974	20 HORAS	REMOÇÃO
PROCESSO DE LOTAÇÃO, REMOÇÃO E ALTERAÇÃO EDITAL Nº 002/2012/SME - PEDAGOGO					
CLAS-SIFICAÇÃO	NOME	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	CARGA HORÁRIA	PROCESSOS
01	IZANE MARIA PEREIRA	07 ANOS E 11 MESES	10/05/1967	40 HORAS	REMOÇÃO
02	LILIANE KNOP ALVES MACHADO	07 ANOS E 11 MESES	03/06/1972	40 HORAS	REMOÇÃO
03	LUCIANE WAGNER	07 ANOS E 11 MESES	17/07/1973	40 HORAS	REMOÇÃO
04	SANDRA REGINA CORNELSEN RIBAS PEREIRA	02 ANOS, 10 MESES E 24 DIAS	01/02/1973	40 HORAS	REMOÇÃO
05	ISA KUJA	02 ANOS, 10 MESES E 24 DIAS	07/07/1973	40 HORAS	REMOÇÃO
06	VANDERLEA KONDAGESKI	02 ANOS, 10 MESES E 24 DIAS	05/05/1976	40 HORAS	REMOÇÃO
07	CARLA SIMONE C. SCHUHMA-CHER GASDA	02 ANOS, 09 MESES E 05 DIAS	24/06/1972	40 HORAS	REMOÇÃO
08	THALITA DAIANE PEREIRA BOSSE	02 ANOS, 09 MESES E 05 DIAS	25/11/1983	40 HORAS	REMOÇÃO

--	--	--	--	--	--

CLASSIFICAÇÃO REVISADA

PROCESSO DE LOTAÇÃO, REMOÇÃO E ALTERAÇÃO EDITAL Nº 002/2012/SME -
ORIENTADOR EDUCACIONAL

CLASSIFI- CAÇÃO	NOME	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NAS- CIMENTO	CARGA HORÁRIA	PROCES- SOS
01	TÂNIA REGINA WENDT	12 ANOS, 06 MESES E 04 DIAS	22/12/1963	40 HORAS	REMOÇÃO
02	CLAUDIA MARA PAN-GRATZ GON-DIM TOGAMI	11 ANOS, 10 MESES E 28 DIAS	20/02/1968	40 HORAS	REMOÇÃO
03	JUCÉLIA MÜLLER RIBEIRO	11 ANOS, 10 MESES E 28 DIAS	08/10/1970	40 HORAS	REMOÇÃO
04	REGIANE ANDREA SUCKOW	08 ANOS, 10 MESES E 01 DIA	09/08/1966	40 HORAS	REMOÇÃO
05	ODILZA BEATRIZ DA SILVA CORREIA	08 ANOS, 10 MESES E 01 DIAS	31/03/1967	40 HORAS	REMOÇÃO
06	GIOVANA ELIZABETE BONA SARTOR	08 ANOS, 10 MESES E 01 DIAS	08/10/1970	40 HORAS	REMOÇÃO
07	CIBELE NEUDORF BATISTA	08 ANOS, 10 MESES E 01 DIAS	10/03/1975	40 HORAS	REMOÇÃO
08	DILCÉA APARECIDA BONETE	08 ANOS, 08 MESES E 29 DIAS	27/09/1966	40 HORAS	REMOÇÃO

PROCESSO DE LOTAÇÃO, REMOÇÃO E ALTERAÇÃO EDITAL Nº
002/2012/SME -
ADMINISTRADOR ESCOLAR

CLASSIFI- CAÇÃO	NOME	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMEN- TO	CARGA HORÁRIA	PROCESSOS
01	JOCELI CARVALHO MAOSKI LOPES VIEIRA	13 ANOS, 10 MESES E 25 DIAS	22/08/1971	40 HORAS	REMOÇÃO
02	OLIVIA TODT	07 ANOS E 11 MESES	29/11/1968	40 HORAS	REMOÇÃO
03	RAQUEL APARECIDA DAMBROSKI	07 ANOS E 11 MESES	12/03/1970	40 HORAS	REMOÇÃO
04	LUCIANE APARECIDA DARMORUS ZUCCO	05 ANOS, 09 MESES E 02 DIAS	23/07/1973	40 HORAS	REMOÇÃO

LÍNGUA PORTUGUESA

PROCESSO DE LOTAÇÃO, REMOÇÃO E ALTERAÇÃO EDITAL Nº
002/2012/SME

	NOME	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMEN- TO	CARGA HORÁ- RIA	DISCI- PLINA	PROCES- SOS
--	------	---------------------	----------------------------	-----------------------	-----------------	----------------

01	IARA LÚCIA ARTNER LEANDRO LEITE	21 ANOS, 08 MESES E 05 DIAS	30/10/1966	40 HO- RAS	LÍNGUA PORTU- GUESA	LOTA- ÇÃO/RE- MOÇÃO
02	ANA MARIA KASCHUK	12 ANOS, 06 MESES E 04 DIAS	15/04/1966	30 HO- RAS	LÍNGUA PORTU- GUESA	REMO- ÇÃO/ ALTERA- ÇÃO
03	RONISE CRISTINA SIMÕES DE OLIVEIRA WISNIEVSKI	12 ANOS, 06 MESES E 04 DIAS	16/12/1968	30 HO- RAS	LÍNGUA PORTU- GUESA	REMO- ÇÃO/ ALTERA- ÇÃO
04	SALETE PALHANO DE ANDRADE	12 ANOS, 06 MESES E 04 DIAS	12/02/1970	30 HO- RAS	LÍNGUA PORTU- GUESA	ALTERA- ÇÃO
05	ANGELA MARIA LEÃO JURKIV	12 ANOS, 06 MESES E 04 DIAS	24/12/1972	40 HO- RAS	LÍNGUA PORTU- GUESA	REMO- ÇÃO
06	LILIAN CLAIRE KRÜGER	12 ANOS, 06 MESES E 04 DIAS	05/04/1973	30 HO- RAS	LÍNGUA PORTU- GUESA	REMO- ÇÃO
07	JANIRA ADRIANA PRUST	08 ANOS, 11 MESES E 03 DIAS	26/06/1976	20 HO- RAS	LÍNGUA PORTU- GUESA	REMO- ÇÃO
08	LÚCIA SUELI BRZOWSKI	08 ANOS, 11 MESES E 03 DIAS	27/07/1976	20 HO- RAS	LÍNGUA PORTU- GUESA	LOTA- ÇÃO/RE- MOÇÃO/ ALTERA- ÇÃO
09	DANIVAL DE OLIVEIRA	03 ANOS, 08 MESES E 04 DIAS	01/09/1975	10 HO- RAS	LÍNGUA PORTU- GUESA	REMO- ÇÃO/ ALTERA- ÇÃO
10	SAMUEL ANTONIO RIBEIRO DE LIMA	02 ANOS, 10 MESES E 24 DIAS	10/07/1974	10 HO- RAS	LÍNGUA PORTU- GUESA	REMO- ÇÃO/ ALTERA- ÇÃO

ARTE

PROCESSO DE LOTAÇÃO, REMOÇÃO E ALTERAÇÃO EDITAL Nº 002/2012/SME						
	NOME	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	CARGA HORÁRIA	DISCIPLINA	PROCESSOS
01	ESTHER ABIGAYL PAUL DA SILVEIRA	24 ANOS, 01 MESES E 18 DIAS	08/05/1960	20 HORAS	ARTE	REMOÇÃO
02	MARGARETH C PIRES GOLANOWSKI	05 ANOS, 10 MESES E 22 DIAS	06/11/1960	20 HORAS	ARTE	ALTERAÇÃO
03	MARIA MARLI MARKO	05 ANOS, 10 MESES E 22 DIAS	20/05/1970	40 HORAS	ARTE	REMOÇÃO
04	JOELMA HINKE FERREIRA DAS CHAGAS	05 ANOS, 10 MESES E 22 DIAS	12/08/1972	40 HORAS	ARTE	REMOÇÃO
05	ELIANE CARVALHO	03 ANOS, 08 MESES E 04 DIAS	05/03/1962	10 HORAS	ARTE	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO
06	EDITE SOBCZACK DA SILVA	03 ANOS, 08 MESES E 04 DIAS	25/02/1964	10 HORAS	ARTE	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO
07	EUNICE KLUSKA	03 ANOS, 08 MESES E 04 DIAS	09/08/1968	10 HORAS	ARTE	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO
08	LUCIMARI SPIES	03 ANOS, 08 MESES E 04 DIAS	07/11/1973	10 HORAS	ARTE	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO
09	ELISA LOCH VIEIRA DE OLIVEIRA	03 ANOS, 08 MESES E 04 DIAS	19/02/1978	10 HORAS	ARTE	ALTERAÇÃO
10	BERENICE CARDOSO DE CARVALHO ALMEIDA	03 ANOS, 08 MESES E 04 DIAS	20/06/1980	10 HORAS	ARTE	ALTERAÇÃO
11	CAMILA PAZDA DAMBROSKI	03 ANOS, 08 MESES E 04 DIAS	08/08/1985	10 HORAS	ARTE	ALTERAÇÃO
12	SILVIA ELIANA LEITE SCHOLZ	01 ANO, 09 MESES E 21 DIAS	06/05/1978	10 HORAS	ARTE	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO

HISTÓRIA

PROCESSO DE LOTAÇÃO, REMOÇÃO E ALTERAÇÃO EDITAL Nº 002/2012/SME						
	NOME	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	CARGA HORÁRIA	DISCIPLINA	PROCESSOS
01	ELIETE APARECIDA MARKOS MACHADO	13 ANOS, 10 MESES E 27 DIAS	28/09/1965	20 HORAS	HISTÓRIA	ALTERAÇÃO
02	ANA HELENA DOBRYCHTOP	11 ANOS, 06 MESES E 25 DIAS	25/08/1973	20 HORAS	HISTÓRIA	LOTAÇÃO/ALTERAÇÃO
03	ADICELI RODRIGUES DE PAULA PEPPLOW	09 ANOS, 10 MESES E 20 DIAS	03/05/1964	10 HORAS	HISTÓRIA	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO
04	MÁRIO KRICZINSKI	09 ANOS, 10 MESES E 20 DIAS	16/12/1974	30 HORAS	HISTÓRIA	REMOÇÃO
05	ELIZABETE GUDE RECK	08 ANOS, 11 MESES E 03 DIAS	11/09/1972	20 HORAS	HISTÓRIA	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO
06	ALCEU GOESTEMEIR	07 ANOS E 11 MESES	06/10/1961	10 HORAS	HISTÓRIA	ALTERAÇÃO

CIÊNCIAS

PROCESSO DE LOTAÇÃO, REMOÇÃO E ALTERAÇÃO EDITAL Nº 002/2012/SME						
	NOME	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	CARGA HORÁRIA	DISCIPLINA	PROCESSOS
01	PETRONILA GURZINSKI OLISKOWSKI	09 ANOS, 10 MESES E 20 DIAS	30/05/1958	20 HORAS	CIÊNCIAS	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO
02	NELSON LUIS NOGATH	08 ANOS, 11 MESES E 03 DIAS	21/08/1971	30 HORAS	CIÊNCIAS	REMOÇÃO
03	DIRLEY APARECIDA HECKLER PORTA	08 ANOS, 11 MESES E 03 DIAS	31/10/1972	20 HORAS	CIÊNCIAS	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO
04	LUCIMARA DA SILVEIRA MOREIRA BUENO	08 ANOS, 11 MESES E 03 DIAS	11/02/1976	20 HORAS	CIÊNCIAS	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO
05	DENISE BAZZANELLA	08 ANOS, 11 MESES E 03 DIAS	27/05/1977	20 HORAS	CIÊNCIAS	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO

EDUCAÇÃO FÍSICA



	PROCESSO DE LOTAÇÃO, REMOÇÃO E ALTERAÇÃO EDITAL Nº 002/2012/SME					
	NOME	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	CARGA HORÁRIA	DISCIPLINA	PROCESSOS
01	JAIR BAUER	09 ANOS, 10 MESES E 20 DIAS	13/11/1976	30 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO
02	GIOVANI DE CRISTO BADE	03 ANOS, 08 MESES E 04 DIAS	06/01/1969	10 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO
03	EDUARDO CARVALHO DO PRADO	03 ANOS, 08 MESES E 04 DIAS	10/04/1976	10 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	LOTAÇÃO/ALTERAÇÃO
04	DOUGLAS KREILING	03 ANOS, 08 MESES E 04 DIAS	18/04/1980	10 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	ALTERAÇÃO
05	VIVIAN KRÜGER	03 ANOS, 08 MESES E 04 DIAS	14/04/1981	10 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO
06	DAIANE DOS SANTOS DELOLMO	03 ANOS, 08 MESES E 04 DIAS	26/09/1981	10 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO
07	GISLAINE DOS SANTOS CORRÊA	03 ANOS, 08 MESES E 04 DIAS	18/02/1982	10 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO
08	DANIEL LAURENTINO PINTO	03 ANOS, 08 MESES E 04 DIAS	06/12/1982	10 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO
09	CARLA REGINA FIGURA	03 ANOS, 08 MESES E 04 DIAS	31/07/1983	10 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO
10	GILBERTO DE PAULA ROSA	02 ANOS, 10 MESES E 24 DIAS	08/07/1976	10 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO
11	MARCIA RAQUEL SCHROEDER	02 ANOS,10 MESES E 24 DIAS	21/03/1982	10 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO
12	EDNA ALMERINDA BUSKO	02 ANOS, 06 MESES E 19 DIAS	19/05/1974	10 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO

MATEMÁTICA – CLASSIFICAÇÃO RETIFICADA

		PROCESSO DE LOTAÇÃO, REMOÇÃO E ALTERAÇÃO EDITAL Nº 002/2012/SME				
	NOME	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	CARGA HORÁRIA	DISCIPLINA	PROCESSOS
01	ROSICLER SCHULKA BURIGO	09 ANOS, 10 MESES E 20 DIAS	11/03/1974	20 HORAS	MATEMÁTICA	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO
02	TELMA APARECIDA PEIXER	09 ANOS, 10 MESES E 20 DIAS	17/03/1979	20 HORAS	MATEMÁTICA	REMOÇÃO
03	NELSON LUIS NOGATH	08 ANOS, 11 MESES E 03 DIAS	21/08/1971	10 HORAS	MATEMÁTICA	REMOÇÃO
04	LUIS PAULO MAJESKI	08 ANOS, 11 MESES E 03 DIAS	07/07/1973	30 HORAS	MATEMÁTICA	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO
05	SUELEN SCHWED	07 ANOS E 11 MESES	03/10/1983	10 HORAS	MATEMÁTICA	ALTERAÇÃO
06	MAURO EDSON JUNGLES	03 ANOS, 08 MESES E 04 DIAS	18/09/1963	10 HORAS	MATEMÁTICA	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO
07	TANIA CRISTINA PORFÍRIO IGNASZEVSKI	03 ANOS, 08 MESES E 04 DIAS	06/08/1975	10 HORAS	MATEMÁTICA	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO
08	CECÍLIA APARECIDA DA SILVA LUDKA	03 ANOS, 08 MESES E 04 DIAS	21/07/1982	10 HORAS	MATEMÁTICA	ALTERAÇÃO
09	SABRINA SCHWED LINZMEIER	03 ANOS, 08 MESES E 04 DIAS	13/05/1986	10 HORAS	MATEMÁTICA	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO
10	JOELMA ZIELINSKI	01 ANO, 09 MESES E 21 DIAS	28/08/1982	10 HORAS	MATEMÁTICA	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO

INGLÊS – CLASSIFICAÇÃO RETIFICADA

	PROCESSO DE LOTAÇÃO, REMOÇÃO E ALTERAÇÃO EDITAL Nº 002/2012/SME					
	NOME	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	CARGA HORÁRIA	DISCIPLINA	PROCESSOS
01	LILIAN CLAIRE KRÜGER	12 ANOS, 06 MESES E 04 DIAS	05/04/1973	10 HORAS	INGLÊS	REMOÇÃO
02	ADÃO LOURENÇO	08 ANOS, 11 MESES E 03 DIAS	04/12/1970	20 HORAS	INGLÊS	REMOÇÃO
03	JALUSA ENDLER DE SOUZA	06 ANOS, 02 MESES E 03 DIAS	22/06/1977	10 HORAS	INGLÊS	LOTAÇÃO

04	ARLETE SOARES	02 ANOS, 10 MESES E 24 DIAS	10/09/1964	10 HORAS	INGLÊS	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO
----	---------------	-----------------------------	------------	----------	--------	-------------------

GEOGRAFIA

PROCESSO DE LOTAÇÃO, REMOÇÃO E ALTERAÇÃO EDITAL Nº 002/2012/SME – ANOS FINAIS						
	NOME	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	CARGA HORÁRIA	DISCIPLINA	PROCESSOS
01	ADERBAL LUDKA	12 ANOS, 06 MESES E 04 DIAS	12/09/1947	30 HORAS	GEOGRAFIA	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO
02	GASPAR SOARES	09 ANOS, 10 MESES E 20 DIAS	17/06/1975	20 HORAS	GEOGRAFIA	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO
03	SIMONE CALIXTO LÉRIA STAFIM	08 ANOS, 11 MESES E 03 DIAS	10/08/1970	20 HORAS	GEOGRAFIA	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO
04	VERALICE MUNHOZ RIBEIRO DE LIMA	03 ANOS, 08 MESES E 04 DIAS	08/05/1976	10 HORAS	GEOGRAFIA	REMOÇÃO/ALTERAÇÃO
05	LAÉRCIO BOBROVICZ	03 ANOS, 08 MESES E 04 DIAS	07/07/1984	10 HORAS	GEOGRAFIA	ALTERAÇÃO
06	CACIANE HENNINFG MEIRELLES	01 ANO, 09 MESES E 21 DIAS	29/10/1985	10 HORAS	GEOGRAFIA	ALTERAÇÃO

Publicação do Edital de Pregão Presencial Nº FMAS 10/2012

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 15/2012
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 10/2012

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 05/06/2012, às 10h05min, Pregão Presencial para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS PARA DESLOCAMENTO DE GRUPOS DE PESSOAS CADASTRADAS NOS CRAS REGIÃO II E III, PARTICIPANTES DE CURSOS DE CULINÁRIA E PROJÓVEM ADOLESCENTE (ATIVIDADES ESPORTIVAS), PARA O GINÁSIO MAGNO FUCHS E ESCOLA TÉCNICA DAMA.. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 05/06/2012. Informações (47) 3621-7705. Edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Catanduvas**PREFEITURA****Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0062/2012 - Edital de Pregão Presencial Nº 0033/2012**

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0062/2012
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0033/2012

Objeto: Aquisição de combustível visando o cumprimento do Convênio de Recuperação e Britagem Rural nº 4650/2012-7, firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da SDR para o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infraestrutura. Abertura das Propostas: às 09h15 do dia 06 de junho de 2012.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível em 25 de maio de 2012 no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 8h

às 12h e das 13h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvas - SC, 23 de maio de 2012.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal.

Chapadão do Lageado**PREFEITURA****Extrato de Edital do Processo Licitatório Nº 19/2012 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2012 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2012 - FMS

O Município de Chapadão do Lageado, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 06 de junho de 2012, às 09h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é aquisição pelo Município de Chapadão do Lageado de Pneus Novos para atender as necessidades dos veículos da frota do Fundo Municipal de Saúde de acordo com os itens, quantidades e especificações contidas no Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 16h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado (SC), 24 de maio de 2012.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

MARCIO MACIEL
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Edital do Processo Licitatório Nº 43/2012 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2012
- PM
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2012 - PM

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que se reunirá no dia 06 de junho de 2012, às 10h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a aquisição pelo Município de Chapadão do Lageado de Pneus Novos para atender as necessidades dos veículos da frota, de acordo com os itens, quantidades e especificações contidas no Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 16h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado (SC), 24 de maio de 2012.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Concórdia**PREFEITURA****Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 5/2012 - Fmc**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2012- FMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de vigilância patrimonial ostensiva, serviço de colocação de cadeiras na arena do centro de eventos Concórdia e limpeza dos sanitários localizados ao lado esquerdo da arena, palco, sala de apoio, cozinha arena e dois box, unidades que serão utilizadas, para atividades inerentes ao Festival da Canção Municipal e Intermunicipal "Canto livre" 2012 no período de 23 á 26 de julho de 2012 neste município, conforme descrições dos anexos "A" e "B" deste edital. Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 13/06/2012. Abertura: dia 14/06/2012, às 08h30min. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 23 de maio de 2012.
SANDRA MARA ROMAN
Diretora Geral/Superintendente da FMC

Edital de Tomada de Preços Nº 36/2012 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 36/2012 - PMC

Objeto: Contratação de empresa especializada para emissão de Laudo Técnico Pericial, referente às condições estruturais da edificação do recreio coberto, da Escola Básica Municipal João Theobaldo Magarinos, no Bairro Vista Alegre, neste Município, com recursos oriundos do convênio FUNDEB, de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" do Edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 15/06/2012.

Abertura: dia 18/06/2012, às 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 23 de maio de 2012.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Cordilheira Alta**PREFEITURA****Portaria Nº 240/2012**

PORTARIA N.º 240/2012, DE 21 DE MAIO DE 2012

"DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE DE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar estável, o Servidor Municipal, Sr. EDSON SPERANÇA, ocupante do cargo Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, por ter atingido a média de pontos exigida nas avaliações semestrais durante o período de Estágio Probatório e pelo cumprimento do disposto no art. 20 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Decreto 102/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 21 de maio de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Portaria Nº 241/2012

PORTARIA N.º 241/2012, DE 22 DE MAIO DE 2012

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 7º da CF/88:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Maternidade a Servidora Municipal, Sra. DAIANE FAVERO, ocupante do cargo de Professora de Ciências/ Agroecologia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º. A licença de que trata o Art. 1º, será do período de 22/05/2012 à 18/09/2012.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 22 de maio de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Portaria Nº 242/2012

PORTARIA 242/2012, DE 22 DE MAIO DE 2012
"ATRIBUI GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO À SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica do Município, e atendendo o disposto no artigo 10, I, II da Lei Complementar 70/2009:

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir Gratificação por Tempo de Serviço, no percentual de 9% (nove por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo, ao Servidor Municipal, Sr. FLARI RAFAEL TRICHES, ocupante do cargo de Contador, 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Art. 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, 22 de maio de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Portaria Nº 243/2012

PORTARIA Nº 243/2012, DE 22 DE MAIO DE 2012
"ATRIBUI ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso das atribuições que o cargo lhe confere e em conformidade com o Art. 71 - IV da LOM e Art. 7 da Lei Complementar nº 70/2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Atribuir Adicional de Responsabilidade na ordem de 15% sobre o vencimento do cargo que ocupa, ao Servidor Municipal, Sr. JULIANO BRUSTOLIN, ocupante do cargo de Médico Especialista Geriatra, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para além de suas funções específicas para o cargo, desempenhar as atividades de Médico Clínico Geral, assumindo a partir desta data todos os encargos inerentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Art. 4º - Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 22 de maio de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 244/2012

PORTARIA N.º 244/2012, DE 22 DE MAIO DE 2012
"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 067/2010:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, a Servidora Municipal, Sra. KATIANE ORTOLAN, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 22 de maio de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Notificação de Recebimento de Recursos Federais N. 15/05/2012**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 15/05/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		22.355,93
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	22.355,93
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	22.355,93
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	13.413,56
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	8.942,37

Notificação de Recebimento de Recursos Federais N. 16/05/2012**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 16/05/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		12.919,16
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	12.097,68
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	7.597,68
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	6.097,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Programa de Assistência Farmacêutica Básica	1.500,68
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	4.500,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBFI - CRAS	4.500,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	821,48
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	821,48
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	492,89
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	328,59

Notificação de Recebimento de Recursos Federais N. 17/05/2012**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 17/05/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		8.347,78
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	7.653,64
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	7.653,64
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	7.653,64
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	694,14
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	694,14
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	416,48
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	277,66

Notificação de Recebimento de Recursos Federais N. 18/05/2012**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 18/05/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		47.196,21
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	53.103,75
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	44.678,56
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	44.635,37
4.1.7.2.1.01.02.01.00	FPM - 60 %	26.781,22
4.1.7.2.1.01.02.02.00	FPM - 25%	11.158,84
4.1.7.2.1.01.02.03.00	FPM - 15%	6.695,31
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	43,19
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota Parte do ITR - 60 %	25,91
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota Parte do ITR - 25%	10,80
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota Parte do ITR - 15%	6,48
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	8.425,19
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transf. do Salário-Educação	8.425,19
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	3.028,15
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	3.028,15
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.816,89
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.211,26
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-8.935,69
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-8.935,69
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - FPM	-8.927,06
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-8,63

Notificação de Recebimento de Recursos Federais N. 21/05/2012**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 21/05/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		2.711,81
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	1.700,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	1.700,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00	Programa Melhoria de Acesso e da Qualidade - PMAQ	1.700,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.011,81
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.011,81
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	607,09
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	404,72

Notificação de Recebimento de Recursos Federais N. 22/05/2012**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 22/05/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		12.445,48
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	9.660,13
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	6.660,13
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	6.660,13
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	3.000,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGD-SUAS	3.000,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.785,35
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	2.785,35
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.671,21
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.114,14

Corupá

PREFEITURA

Extrato do Contrato 072/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO 072/12

Processo de licitação nº 005/12 - FME

Modalidade Pregão Presencial com Registro de Preço nº 002/12 - FME

Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, TURISMO, CULTURA E LAZER DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.118.076/0001-32, com sede na cidade de Corupá/SC, na Rua José Pasqualini, 190, Centro.

Contratada: ASTOR AMBROSIO ARENHARDT ERBES-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.187.682/0001-60 e inscrição Estadual nº 25.666.424-2, estabelecida na 1ª de Maio s/n, município de CORUPÁ, Estado de SANTA CATARINA.

Objeto: eventual aquisição parcelada de troféus e medalhas destinadas a premiações do Calendário Esportivo da Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer do Município de Corupá, conforme as especificações e quantidades de cada item constante no Anexo I que acompanha este edital.

Valor do Contrato: R\$ 42.000,00 (Quarenta e Dois Mil Reais), a possibilidade existe em virtude de tratar-se de Registro de Preços, correspondente ao objeto descrito e caracterizado no Edital Pregão nº 002/12-FME, que faz parte integrante do presente instrumento, como se transcrito fosse.

Data da Assinatura: 27/04/2012

Data da Vigência: 27/04/2013

LORIANO ROGÉRIO COSTA

Presidente Da Fundação Municipal De Esportes, Turismo, Cultura E Lazer

Extrato do Contrato 073/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO 073/12

Processo de licitação nº 055/12

Modalidade Pregão Presencial com Registro de Preços nº 019/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.785.417/0001-20 e inscrição Estadual nº 254612903, estabelecida na Rua Treze de Maio, 400 - Czernoewicz - CEP 89.255-000, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO-PNAC, PARA USO EM DIVERSAS CRECHES DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 16.545,50 (Dezesseis Mil Quinhentos e Quarenta e Cinco Reais e Cinquenta Centavos), correspondente ao objeto descrito e caracterizado no Edital Pregão nº 019/12, que faz parte integrante do presente instrumento, como se transcrito fosse.

Data da Assinatura: 03/05/2012

Data da Vigência: 03/05/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 074/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO 074/12

Processo de licitação nº 055/12

Modalidade Pregão Presencial com Registro de Preços nº 019/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: MÁXIMA PAPELARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 85.260.164/0001-00 e inscrição Estadual nº 252426240, estabelecida na Rua Adolfo Konder, 279 - Ceramarte - CEP 89.295-000, Município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina.

Objeto: eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO-PNAC, PARA USO EM DIVERSAS CRECHES DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 11.564,10 (Onze Mil Quinhentos e Sessenta e Quatro Reais e Dez Centavos), correspondente ao objeto descrito e caracterizado no Edital Pregão nº 019/12, que faz parte integrante do presente instrumento, como se transcrito fosse.

Data da Assinatura: 03/05/2012

Data da Vigência: 03/05/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 075/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>
EXTRATO DO CONTRATO 075/12

Processo de licitação nº 055/12
Modalidade Pregão Presencial com Registro de Preços nº 019/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: TAYU QUÍMICA LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o no 97.493.407/0001-30 e inscrição Estadual nº 252700805, estabelecida na Rua Juliete Waldrich, 530-Galpão 01 - Encano - CEP 89.130-000, Município de Indaial, Estado de Santa Catarina.

Objeto: eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO-PNAC, PARA USO EM DIVERSAS CRECHES DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 528,00 (Quinhentos e Vinte e Oito Reais), correspondente ao objeto descrito e caracterizado no Edital Pregão nº 019/12, que faz parte integrante do presente instrumento, como se transcrito fosse.

Data da Assinatura: 03/05/2012
Data da Vigência: 03/05/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 076/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC
e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>
EXTRATO DO CONTRATO 076/12

Processo de licitação nº 027/12
Modalidade Pregão Presencial com Registro de Preços nº 005/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: 3 A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o no 13.128.438/0001-00 e inscrição Estadual nº 256.303.240, estabelecida na Atanasio de Oliveira, 437 - Sala 02, Centro - CEP 89.247-000, Município de Balneário Barra do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 217,50 (Duzentos e Dezessete Reais e Cinquenta Centavos), correspondente ao objeto descrito e caracterizado no Edital Pregão nº 005/12, que faz parte integrante do presente instrumento, como se transcrito fosse.

Data da Assinatura: 03/05/2012
Data da Vigência: 03/05/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 077/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC
e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>
EXTRATO DO CONTRATO 077/12

Processo de licitação nº 027/12
Modalidade Pregão Presencial com Registro de Preços nº 005/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: BRIOJARAGUA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o no 02.706.629/0001-87 e inscrição Estadual nº 253.629.985, estabelecida na Rua 13 de Maio S/N, - Sala 01 - Edifício Jayce Adriano, Czerniewicz - CEP 89.255-400, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 50.559,65 (Cinquenta Mil Quinhentos e Cinquenta e Nove Reais e Sessenta e Cinco Centavos), correspondente ao objeto descrito e caracterizado no Edital Pregão nº 005/12, que faz parte integrante do presente instrumento, como se transcrito fosse.

Data da Assinatura: 03/05/2012
Data da Vigência: 03/05/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 078/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC
e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>
EXTRATO DO CONTRATO 078/12

Processo de licitação nº 027/12
Modalidade Pregão Presencial com Registro de Preços nº 005/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: TAYU QUÍMICA LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o no 97.493.407/0001-30 e inscrição Estadual nº 252700805, estabelecida na Rua Juliete Waldrich, 530-Galpão 01 - Encano - CEP 89.130-000, Município de Indaial, Estado de Santa Catarina.

Objeto: eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 2.320,10 (Dois Mil Trezentos e Vinte Reais e Dez Centavos), correspondente ao objeto descrito e caracterizado no Edital Pregão nº 005/12, que faz parte integrante do presente instrumento, como se transcrito fosse.

Data da Assinatura: 03/05/2012

Data da Vigência: 03/05/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 079/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO 079/12

Processo de licitação nº 027/12

Modalidade Pregão Presencial com Registro de Preços nº 005/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: MERCADO DELAIDE LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.686.740/0001-11 e inscrição Estadual nº 254.024.726, estabelecida na Rua Otto Hillbrecht, 35, - Centro, Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Objeto: eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 9.073,55 (Nove Mil Setenta e Três Reais e Cinquenta e Cinco Centavos), correspondente ao objeto descrito e caracterizado no Edital Pregão nº 005/12, que faz parte integrante do presente instrumento, como se transcrito fosse.

Data da Assinatura: 03/05/2012

Data da Vigência: 03/05/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 080/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO 080/12

Processo de licitação nº 063/12

Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 002/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: LINCK S.A EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS E

INDÚSTRIAS, inscrita no CNPJ sob o nº 92.747.492/0003-63 e Inscrição Estadual nº 250238586, estabelecida na Rod. Br 101 Km 43, UNIDADE A7, Bairro Nova Brasília, Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE CONCESSIONARIA AUTORIZADA DA MARCA VOLVO DO BRASIL, PARA COMERCIALIZAÇÃO DE PEÇAS, PARA OS VEÍCULOS VOLVOS DA FROTA MUNICIPAL.

Valor do Contrato: R\$ 1.523,49 (Um Mil Quinhentos e Vinte e Três Reais e Quarenta e Nove Centavos).

Data da Assinatura: 16/05/2012

Data da Vigência: 31/12/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 081/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO 081/12

Processo de licitação nº 062/12

Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 003/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: SHARK - MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.224.121/0003-65 e Inscrição Estadual nº 254873057, estabelecida na Rod. Br 101 Km200 Nº 5.018, Bairro Serraria, Cidade de São José, Estado de Santa Catarina.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE CONCESSIONARIA AUTORIZADA DA MARCA NEW HOLLAND CONSTRUCTION, PARA COMERCIALIZAÇÃO DE PEÇAS, PARA OS VEÍCULOS VOLVOS DA FROTA MUNICIPAL.

Valor do Contrato: R\$ 1.480,98 (Um Mil Quatrocentos e Oitenta Reais e Noventa e Oito Centavos).

Data da Assinatura: 16/05/2012

Data da Vigência: 31/12/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 082/12

EXTRATO DO CONTRATO 082/12

Processo de licitação nº 053/12

Modalidade Tomada de Preço nº 005/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: FATOR 3 ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA estabelecida na Cidade de Joinville - Santa Catarina, na Rua Três de Maio, 58-Sala 403 - CEP 89.201-030, inscrita no CNPJ/MF sob nº

05.020.495/0001-34.

Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia Revitalização da Praça Arthur Muller, situada no Centro do Município de Corupá, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, ferramentas e equipamentos, conforme projeto arquitetônico, orçamento, cronograma, memoriais descritivo e quantitativos.

Valor do Contrato: R\$ 1.040.013,64 (Hum Milhão Quarenta Mil Treze Reais e Sessenta e Quatro Centavos).

Data da Assinatura: 20/05/2012

Data da Vigência: de até 270 (duzentos e setenta) dias, contados a partir da data da Ordem de Serviço.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Anulação do Processo Licitatório Na Modalidade de Leilão Nº 107/2012

ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE DE LEILÃO Nº 107/2012.

Considerando o interesse administrativo, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação vem sugerir ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal a anulação na sua totalidade do processo licitatório na modalidade de leilão nº 107/2012, que tem como objeto a Alienação de bens móveis do patrimônio Municipal.

Curitibanos, 16 de maio de 2012.
ADAILTON ALVES
Presidente da Comissão de Licitação

De acordo

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Editais de Pregão Presencial Nº 119/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2012

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE Curitibanos, NO PERÍODO DE 12 MESES PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS, PREVISTO NO ART. 57 INCISO II DA LEI Nº 8.666/93, conforme condições estabelecidas neste edital. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 12/06/2012, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a Rua Coronel Vidal Ramos, 860.

A partir das 15:00 horas do dia 12/06/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitação

e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente(13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 18 de Maio de 2012.
JOEL VIANEI LOHN
Prefeito Municipal em Exercício

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Editais de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº 118/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2012

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Para Registro de Preço, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie; com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para a Aquisição Cabo de Aço Polido 1" para Secretaria de Transporte e Obras Conforme Anexo I Deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 04/06/2012, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 15:00 horas do dia 04/06/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos.

Curitibanos, 17 de Maio de 2012.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal em Exercício

ADAILTON ALVES
Presidente da CPL

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 121/2012

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 121/2012

REFERENTE: Contrato de compra e venda e prestação de serviços firmado entre o município de Curitibanos e Superauto Distribuidora Ltda no valor total de R\$ 132,50 (Cento e trinta e dois reais e cinquenta centavos).

RESUMO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REVISÃO DO VEÍCULO FORD FUSION PLACA MHP6611, CONFORME ART. Nº 24 INCISO XVII DA LEI Nº 8.666/93, E ANEXO I DESTE EDITAL.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:
- XVII - "Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeiro, necessários á manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24 inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação. Curitiba, 22 de Maio de 2012.

ADAILTON ALVES
Presidente da Comissão

DIEGO SEBEM WORDELL
Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso XVII dou como aprovada.
Curitiba, 22 de Maio de 2012.

MARIO CESAR PENTEADO
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:
Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 22 de Maio de 2012.
JOEL VIANEI LOHN
Prefeito Municipal em Exercício

Justificativa de Inexigibilidade de Licitação Nº 50/2012.

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 50/2012.
REFERENTE: Contratos de prestação de serviços firmado entre o Fundo Municipal de Educação de Curitiba e Fundação Universidade do Contestado - Campus Mafra no valor total de R\$ 18.000,00.

RESUMO / FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSCRIÇÕES PARA CURSO E SEMINÁRIO TENDO COMO TEMAS: OFICINA PEDAGÓGICA EDUCAÇÃO AMBIENTAL, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE: PARA QUE, COMO E COM O QUE; E SUSTENTABILIDADE: DIÁLOGOS E DESAFIOS; RESPECTIVAMENTE, PARA OS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS; CONFORME ART. 25 INCISO II DA LEI Nº 8.666/93.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:
- "Art. 25 - É inexigível licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
- II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Excelentíssimo Presidente, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 21 de Maio de 2012.
ADAILTON ALVES
Presidente da Comissão

DIEGO SEBEM WORDELL
Secretário

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO
Membro

REFERENTE A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 50/2012

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, pelo que de acordo com o Art. 38 parágrafo único da referida lei o dou como aprovada.

Curitiba, 21 de Maio de 2012.
MARIO CESAR PENTEADO
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:
Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 21 de Maio de 2012.
CRISTINA MARIA AGOSTINI MORAES EHRHARDT
Presidente do Fundo

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Maio/2012
Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: FUNDAÇÃO UNIV. DO CONTESTADO - UNC/MAFRA
CNPJ: 83.395.921/0001-28
Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Número da Licitação: 50/2012 Número do Processo: 50/2012
Número do Contrato: 160/2012
Fundamento Legal:

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSCRIÇÕES PARA CURSO E SEMINÁRIO TENDO COMO TEMAS: OFICINA PEDAGÓGICA EDUCAÇÃO AMBIENTAL, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE: PARA QUE, COMO E COM O QUE; E SUSTENTABILIDADE: DIÁLOGOS E DESAFIOS; RESPECTIVAMENTE, PARA OS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS; CONFORME ART. 25 INCISO II DA LEI Nº 8.666/93.

Data da Assinatura: 21/05/2012
Data da Publicação no Diário Oficial: 21/05/2012
Vigência: 21/05/2012 A 30/06/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 18.000,00
Forma de Pagamento: APÓS INSCRIÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Maio/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SUPERAUTO DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ: 05.937.763/0001-87

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação: 121/2012 Numero do Processo: 121/2012

Numero do Contrato: 279/2012

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DO VEÍCULO FORD FUSION PLACA MHP6611, CONFORME ART. Nº 24 INCISO XVII DA LEI Nº 8.666/93, E ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 22/05/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 22/05/2012

Vigência: 22/05/2012 A 22/06/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 132,50

Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Ermo

PREFEITURA

Decreto Nº. 025, de 22 de Maio de 2012

DECRETO Nº. 025, de 22 de maio de 2012.

Nomeia Comissão de Avaliação de Bens Móveis.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos Artigos 7º e 62 inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Senhores: CLAUDIOMIRO FERRAZ, CPF Nº. 784.843.329-34, CASSIO ANDREI FONTANA SIMÃO, CPF Nº. 757.970.209-63 e LEILE DENISE LEONARDO, CPF Nº. 812.083.919-68, para procederem a avaliação, por preço de mercado, para constituir o preço mínimo de alienação através de Leilão dos bens móveis conforme anexo I deste decreto, por estarem em desuso e devido as condições em que alguns se encontram.

Art. 2º Os membros da Comissão não serão remunerados e seus serviços serão considerados relevantes ao Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 22 de maio de 2012.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CASSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

ANEXO I

- LOTE 01 - Carteiras e cadeiras escolares.

- LOTE 02 - Eletrodomésticos:

07 fogões; 02 geladeiras; 01 jato; 02 ar condicionado; 03 televisões; 10 vídeo cassetes; 03 som.

- LOTE 03 - 23 computadores e periféricos; 19 impressoras; 09 mimiógrafos; 06 máquinas de escrever; 07 calculadoras; telefones e fios diversos.

- LOTE 04 - Móveis de cozinha:

07 balcões com tampo de pia; 07 aéreos; 02 balcões de cozinha; 01 mesa sem cadeiras.

- LOTE 05 - Móveis de Escritório :

09 armários; 20 mesas de escritório.

- LOTE 06 - 02 balcões de madeira nobre.

- LOTE 07 - Utensílios Básicos da Saúde:

03 camas hospitalares; 01 cadeira de ambulância; 03 balanças; 01 aparelho elétrico.

- LOTE 08 - Ferro velho.

- LOTE 09: 01 (um) ônibus marca/modelo MON/PROTOTIPO, ano fabricação/modelo 1990/1990, a diesel, Chassi: 9BARS-V001LD001501, cor Branca.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 22 de maio de 2012.

Portaria Nº. 062, de 22 de Maio de 2012.

PORTARIA Nº. 062, de 22 de maio de 2012.

Faz Exoneração de Servidor de Cargo Permanente que especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 41, inciso I e Art. 42, inciso I, da Lei nº 038, de 04 de Novembro de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora LETÍCIA VASCONCELOS DE MOURA, do cargo da Categoria Funcional de MÉDICA, do quadro de pessoal Permanente do Poder Executivo Municipal, nomeada pela Portaria 059, de 28 de março de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 22 de maio de 2012.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Resultado da Tomada de Preços Nº 16/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2012.

Objeto: Contratação de empresa p/ pavimentação com asfalto CBUQ, drenagem pluvial e sinalização viária na comunidade de Santana com área de 6.119,10 m².

Vencedor: Setep Construções S.A

Valor: R\$ 711.974,50(setecentos e onze mil, novecentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos).

Marcos Leone Oliveira- Prefeito Municipal

Contrato Pme Nº 23/2012

CONTRATO nº 23/2012

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Adailton Cardoso da Silva

OBJETO: Contratação de um profissional especializado na área de engenharia p/ a fiscalização e emissão de laudo de medição da obra de pavimentação com asfalto CBUQ, drenagem pluvial e sinalização viária na comunidade de Santana com área de 6.119,10 m².

PRAZO: 15/05/2012 à 31/12/2012.

VALOR ESTIMADO: R\$ 7.600,00

Data da assinatura: 15/05/2012.

Contrato Pme Nº 24/2012 - 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 19/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 19/2012

CONTRATO nº 24/2012

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Maria Cristina da Silva & Cia Ltda

OBJETO: Implantação de meio-fio e drenagem pluvial na Rua A, Rua B, Rua D e Estrada Geral Morro do Soares.

PRAZO: 02 meses

VALOR ESTIMADO: O valor previsto na cláusula quinta do contrato de origem fica aditado em R\$ 9.815,40. Restando o valor total em R\$ 66.806,85.

Data da assinatura: 18/05/2012.

Erval Velho**PREFEITURA****Decreto 1632/2012**

DECRETO 1535, de 13 de julho de 2011.

Nomeia Integrantes do Conselho Municipal de Educação e dá outras providências.

Lenita Dadalt Fontana, Prefeita Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI, do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei nº 1186 de 04 de junho de 2009, DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada as pessoas a seguir relacionadas para comporem o Conselho Municipal de Educação do Município de Erval Velho.

Representante Da Secretaria Municipal De Educação, Cultura E Desporto

Titular - IVONE KERSCHEBAUMER DENTI

Suplente - ODILA PRATTO RECALCATTI

Representante Da Secretaria Municipal De Saúde, Bem Estar Social E Habitação

Titular - ELIANE PICOLLI LOPES

Suplente - IVONEZ MARGARIDA SUTIL DEMORI

Representante Da Secretaria Municipal De Agricultura E Meio Ambiente

Titular - CLAUDEMIR BORDIN

Suplente - VANILSON ALESSI

Representante Da Câmara Municipal De Vereadores

Titular - VER. JOSÉ CARLOS MARCON

Suplente - VER. EDGAR BRUNO DE SORDI

Representante Da App Da Rede Municipal De Ensino

Titular - LAURECI FELIPIACKI

Suplente - SUSANA BERTELLI

Representante Da Rede Estadual De Ensino

Titular - ROZELI ANDOLFATO BROCARDIO

Suplente - SIRINEU DENTI

Representante Do Sindicato Dos Trabalhadores E Trabalhadoras Rurais - STTR

Titular - CLEUDES MARTINI

Suplente - ANTONIO CARLOS PARISENTI

REPRESENTANTE DA CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS - CDL

Titular - ADRIANA CORBANI PARMAGNANI

Suplente - MARCOS ANTONIO PARMAGNANI

Art. 2º. O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, podendo haver substituição a qualquer tempo, a critério dos órgãos e entidades representadas, e será considerado como "Serviço Relevante Prestado ao Município de Erval Velho" e será exercido de forma gratuita.

Parágrafo único - As atribuições dos Conselheiros, se Servidores Públicos Municipais, terão prioridade sobre quaisquer outros.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 13 de julho de 2011.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 13 de julho de 2011.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1633/2012

DECRETO 1633, de 16 de abril de 2012.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1292, de 17 de novembro de 2011 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 07 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



UNIDADE 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ/ATIV - 2.032 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS

Total de Suplementações R\$ 15.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2011 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 16 de abril de 2012.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Walter Kleber Kucher Junior
Secretário Municipal de Administração e Finanças
 
Anexo I - DECRETO N.º 1633/2012, de 16 de abril de 2012

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO
Exercício de 2011

Fonte de Recurso 0000.00 - Recursos Ordinários

Ativo Financeiro	1.398.209,63
(-) Passivo Financeiro	(82.323,96)
Superávit Financeiro	1.315.885,67

Deduções	
Decreto n.º 1602/2012	300.000,00
Decreto n.º 1609/2012	20.000,00
Decreto n.º 1617/2012	231.099,96
Decreto n.º 1618/2012	211.000,00
Decreto n.º 1625/2012	317.000,00
Decreto n.º 1633/2012	15.000,00

Saldo 221.785,71
Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2011- Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE
Técnico Contábil

Decreto 1634/2012

DECRETO 1634, de 27 de abril de 2012.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1292, de 17 de novembro de 2011 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
UNIDADE 03 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES

PROJ/ATIV - 1.011 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS PARA O ESPORTE E LAZER
4.4.90.00.00.00.00.0300 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Total de Suplementações R\$ 40.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2011 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 27 de abril de 2012.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Walter Kleber Kucher Junior
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1634/2012, de 27 de abril de 2012

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO
Exercício de 2011

Fonte de Recurso 0000.00 - Recursos Ordinários

Ativo Financeiro	1.398.209,63
(-) Passivo Financeiro	(82.323,96)
Superávit Financeiro	1.315.885,67

Deduções	
Decreto n.º 1602/2012	300.000,00
Decreto n.º 1609/2012	20.000,00
Decreto n.º 1617/2012	231.099,96
Decreto n.º 1618/2012	211.000,00
Decreto n.º 1625/2012	317.000,00
Decreto n.º 1633/2012	15.000,00
Decreto n.º 1634/2012	40.000,00

Saldo 181.785,71
Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2011- Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE
Técnico Contábil

Decreto 1635/2012

DECRETO 1635, de 11 de maio de 2012.

Homologa inscrições do Processo Seletivo n. 001/2012, de que trata o Edital n. 001, de 17 de abril de 2012 e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal em especial no Edital n. 001, de 17 de abril de 2012, homologa as inscrições para o respectivo teste seletivo,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições para o Processo Seletivo n. 001/2012, originado pelo Edital n. 001, de 17 de abril de 2012, conforme abaixo:

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Cargo
001	Catia Gemelli Ganzer	Assistente Social
002	Salete Cirino de Campos	Agente Comunitário de Saúde
003	Josceli de Fátima Pinto Massoco	Assistente Social
004	Fabiani Christófolli	Agente Comunitário de Saúde
005	Marta Recalcatti	Agente Comunitário de Saúde
006	Rita da Silva	Agente Comunitário de Saúde
007	Leticia Brandalise Caetano	Agente Comunitário de Saúde
008	Viviane Manica	Assistente Social
009	Marli Aparecida Tessaro	Agente Comunitário de Saúde
010	Elicleia Padilha	Agente Comunitário de Saúde
011	Elisabete Gomes Ferreira Recalcatti	Agente Comunitário de Saúde
012	Giovana do Amaral	Agente Comunitário de Saúde
013	Katiana Dalmédico	Agente Comunitário de Saúde
014	Maria Celia Ferreira da Silva Weber	Assistente Social
015	Dalvana Contini	Agente Comunitário de Saúde
016	Roberta Adelize Pereira	Agente Comunitário de Saúde
017	Marizete Cecília da Rosa	Agente Comunitário de Saúde
018	Magda Rosana Garbin Barcaro	Assistente Social
019	Ivanete Brunetto Camargo	Agente Comunitário de Saúde
020	Thamara Loss Sottili	Assistente Social
021	Solange Prezotto	Agente Comunitário de Saúde
022	Rudinei Luiz Piovesan Junior	Agente Comunitário de Saúde
023	Welton Cristiano Cezar Borin	Agente Comunitário de Saúde
024	Graziela Luana Muhlbrandt	Agente Comunitário de Saúde
025	Marisete Ap. Rodrigues da Silva Cordeiro	Agente Comunitário de Saúde
026	Dionete Ferrari Fabrin	Assistente Social
027	Roseli Fátima da Silva	Assistente Social
028	Bruna Fernanda Mazzuco	Assistente Social
029	Fabiana Aparecida de Souza	Assistente Social
030	Elide Pires Ferreira	Agente Comunitário de Saúde
031	Aline Martini Quirole	Assistente Social
032	Soeli Ap. da Costa de Oliveira	Agente Comunitário de Saúde
033	Gabriela Vettori Dalmédico	Agente Comunitário de Saúde
034	Marli Ap. Coronetti Nora	Assistente Social
035	Maria Lidia Storti Piovezan	Agente Comunitário de Saúde
036	Jaqueline Rossa	Agente Comunitário de Saúde
037	Eliane Dorini	Agente Comunitário de Saúde
038	Priscilla Zamboni	Assistente Social

039	Tânia Wolff Pinheiro	Assistente Social
040	Kelly Wolf Pinheiro Saurin	Assistente Social
041	Jaqueline de Oliveira	Agente Comunitário de Saúde
042	Lediane Tizziani	Assistente Social
043	Adriane Signore	Assistente Social

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 11 de maio de 2012.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1636/2012

DECRETO 1636, de 11 de maio de 2012.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1292, de 17 de novembro de 2011 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 26.197,22 (vinte e seis mil, cento e noventa e sete reais e vinte e dois centavos) para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 07 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ/ATIV - 1.024 - AQUISIÇÃO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS - FMAS

4.4.90.00.00.00.00.03.0352.00 - Aplicações Diretas R\$ 18.197,22

4.4.90.00.00.00.00.03.0300.00 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

UNIDADE 02 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

PROJ/ATIV - 2.033 - MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

3.3.90.00.00.00.00.03.0352.00 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Total de Suplementações R\$ 41.197,22

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2011 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 11 de maio de 2012.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1636/2012, de 11 de maio de 2012**DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO**

Exercício de 2011

Fonte de Recurso 0352.00 - Outras Transferências FMAS

Ativo Financeiro	103.643,69
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	103.643,69

Deduções

Decreto n.º 1620/2012	32.000,00
Decreto n.º 1636/2012	33.197,22

Saldo 38.446,47

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2011- Anexo 14

Fonte de Recurso 0000.00 - Recursos Ordinários

Ativo Financeiro	1.398.209,63
(-) Passivo Financeiro	(82.323,96)
Superávit Financeiro	1.315.885,67

Deduções

Decreto n.º 1602/2012	300.000,00
Decreto n.º 1609/2012	20.000,00
Decreto n.º 1617/2012	231.099,96
Decreto n.º 1618/2012	211.000,00
Decreto n.º 1625/2012	317.000,00
Decreto n.º 1633/2012	15.000,00
Decreto n.º 1634/2012	40.000,00
Decreto n.º 1636/2012	8.000,00

Saldo 173.785,71

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2011- Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE

Técnico Contábil

Decreto 1637/2012

DECRETO 1637, de 17 de maio de 2012

Abre crédito especial no orçamento vigente do Município de Erval Velho e dá outras providências;

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho/SC, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; lei n. 1307, de 17 de maio de 2012, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Erval Velho - FMS, no valor de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais) para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**UNIDADE 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****PROJ/ATIV - 2.037 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

3.3.50.00.00.00.00.01.0000.00 - Aplicações Diretas R\$ 13.200,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 01.0000 - Recursos Ordinários no valor R\$ 13.200,00 conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 17 de maio de 2012.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto 1638/2012

DECRETO 1638, de 17 de maio de 2012

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Erval Velho e dá outras providências;

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho/SC, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e Parágrafo I do art. 6º da Lei Municipal n. 1292, de 17 de novembro de 2011, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Erval Velho, no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS**UNIDADE 02 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS****PROJ/ATIV - 1.016 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS**

4.4.90.00.00.00.00.01.0024.55 - Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 0024.55 - Transferências de Convênios - Outros - Estado, no valor de R\$ 600.000,00 conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 17 de maio de 2012.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria 2616/2012

PORTARIA 2616, de 18 de maio de 2012.

Altera a Portaria nº 1680 e dá outras providências.

Lenita Dadalt Fontana, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei nº 020, de 08 de abril de 2009, e Lei Complementar nº 007, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art.1º. Altera a Portaria nº 1680, de 10 de novembro de 2006, que colocou à disposição do PSF, a servidora Silvana Carla Festugato



Herrmann, onde lê-se "com opção de vencimentos do Quadro do PSF", lê-se com opção pelo vencimento do cargo efetivo.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de maio de 2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 18 de maio de 2012.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças.

Portaria 2617/2012

PORTARIA 2617, de 18 de maio de 2012.

Altera a Portaria nº 1950 e dá outras providências.

Lenita Dadalt Fontana, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei nº 020, de 08 de abril de 2009, e Lei Complementar nº 007, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art.1º. Altera a Portaria nº 1950, de 01 de abril de 2008, que colocou à disposição do PSF, a servidora Silvia Leticia Correa, onde lê-se "com opção de vencimentos do Quadro do PSF", lê-se com opção pelo vencimento do cargo efetivo.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de maio de 2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 18 de maio de 2012.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças.

Portaria 2618/2012

PORTARIA 2618, de 21 de maio de 2012.

Concede Progressão Funcional a servidores que menciona.

Lenita Dadalt Fontana, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com os artigos 15 e 16 da Lei Complementar n. 020/2009, de 08 de abril de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Progressão Funcional no percentual de 4%(quatro por cento) sobre o salário base aos servidores efetivos abaixo relacionados, referente ao período aquisitivo de abril de 2009 à maio de 2012,

Servidor	Cargo	Nível - Classe
Silvana Carla Festugato Herrmann	Odontólogo	11-A para 11-B
Silvia Leticia Correa	Odontólogo	11-A para 11-B

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de maio de 2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 21 de maio de 2012.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2619/2012

PORTARIA 2619, de 22 de maio de 2012.

Concede Progressão por Aperfeiçoamento aos Servidores do Magistério que menciona.

Lenita Dadalt Fontana, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 16 da Lei Complementar n. 021/2009, de 07 de maio de 2009,

RESOLVE:

Art.1º. Concede progressão funcional por cursos de aperfeiçoamento no percentual de 5%(cinco por cento) sobre o vencimento base aos servidores efetivos abaixo relacionados:

Servidor	Cargo	Nível - Classe
Claudete Oliveira da Silva Piovesan	Professor	03-A para 03-B
Eliane Pinto Lisot	Professor	03-A para 03-B
Giuliana Ganzer	Professor	03-B para 03-C
Loreli Pinto Giacomini	Professor	03-A para 03-B
Norma Bernart	Professor	03-A para 03-B
Norma de Giacometti de Almeida	Professor	02-A para 02-B
Tânia Maria Antunes Alberti	Professor	03-B para 03-C
Vera Medianeira Cezar Borin	Professor	03-B para 03-C

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de maio de 2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 22 de maio de 2012.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Edital de Pregão 018/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 034/2012

Edital de Pregão nº 018/2012

Objeto: Aquisição de um caminhão 6x4 zero quilômetro com cabamba basculante. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às

09h00min do dia 05/06/2012.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal.

Extrato de Edital de Pregão 019/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO
Processo Licitatório nº 035/2012
Edital de Pregão nº 019/2012

Objeto: Aquisição de um veículo zero quilômetro. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 14h00min do dia 05/06/2012.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal.

Forquilha

PREFEITURA

Aviso de Licitação AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 83/PMF/2012.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a aquisição de "gêneros alimentícios", merenda escolar, através de empresas do ramo pertinente, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 11 de junho de 2012 às 08:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou 3463 8122.

Forquilha, 23 de maio de 2012.
VALDECIR TISCOSKI
Pregoeiro

Dispensa de Licitação Nº. 84/PMF/2012

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 84/PMF/2012
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS

DA AGRICULTURA FAMILIAR

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, torna público, que estará procedendo o chamamento para recebimento de propostas e habilitação para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o segundo trimestre do exercício de 2012 no município de Forquilha/SC, conforme Lei 11.947/09 e Resolução FNDE nº. 38 de 16/07/2009. Os interessados deverão encaminhar projeto de venda desses gêneros alimentícios para a Comissão de Licitação da Prefeitura de Forquilha sito a Avenida 25 de Julho, 3.400, Centro, Forquilha/SC, até o dia 11/06/2012 às 15:00 horas.

Edital completo com especificações e quantitativos dos itens e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3.400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha/SC, 23 de maio de 2012.
ADEMIR BRANDIELLI PEDRO
Presidente da Comissão de Licitação

Extrato de Contrato PMF Nº 137/2012

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 137/2012.
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO - CONFER - CONSTRUTORA FERNANDES LTDA

DO OBJETO - execução da pavimentação alfástica da Rodovia Municipal Imigrantes Italianos, trecho Sanga do Café à Sanga do Engenho, numa extensão de 0,5 km, no Município de Forquilha/SC, conforme convênio nº. 4400/2012-8, firmado junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Criciúma.

VALOR - R\$ 239.676,13 (duzentos e trinta e nove mil seiscentos e setenta e seis reais e treze centavos)

VIGÊNCIA - 210 (duzentos e dez) dias corridos (prazo de execução 90 dias)

DOTAÇÃO - 0803.1018.4490 (129) e (131) - GOVERNO ESTADUAL

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Tomada de Preço nº. 67/PMF/2012.

DATA DA ASSINATURA - 04 de maio de 2012.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 19/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 19/2012
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 181/2011
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO - J F PAVIMENTAÇÕES LTDA

DO OBJETO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 181/PMF/2011 de 20/04/2012 para 20/05/2012 bem como a vigência do contrato para 18/08/2012.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 16 de abril de 2012.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 30/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 30/2012

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 110/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

DO VALOR - O presente termo tem por objeto o aditamento em R\$ 17.485,91 (dezesete mil quatrocentos e oitenta e um reais e noventa e um centavos) do Contrato PMF nº 110/2010 para maior, relativo ao reajustamento do saldo a partir de junho de 2010 até junho de 2011, conforme planilha anexa e aprovada pelo Engenheiro Civil Ademar João Back, que é parte integrante do presente termo, independentemente de transcrição.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 18/05/2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Ata do Edital de Tomada de Preços Nº. 72/PMF/2012

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 72/PMF/2012

TERCEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 72/PMF/2012, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS EXECUÇÃO DA RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DAS COMUNIDADES DE BARRA DA SANGA, SANGA DO ENGENHO, PIQUE DO RIO CEDRO, COM PAVIMENTAÇÃO TIPO PRIMÁRIA DE SEIXO CLASSIFICADO (BASE 3”), NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, CONFORME CONVÊNIO Nº. 4398/2012-2, FIRMADO JUNTO À SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLV. REGIONAL DE CRICIÚMA

Às onze horas do dia vinte e três do mês de maio do ano de dois mil e doze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 72/PMF/2012. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr Ademir Brandieli Pedro, juntamente com o Procurador Geral Ander Luiz Warmling e comissão correspondente, receberam a decisão do Prefeito Municipal, Vanderlei Alexandre, sobre o Recurso Administrativo impetrado pela empresa CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA., juntamente com o contra-recurso protocolado pela empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A. sobre a decisão de inabilitação referida na Ata nº. 02. Diante dos fatos, o Prefeito Municipal decidiu pela inabilitação da empresa CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA. Desta forma, decide esta Comissão, por unanimidade, dar prosseguimento ao presente processo licitatório, com abertura dos envelopes de nº. 02 - Da Proposta de Preço das licitantes SETEP CONSTRUÇÕES S.A. e CONSTRUTORA NUNES LTDA. conforme habilitação estabelecida na Ata nº. 02, para as 14:00 horas do dia 25 de maio de 2012, na Sala de reuniões desta Municipalidade. A empresa habilitada será comunicada por FAX ou via e-mail desta decisão. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão.

Forquilha, 23 de maio de 2012.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Presidente da Comissão de Licitação

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Membro da Comissão de LicitaçãoVALMIR COLOMBO
Membro da Comissão de LicitaçãoANDER LUIZ WARMLING
Procurador Geral**Ata do Edital de Tomada de Preços Nº. 73/PMF/2012**

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 73/PMF/2012

TERCEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 73/PMF/2012, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS EXECUÇÃO DA RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DAS COMUNIDADES DE SÃO PEDRO, TAQUARA, LINHA SÃO JOSÉ, COM PAVIMENTAÇÃO TIPO PRIMÁRIA DE SEIXO ROLADO, NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, CONFORME CONVÊNIO Nº. 4399/2012-0, FIRMADO JUNTO À SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLV. REGIONAL DE CRICIÚMA

Às onze horas e trinta minutos do dia vinte e três do mês de maio do ano de dois mil e doze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 73/PMF/2012. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr Ademir Brandieli Pedro, juntamente com o Procurador Geral Ander Luiz Warmling e comissão correspondente, receberam a decisão do Prefeito Municipal, Vanderlei Alexandre, sobre o Recurso Administrativo impetrado pela empresa CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA., juntamente com o contra-recurso protocolado pela empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A. sobre a decisão de inabilitação referida na Ata nº. 02. Diante dos fatos, o Prefeito Municipal decidiu pela inabilitação da empresa CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA. Desta forma, decide esta Comissão, por unanimidade, dar prosseguimento ao presente processo licitatório, com abertura dos envelopes de nº. 02 - Da Proposta de Preço das licitantes SETEP CONSTRUÇÕES S.A. e CONSTRUTORA NUNES LTDA. conforme habilitação estabelecida na Ata nº. 02, para as 15:00 horas do dia 25 de maio de 2012, na Sala de reuniões desta Municipalidade. A empresa habilitada será comunicada por FAX ou via e-mail desta decisão. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão.

Forquilha, 23 de maio de 2012.
ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Presidente da Comissão de LicitaçãoERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Membro da Comissão de LicitaçãoVALMIR COLOMBO
Membro da Comissão de LicitaçãoANDER LUIZ WARMLING
Procurador Geral

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.535.000,00	54.728.069,99	9.055.651,99	17.347.227,60	8.045.518,37	14.639.395,00	96,44	26,75	40.088.674,99
Legislativa	1.930.000,00	1.930.000,00	248.986,05	457.186,18	225.434,14	429.294,27	2,83	22,24	1.500.705,73
Ação Legislativa	1.930.000,00	1.930.000,00	248.986,05	457.186,18	225.434,14	429.294,27	2,83	22,24	1.500.705,73
Administração	6.005.000,00	6.005.000,00	851.227,60	1.705.197,10	795.718,83	1.523.951,86	10,04	25,38	4.481.048,14
Planejamento e Orçamento	310.000,00	310.000,00	49.023,98	93.367,00	49.023,98	93.367,00	0,62	30,12	216.633,00
Administração Geral	5.695.000,00	5.695.000,00	802.203,62	1.611.830,10	746.694,85	1.430.584,86	9,42	25,12	4.264.415,14
Segurança Pública	160.000,00	108.000,00	10.267,21	89.271,06	9.495,21	54.249,06	0,36	50,23	53.750,94
Policimento	160.000,00	108.000,00	10.267,21	89.271,06	9.495,21	54.249,06	0,36	50,23	53.750,94
Assistência Social	2.750.000,00	2.750.000,00	328.913,58	713.742,97	289.809,54	605.345,03	3,99	22,01	2.144.654,97
Assistência à Criança e ao Adolescente	185.000,00	185.000,00	1.838,09	2.138,09	1.838,09	2.138,09	0,01	1,16	182.861,91
Assistência Comunitária	2.065.000,00	2.065.000,00	272.560,44	577.782,05	233.456,40	469.384,11	3,09	22,73	1.595.615,89
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	500.000,00	500.000,00	54.515,05	133.822,83	54.515,05	133.822,83	0,88	26,76	366.177,17
Previdência Social	3.300.000,00	3.300.000,00	78.983,49	120.780,42	49.349,49	88.146,42	0,58	2,67	3.211.853,58
Previdência do Regime Estatutário	3.300.000,00	3.300.000,00	78.983,49	120.780,42	49.349,49	88.146,42	0,58	2,67	3.211.853,58
Saúde	9.550.000,00	9.550.000,00	1.485.654,15	3.242.401,28	1.464.118,57	2.974.139,04	19,59	31,14	6.575.860,96
Assistência Comunitária	150.000,00	150.000,00	39.248,53	53.525,63	23.353,14	34.691,71	0,23	23,13	115.308,29
Atenção Básica	9.325.000,00	9.325.000,00	1.438.506,50	3.168.179,10	1.431.828,71	2.926.689,99	19,28	31,39	6.398.310,01
Vigilância Sanitária	15.000,00	15.000,00	1.959,20	6.908,38	2.252,85	2.895,98	0,02	19,31	12.104,02
Vigilância Epidemiológica	60.000,00	60.000,00	5.939,92	13.788,17	6.683,87	9.861,36	0,06	16,44	50.138,64
Educação	12.310.000,00	12.406.069,99	1.906.273,59	3.910.606,78	1.768.406,68	3.267.636,82	21,53	26,34	9.138.433,17
Alimentação e Nutrição	660.000,00	660.000,00	112.024,08	165.149,68	82.427,78	132.760,70	0,87	20,12	527.239,30
Ensino Fundamental	7.930.000,00	7.929.288,09	1.226.225,63	2.761.262,72	1.214.324,92	2.251.875,64	14,84	28,40	5.677.412,45
Ensino Profissional	15.000,00	15.000,00	599,60	2.129,84	599,60	2.129,84	0,01	14,20	12.870,16
Ensino Superior	140.000,00	140.000,00	22.558,33	22.558,33	22.558,33	22.558,33	0,15	16,11	117.441,67
Educação Infantil	3.260.000,00	3.260.000,00	401.090,05	770.812,90	403.502,05	768.400,90	5,06	23,57	2.491.599,10
Educação Especial	305.000,00	401.781,90	143.775,90	188.693,31	44.994,00	89.911,41	0,59	22,38	311.870,49
Cultura	260.000,00	410.000,00	318.365,52	321.210,52	212.839,83	215.684,83	1,42	52,61	194.315,17
Difusão Cultural	260.000,00	410.000,00	318.365,52	321.210,52	212.839,83	215.684,83	1,42	52,61	194.315,17
Urbanismo	5.715.000,00	5.617.000,00	1.147.135,50	2.294.833,10	838.389,16	1.732.236,42	11,41	30,84	3.884.763,58
Infra-Estrutura Urbana	420.000,00	270.000,00	0,00	14.835,38	0,00	14.835,38	0,10	5,49	255.164,62
Serviços Urbanos	5.295.000,00	5.347.000,00	1.147.135,50	2.279.997,72	838.389,16	1.717.401,04	11,31	32,12	3.629.598,96

Continua 1/3

Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.535.000,00	54.728.069,99	9.055.651,99	17.347.227,60	8.045.518,37	14.639.395,00	96,44	26,75	40.088.674,99
Habitação	340.000,00	340.000,00	28.204,81	96.496,18	47.821,81	85.984,18	0,57	25,29	254.015,82
Habitação Urbana	340.000,00	340.000,00	28.204,81	96.496,18	47.821,81	85.984,18	0,57	25,29	254.015,82
Saneamento	755.000,00	755.000,00	0,00	195.566,00	100.191,80	163.541,70	1,08	21,66	591.458,30
Saneamento Básico Urbano	755.000,00	755.000,00	0,00	195.566,00	100.191,80	163.541,70	1,08	21,66	591.458,30
Gestão Ambiental	1.270.000,00	1.270.000,00	193.060,04	336.493,15	134.668,94	277.102,05	1,83	21,82	992.897,95
Preservação e Conservação Ambiental	590.000,00	590.000,00	72.828,30	181.606,19	51.828,30	159.606,19	1,05	27,05	430.393,81
Controle Ambiental	680.000,00	680.000,00	120.231,74	154.886,96	82.840,64	117.495,86	0,77	17,28	562.504,14
Agricultura	1.915.000,00	1.970.000,00	607.919,98	1.028.979,91	255.196,56	579.532,93	3,82	29,42	1.390.467,07
Extensão Rural	1.915.000,00	1.970.000,00	607.919,98	1.028.979,91	255.196,56	579.532,93	3,82	29,42	1.390.467,07
Indústria	50.000,00	50.000,00	0,00	26.647,04	3.330,88	3.330,88	0,02	6,66	46.669,12
Promoção Industrial	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Normalização e Qualidade	30.000,00	30.000,00	0,00	26.647,04	3.330,88	3.330,88	0,02	11,10	26.669,12
Transporte	5.885.000,00	5.927.000,00	1.528.646,99	2.249.697,45	1.576.374,44	2.132.242,04	14,05	35,98	3.794.757,96
Transporte Aéreo	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Transporte Rodoviário	5.875.000,00	5.917.000,00	1.528.646,99	2.249.697,45	1.576.374,44	2.132.242,04	14,05	36,04	3.784.757,96
Desporto e Lazer	1.750.000,00	1.750.000,00	245.663,04	406.554,56	198.022,05	355.413,57	2,34	20,31	1.394.586,43
Desporto Comunitário	1.270.000,00	1.270.000,00	202.513,23	363.404,75	161.261,97	318.653,49	2,10	25,09	951.346,51
Lazer	480.000,00	480.000,00	43.149,81	43.149,81	36.760,08	36.760,08	0,24	7,66	443.239,92
Encargos Especiais	550.000,00	550.000,00	76.350,44	151.563,90	76.350,44	151.563,90	1,00	27,56	398.436,10
Outros Encargos Especiais	550.000,00	550.000,00	76.350,44	151.563,90	76.350,44	151.563,90	1,00	27,56	398.436,10
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.015.000,00	2.060.000,00	208.191,74	540.052,03	208.191,74	540.052,03	3,56	26,22	1.519.947,97
Legislativa	70.000,00	70.000,00	4.121,29	12.430,81	4.121,29	12.430,81	0,08	17,76	57.569,19
Ação Legislativa	70.000,00	70.000,00	4.121,29	12.430,81	4.121,29	12.430,81	0,08	17,76	57.569,19
Administração	445.000,00	445.000,00	48.087,31	123.228,36	48.087,31	123.228,36	0,81	27,69	321.771,64
Administração Geral	445.000,00	445.000,00	48.087,31	123.228,36	48.087,31	123.228,36	0,81	27,69	321.771,64
Saúde	840.000,00	840.000,00	90.550,47	234.243,18	90.550,47	234.243,18	1,54	27,89	605.756,82
Atenção Básica	840.000,00	840.000,00	90.550,47	234.243,18	90.550,47	234.243,18	1,54	27,89	605.756,82
Educação	660.000,00	705.000,00	65.432,67	170.149,68	65.432,67	170.149,68	1,12	24,13	534.850,32
Ensino Fundamental	560.000,00	605.000,00	54.270,02	150.857,98	54.270,02	150.857,98	0,99	24,94	454.142,02

Continua 2/3

Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.015.000,00	2.060.000,00	208.191,74	540.052,03	208.191,74	540.052,03	3,56	26,22	1.519.947,97
Educação	660.000,00	705.000,00	65.432,67	170.149,68	65.432,67	170.149,68	1,12	24,13	534.850,32
Educação Infantil	100.000,00	100.000,00	11.162,65	19.291,70	11.162,65	19.291,70	0,13	19,29	80.708,30
TOTAL (III) = (I + II)	56.550.000,00	56.788.069,99	9.263.843,73	17.887.279,63	8.253.710,11	15.179.447,03	100,00	26,73	41.608.622,96

FONTE:

FORQUILHINHA, 22/05/2012

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

JADNA COLOMBO PEREIRA
Contadora CRC/SC 29 204/O-6

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Controle Interno CRC/SC 029.078/1

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.955.000,00	54.955.000,00	9.855.273,14	17,93	16.610.604,46	30,23	38.344.395,54
RECEITAS CORRENTES	49.390.000,00	49.390.000,00	8.514.214,21	17,24	15.159.930,09	30,69	34.230.069,91
RECEITA TRIBUTARIA	4.371.000,00	4.371.000,00	1.562.818,46	35,75	2.018.013,54	46,17	2.352.986,46
IMPOSTOS	3.166.000,00	3.166.000,00	1.018.268,66	32,16	1.327.624,81	41,93	1.838.375,19
TAXAS	1.105.000,00	1.105.000,00	541.235,16	48,98	685.375,58	62,02	419.624,42
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	100.000,00	100.000,00	3.314,64	3,31	5.013,15	5,01	94.986,85
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.645.000,00	1.645.000,00	278.000,83	16,90	594.646,19	36,15	1.050.353,81
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	995.000,00	995.000,00	159.829,67	16,06	374.693,62	37,66	620.306,38
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	650.000,00	650.000,00	118.171,16	18,18	219.952,57	33,84	430.047,43
RECEITA PATRIMONIAL	1.763.000,00	1.763.000,00	506.599,50	28,74	881.827,55	50,02	881.172,45
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.763.000,00	1.763.000,00	506.599,50	28,74	881.827,55	50,02	881.172,45
RECEITA AGROPECUARIA	30.000,00	30.000,00	1.928,00	6,43	5.389,00	17,96	24.611,00
Outras Rec. Agropecuárias	30.000,00	30.000,00	1.928,00	6,43	5.389,00	17,96	24.611,00
RECEITA DE SERVIÇOS	190.000,00	190.000,00	22.003,49	11,58	63.975,03	33,67	126.024,97
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	40.025.000,00	40.025.000,00	5.927.414,49	14,81	11.180.701,00	27,93	28.844.299,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	39.100.000,00	39.100.000,00	5.797.944,87	14,83	11.042.880,17	28,24	28.057.119,83
Transf. de Instituições Privadas	315.000,00	315.000,00	9.974,31	3,17	12.791,77	4,06	302.208,23
Transf. de Conv.	610.000,00	610.000,00	119.495,31	19,59	125.029,06	20,50	484.970,94
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.366.000,00	1.366.000,00	215.449,44	15,77	415.377,78	30,41	950.622,22
Multas e Juros de Mora	238.000,00	238.000,00	37.939,99	15,94	66.840,39	28,08	171.159,61
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	95.000,00	95.000,00	19.008,81	20,01	75.581,92	79,56	19.418,08
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	451.000,00	451.000,00	83.689,42	18,56	150.587,13	33,39	300.412,87
RECEITAS DIVERSAS	582.000,00	582.000,00	74.811,22	12,85	122.368,34	21,03	459.631,66
RECEITAS DE CAPITAL	5.565.000,00	5.565.000,00	1.341.058,93	24,10	1.450.674,37	26,07	4.114.325,63
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.500.000,00	2.500.000,00	832.618,15	33,30	832.618,15	33,30	1.667.381,85
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.500.000,00	2.500.000,00	832.618,15	33,30	832.618,15	33,30	1.667.381,85
ALIENAÇÃO DE BENS	65.000,00	65.000,00	16.755,00	25,78	21.375,00	32,88	43.625,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	55.000,00	55.000,00	16.755,00	30,46	21.375,00	38,86	33.625,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.000.000,00	3.000.000,00	491.685,78	16,39	596.681,22	19,89	2.403.318,78
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.000.000,00	3.000.000,00	491.685,78	16,39	596.681,22	19,89	2.403.318,78
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.595.000,00	1.595.000,00	204.701,77	12,83	533.173,27	33,43	1.061.826,73
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.595.000,00	1.595.000,00	204.701,77	12,83	533.173,27	33,43	1.061.826,73
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.595.000,00	1.595.000,00	204.701,77	12,83	533.173,27	33,43	1.061.826,73
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.595.000,00	1.595.000,00	204.701,77	12,83	533.173,27	33,43	1.061.826,73

Continua 1/3

Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.595.000,00	1.595.000,00	204.701,77	12,83	533.173,27	33,43	1.061.826,73
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	56.550.000,00	56.550.000,00	10.059.974,91	17,79	17.143.777,73	30,32	39.406.222,27
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	56.550.000,00	56.550.000,00	10.059.974,91	17,79	17.143.777,73	30,32	39.406.222,27
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	56.550.000,00	56.550.000,00	10.059.974,91	17,79	17.143.777,73	30,32	39.406.222,27
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	54.535.000,00	193.069,99	54.728.069,99	9.055.651,99	17.347.227,60	8.045.518,37	14.639.395,00	26,75	40.088.674,99
DESPESAS CORRENTES	42.277.500,00	143.569,99	42.421.069,99	7.058.953,08	13.994.350,82	5.995.309,73	11.514.079,33	27,14	30.906.990,66
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.861.500,00	58.788,09	19.920.288,09	3.076.657,75	6.145.403,14	3.078.936,61	6.136.287,70	30,80	13.784.000,39
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.000,00	0,00	200.000,00	17.078,53	33.166,14	17.078,53	33.166,14	16,58	166.833,86
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.216.000,00	84.781,90	22.300.781,90	3.965.216,80	7.815.781,54	2.899.294,59	5.344.625,49	23,97	16.956.156,41
DESPESAS DE CAPITAL	12.217.500,00	49.500,00	12.267.000,00	1.996.698,91	3.352.876,78	2.050.208,64	3.125.315,67	25,48	9.141.684,33
INVESTIMENTOS	11.717.500,00	49.500,00	11.767.000,00	1.921.567,83	3.202.617,71	1.975.077,56	2.975.056,60	25,28	8.791.943,40
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	500.000,00	0,00	500.000,00	75.131,08	150.259,07	75.131,08	150.259,07	30,05	349.740,93
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00

Continua 2/3

Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.015.000,00	45.000,00	2.060.000,00	208.191,74	540.052,03	208.191,74	540.052,03	26,22	1.519.947,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.015.000,00	45.000,00	2.060.000,00	208.191,74	540.052,03	208.191,74	540.052,03	26,22	1.519.947,97
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	56.550.000,00	238.069,99	56.788.069,99	9.263.843,73	17.887.279,63	8.253.710,11	15.179.447,03	26,73	41.608.622,96
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	56.550.000,00	238.069,99	56.788.069,99	9.263.843,73	17.887.279,63	8.253.710,11	15.179.447,03	26,73	41.608.622,96
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.964.330,70	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	56.550.000,00	238.069,99	56.788.069,99	9.263.843,73	17.887.279,63	8.253.710,11	17.143.777,73	26,73	41.608.622,96

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.460.540,86

FONTE:

FORQUILHINHA, 22/05/2012

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

JADNA COLOMBO PEREIRA
Contadora CRC/SC 29 204/O-6

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Controle Interno CRC/SC 029.078/O-9

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2011 A ABRIL/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Mai/2011	Jun/2011	Jul/2011	Ago/2011	Set/2011	Out/2011	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	Mar/2012	Abr/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	3.614.258,26	3.526.097,36	3.430.096,13	3.867.246,36	3.553.929,08	3.860.991,17	3.906.146,49	4.452.800,72	3.670.252,54	3.791.681,60	4.192.993,44	5.066.502,51	46.932.995,66	54.627.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	271.905,85	279.078,97	213.876,59	234.870,54	198.402,69	191.148,59	218.684,41	295.175,53	210.729,60	244.465,48	567.729,76	995.088,70	3.921.156,71	4.371.000,00
I.P.T.U.	20.275,94	22.113,62	14.467,54	5.312,36	5.021,18	3.836,37	6.347,95	8.322,31	503,44	8.757,12	154.696,47	451.463,44	701.117,74	900.000,00
I.S.S.	134.111,26	93.833,85	87.872,47	126.222,51	103.639,22	102.396,70	85.579,48	144.082,61	115.167,37	66.656,81	149.546,15	126.685,24	1.335.793,67	1.418.000,00
I.T.B.I.	27.765,07	46.773,15	31.834,55	44.342,08	24.771,03	26.144,24	34.079,72	50.261,15	26.266,26	21.612,47	41.877,41	27.050,55	402.777,68	400.000,00
I.R.R.F	38.532,18	35.581,43	33.129,81	32.443,45	36.569,99	34.058,38	61.253,16	47.255,31	39.498,87	30.893,81	30.736,37	36.213,03	456.165,79	448.000,00
Outras Receitas Tributárias	51.221,40	80.776,92	46.572,22	26.550,14	28.401,27	24.712,90	31.424,10	45.254,15	29.293,66	116.545,27	190.873,36	353.676,44	1.025.301,83	1.205.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	114.782,13	122.740,54	125.245,86	117.067,70	120.211,02	122.228,36	120.451,26	124.394,32	190.141,65	126.503,71	137.952,93	140.047,90	1.561.767,38	1.645.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	165.144,38	79.683,98	108.801,40	386.200,29	132.697,73	150.762,80	209.228,42	78.293,67	188.131,83	187.096,22	185.459,00	321.140,50	2.192.640,22	1.760.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.490,00	2.687,00	2.250,00	1.540,00	1.472,00	2.800,00	2.810,00	2.025,00	1.646,00	1.815,00	1.050,00	878,00	22.463,00	30.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3.100,94	7.792,75	3.921,93	5.418,62	3.774,35	6.807,22	5.555,47	4.813,04	6.456,55	35.514,99	13.086,41	8.917,08	105.159,35	190.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.962.802,17	2.926.989,45	2.889.790,15	3.028.679,88	2.994.972,09	3.300.345,90	3.237.717,97	3.809.258,57	3.022.440,30	3.047.064,47	3.201.736,09	3.470.960,14	37.892.757,18	45.265.000,00
Cota-Parte do F.P.M.	928.775,83	838.285,61	713.109,29	735.584,99	587.240,74	771.886,49	815.527,64	1.371.441,62	861.971,49	1.042.685,47	708.149,94	892.501,19	10.267.160,30	11.500.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.146.205,43	1.149.249,82	1.225.407,35	1.216.476,89	1.285.169,36	1.299.164,27	1.324.794,61	1.346.165,26	1.156.938,92	1.005.507,37	1.115.120,81	1.168.170,40	14.438.370,49	15.500.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	127.515,37	125.557,76	139.564,60	135.084,39	134.153,05	150.410,26	115.991,66	76.860,97	59.431,21	95.932,15	131.888,90	145.335,92	1.437.726,24	1.300.000,00
Cota-Parte do ITR.	109,12	70,01	108,83	694,55	7.036,44	9.368,68	172,88	482,17	158,97	127,28	106,55	362,84	18.798,32	10.000,00
Transferências da LC 61/1989	20.165,91	22.293,68	21.909,25	21.985,41	20.381,04	28.791,39	27.003,51	30.393,60	8.859,47	18.875,66	17.289,27	18.345,17	256.293,36	300.000,00
Transferências da LC 87/1996	6.646,45	6.646,45	6.646,45	6.646,45	6.646,45	6.646,45	6.646,45	6.646,45	5.663,06	5.663,06	5.656,82	5.822,97	75.977,51	90.000,00
Transferências do FUNDEB	471.831,24	460.779,35	450.052,78	458.213,48	472.105,61	495.350,95	492.900,46	487.520,01	563.104,72	524.896,29	551.686,32	582.463,43	6.010.904,64	6.100.000,00
Outras Transferências Correntes	261.552,82	324.106,77	332.991,60	453.993,72	482.239,40	538.727,41	454.680,76	489.748,49	366.312,46	353.377,19	671.837,48	657.958,22	5.387.526,32	10.465.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	95.032,79	107.124,67	86.210,20	93.469,33	102.399,20	86.898,30	111.698,96	138.840,59	50.706,61	149.221,73	85.979,25	129.470,19	1.237.051,82	1.366.000,00
DEDUÇÕES (II)	492.737,52	478.981,69	472.615,66	471.371,21	463.405,51	505.903,28	508.346,54	536.673,58	526.031,52	488.284,24	446.758,75	497.706,31	5.888.815,81	6.435.000,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	46.854,10	50.561,20	51.266,74	52.309,62	51.047,58	52.649,96	50.049,15	55.543,99	107.568,83	54.528,67	51.116,51	51.598,81	675.095,16	695.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	445.883,42	428.420,49	421.348,92	419.061,59	412.357,93	453.253,32	458.297,39	481.129,59	418.462,69	433.755,57	395.642,24	446.107,50	5.213.720,65	5.740.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	3.121.520,74	3.047.115,67	2.957.480,47	3.395.875,15	3.090.523,57	3.355.087,89	3.397.799,95	3.916.127,14	3.144.221,02	3.303.397,36	3.746.234,69	4.568.796,20	41.044.179,85	48.192.000,00

FONTE:

FORQUILHINHA, 22/05/2012

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

JADNA COLOMBO PEREIRA
Contadora CRC/SC 29 204/O-6

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Controle Interno CRC/SC 029.078/O-9

Recurso Administrativo

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 72/PMF/2012

RECURSO ADMINISTRATIVO

DO DISPOSITIVO

ISTO POSTO, conheço e indefiro do recurso formulado pela empresa CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA., mantenho a decisão da Comissão de Licitações no Processo Licitatório Tomada de Preço nº. 072/PMF/2012, que declarou inabilitada a recorrente por não atender as exigências contidas nos itens 3.1.2, 3.1.3, 3.1.5 e 3.1.7 alínea "b" do Edital, visto que as declarações requeridas foram firmadas por pessoas sem poderes para tal.

P.R.I. Comunique-se os licitantes da decisão retro e retornem os autos à Comissão Permanente de Licitação para processamento devido.

Forquilha/SC, 23 de maio de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Recurso Administrativo

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 73/PMF/2012

RECURSO ADMINISTRATIVO

DO DISPOSITIVO

ISTO POSTO, conheço e indefiro do recurso formulado pela empresa CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA., mantenho a decisão da Comissão de Licitações no Processo Licitatório Tomada de Preço nº. 073/PMF/2012, que declarou inabilitada a recorrente por não atender as exigências contidas nos itens 3.1.2, 3.1.3, 3.1.5 e 3.1.7 alínea "b" do Edital, visto que as declarações requeridas foram firmadas por pessoas sem poderes para tal.

P.R.I. Comunique-se os licitantes da decisão retro e retornem os autos à Comissão Permanente de Licitação para processamento devido.

Forquilha/SC, 23 de maio de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo**PREFEITURA****Decreto Nº 0143/2012**

DECRETO Nº 0143, DE 23 DE MAIO DE 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 15 da Lei Nº 2122, de 07 de Dezembro de 2011;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de saúde de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde

08.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0017.2.038 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0427 (93) R\$ 20.000,00

Total R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

424210102 - Transf. de Recusos do SUS - Academia de Saúde
R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 23 DE MAIO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0144/2012

DECRETO Nº 0144, DE 23 DE MAIO DE 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2134, de 15 de Fevereiro de 2012;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais), nas seguintes dotações:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura

10.02 - Segurança Pública

06.181.0024.1.039 - Sinalização Viária Horizontal e Vertical

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0200 (287)

R\$ 17.000,00

Total R\$ 17.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2011, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 23 DE MAIO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0145/2012

DECRETO Nº 0145, DE 23 DE MAIO DE 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2122, de 07 de Dezembro de 2011;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), nas seguintes dotações:

11.00 - Secretaria de Ação Social

11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0025.2.057 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0507 (288) R\$ 12.000,00

Total R\$ 12.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

11.00 - Secretaria de Ação Social

11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0025.2.057 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0507 (179) R\$ 12.000,00

Total R\$ 12.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 23 DE MAIO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0146/2012

DECRETO Nº 0146, DE 23 DE MAIO DE 2012.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0018, DE 10 DE MAIO DE 2012.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0018 de 10 de maio de 2012, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 23 de maio DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0018 DE 10 DE MAIO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Epidemiológico** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Epidemiológico**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	10	TONICLEY FERREIRA DE OLIVEIRA	22	0	10	5	2	NÃO	26/8/1985
2	9	DAIANE CRISTINA FURLANE	15	0	4	4	2	NÃO	7/11/1988
3	8	ELAINE DOS SANTOS RIBEIRO	12	0	0	5	0	NÃO	19/8/1993
4	5	ELAINE RIBEIRO	10	0	0	3	0	NÃO	23/9/1991
5	4	OSNI PRADO	9	0	2	0	0	NÃO	30/8/1971
6	7	ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	9	0	0	2	1	NÃO	26/1/1986
7	3	PATRICIA APARECIDA PEREIRA	9	0	0	2	0	NÃO	21/11/1990
8	1	JESSICA FERNANDA VICENTE	8	0	0	1	0	NÃO	2/11/1992
9	11	NILVA PINZ	7	0	0	0	2	NÃO	24/8/1978
10	2	PATRICIA CRISTINA BACHMANN	7	0	0	0	1	NÃO	5/3/1984
11	6	DIEGO CHAGAS DE MORAES	2	0	0	2	0	NÃO	23/7/1989

Decreto Nº 0147/2012

DECRETO Nº 0147, DE 23 DE MAIO DE 2012.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0019, DE 10 DE MAIO DE 2012.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0019 de 10 de maio de 2012, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 23 de maio DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 10 DE MAIO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Operacional** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Operacional**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	4	CLAIR DE OLIVEIRA	0
2	1	MARCELO PIMENTEL	0
3	2	ANTONIO ADIR GOMES	0
4	3	PAULO CEZAR DA SILVA	0

Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
0	0	3	NÃO	22/12/1973
0	0	2	NÃO	4/2/1986
0	0	1	NÃO	14/2/1965
0	0	0	NÃO	25/4/1986

Portaria Nº 1125/2012

PORTARIA Nº 1.125, DE 23 DE MAIO DE 2012.

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 907.133.209-82, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 2909, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT12PMF129, Processo Administrativo Licitatório nº 0110/2012, Tomada de Preços nº 0023/2012, cujo objeto é a execução dos serviços de pavimentação CAUQ na Rua Fuji (parte 2), Loteamento Macieira, bairro Liberata, nesta cidade de Fraiburgo, com área de 6.647,41 m².

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de maio de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0016/2012-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0016/2012 - FMS

Objeto: Contratação de empresa do ramo para desenvolvimento de protocolos, juntamente com os profissionais das Unidades de Saúde, baseados nas determinações do Ministério da Saúde. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 9:15 horas do dia 05.06.2012. Abertura: Às 9:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço GLOBAL. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br e e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 22 de maio de 2012.

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde

Aviso do Pregão Presencial Nº 0077/2012 - Rp 0032 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0077/2012 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS 0032/2012

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de pedras de basalto irregulares para calçamento, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e do Órgão Participante (SANEFRAI), durante o período de junho a outubro

de 2012. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:15 horas do dia 05.06.2012. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 22 de maio de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ct12pmf129/2012

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF129

CONTRATANTE: Município de Fraiburgo. CONTRATADA: VIAPAV CONSTRUTORA LTDA. OBJETO: Execução dos serviços de pavimentação asfáltica CAUQ da rua Fuji (parte 2), Loteamento Macieira, Bairro Liberata, nesta cidade de Fraiburgo, com área de 6.647,41 m² de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (Anexos ao Processo Administrativo Licitatório). VALOR TOTAL: R\$ 660.839,41 (seiscentos e sessenta mil, oitocentos e trinta e nove reais e quarenta e um centavos). DATA: 22.05.2012. VIGÊNCIA: 22.05.2012 a 31.12.2012. PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (sessenta) dias após a emissão e entrega da Ordem de Serviço. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: nº 0110/2012 - PMF. TOMADA DE PREÇOS: nº 0023/2012. RECURSOS: Recursos Ordinários e Recursos Federais (Contrato de repasse nº 766647/2011 -Ministério das Cidades/Caixa).

Fraiburgo (SC), 23 maio de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Garuva**PREFEITURA****Extrato de Contrato Pmg Nº 029/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 029/2012 - Processo PMG nº 023/2012

Modalidade: Dispensa de Licitação

Contratado: Vilmar Campos Gabriel

Contratante: Município de Garuva/Prefeitura Municipal de Garuva

Objeto: a locação de uma sala com 42 m², situado neta Cidade, na Rua Rui Barbosa, nº 693, térreo, Centro, para a instalação do Conselho da Cidade de Garuva (CONCIGA).

Valor Mensal: R\$ 460,00(quatrocentos e sessenta reais)

Dotação: 04.01.2017.339036 - 10000 - Manutenção do Conselho da Cidade

Data de Assinatura: 18/05/2012.

Prazo: 12 (doze) meses.

Amparo Legal: Artigo 24, Inciso X, da Lei 8.666/93.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº. 5004, de 23 de Maio de 2012.

DECRETO Nº. 5004, DE 23 DE MAIO DE 2012.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO TÉCNICA DE LICITAÇÃO PARA A TOMADA DE PREÇOS Nº 45/2012, DESTINADA À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA E DIREITOS DE USO DE SISTEMA DE NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA, INTEGRAÇÃO E TREINAMENTO DE PESSOAL PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo indicados, para compor a Comissão Técnica de Licitação, responsáveis pela análise da proposta técnica da TOMADA DE PREÇOS Nº 45/2012, destinada à contratação de empresa para fornecimento de licença e direitos de uso de sistema de nota fiscal de serviço eletrônico, integração e treinamento de pessoal para utilização do sistema.

I - Fernanda Horst Colsani

II - Jeferson Amaral

III - Ederson Pamplona

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de maio de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Editais de Concorrência Pública Nº 057/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 057/2012.

Torna público que receberá até o dia 25/06/2012, às 15 horas, no Setor de Licitação desta Prefeitura, localizada a Praça 06 de Novembro, nº 01, Centro, as propostas relativas a licitação acima citada, que tem por objetivo a contratação de empresa para construção com fornecimento de materiais do Centro de Educação Infantil de Areias de Baixo e quadra esportiva coberta da Escola Municipal Elvira Sardá da Silva conforme edital, projetos, memorial descritivos e planilhas orçamentárias. A Licitação será realizada em conformidade com a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, sendo que a abertura das propostas será às 15 horas do mesmo dia. Maiores informações e entrega do edital na Prefeitura Municipal, sala da CPL, no endereço acima.

Governador Celso Ramos, 22 de maio de 2012.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal.

Editais de Tomada de Preço Nº 022/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 022/2012.

Torna público que receberá até o dia 11/06/2012, às 17 horas, no Setor de Licitação desta Prefeitura, localizada a Praça 06 de Novembro, nº 01, Centro, as propostas relativas a licitação acima citada, que tem por objetivo a contratação de empresa para construção com fornecimento de materiais da reforma e ampliação do Pronto Atendimento da Unidade de Saúde de Calheiros conforme edital, projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária. A Licitação será realizada em conformidade com a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, sendo que a abertura das propostas será às 17 horas do mesmo dia. Maiores informações e entrega do edital na Prefeitura Municipal, sala da CPL, no endereço acima.

Governador Celso Ramos, 22 de maio de 2012.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal.

Editais de Tomada de Preço Nº 056/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 056/2012.

Torna público que receberá até o dia 11/06/2012, às 15 horas, no Setor de Licitação desta Prefeitura, localizada a Praça 06 de Novembro, nº 01, Centro, as propostas relativas a licitação acima citada, que tem por objetivo a contratação de empresa para construção com fornecimento de materiais de portal conforme edital, projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária. A Licitação será realizada em conformidade com a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, sendo que a abertura das propostas será às 15 horas do mesmo dia. Maiores informações e entrega do edital na Prefeitura Municipal, sala da CPL, no endereço acima.

Governador Celso Ramos, 22 de maio de 2012.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 3.039/2012.

HOMOLOGA O RESULTADO E A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO ORIGINADO PELO EDITAL Nº 001/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando a conclusão de todas as fases do Concurso Público nos termos disciplinados no Edital nº 001/2012;

Considerando o exaurimento dos prazos previstos para a interposição de recursos, em fase administrativa, e julgados os interpostos;

Considerando a ampla publicidade, períodos e formas para manifestação, assegurando-se aos concorrentes amplas condições de contraditório;

Considerando a ilegitimidade da Câmara Municipal de Vereadores para expedir o Decreto Legislativo nº 043/2012 sustentando os efeitos dos atos administrativos relativos ao Concurso Público originado pelo Edital nº 001/2012; de acordo com a Lei Orgânica Municipal;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o resultado e a classificação final do Concurso Público originado pelo Edital nº 001/2012, nos termos dos quadros seguintes:

I – CONCORRÊNCIA GERAL – CG:

Identificação do Cargo					Nº de vagas
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL					03
Nº Insc.	Identificação do Candidato	Notas			Classificação
		Provas Objetivas	Avaliação Títulos	Final	
784	LOURDES FERREIRA BRANDÃO	6,05	2,00	8,05	1º
240	ANA PIOVESAM	6,70	0,89	7,59	2º
297	ELMA CECILIA ETGES	4,10	3,00	7,10	3º
261	ARLETE TREVISOL GUINDANI	6,25	0,69	6,94	4º
541	SANDRA MARA PILATTI SERENA	3,90	3,00	6,90	5º
627	CRISTIANE CANUTO B. DE OLIVEIRA	6,55	0,30	6,85	6º
41	CRISTINA WASSERBERG MARCON	3,70	3,00	6,70	7º (¹)
332	ROSANGELA M. LAMPERTI KIELING	3,70	3,00	6,70	8º (¹)
53	LICIANE DE FATIMA TELLES	4,65	2,00	6,65	9º (¹)
554	SILVIA DOS SANTOS DE OLIVEIRA	4,65	2,00	6,65	10º (¹)
763	MARISA LORENZONI	4,65	2,00	6,65	11º (¹)
398	MARCIA PRONER REBELATTO	5,95	0,65	6,60	12º
873	TALITA PEREIRA DIAS	4,40	2,00	6,40	13º
661	CLEUSA CAMPAGNOLLO CECATTO	5,85	0,50	6,35	14º
864	FRANCIA TALITA CYRINO RAMOS	4,20	2,00	6,20	15º
804	ELIZETE ZANINI ZARPELON	4,15	2,00	6,15	16º
840	ROSINALDA G. DALPIZZOL DORINI	4,10	2,00	6,10	17º (¹)
370	CLECI L. MARAFON CANTELLI	4,10	2,00	6,10	18º (¹)
334	REJANE A. SEVERGNINI KREMER	4,00	2,00	6,00	19º (¹)
584	ANDREA RIEPE PIRES	4,00	2,00	6,00	20º (¹)
113	DAIANA ANTUNES DE OLIVEIRA	3,95	2,00	5,95	21º
914	SIMONE SIMIONI	3,85	2,00	5,85	22º
416	LILIANE A. VALDUGA KRUG	3,80	1,98	5,78	23º
442	REGINA INES REISDORFER	3,75	2,00	5,75	24º (¹)
560	ELIANE PAVIANI GAB	3,75	2,00	5,75	25º (¹)
652	ELIETE A. CASANOVA TEDESCO	3,75	2,00	5,75	26º (¹)
577	EDIVANI BIZOGNIN	3,65	2,00	5,65	27º (¹)
754	ROSANE BERNARDI DA CRUZ	3,65	2,00	5,65	28º (¹)

876	LILIAN BACHIN DE OLIVEIRA	4,90	0,70	5,60	29º (¹)
307	ANA LIDIA DE ALMEIDA	3,50	2,00	5,50	30º (¹)
375	JULIANA VALQUIRIA ROSA TAUGEM	3,55	1,89	5,44	31º
615	ANDREA MARONI BARBIERI	3,65	1,76	5,41	32º
756	DANIELI FELL	3,50	1,90	5,40	33º
843	EDINA BELINI BALBINOT ANDRADE	3,95	1,00	4,95	34º
759	GRAZIELI FUSSINGER	3,80	1,12	4,92	35º
636	ELIR ALEXANDRETTI BARCARO	3,90	1,00	4,90	36º
209	GLACINIRA A. R. C. SPESSATTO	3,95	0,93	4,88	37º
369	JOICE SALETE ROSSONI NEGRI	3,80	1,00	4,80	38º
741	MICHELLI NOVELLO	4,00	0,70	4,70	39º (¹)
534	SIMARA PEDROSO	3,70	1,00	4,70	40º (¹)
404	ROSELY PINTO PADILHA	3,65	1,00	4,65	41º
811	JANAITA DALMORO	4,00	0,60	4,60	42º
761	CARLA A. MODESTO BALESTRIN	4,05	0,40	4,45	43º
522	MARLENE DOLSAN	3,55	0,64	4,19	44º
374	KASSIA FERNANDA CALLAI	3,95	0,20	4,15	45º (¹)
935	MARA HELAINE DAMASIO	3,50	0,65	4,15	46º (¹)
875	ELIANI FÁTIMA BALESTRIN DAROLD	3,70	0,20	3,90	47º

(¹) Os casos de empates encontraram solução na aplicação das disposições dos itens "6.3.2" a "6.3.6", do Edital nº 001.

Identificação do Cargo					Nº de vagas
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL					01
Nº Insc.	Identificação do Candidato	Notas			Classificação
		Provas Objetivas	Avaliação Títulos	Final	
1026	CARLA A. VARGAS CORREA	6,20	1,32	7,52	1º
557	LIVONIR MENDES BALESTRIN	4,05	3,00	7,05	2º
882	DIONE MARIA CIELLO PADILHA	4,00	2,00	6,00	3º
609	LENIR TEREZINHA BEGNINI	3,55	2,00	5,55	4º
575	LARIANE A. X. SANTOS DE CARVALHO	4,35	1,00	5,35	5º
901	MICHELE DEOLA	4,05	1,00	5,05	6º (¹)
885	PATRICIA PELISSER	4,05	1,00	5,05	7º (¹)
663	NAIARA SEGALIN	4,00	0,80	4,80	8º
926	LEONICE MARIA GRAEF DE SOUZA	4,25	0,26	4,51	9º
445	MARIZETE COMARETTO	4,30	0,00	4,30	10º
139	ALINI ALVES CABRAL	3,65	0,55	4,20	11º
1035	ADRIANA M. DA SILVA X. BERNARDI	3,85	0,00	3,85	12º
958	SILVANA MARIA MUSULINE	3,75	0,00	3,75	13º

(¹) Os casos de empates encontraram solução na aplicação das disposições dos itens "6.3.2" a "6.3.6", do Edital nº 001.

Identificação do Cargo					Nº de vagas
------------------------	--	--	--	--	-------------



PROFESSOR DE ARTES					02
Nº Ins.	Identificação do Candidato	Notas			Classificação
		Provas Objetivas	Avaliação Títulos	Final	
400	FATIMA PRANDO	4,30	2,00	6,30	1º
293	DANIELA ADRIANA GOMES DE LIMA	4,35	1,34	5,69	2º
869	TATIANA CRISTINA BRANDALISE	3,70	1,45	5,15	3º
203	IEDA COLLA	4,10	1,00	5,10	4º
308	DAIANA FACHIN	3,50	1,00	4,50	5º
448	VIVIAN EMILLI FALL-GATTER SILVA	3,95	0,00	3,95	6º

Identificação do Cargo					Nº de vagas
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA					01
Nº Ins.	Identificação do Candidato	Notas			Classificação
		Provas Objetivas	Avaliação Títulos	Final	
349	MARILENE DE LURDES ALVES	6,85	2,00	8,85	1º
292	ALEXANDER ROVER	4,85	3,00	7,85	2º
842	EVERTON MARTINI	5,00	2,00	7,00	3º
251	ANALIE PASQUALI	6,85	0,00	6,85	4º
99	LUIZ CARLOS FRACASSO	4,80	2,00	6,80	5º
610	GRACIELLE FIN	4,25	2,00	6,25	6º
117	VIVIANE C. BRUNETTO MACHADO	4,00	2,00	6,00	7º
1016	ANDERSON ANDRES	4,55	1,39	5,94	8º
728	RENATA SAVOLDI DE ALMEIDA	3,85	1,77	5,62	9º
868	ANA PAULA VANZ	3,60	2,00	5,60	10º
746	FELIPE LANGE	3,50	2,00	5,50	11º
944	NAIMO BALESTRIN	4,55	0,34	4,89	12º
640	DEISE CRISTINA ALVES BOTH	4,80	0,00	4,80	13º
939	OTÁVIO RICARDO LAMIN	4,30	0,30	4,60	14º
530	MÁRCIO ALEX C. BELARDONY	4,20	0,34	4,54	15º
1061	RONIE RODRIGO URNAU	4,50	0,00	4,50	16º
766	CLAUDIA TEREZINHA ZAMPIERI	4,45	0,00	4,45	17º
731	EDOARDO TRINDADE DOS SANTOS	4,00	0,00	4,00	18º
345	JANAINA DANIELLI KLEIN	3,80	0,00	3,80	19º
900	CRISTIAN LEMES CERINO	3,65	0,00	3,65	20º
963	MAIELI DA SILVA AMORA	3,50	0,00	3,50	21º

Identificação do Cargo					Nº de vagas
PROFESSOR DE GEOGRAFIA					01
Nº Ins.	Identificação do Candidato	Notas			Classificação
		Provas Objetivas	Avaliação Títulos	Final	
658	MAURO SERGIO MARTINI	3,50	2,00	5,50	1º

Identificação do Cargo					Nº de vagas
------------------------	--	--	--	--	-------------

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA					01
Nº Ins.	Identificação do Candidato	Notas			Classificação
		Provas Objetivas	Avaliação Títulos	Final	
366	FRANCIELI P. DACAS LOKSTEIN	5,00	1,00	6,00	1º
960	RUTHI VARTHA HUF	4,45	0,32	4,77	2º
742	LEILA MIRIAN GOMES	3,60	1,00	4,60	3º
998	MARLI ALVES DOS SANTOS	3,65	0,00	3,65	4º

Identificação do Cargo					Nº de vagas
SUPERVISOR ESCOLAR					02
Nº Ins.	Identificação do Candidato	Notas			Classificação
		Provas Objetivas	Avaliação Títulos	Final	
812	PATRICIA DE SORDI	3,65	2,96	6,61	1º
767	ELISANGELA G. DOS SANTOS	4,20	1,80	6,00	2º
457	GISELLE THAIS NERES CORSO	3,85	1,00	4,85	3º

Identificação do Cargo					Nº de vagas
SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO					02
Nº Ins.	Identificação do Candidato	Notas			Classificação
		Provas Objetivas	Avaliação Títulos	Final	
29	GEISA TROMBETTA BERNARDI	6,55	2,00	8,55	1º
940	LÚCIA ANGELA KLEIN DE CAMPOS	4,85	2,00	6,85	2º
806	MARIA CAROLINA PEREIRA	4,40	2,00	6,40	3º
802	ROSANGELA DURIGON CERONI	4,15	2,00	6,15	4º
692	RONALDO PASINATO	3,90	2,00	5,90	5º
679	EDNA SCALABRIN	3,80	2,00	5,80	6º
119	ROBERTO CARLOS RODRIGUES	4,70	1,00	5,70	7º
682	JANINHA VIEIRA BRESSAN	3,50	2,00	5,50	8º
285	LEILA BOTTEGA DE COL	3,65	1,63	5,28	9º
950	ISABEL CRISTINA CATTANI	4,00	1,00	5,00	10º
764	ELISANGELA T. BALESTRIN SOSTER	4,10	0,84	4,94	11º
1015	CLARICE DUDAS	3,70	1,00	4,70	12º
18	RONALDO DALLA COSTA	3,55	1,00	4,55	13º
190	VERA LÚCIA RODRIGUES	3,90	0,00	3,90	14º
286	CRISTINA ALVES P. BERNARDINI	3,75	0,00	3,75	15º
368	LARISSA CAROLINA FRANZOZI	3,70	0,00	3,70	16º

Identificação do Cargo					Nº de vagas
PEDAGOGO					01

Nº Ins.	Identificação do Candidato	Notas			Classificação
		Provas Objetivas	Avaliação Títulos	Final	
493	JAQUELINE BOTTEGA	6,60	-	6,60	1º
395	SONIA A. MOLIN DE ANDRADE	6,20	-	6,20	2º (¹)
898	CARINA BUCHALI MARCA	6,20	-	6,20	3º (¹)
1027	FÁBIO CESAR GELATI	6,10	-	6,10	4º
953	JUCELIA CARDOS DA SILVA	6,00	-	6,00	5º
837	MARIONI FATIMA MACHADO	5,70	-	5,70	6º (²)
684	RITA DE CÁSSIA S. BARATIERI	5,70	-	5,70	7º (²)
858	LIANE ORSATTO PEROSA	5,70	-	5,70	8º (¹)
73	GABRIELA PEREIRA ZANINI	5,70	-	5,70	9º (¹)
510	MARILENA A. DE MATOS DA LUZ	5,40	-	5,40	10º
748	JOSSIANE SCHLINDWEIN	5,10	-	5,10	11º
643	ENI BRANDALISE CORSO	5,00	-	5,00	12º

(¹) Os casos de empate acima, encontraram solução de desempate com a aplicação das disposições dos itens "6.3.2" a "6.3.6", do Edital nº 001.

(²) Desempates, resolvidos por sorteio, em audiência pública realizada em de maio de 2012.

Identificação do Cargo		Nº de vagas			
ASSISTENTE SOCIAL		01			
Nº Ins.	Identificação do Candidato	Notas			Classificação
		Provas Objetivas	Avaliação Títulos	Final	
835	LOVANE OSTROWSKI	9,50	-	9,50	1º
607	KARISE ROBERTA OLIVEIRA	7,90	-	7,90	2º
995	EDIANE APARECIDA SOARES	7,80	-	7,80	3º
83	ADRIANA CHIAMOLERA	7,60	-	7,60	4º
12	ANDRÉIA PINTO CAMPOS	7,30	-	7,30	5º
604	MAGDA ROSANA GARBIN BARCARO	7,20	-	7,20	6º
957	LUCIANA MIRIAN MOREIRA	6,90	-	6,90	7º (¹)
311	ELENA CASAGRANDE	6,90	-	6,90	8º (¹)
318	BRUNA V. SCHNEIDER GASTMANN	6,80	-	6,80	9º (¹)
381	KARLEIA BORGES DOS SANTOS	6,80	-	6,80	10º (¹)
188	EDILES DREY DE GIACOMETI	6,80	-	6,80	11º (¹)
144	THAMARA LOSS SOTTILI	6,80	-	6,80	12º (¹)
924	LUCIANA FRANÇA DA CRUZ	6,70	-	6,70	13º
319	GRAZIELA ARRUDA	6,60	-	6,60	14º
1002	JULIANA CHIAMULERA	6,60	-	6,60	15º
1053	ADEMAR GAEDKE	6,60	-	6,60	16º
388	MARILEI S. FRIGERI CARPINELLI	6,50	-	6,50	17º

168	MIRIAN MENEGATTI	6,50	-	6,50	18º
561	GISELE DA SILVA	6,40	-	6,40	19º
1014	LUCILENE DE FATIMA DOS SANTOS	6,40	-	6,40	20º
151	SONIA MARIA DA LUZ MENDES	6,40	-	6,40	21º
213	ANDREIA LEITE DE GOGOY VITTI	6,30	-	6,30	22º
494	ALESSANDRA BEGNINI	6,20	-	6,20	23º
449	INGRID VANESSA STOCK TITON	6,20	-	6,20	24º (²)
630	DIEGO MAURO BAIRROS	6,20	-	6,20	25º (²)
511	APARECIDA R. SOARES GEHLEN	6,10	-	6,10	26º (²)
1064	DIANDRA MARIA MAZO	6,10	-	6,10	27º (²)
947	CRISTINA PEREIRA DOS SANTOS	6,00	-	6,00	28º (¹)
444	MONIQUE NICOLI COSTA	6,00	-	6,00	29º (¹)
411	SANDRA APARECIDA SCUDELLA	6,00	-	6,00	30º (¹)
205	MARILETE CHILANTTI	5,90	-	5,90	31º (¹)
823	GISLAINE PETRY RODRIGUES	5,90	-	5,90	32º (¹)
31	SAMARA LEORATO	5,90	-	5,90	33º (¹)
1018	LEDIANE TIZZIANI	5,80	-	5,80	34º (¹)
546	ALINE A. SCHMIDT DAMBRÓS	5,80	-	5,80	35º (¹)
2	ANDRESSA SUELIN DEBORTOLI	5,80	-	5,80	36º (¹)
59	FRANCIELE SILVA	5,80	-	5,80	37º (¹)
580	CÍNTIA BATISTA DE LIMA	5,70	-	5,70	38º (¹)
1008	ALINE APARECIDA GREZELE	5,70	-	5,70	39º (¹)
471	GISELI LODI	5,60	-	5,60	40º (¹)
464	FERNANDA APARECIDA KOCH	5,60	-	5,60	41º (¹)
208	VIVIANE MANICA	5,50	-	5,50	42º (¹)
223	IVONE ESQUINA	5,50	-	5,50	43º (¹)
565	CHEILA NERIS CARDOSO	5,50	-	5,50	44º (¹)
310	SANDRA R. PACHECO PINHEIRO	5,50	-	5,50	45º (¹)
108	ARIANE DE CACIA BISOL IONCECK	5,50	-	5,50	46º (¹)
631	SIRLEI DE FATIMA MIGUELAO	5,50	-	5,50	47º (¹)
964	RITA SUZANA NAISSER	5,40	-	5,40	48º (²)
214	JULIANA GEMELLI	5,40	-	5,40	49º (²)
931	CRISTINA VIEIRA	5,40	-	5,40	50º (¹)
645	LUCIANA CRISTINA BUSSACRO	5,40	-	5,40	51º (¹)
1020	MARCIA REGINA DO NASCIMENTO	5,30	-	5,30	52º (¹)
965	SAMANTHA PEDROSKI	5,30	-	5,30	53º (¹)
545	THAYS ANGELA VENTURI	5,20	-	5,20	54º (¹)
22	ADRIANE SIGNORI	5,20	-	5,20	55º (¹)
329	PATRICIA OLIVÉRIO DA COSTA	5,20	-	5,20	56º (¹)
602	DEIZEL DAINARA VOSS	5,20	-	5,20	57º (¹)

1054	JUAREZ LIMA VARELA	5,20	-	5,20	58º (¹)
1073	HELEN D. CAMARGO F. DE SOUZA	5,10	-	5,10	59º (¹)
654	MICHELLE FRANZONI INACIO	5,10	-	5,10	60º (¹)
1040	ANA PAULA LOPES	5,00	-	5,00	61º (¹)
553	FRANCIELE SALETE DUARTE	5,00	-	5,00	62º (¹)

(¹) Os casos de empate acima, encontraram solução de desempate com a aplicação das disposições dos itens "6.3.2" a "6.3.6", do Edital nº 001.

(²) Desempates, resolvidos por sorteio, em audiência pública realizada em de maio de 2012.

Identificação do Cargo				Nº de vagas	
PSICÓLOGO				01	
Nº Ins.	Identificação do Candidato	Notas			Classificação
		Provas Objetivas	Avaliação Títulos	Final	
751	MACLEISE MARINELLO	9,60	-	9,60	1º
225	VIVIANE S. FOERSTER DA SILVA	9,00	-	9,00	2º
634	FABIANE CHIAMULERA LORASCHI	8,60	-	8,60	3º
853	EDUARDO ILHA BAGOLIN	8,50	-	8,50	4º (¹)
1075	ALESSANDRA SERATTO	8,50	-	8,50	5º (¹)
331	LUCIANE FRANK	8,30	-	8,30	6º
729	ALINE BONEZ	8,20	-	8,20	7º (¹)
860	ALINE BEDIN	8,20	-	8,20	8º (¹)
781	CLARISSE SIMON	8,00	-	8,00	9º (¹)
862	FABIOLA FARIAS DE OLIVEIRA	8,00	-	8,00	10º (¹)
707	MARIANGELA C. DE OLIVEIRA	8,00	-	8,00	11º (¹)
384	DANIELA DRESCH HACK	7,90	-	7,90	12º
100	LETÍCIA REGINA PAGANINI	7,80	-	7,80	13º (¹)
1046	CAMILA SEIBT DE OLIVEIRA	7,80	-	7,80	14º (¹)
378	RAQUEL CRISTINE BELING	7,80	-	7,80	15º (¹)
56	NATHALIA MORES	7,70	-	7,70	16º
175	GILMAR MACHADO	7,60	-	7,60	17º (¹)
1065	ANA CATARINA ANTES	7,60	-	7,60	18º (¹)
403	ELISAMARA DAL MORO	7,50	-	7,50	19º (¹)
762	GIOLLY MURIEL MOREIRA	7,50	-	7,50	20º (¹)
415	KELLY FERREIRA	7,40	-	7,40	21º (¹)
576	ANDRESSA BLAUTH	7,40	-	7,40	22º (¹)
314	PATRICIA BEHREND	7,40	-	7,40	23º (¹)
597	CAROLINA THOMAS GIONGO	7,30	-	7,30	24º (¹)
992	MACLEISE TRENTA	7,30	-	7,30	25º (¹)
844	LILIANE DEUERLING	7,30	-	7,30	26º (¹)
639	SIMONE APARECIDA KLUSER	7,30	-	7,30	27º (¹)
52	MARIZA CAMPAGNHOLO O'NEIL	7,30	-	7,30	28º (¹)
420	VALDICLEIA APARECIDA FERREIRA	7,30	-	7,30	29º (¹)
732	LARISSA NOVELLO	7,20	-	7,20	30º
566	SILVANA ALBERTON	7,10	-	7,10	31º (¹)
902	ROZINIR A. TROMBETA CHAPPUIS	7,10	-	7,10	32º (¹)

27	FERNANDA ZANINI	7,10	-	7,10	33º (¹)
930	ALINE RODRIGUES	7,00	-	7,00	34º (¹)
956	EDILAINÉ BETTONI	7,00	-	7,00	35º (¹)
177	ALINE SURDI	6,90	-	6,90	36º (¹)
605	SIMONE ROVER ZARPELON	6,90	-	6,90	37º (¹)
364	LETÍCIA MEINERT	6,90	-	6,90	38º (¹)
187	FRANCIELY DA SILVA CAVALLI	6,80	-	6,80	39º (¹)
330	TAIANE JULIANE DA SILVA	6,80	-	6,80	40º (¹)
672	DILENE MIRIAM NORDIO	6,70	-	6,70	41º (¹)
361	IVETE FAVETTI	6,70	-	6,70	42º (¹)
592	JAMILA KARINE BUSNELLO	6,60	-	6,60	43º (¹)
892	PAOLA A. DE MORAES HUBER.	6,60	-	6,60	44º (¹)
1084	ANDREY LUCAS SCHWARTZ	6,50	-	6,50	45º
1010	FABÍULA VIEIRA FRANDOLOSO	6,40	-	6,40	46º (¹)
207	DANIELA SCHEUERMANN	6,40	-	6,40	47º (¹)
342	DANIELE ZANATTA BRUM	6,40	-	6,40	48º (¹)
738	THAÏS ANDRESSA HEPP	6,30	-	6,30	49º (¹)
111	DEISE VERONA DA SILVA	6,30	-	6,30	50º (¹)
440	RITA BIOLCHI TREVISOL	6,30	-	6,30	51º (¹)
517	SILVIA MIAZZI PEREIRA	6,20	-	6,20	52º (¹)
529	SANDRA APARECIDA DACAS	6,20	-	6,20	53º (¹)
703	CAMILA DE OLIVEIRA	6,20	-	6,20	54º (¹)
499	DANIELA FOIATTO	6,20	-	6,20	55º (¹)
1056	DAIANI PAULA CARDOSO	6,10	-	6,10	56º
506	MICHELLI MARIOTTI GIORDANI	6,00	-	6,00	57º (¹)
469	MABEL FALAVINHA BARAN	6,00	-	6,00	58º (¹)
80	DELIANA DALL'ORSOLETTA	6,00	-	6,00	59º (¹)
1057	MIQUELINA M. BELO ZAGONEL	5,90	-	5,90	60º (¹)
538	ARIETE BITTENCOURT PINTO	5,90	-	5,90	61º (¹)
1000	ADRIANA ZAMPIRAO BORGES	5,90	-	5,90	62º (¹)
248	LUVYANE RAITZ BORTOLI	5,80	-	5,80	63º (¹)
775	JILCE APARECIDA KUKUL	5,80	-	5,80	64º (¹)
551	MARGARETE ALVES SCHNEIDER	5,80	-	5,80	65º (¹)
303	CATIELI PALUDO	5,70	-	5,70	66º (¹)
619	DAIANE MUCKE	5,70	-	5,70	67º (¹)
1012	MITHELLEN D. DE OLIVEIRA LIRA	5,70	-	5,70	68º (¹)
191	KARINA DAL BOSCO BAADER	5,70	-	5,70	69º (¹)

76	ERICA TOMAZI RI-BEIRO	5,70	-	5,70	70º (1)
807	PRISCILA MOROSINI	5,60	-	5,60	71º
336	FLAVIA DAROLD	5,50	-	5,50	72º (1)
768	PAMELA P. BERTOTTI PILATTI	5,50	-	5,50	73º (1)
13	ROSEMARY DA SILVA RIBEIRO	5,40	-	5,40	74º (1)
753	PATRÍCIA DRI MORAIS	5,40	-	5,40	75º (1)
642	GISELE PETRY RODRIGUES	5,30	-	5,30	76º (1)
907	FABIANA PICCOLI D'AGOSTINI	5,30	-	5,30	77º (1)
650	MAYARA BERTAMONI	5,30	-	5,30	78º (1)
1013	REGINA PINHO GOMIG	5,20	-	5,20	79º (2)
473	ANDRÉIA ROMAN	5,20	-	5,20	80º (2)
158	DOROTI MATTANA CAMARA	5,20	-	5,20	81º (1)
343	MAGALI REGINA BLOOT	5,00	-	5,00	82º

(1) Os casos de empate acima, encontraram solução de desempate com a aplicação das disposições dos itens "6.3.2" a "6.3.6", do Edital nº 001.

(2) Desempates, resolvidos por sorteio, em audiência pública realizada em de maio de 2012.

Identificação do Cargo				Nº de vagas	
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS				13	
Nº Ins.	Identificação do Candidato	Notas			Classificação
		Provas Objetivas	Avaliação Títulos	Final	
192	MARILHANE PEREIRA DOS REIS	8,60	-	8,60	1º
454	ANA ALICE SALES	8,30	-	8,30	2º (1)
533	LUCIANA DA ROSA R. DE OLIVEIRA	8,30	-	8,30	3º (1)
11	JOSE MILTON DA SILVA RIBEIRO	8,10	-	8,10	4º
75	MARILIA MORGANA ZACCARON	8,00	-	8,00	5º
1	JANAINA CAMARGO	7,90	-	7,90	6º
67	JOSEANGELA DE BARBA	7,80	-	7,80	7º (1)
90	ORLANDA JUDITE FEDRIGO	7,80	-	7,80	8º (1)
239	EDILAINE A. DE BARBA DE COL	7,70	-	7,70	9º (1)
515	GISELE CRISTINA GRISNER	7,70	-	7,70	10º (1)
1038	SUINER SILVA DE OLIVEIRA	7,70	-	7,70	11º (2)
28	FABIANE C. DEITOS EMMERICH	7,70	-	7,70	12º (2)
320	ANDREIA FACHIN	7,60	-	7,60	13º (1)
63	EDI SPIER EBERT	7,60	-	7,60	14º (1)
564	LAIS SEVERINO	7,60	-	7,60	15º (2)
140	ZELI PIMENTEL	7,60	-	7,60	16º (2)
40	ROSA M. S. DE CARVALHO KNOP	7,60	-	7,60	17º (1)
583	JANAINA FERREIRA DOS SANTOS	7,60	-	7,60	18º (1)
176	DUCIMAR MERLINI	7,50	-	7,50	19º (1)
500	LEIDIONETE ZARPELON	7,50	-	7,50	20º (1)
347	NORIMAR APARECIDA CARL	7,50	-	7,50	21º (1)

302	IVETE KRUG KERSCH-BAUMER	7,40	-	7,40	22º (1)
833	SAULO MAMENISKIS	7,40	-	7,40	23º (1)
491	ERON DIDRICH DOS SANTOS	7,40	-	7,40	24º (2)
525	ALICE CARDOZO DE AGUIAR	7,40	-	7,40	25º (2)
904	JULIANA MACHADO	7,40	-	7,40	26º (1)
587	LIZIANE CARNIEL	7,30	-	7,30	27º (1)
429	SALETE VALMORBIDA MARCON	7,30	-	7,30	28º (1)
671	IZABEL RODRIGUES	7,30	-	7,30	29º (1)
91	GISELE GALDINO	7,20	-	7,20	30º (2)
550	ROSIMERI AMANCIO DAMASIO	7,20	-	7,20	31º (2)
508	VANICE DA SILVA BILHAR DA SILVA	7,20	-	7,20	32º (1)
646	PATRICIA DE COSTA	7,10	-	7,10	33º (1)
250	EVANILDA APARECIDA MACHADO	7,10	-	7,10	34º (1)
104	IARA HECKLER VASTRES	7,10	-	7,10	35º (1)
197	FRANCIELLE STALLBAUM	7,10	-	7,10	36º (1)
1076	ANTONIO CARLOS DA SILVA	7,10	-	7,10	37º (1)
697	SILVANA CADORIN	7,10	-	7,10	38º (1)
979	TANIA CARMEM TURCATO ROCHA	7,00	-	7,00	39º (1)
87	LACIRA REGINA PALAVECINI	7,00	-	7,00	40º (1)
555	TANIA MARIA SCHNEIDER	7,00	-	7,00	41º (1)
750	SALETE NARDI	7,00	-	7,00	42º (1)
531	ADRIANA DO AMARAL E SILVA	6,90	-	6,90	43º (1)
685	ODAIR JOSE CECATTO	6,90	-	6,90	44º (1)
23	ELEANDRA RIGO	6,90	-	6,90	45º (1)
406	ANISIA KRUG BISSANI	6,90	-	6,90	46º (1)
614	LEANDRO DE PAULA	6,90	-	6,90	47º (1)
854	FERNADA GUIGGI	6,90	-	6,90	48º (1)
699	JHOSER CRISTIAN DA CRUZ	6,80	-	6,80	49º (1)
755	GENTILA TIZIAN MOREIRA	6,80	-	6,80	50º (1)
30	NAIARA TIEMI TANAKA	6,80	-	6,80	51º (1)
1051	JUCEMAR CAMILO TESSER	6,80	-	6,80	52º (1)
955	ANA MARIA TIMBOLA	6,80	-	6,80	53º (1)
363	GESLAINE FERREIRA ISABELA C. DE MATOS STORMOVSKI	6,80	-	6,80	54º (1)
710	DIVA BARBOSA	6,70	-	6,70	55º (1)
819	LEANIR APARECIDA PEREIRA	6,70	-	6,70	56º (1)
155	KARINA DAMACENO	6,60	-	6,60	57º (1)
1003	ANDERSON TAVARES	6,60	-	6,60	58º (1)
929	IVONE LOURENÇO	6,60	-	6,60	59º (1)
567	ADRIANA ROSSA	6,60	-	6,60	60º (1)
219	EDNA ALVES CASSIANO	6,60	-	6,60	61º (1)
61	FÁTIMA EDINETI PEREIRA	6,60	-	6,60	62º (1)
899	INARA CRISTINA DOS SANTOS	6,50	-	6,50	63º (1)
352		6,50	-	6,50	64º (1)

1023	LINDAMIRA ZARPELON	6,50	-	6,50	65° (1)
799	LUIS ALBERTO SACCOL	6,50	-	6,50	66° (1)
497	MIRIAN BASSO	6,50	-	6,50	67° (1)
937	MAGDALENA APARECIDA FORMEHL	6,50	-	6,50	68° (2)
917	IRIDES ZANIN ZANELLA	6,50	-	6,50	69° (2)
333	SUELEM LUANA GHIGGI	6,50	-	6,50	70° (1)
148	DANIELA A. DE BARROS DOS SANTOS	6,40	-	6,40	71° (1)
305	DILVA SBISIGO FELTRIN	6,40	-	6,40	72° (2)
102	DIANA CARLA BIOCHI	6,40	-	6,40	73° (2)
1031	SILMARA TEIXEIRA DOS SANTOS	6,40	-	6,40	74° (2)
399	FABIANO DALA COSTA	6,40	-	6,40	75° (1)
798	ELOI LUDWIG	6,40	-	6,40	76° (1)
325	ALESSANDRA POGERE	6,40	-	6,40	77° (1)
632	CHARLUANY ERICA BELLON	6,30	-	6,30	78° (1)
193	ELIZ SALETE LOTTERMANN	6,30	-	6,30	79° (1)
599	SANDRA A. DE BRITO DOS SANTOS	6,30	-	6,30	80° (1)
268	MARINEUSE DA SILVA WEBER PAIM	6,30	-	6,30	81° (1)
1021	EMERSON SIDNEY DA SILVA	6,30	-	6,30	82° (1)
392	CRISTIANE R. DE OLIVEIRA DACAS	6,30	-	6,30	83° (1)
691	MARIA ANGELA DE FARIAS SILVA	6,30	-	6,30	84° (1)
189	LUCIANE APARECIDA FERRARI	6,30	-	6,30	85° (1)
58	RODRIGO BECHI CANUTO	6,30	-	6,30	86° (1)
571	SUZANA FARENZENA	6,20	-	6,20	87° (1)
254	MARIZA VIEIRA	6,20	-	6,20	88° (1)
850	GABRIELA KAUFMANN IGANSI	6,20	-	6,20	89° (1)
641	GENECI MATTOS DE JESUS	6,20	-	6,20	90° (1)
1030	LÚCIA F. KANGERSKI BRANDÃO	6,20	-	6,20	91° (1)
618	VOLNEI FERREIRA	6,20	-	6,20	92° (2)
662	ROBERTO CECATTO	6,20	-	6,20	93° (2)
792	MARIZANE BOTEAL	6,10	-	6,10	94° (1)
136	SIMONE A. RODRIGUES DA SILVA	6,10	-	6,10	95° (1)
967	FRANCIELE CRISTINA FERREIRA	6,10	-	6,10	96° (1)
928	CRISTIANE BATISTA	6,10	-	6,10	97° (1)
921	INAIDE FERRANTI	6,10	-	6,10	98° (1)
968	JANDIRA FERRANDIN COLUSSO	6,10	-	6,10	99° (1)
138	JERUSA LISBOA DE MATTOS	6,10	-	6,10	100° (1)
488	VALQUIRIA DE JESUS S. GRAFF	6,10	-	6,10	101° (1)
377	SANDRA ELENA FERREIRA MELLO	6,00	-	6,00	102° (1)
382	ZAUDILE CHIES	6,00	-	6,00	103° (1)
150	AUGUSTA POLO BERTUSSO	6,00	-	6,00	104° (1)

265	SILVANA MARIA BALESTRIN	6,00	-	6,00	105° (1)
787	SIRLEY A. DO NASCIMENTO	5,90	-	5,90	106° (1)
65	GLAUCIMERI C. P. DE LIMA CASTANHA	5,90	-	5,90	107° (1)
272	ANA PAULA PEREIRA	5,90	-	5,90	108° (1)
678	DIVANE WELTER	5,90	-	5,90	109° (1)
122	ELENICE HERICKS DA ROSA	5,90	-	5,90	110° (1)
181	CLEUDES APARECIDA GUIMARÃES	5,90	-	5,90	111° (1)
182	GRACIELI FATIMA DE MORAES	5,80	-	5,80	112° (1)
172	ELIANE AP LIRA	5,80	-	5,80	113° (1)
1081	LIBER ANGELA TITON	5,80	-	5,80	114° (2)
425	MAISA MOZARA DA ROSA BUTH	5,80	-	5,80	115° (2)
221	EVA LORENA KRINSHEL	5,80	-	5,80	116° (1)
1037	MARLI DE ALMEIDA DOS SANTOS	5,80	-	5,80	117° (1)
178	MARLI ZARPELON	5,80	-	5,80	118° (1)
1080	ALINE RIBEIRO DE CAMARGO	5,80	-	5,80	119° (1)
984	JUSSARA LISBOA DE MATTOS	5,70	-	5,70	120° (2)
389	JACSON MARTINI	5,70	-	5,70	121° (2)
1042	MARINEI MÜLLER	5,70	-	5,70	122° (1)
815	IVA LUIZA DA SILVA	5,70	-	5,70	123° (1)
341	VANUSA CALDEROLI	5,70	-	5,70	124° (1)
1078	JUNECI A. DA SILVA DE LIMA	5,70	-	5,70	125° (1)
693	ROSELI DOS SANTOS	5,60	-	5,60	126° (1)
595	IVONETE A. BERTOTTI BANDEIRA	5,60	-	5,60	127° (1)
547	SOELI PEDROSO	5,60	-	5,60	128° (1)
88	ALINE DOS SANTOS	5,60	-	5,60	129° (1)
1043	JULIANE I. IGNACIO DE OLIVEIRA	5,60	-	5,60	130° (1)
856	JOSIANE APARECIDA DE LIMA	5,60	-	5,60	131° (1)
350	SADI ANTONIO PARIZZI	5,60	-	5,60	132° (1)
915	MARCIA A. H. DE C. GUIDONI	5,60	-	5,60	133° (1)
919	MARIA SALETE MANTOVANI	5,50	-	5,50	134° (1)
385	SIRLEI TERESINHA SCHNEIDER	5,50	-	5,50	135° (1)
55	CLAUCIMERI FATIMA DOS SANTOS	5,50	-	5,50	136° (1)
603	MARLI FORTES MEIRELES	5,50	-	5,50	137° (1)
156	NADIR SILVA MAFRA	5,50	-	5,50	138° (1)
16	ADRIANA BERTUSSO	5,50	-	5,50	139° (1)
36	MARIA MARGARETE RAMOS	5,50	-	5,50	140° (1)
68	ANDREIA DOS SANTOS	5,40	-	5,40	141° (2)
776	JAQUELINE DO AMARAL	5,40	-	5,40	142° (2)
485	ELIZIANE PADILHA	5,40	-	5,40	143° (2)
601	IVANI DE FATIMA BRASIL MOREIRA	5,40	-	5,40	144° (2)
1077	CARLA JOCIANE COSTA	5,40	-	5,40	145° (1)

262	MARIZETE LUCIA MORETTO	5,40	-	5,40	146º (¹)
180	SIRLEI FATTORI	5,40	-	5,40	147º (¹)
769	IVANIR JANETE PALHANO	5,30	-	5,30	148º (¹)
284	CLEONICE DOS SANTOS	5,30	-	5,30	149º (¹)
498	JENIFER DA SILVA	5,30	-	5,30	150º (²)
943	IONE A. SCHUCK CONCATTO	5,30	-	5,30	151º (²)
983	KARINA SOARES DE LIMA	5,30	-	5,30	152º (²)
92	FATIMA BITTENCOURT	5,30	-	5,30	153º (¹)
226	ILDA APARECIDA FELIX	5,30	-	5,30	154º (²)
881	VERA LUCIA DE OLIVEIRA	5,30	-	5,30	155º (²)
110	BRUNA TONET	5,30	-	5,30	156º (¹)
386	SIRLEY SANTANA	5,30	-	5,30	157º (¹)
1055	JOCELI DA SILVA G. DE OLIVEIRA	5,30	-	5,30	158º (¹)
1082	ADELAR COELHO DA SILVA	5,20	-	5,20	159º (¹)
925	MARINES T. DE JESUS REVERS	5,20	-	5,20	160º (¹)
974	JACIQUELI RIBEIRO	5,20	-	5,20	161º (²)
1074	JANAINA V. FUSSIEGER DA SILVA	5,20	-	5,20	162º (²)
257	MARISANE DE OLIVEIRA DOS SANTOS	5,20	-	5,20	163º (²)
218	SELANIRA ANTONIA ALVES	5,20	-	5,20	164º (²)
1001	SILVANA DAROLD SAVARIS	5,20	-	5,20	165º (¹)
422	LENICE MERTINS BIOLCHI	5,10	-	5,10	166º (¹)
418	ROSENILDA DO PRADO RIBEIRO	5,10	-	5,10	167º (¹)
64	MAIRA J. R. DE MORAIS DORE	5,10	-	5,10	168º (¹)
162	ROSALBA A. FRIZON PIOVESAN	5,10	-	5,10	169º (¹)
817	JOSEFINA PIOVESAN BELLON	5,00	-	5,00	170 (¹)
977	VIVIANE RODRIGUES	5,00	-	5,00	171 (¹)
993	TAUAN JUNIOR PEREIRA DA SILVA	5,00	-	5,00	172 (¹)
861	SIMONE A. DO NASCIMENTO	5,00	-	5,00	173 (¹)
125	CRISTINA A. DA SILVA BACKES	5,00	-	5,00	174 (¹)
1036	VERA A. DA ROSA FERREIRA	5,00	-	5,00	175 (¹)
426	NILSE STOBBE	5,00	-	5,00	176 (¹)

(¹) Os casos de empate acima, encontraram solução de desempate com a aplicação das disposições dos itens "6.3.2" a "6.3.6", do Edital nº 001.

(²) Desempates, resolvidos por sorteio, em audiência pública realizada em de maio de 2012.

II – PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS – PNE:

Identificação do Cargo					Nº de vagas
PSICÓLOGO					-
Nº Insc.	Identificação do Candidato	Notas			Classificação
		Provas Objetivas	Avaliação Títulos	Final	

52	MARIZA CAMPAGNHO-LO O'NEIL	7,30	-	7,30	1º
Identificação do Cargo					Nº de vagas
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS					02
Nº Insc.	Identificação do Candidato	Notas			Classificação
		Provas Objetivas	Avaliação Títulos	Final	
58	RODRIGO BECHI CANUTO	6,30	-	6,30	1º
488	VALQUIRIA DE JESUS S. GRAFF	6,10	-	6,10	2º

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Herval d'Oeste – SC, 22 de maio de 2012.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 600/2012

PORTARIA Nº 600/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR a pedido, conforme requerimento em anexo, a Servidora ELIANE FARINEA TECHIO (Matr. 2809), a partir de 22 de Maio de 2012, a qual exercia a função de Enfermeira, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº. 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Maio de 2012.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 601/2012

PORTARIA Nº 601/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional de Profissional do Magistério - Progressão por Mérito - Avaliação de Desempenho, à Servidora DEONICE MARIA CORTELLINI PARIZE, (Matr. 576) nascida aos 17/05/1963, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/A, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência 6/B anexo XI, a partir de 17 de maio, de conformidade com o artigo 22 da Lei Complementar Nº. 286 de 27 de outubro de 2011, Inciso I.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas



as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Maio de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 602/2012

PORTARIA Nº 602/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora ROSELI SALETE DAHMER (Matr. 1951), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Nível - 3, Referência "B", para o Nível - 3, Referência "C", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao mês de Abril de 2012, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Maio de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 603/2012

PORTARIA Nº 603/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Designar o Servidor RODRIGO DALLA VECCHIA (Matr. 3565), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor Administrativo de Programas, Nível - DAS-1, 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a conduzir veículo público do município de Herval d'Oeste, responsabilizando-se o mesmo pelo veículo na sua totalidade, inclusive por multas de trânsito e danos que possa dar causa em virtude da condução do veículo, a partir de 22 de maio de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Maio de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 604/2012

PORTARIA Nº 604/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Designar a Servidora ANA PAULA BANDELOFF DE MATOS (Matr. 3567), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Administrativo, Nível - DAS-2, 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a conduzir veículo público do município de Herval d'Oeste, responsabilizando-se o mesmo pelo veículo na sua totalidade, inclusive por multas de trânsito e danos que possa dar causa em virtude da condução do veículo, a partir de 22 de maio de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Maio de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 605/2012

PORTARIA Nº 605/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora ISABEL CRISTINA CATTANI (Matr. 3574), a partir de 21 de maio de 2012 até o término do ano letivo, para exercer a função de Professor de Educação Física, Nível - 2 - Referência "A", 10 horas semanais, em Escola Municipal, aprovada e classificada em 11º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Maio de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 030/2012 de 22/05/2012

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

Processo Licitatório nº 063/2012

Tomada de Preços nº 012/2012

EXTRATO CONTRATO Nº 030/2012 DE 22/05/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste.

Contratada: PEDREIRA CALDART LTDA.

OBJETO: Pavimentação com paralelepípedos da Rua Dionisio Franceschett e com pedras irregulares da Travessa Varela, no município de Herval d'Oeste com fornecimento de material e mão de obra

VALOR R\$ 82.400,00(oitenta e dois mil, e quatrocentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2012, conforme Lei Orçamentária nº 2914/2011 de 23/12/2011,

Herval d'Oeste, em 22 de maio de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito

ALIRIO ANTONIO CALDART
Contratada

Ordem de Serviço 009/2012

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
EXTRATO ORDEM DE SERVIÇO 009/2012

PL 063/2012 TP 012/2012 - Contrato 030/2012
Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste
Contratada: Pedreira Caldart Ltda.

Objeto: Pavimentação com paralelepípedos da Rua Dionisio Franceschett e com pedras irregulares da Travessa Varella, no município de Herval d'Oeste com fornecimento de material e mão de obra.

Prazo de Conclusão: 120 dias

Herval d'Oeste em 23 de maio de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

ALIRIO ANTONIO CALDART
Contratado

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº CM 076/2012

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste
R E S O L U Ç Ã O Nº CM 076/2012

"Constitui e Nomeia integrantes da Comissão de Inquérito para apuração de irregularidades observadas quando da realização do Concurso Público Edital nº 001/2012 da Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC) e dá outras providências"

OLACIR CAVALLI, presidente em exercício da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída COMISSÃO INQUÉRITO para apuração de irregularidades observadas quando da realização do Concurso Público Edital nº 001/2012 da Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC).

Art. 2º A COMISSÃO DE INQUÉRITO será composta por 03 (três) vereadores, que são:

- I) JUNIOR ADELAR ARENHART - Presidente
- II) ARI PARISENTI - Vice-Presidente
- III) ADELAR JOSÉ PROVENCIO - Relator

Art. 3º A referida Comissão terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias para apresentação de relatório conclusivo das investigações.

Art. 4º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 22 de maio de 2012.
OLACIR CAVALLI
Presidente em exercício

Ibiam

PREFEITURA

Lei Nº 493/2012

LEI Nº 493, DE 09 DE MAIO DE 2012.

"DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NELSON MARIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 88, I, da Lei Orgânica do Município; Faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - A política municipal de saneamento básico reger-se-á pelas disposições desta Lei, de seus regulamentos e das normas administrativas dela decorrentes, disciplinando as diretrizes, o planejamento, a execução e a fiscalização das ações, obras e serviços de saneamento básico no Município.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - saneamento básico: ações técnicas e socioeconômicas que objetivam alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, compreendendo o conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

II - salubridade ambiental: estado de qualidade ambiental capaz de inibir, prevenir ou impedir a ocorrência de doenças veiculadas pelo meio ambiente e de promover as condições ecológicas favoráveis ao pleno gozo da saúde e do bem-estar da população urbana e rural;

III - gestão associada: associação voluntária de Entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal;

IV - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

V - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

VI - prestação regionalizada: aquela em que um único prestador atende a 2 (dois) ou mais titulares;

VII - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

VIII - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

IX - consumo sustentável: consumo de bens e serviços, de forma a atender às necessidades das atuais gerações e permitir melhor qualidade de vida, sem comprometer o atendimento das necessidades e aspirações das gerações futuras;

X - destinação final ambientalmente adequada: técnica de destinação ordenada de rejeitos, segundo normas operacionais específicas, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, minimizando os impactos ambientais adversos;

XI - logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizada por um conjunto de ações, procedimentos e meios, destinados a facilitar a coleta e a restituição dos resíduos aos seus geradores para que sejam tratados ou reaproveitados em novos produtos, na forma de novos insumos, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, visando a não geração de rejeitos;

XII - reutilização: processo de reaplicação dos resíduos sem sua transformação biológica, física ou físico-química;

XIII - manejo de resíduos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, com vistas a operacionalizar a coleta, o transbordo, o transporte, o tratamento dos resíduos e a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;

XIV - limpeza urbana: o conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, pelo Município, relativa aos serviços de varrição de logradouros públicos, limpeza de dispositivos de drenagem de águas pluviais, limpeza de córregos e outros serviços, tais como poda, capina, raspagem e roçada, bem como o acondicionamento e coleta dos resíduos provenientes destas atividades;

XV - tecnologias ambientalmente saudáveis: tecnologias de prevenção, diminuição ou eliminação de resíduos ou poluentes, propiciando à redução de desperdícios, a conservação de recursos naturais, a diminuição ou eliminação de substâncias tóxicas presentes em matérias-primas ou produtos auxiliares, a redução da quantidade de resíduos gerados por processos e produtos e, conseqüentemente, a redução de poluentes lançados para o ar, solo e águas;

XVI - tratamento ou reciclagem: processo de transformação dos resíduos, dentro de padrões e condições estabelecidas pelo órgão ambiental, que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, tornando-os novos produtos, na forma insumos, ou em rejeito.

Art. 3º - Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo Único - A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição

ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997, de seus regulamentos e das legislações estaduais.

Art. 4º - Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações e serviços de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 5º - Os resíduos originários de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

Parágrafo Primeiro - O Município poderá adotar a logística reversa em relação aos resíduos sólidos.

Parágrafo Segundo - Observado o disposto no parágrafo anterior, os resíduos sólidos deverão ser reaproveitados em produtos na forma de novos insumos, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, cabendo:

I - ao consumidor:

- a) acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados, atentando para práticas que possibilitem a redução de sua geração; e
- b) após a utilização do produto, disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reversos para coleta;

II - ao Município, como titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos:

- a) adotar tecnologias de modo a absorver ou reaproveitar os resíduos sólidos reversos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
- b) articular com os geradores dos resíduos sólidos a implementação da estrutura necessária para garantir o fluxo de retorno dos resíduos sólidos reversos, oriundos dos serviços de limpeza urbana; e

- c) disponibilizar postos de coleta para os resíduos sólidos reversos e dar destinação final ambientalmente adequada aos rejeitos;

III - ao fabricante e ao importador de produtos:

- a) recuperar os resíduos sólidos, na forma de novas matérias-primas ou novos produtos em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos;
- b) desenvolver e implementar tecnologias que absorva ou elimine de sua produção os resíduos sólidos reversos;
- c) disponibilizar postos de coleta para os resíduos sólidos reversos aos revendedores, comerciantes e distribuidores, e dar destinação final ambientalmente adequada aos rejeitos;
- d) garantir, em articulação com sua rede de comercialização, o fluxo de retorno dos resíduos sólidos reversos; e

- e) disponibilizar informações sobre a localização dos postos de coleta dos resíduos sólidos reversos e divulgar, por meio de campanhas publicitárias e programas, mensagens educativas de combate ao descarte inadequado; e

IV - aos revendedores, comerciantes e distribuidores de produtos:
a) receber, acondicionar e armazenar temporariamente, de forma

ambientalmente segura, os resíduos sólidos reversos oriundos dos produtos revendidos, comercializados ou distribuídos;

b) disponibilizar postos de coleta para os resíduos sólidos reversos aos consumidores; e

c) informar o consumidor sobre a coleta dos resíduos sólidos reversos e seu funcionamento.

Parágrafo Terceiro - A instituição da logística reversa tem por objetivo:

I - promover ações para garantir que o fluxo dos resíduos sólidos gerados seja direcionado para a sua cadeia produtiva ou para cadeias produtivas de outros geradores;

II - reduzir a poluição e o desperdício de materiais associados à geração de resíduos sólidos;

III - proporcionar maior incentivo à substituição dos insumos por outros que não degradem o meio ambiente;

IV - compatibilizar interesses conflitantes entre os agentes econômicos, ambientais, sociais, culturais e políticos;

V - promover o alinhamento entre os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, com o objetivo de desenvolver estratégias sustentáveis;

VI - estimular a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis; e

VII - propiciar que as atividades produtivas alcancem marco de eficiência e sustentabilidade.

Parágrafo Quarto - Os resíduos sólidos reversos coletados pelos serviços de limpeza urbana, em conformidade com o disposto no artigo 6º desta Lei, deverão ser disponibilizados pelo Município em instalações ambientalmente adequadas e seguras, para que seus geradores providenciem o retorno para seu ciclo ou outro ciclo produtivo.

Parágrafo Quinto - O responsável pelos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos poderá cobrar pela coleta, armazenamento e disponibilização dos resíduos sólidos reversos.

Parágrafo Sexto - Para o cumprimento do disposto no parágrafo anterior, o responsável pelos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos poderá priorizar a contratação de organizações produtivas de catadores de materiais recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

Parágrafo Sétimo - A implementação da logística reversa dar-se-á nas cadeias produtivas, conforme estabelecido em regulamento.

Parágrafo Oitavo - A regulamentação priorizará a implantação da logística reversa nas cadeias produtivas, considerando a natureza do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos sólidos gerados, bem como os efeitos econômicos e sociais decorrentes de sua adoção.

Art. 6º - Para os efeitos desta Lei, o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades:

I - de coleta, transbordo e transporte dos resíduos relacionados na alínea "c" do inciso I do "caput" do art. 2º desta Lei;

II - de triagem para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos

relacionados na alínea "c" do inciso I do "caput" do art. 2º desta Lei;

III - de varrição de praças, áreas e logradouros públicos, limpeza de dispositivos de drenagem de águas pluviais, limpeza de córregos e outros serviços, tais como poda, capina, raspagem e roçada, bem como o acondicionamento e coleta dos resíduos provenientes destas atividades.

Seção II

Dos Princípios da Política Municipal de Saneamento Básico

Art. 7º - A Política Municipal de Saneamento Básico tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, com base nos seguintes princípios:

I - universalização do acesso;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X - controle social;

XI - segurança, qualidade e regularidade;

XII - integração das infra-estruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Seção III

Dos Objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico

Art. 8º - A Política Municipal de Saneamento Básico visará:

I - contribuir para o desenvolvimento local, a redução das desigualdades regionais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

II - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;

III - proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental as populações tradicionais, com soluções compatíveis com suas características socioculturais;

IV - proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

V - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade ambiental, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

VI - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

VII - promover alternativas de gestão que viabilizem a auto-sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação federativa;

VIII - promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos, contempladas as especificidades locais;

IX - fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;

X - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde.

Seção IV

Das Diretrizes da Política Municipal de Saneamento Básico

Art. 9º - São diretrizes da política municipal de saneamento básico:

I - prioridade para as ações que promovam a equidade social e territorial no acesso ao saneamento básico;

II - aplicação dos recursos financeiros por ela administrados de modo a promover o desenvolvimento sustentável, a eficiência e a eficácia;

III - estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

IV - utilização de indicadores epidemiológicos e de desenvolvimento social no planejamento, implementação e avaliação das suas ações de saneamento básico;

V - melhoria da qualidade de vida e das condições ambientais e de saúde pública;

VI - colaboração para o desenvolvimento urbano e regional;

VII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

VIII - fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, à adoção de tecnologias apropriadas e à difusão dos conhecimentos gerados;

IX - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

X - adoção da bacia hidrográfica como unidade de referência para o planejamento de suas ações;

XI - estímulo à implementação de infra-estruturas e serviços comuns a Municípios, mediante mecanismos de cooperação entre Entes federados;

XII - educação ambiental.

Seção V

Do Exercício da Titularidade

Art. 10 - O Município, ouvido o Conselho Municipal de Saneamento Básico poderá delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, nos termos do art. 241 da Constituição Federal, da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Art. 11 - O Município executará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto:

I - elaborar o plano de saneamento básico, nos termos desta LEI;
II - prestar diretamente ou autorizar a delegação dos serviços e definir o órgão ou entidade responsável pela sua regulação e fiscalização, bem como os procedimentos de sua atuação;

III - adotar parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo per capita de água para abastecimento público, observadas as normas nacionais relativas à potabilidade da água;

IV - fixar os direitos e os deveres dos usuários;

V - estabelecer mecanismos de controle social, nos termos do inciso V do "caput" do art. 2º desta LEI;

VI - estabelecer sistema de informações sobre os serviços, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento;

VII - intervir e retomar a operação dos serviços delegados, por indicação da entidade reguladora, nos casos e condições previstos em lei e nos documentos contratuais.

Art. 12 - A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração direta ou indireta do município depende da celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

Parágrafo Primeiro - Excetuam-se do disposto no "caput" deste artigo:

I - os serviços públicos de saneamento básico cuja prestação o poder público, nos termos de lei, autorizar para usuários organizados em cooperativas ou associações, desde que se limitem a:

a) determinado condomínio;

b) localidade de pequeno porte, predominantemente ocupada por população de baixa renda, onde outras formas de prestação apresentem custos de operação e manutenção incompatíveis com a capacidade de pagamento dos usuários;

II - os convênios e outros atos de delegação celebrados até o dia 6 de abril de 2005.

Parágrafo Segundo - A autorização prevista no inciso I do § 1o deste artigo deverá prever a obrigação de transferir ao Município os bens vinculados aos serviços por meio de termo específico, com os respectivos cadastros técnicos.

Art. 13 - São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:

I - a existência de plano de saneamento básico;

II - a existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços, nos termos do respectivo plano de saneamento básico;

III - a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta Lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização;

IV - a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato.

Parágrafo Primeiro - Os planos de investimentos e os projetos relativos ao contrato deverão ser compatíveis com o respectivo plano de saneamento básico.

Parágrafo Segundo - Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa, as normas previstas no inciso III do "caput" deste artigo deverão prever:

I - a autorização para a contratação dos serviços, indicando os respectivos prazos e a área a ser atendida;

II - a inclusão, no contrato, das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, em conformidade com os serviços a serem prestados;

III - as prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas;

IV - as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, em regime de eficiência, incluindo:

a) o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas;

b) a sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas;

c) a política de subsídios;

V - mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços;

VI - as hipóteses de intervenção e de retomada dos serviços.

Parágrafo Terceiro - Os contratos não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou o acesso às informações sobre os serviços contratados.

Parágrafo Quarto - Na prestação regionalizada, o disposto nos incisos I a IV do "caput" e nos §§ 1o e 2o deste artigo poderá se referir ao conjunto de municípios por ela abrangidos.

Art. 14 - Nos serviços públicos de saneamento básico em que mais de um prestador execute atividade interdependente com outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato e haverá entidade única encarregada das funções de regulação e de fiscalização.

Parágrafo Primeiro - A entidade de regulação definirá, pelo menos:

I - as normas técnicas relativas à qualidade, quantidade e regulação dos serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;

II - as normas econômicas e financeiras relativas às tarifas, aos subsídios e aos pagamentos por serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;

III - a garantia de pagamento de serviços prestados entre os diferentes prestadores dos serviços;

IV - os mecanismos de pagamento de diferenças relativas a inadimplemento dos usuários, perdas comerciais e físicas e outros créditos devidos, quando for o caso;

V - o sistema contábil específico para os prestadores que atuem em mais de um Município.

Parágrafo Segundo - O contrato a ser celebrado entre os prestadores de serviços a que se refere o "caput" deste artigo deverá conter cláusulas que estabeleçam pelo menos:

I - as atividades ou insumos contratados;

II - as condições e garantias recíprocas de fornecimento e de acesso às atividades ou insumos;

III - o prazo de vigência, compatível com as necessidades de amortização de investimentos, e as hipóteses de sua prorrogação;

IV - os procedimentos para a implantação, ampliação, melhoria e gestão operacional das atividades;

V - as regras para a fixação, o reajuste e a revisão das taxas, tarifas e outros preços públicos aplicáveis ao contrato;

VI - as condições e garantias de pagamento;

VII - os direitos e deveres sub-rogados ou os que autorizam a sub-rogação;

VIII - as hipóteses de extinção, inadmitida a alteração e a rescisão administrativas unilaterais;

IX - as penalidades a que estão sujeitas as partes em caso de inadimplemento;

X - a designação do órgão ou entidade responsável pela regulação e fiscalização das atividades ou insumos contratados.

Parágrafo Terceiro - Inclui-se entre as garantias previstas no inciso VI do § 2o deste artigo a obrigação do contratante de destacar, nos documentos de cobrança aos usuários, o valor da remuneração dos serviços prestados pelo contratado e de realizar a respectiva arrecadação e entrega dos valores arrecadados.

Parágrafo Quarto - No caso de execução mediante concessão de atividades interdependentes a que se refere o "caput" deste artigo, deverão constar do

correspondente edital de licitação as e os valores das tarifas e outros preços públicos a serem pagos aos demais prestadores, bem como a obrigação e a forma de pagamento.

Seção VI

Da Prestação Regionalizada

Art. 15 - A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico é caracterizada por:

I - um único prestador do serviço para vários Municípios, contíguos ou não;

II - uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive de sua remuneração;

III - compatibilidade de planejamento.

Art. 16 - Na prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico, as atividades de regulação e fiscalização poderão ser exercidas:

I - por órgão ou entidade de Ente da Federação a que o Município tenha delegado o exercício dessas competências por meio de convênio de cooperação entre Entes da Federação, obedecido ao disposto no art. 241 da Constituição Federal;

II - por consórcio público de direito público integrado pelos Municípios titulares dos serviços.

Parágrafo Único - No exercício das atividades de planejamento dos serviços a que se refere o "caput" deste artigo, o Município poderá receber cooperação técnica do respectivo Estado e basear-se em estudos fornecidos pelos prestadores.

Art. 17 - A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico poderá ser realizada por:

I - órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista estadual ou municipal, na forma da legislação;

II - empresa a que se tenham concedido os serviços.

Art. 18 - O serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer ao plano de saneamento básico elaborado para o conjunto de Municípios atendidos.

Art. 19 - Os prestadores que atuem em mais de um Município ou que prestem serviços públicos de saneamento básico diferentes em um mesmo Município manterão sistema contábil que permita registrar e demonstrar, separadamente, os custos e as receitas de cada serviço em cada um dos Municípios atendidos.

Parágrafo Único - A entidade de regulação deverá instituir regras e critérios de estruturação de sistema contábil e do respectivo plano de contas, de modo a garantir que a apropriação e a distribuição de custos dos serviços estejam em conformidade com as diretrizes estabelecidas nesta LEI.

Seção VII

Da Regulação e Fiscalização

Art. 20 - O exercício da função de regulação atenderá aos seguintes princípios:

I - independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira da entidade reguladora;

II - transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.

Art. 21 - São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III - prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência;

IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

Art. 22 - A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V - medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI - monitoramento dos custos;

VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX - subsídios tarifários e não tarifários;

X - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive raciocinamento.

Parágrafo Primeiro - A regulação de serviços públicos de saneamento básico poderá ser delegada pelo Município a qualquer entidade reguladora constituída dentro dos limites do respectivo Estado, explicitando, no ato de delegação da regulação, a forma de atuação e a abrangência das atividades a serem desempenhadas pelas partes envolvidas.

Parágrafo Segundo - As normas a que se refere o "caput" deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

Parágrafo Terceiro - As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 23 - Incumbe à entidade reguladora e fiscalizadora dos serviços a verificação do cumprimento dos planos de saneamento por parte dos prestadores de serviços, na forma das disposições legais, regulamentares e contratuais.

Art. 24 - Em caso de gestão associada ou prestação regionalizada dos serviços, os Municípios poderão adotar os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em toda a área de abrangência da associação ou da prestação.

Art. 25 - Os prestadores de serviços públicos de saneamento

básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

Parágrafo Primeiro - Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o "caput" deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

Parágrafo Segundo - Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

Art. 26 - Deverá ser assegurada publicidade aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto.

Parágrafo Primeiro - Excluem-se do disposto no "caput" deste artigo os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão.

Parágrafo Segundo - A publicidade a que se refere o "caput" deste artigo deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de site mantido na rede mundial de computadores - internet.

Art. 27 - É assegurado aos usuários de serviços públicos de saneamento básico, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais:

I - amplo acesso a informações sobre os serviços prestados;

II - prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

III - acesso a manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pela respectiva entidade de regulação;

IV - acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

Seção VIII Dos Aspectos Econômicos e Sociais

Art. 28 - Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

III - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

Parágrafo Primeiro - Observado o disposto nos incisos I a III do "caput" deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observará as seguintes diretrizes:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

VIII - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

Parágrafo Segundo - Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

Art. 29 - Observado o disposto no art. 28 desta Lei, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

I - categorias de usuários, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;

II - padrões de uso ou de qualidade requeridos;

III - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;

IV - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

V - ciclos significativos de aumento da demanda dos serviços, em períodos distintos; e

VI - capacidade de pagamento dos consumidores.

Art. 30 - Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda, dependendo das características dos beneficiários e da origem dos recursos, serão:

I - diretos, quando destinados a usuários determinados, ou indiretos, quando destinados ao prestador dos serviços;

II - tarifários, quando integrarem a estrutura tarifária, ou fiscais, quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções;

III - internos a cada titular ou entre localidades, nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional.

Art. 31 - As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas;

III - o peso ou o volume médio coletado por habitante ou por domicílio.

Art. 32 - A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas deve levar em conta, em cada lote urbano, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, bem como poderá considerar:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas.

Art. 33 - Os reajustes de tarifas de serviços públicos de saneamento básico serão realizados observando-se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 34 - As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:

I - periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado;

II - extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

Parágrafo Primeiro - As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelas respectivas entidades reguladoras, ouvido o Município, os usuários e os prestadores dos serviços.

Parágrafo Segundo - Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

Parágrafo Terceiro - Os fatores de produtividade poderão ser definidos com base em indicadores de outras empresas do setor.

Parágrafo Quarto - A entidade de regulação poderá autorizar o prestador de serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Art. 35 - As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões ser tornados públicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias com relação à sua aplicação.

Parágrafo Único - A fatura a ser entregue ao usuário final deverá obedecer à modelo estabelecido pela entidade reguladora, que definirá os itens e custos que deverão estar explicitados.

Art. 36 - Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; e

V - inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

Parágrafo Primeiro - As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

Parágrafo Segundo - A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V do "caput" deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

Parágrafo Terceiro - A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

Art. 37 - Desde que previsto nas normas de regulação, grandes usuários poderão negociar suas tarifas com o prestador dos serviços, mediante contrato específico, ouvido previamente o regulador.

Art. 38 - Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o Município, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais e, quando for o caso, observada a legislação pertinente às sociedades por ações.

Parágrafo Primeiro - Não gerarão crédito perante o Município os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

Parágrafo Segundo - Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pela entidade reguladora.

Parágrafo Terceiro - Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

Seção IX Dos Aspectos Técnicos

Art. 39 - A prestação dos serviços atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Art. 40 - O licenciamento ambiental de unidades de tratamento de esgotos sanitários e de efluentes gerados nos processos de tratamento de água considerará etapas de eficiência, a fim de alcançar progressivamente os padrões estabelecidos pela legislação ambiental, em função da capacidade de pagamento dos usuários.

Parágrafo Primeiro - A autoridade ambiental competente estabelecerá procedimentos simplificados de licenciamento para as

atividades a que se refere o "caput" deste artigo, em função do porte das unidades e dos impactos ambientais esperados.

Parágrafo Segundo - A autoridade ambiental competente estabelecerá metas progressivas para que a qualidade dos efluentes de unidades de tratamento de esgotos sanitários atenda aos padrões das classes dos corpos hídricos em que forem lançados, a partir dos níveis presentes de tratamento e considerando a capacidade de pagamento das populações e usuários envolvidos.

Art. 41 - Ressalvadas as disposições em contrário das normas do Município, da entidade de regulação e de meio ambiente, toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

Parágrafo Primeiro - Na ausência de redes públicas de saneamento básico, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de afastamento e destinação

final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

Parágrafo Segundo - A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

Art. 42 - Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

CAPÍTULO II DO SISTEMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I Da Composição e dos Instrumentos

Art. 43 - A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico, definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 44 - O Sistema Municipal de Saneamento Básico, constituído pelos órgãos e entidades responsáveis pelo saneamento básico no Município, fica assim estruturado:

I - Conselho Municipal de Saneamento Básico, órgão colegiado deliberativo e consultivo, de nível estratégico superior do Sistema Municipal de Saneamento Básico, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Chefe do Poder Executivo, diretrizes de políticas governamentais para o saneamento básico e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões pertinentes ao saneamento básico;

II - Órgão Gestor: órgão municipal, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o saneamento básico;

III - Órgão de Regulação: órgão municipal ou intermunicipal, com a finalidade de promover a regulação e a fiscalização dos serviços de saneamento básico;

IV - Órgãos Executores: órgãos e entidades municipais responsáveis pelos serviços de saneamento básico, com a finalidade de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o saneamento básico, pela execução de programas, projetos e pelo controle e avaliação das atividades de saneamento básico.

Art. 45 - O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I - Conselho Municipal de Saneamento Básico;

II - Conferência Municipal de Saneamento Básico;

III - Fórum Municipal de Saneamento Básico;

IV - Plano Municipal de Saneamento Básico;

V - Fundo Municipal de Saneamento Básico;

VI - Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico.

Seção II

Do Conselho Municipal de Saneamento Básico

Art. 46 - Fica instituído o Conselho Municipal de Saneamento Básico, órgão de composição paritária, com representação do Poder Público e entidades não governamentais ligadas ao saneamento, constituído pelos seguintes membros:

I - Representantes governamentais, das seguintes Unidades Administrativas:

a) Gabinete do Prefeito Municipal;

b) Secretaria de Planejamento;

c) Secretaria da Saúde;

d) Secretaria da Educação;

e) Secretaria de Obras;

II - Representantes de entidades não governamentais, contemplando:

a) Representante das empresas prestadoras de serviço, via contratos ou convênios;

b) Representante de Organizações não governamentais ambientais;

c) Representante de entidades empresariais;

d) Representante dos Clubes de Serviço; e

e) Representante das Instituições de Ensino Superior existente na região.

Parágrafo Primeiro - O exercício das funções de membro do Conselho Municipal de Saneamento Básico e de sua Secretaria Executiva não será remunerado, a qualquer título, sendo considerado serviço de relevância social para o Município.

Parágrafo Segundo - O mandato dos conselheiros não-governamentais será de dois anos, permitida a recondução.

Parágrafo Terceiro - O Presidente será eleito entre os membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Art. 47 - A estrutura do Conselho Municipal de Saneamento Básico compreenderá o Colegiado e a Secretaria Executiva, cujas atividades e funcionamento serão definidos em seu Regimento Interno.

Parágrafo Único - A Secretaria Executiva será exercida pelo Presidente e por um Secretário Executivo, eleito entre os membros do Conselho Municipal.

Seção III

Da Conferência e do Fórum Municipal de Saneamento Básico

Art. 48 - A Conferência Municipal de Saneamento Básico será convocada com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saneamento básico em localidades e bairros.

Art. 49 - O Fórum Municipal de Saneamento Básico visa a avaliação integrada do Saneamento Básico a fim de propor diretrizes para a adequação e atualização da Política Municipal e do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Parágrafo Primeiro - O primeiro Fórum será convocado pelo Chefe do Poder Executivo em até cento e oitenta (180) dias após a publicação desta Lei, e as demais a cada período máximo de dois anos, por convocação do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Parágrafo Segundo - A representação dos usuários na Conferência Municipal de Saneamento Básico será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.

Parágrafo Terceiro - A Conferência Municipal de Saneamento Básico terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio.

Seção IV

Do Plano Municipal de Saneamento Básico

Art. 50 - A prestação de serviços públicos de saneamento básico observará o plano municipal, que poderá ser específico para cada serviço, o qual abrangerá, no mínimo:

I - diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

Parágrafo Primeiro - O plano municipal de saneamento básico deverá ser compatível com os planos das bacias hidrográficas em que estiverem inseridos.

Parágrafo Segundo - O plano municipal de saneamento básico deve ser elaborado com horizonte de 20 (vinte) anos, avaliado anualmente e revisado periodicamente, em prazo não superior a 4 (quatro) anos, anteriormente à elaboração ou revisão do Plano Plurianual.

Parágrafo Terceiro - Será assegurada ampla divulgação das

propostas do plano de saneamento básico e dos estudos que as fundamentem, inclusive com a realização de audiências ou consultas públicas.

Parágrafo Quarto - A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo plano de saneamento básico em vigor à época da delegação.

Parágrafo Quinto - O plano municipal de saneamento básico deverá englobar integralmente o território do Município.

Parágrafo Sexto - Quando envolverem serviços regionalizados, os planos de saneamento básico devem ser editados em conformidade com o estabelecido no art. 15 desta LEI.

Parágrafo Sétimo - O primeiro plano de saneamento básico será elaborado no prazo máximo de um ano após a vigência desta Lei, de forma participativa, podendo contemplar módulos específicos para cada serviço.

Parágrafo Oitavo - O plano de saneamento de que trata o "caput" deste artigo, deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Saneamento e homologado por decreto do Chefe do Poder Executivo.

Seção V

Do Fundo Municipal de Saneamento Básico

Art. 51 - Fica instituído o Fundo Municipal de Saneamento Básico, vinculado à Secretaria de Saneamento e Meio Ambiente, destinado a financiar, isolada ou complementarmente, a universalização dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com os programas do Plano Municipal de Saneamento Básico previsto nesta LEI.

Parágrafo Primeiro - Constitui receita do Fundo Municipal de Saneamento Básico:

I - recursos provenientes de dotações orçamentárias do Município;

II - transferências financeiras da União ou do Estado, destinadas a execução de planos e programas decorrentes da implementação da política e do plano municipal de saneamento básico;

III - recursos provenientes de doações, convênios, termos de cooperação ou subvenções, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, que venha a receber de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

IV - rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações do seu patrimônio;

V - recursos resultantes da aplicação de penalidades pertinentes ao saneamento básico, administrativas e judiciais;

VI - receitas dos serviços de saneamento básico, exceto aquelas auferidas por autarquia municipal ou consórcio público, ou da remuneração de concessões, permissões ou delegações efetivadas pelo titular;

VII - outros recursos.

Parágrafo Segundo - As despesas do Fundo Municipal de Saneamento Básico serão ordenadas pelo Secretário Municipal da Unidade Administrativa ao qual esteja vinculado, observando-se as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Parágrafo Terceiro - A supervisão do Fundo Municipal será exercida pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatórios, balanços e informações que permitam o acompanhamento

das atividades, da execução do orçamento anual e da programação financeira.

Parágrafo Quarto - O Fundo especial de que trata este artigo substitui e sucederá de pleno direito o Fundo Municipal de Investimentos em Saneamento Ambiental - FUNSAN, criado pela Lei nº 3.218, de 22/12/2003.

Parágrafo Quinto - O produto dos recolhimentos financeiros será depositado em conta especial e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, em agência de banco oficial, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas deste Fundo Municipal.

Parágrafo Sexto - O Orçamento e a Contabilidade do Fundo Municipal de Saneamento Básico obedecerão às normas e princípios estabelecidos pela Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000, bem como as portarias e instruções normativas da Secretaria do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Sétimo - A escrituração do Fundo Municipal de Saneamento Básico será executada pela Contabilidade Geral do Município e o plano de contas manterá consonância com a contabilidade pública.

Seção VI Do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico

Art. 52 - Fica instituído o Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, com os objetivos de:

I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

Parágrafo Único - As informações do Sistema Municipal são públicas e acessíveis a todos, devendo ser disponibilizadas por meio de site mantido na rede mundial de computadores - internet.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 53 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 54 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 55 - Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM-SC, 9 DE MAIO DE 2012.
NELSON MARIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicado e registrado a presente Lei, nesta Secretaria aos nove dias do mês de maio de dois mil e doze

ALCINDO PEROSA
Sec.De Adm.E Da Fazenda

Lei Nº 494/2012

LEI Nº 494, DE 23 DE MAIO DE 2012

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON MARIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 182.800,00 (Cento e oitenta e dois mil e oitocentos reais), no orçamento de 2012 da Prefeitura Municipal de Ibiã, nas seguintes programações de despesas:

0203 - Secretaria da Administração e da Fazenda
04.122.0402.2004 - Manutenção das Atividades administrativas
33900000-Aplicações Diretas Fonte '0100' R\$ 35.000,00

0205 - Secretaria Munic. De Infraestrutura, Obras e Transportes
15.451.1501.1036 - Pavimentação de Ruas e Passeios
44900000 - Aplicações Diretas Fonte '0100' R\$ 40.000,00
17.605.1701.1056 - Apoio ao Sistema de Água Potável
44900000 - Aplicações Diretas Fonte '0100' R\$ 30.000,00
17.512.1701.1040 - Obras de Saneamento Básico Geral
44900000 - Aplicações Diretas Fonte '0100' R\$ 10.000,00
26.782.2601.2050 - Manut. da Secretaria de Infraestrutura, Obras e Transportes
33900000-Aplicações Diretas Fonte'0100' R\$ 27.800,00

02.06 - Secretaria Municipal de Educação
12.365.1201.2032 - Manutenção da Educação Infantil
44900000-Aplicações Diretas Fonte '0101' R\$ 40.000,00

Total R\$ 182.800,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será anulada parcialmente a dotação e programação de despesa abaixo especificada, do orçamento vigente, da Prefeitura Municipal de Ibiã, totalizando R\$ 182.800,00(Cento e oitenta e dois mil e oitocentos reais), a saber:

02.01 - Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito
28.846.2800.0000 - Amortização da Dívida e Encargos Municipais
46900000-Aplicações Diretas Fonte '0100' R\$ 45.000,00

0203 - Secretaria da Administração e da Fazenda
04.122.0403.2006 - Contribuição Financeira a Entidades
33500000-Transf. a Instituições Pr. Sem Fins Lucrativos
Fonte '0100' R\$ 2.000,00

02.04 - Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
18.541.1801.2041 - Manutenção das Atividades de Proteção Ambiental
33900000- Aplicações Diretas Fonte '0100' R\$ 3.000,00
20.601.2001.2042 - Incentivo a Produção Vegetal
33900000 - Aplicações Diretas Fonte '0100' R\$ 3.000,00
0205 - Secretaria Munic. De Infraestrutura, Obras e Transportes
15.452.1501.2037 - Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública
44900000 - Aplicações Diretas Fonte '0100' R\$ 10.000,00
24.722.2401.1048 - Apoio ao Sistema de Telecomunicações
44900000 - Aplicações Diretas Fonte '0100' R\$ 5.000,00
26.782.2601.1051 - Aquisição de Máquinas e Veículos
44900000 - Aplicações Diretas Fonte '0100' R\$ 5.000,00
26.782.2601.1052 - Obras de Infraestrutura Rural
44900000 - Aplicações Diretas Fonte '0100' R\$ 59.800,00

02.06 - Secretaria Municipal de Educação



12.364.1201.2030 - Apoio ao Ensino Superior
33900000-Aplicações Diretas Fonte '0100' R\$ 10.000,00

12.365.1201.2031 - Manutenção do Transporte Escolar Infantil
33900000-Aplicações Diretas Fonte '0101' R\$ 40.000,00

Total R\$ 182.800,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 23 DE MAIO DE 2012
NELSON MARIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei ,nesta secretaria aos vinte e três de maio de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA
Sec.De Adm.E Da Fazenda

Portaria Nº 121/2012

PORTARIA Nº 121, DE 15 DE MAIO DE 2012

"CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR MARCOS ROBERTO BAZZEN - OPERADOR DE MÁQUINAS - NÍVEL 4 - REFERÊNCIA A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, bem como o Decreto nº 2114, de 09.07.2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias ao servidor MARCOS ROBERTO BAZZEN, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, Estado de Santa Catarina, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS - Nível 4 - Referência A - Anexo 1 - Subanexo II - Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03 de março de 2011, referente ao período aquisitivo de 14.11.2010 a 13.11.2011, à partir de 15 a 29 de maio de 2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 15 DE MAIO DE 2012.
NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria aos quinze dias do mês de maio de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 122/2012

PORTARIA Nº 122, DE 16 DE MAIO DE 2012

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA O SERVIDOR ANTONIO ENORI GONÇALVES DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal ao servidor ANTONIO ENORI GONÇALVES DA SILVA - AUXILIAR DE MECÂNICO - NÍVEL 2 - REFERÊNCIA B, para o mesmo cargo, NÍVEL 2 - REFERÊNCIA C, de conformidade com o Anexo 1 - Subanexo II - Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE MAIO DE 2012.
NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de maio de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 123/2012

PORTARIA Nº 123, DE 16 DE MAIO DE 2012

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA O SERVIDOR FLORISVAL DAL CORTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal ao servidor FLORISVAL DAL CORTIVO - OPERADOR DE MÁQUINAS - NÍVEL 4 - REFERÊNCIA B, para o mesmo cargo, NÍVEL 4 - REFERÊNCIA C, de conformidade com o Anexo 1 - Subanexo II - Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE MAIO DE 2012.
NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de maio de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 124/2012

PORTARIA Nº 124, DE 16 DE MAIO DE 2012

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA O SERVIDOR JUA-REZ SIQUEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal ao servidor JUAREZ SIQUEIRA - OPERADOR DE MÁQUINAS - NÍVEL 4 - REFERÊNCIA B, para o mesmo cargo, NÍVEL 4 - REFERÊNCIA C, de conformidade com o Anexo 1 - Subanexo II - Serviços Operacionais, da Lei

Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE MAIO DE 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de maio de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 125/2012

PORTARIA Nº 125, DE 16 DE MAIO DE 2012

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA O SERVIDOR NILTON ANTONIO ROMANATTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal ao servidor NILTON ANTONIO ROMANATTO - VIGIA - NÍVEL 1 - REFERÊNCIA B, para o mesmo cargo, NÍVEL 1 - REFERÊNCIA C, de conformidade com o Anexo 1 - Subanexo I - Serviços Gerais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE MAIO DE 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de maio de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 126/2012

PORTARIA Nº 126, DE 21 DE MAIO DE 2012

“DISPENSA A PEDIDO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o requerimento do servidor protocolado em 21.05.2012, RESOLVE:

Art. 1º. Dispensar, a pedido, das funções do cargo de Motorista, o Sr. WALDEMAR CORDEIRO, admitido por tempo determinado através do Contrato nº 018, de 16 de março de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 21 DE MAIO DE 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de maio de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Edital Nº 005/2012 - Concurso Público Nº 002/2012

EDITAL Nº 005/2012 - CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO CONCURSO PÚBLICO 002/2012 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM (SC).

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF I (MICRO ÁREA 04)

ORD	IDEN- TIFICA- DOR	NOME DO CAN- DIDATO	PORT.	MAT.	C. GER.	C. ESP.	TOTAL
1º	1	VERO- NICA DA COSTA SILVA	1,20	1,20	1,20	2,80	6,40

Ibiã(SC), aos dezoito dias do mês de maio de 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI

Prefeito Municipal

Resposta Recurso Classificação Preliminar Célia - Concurso Público Nº 001/2012

À

Candidato Recorrente: Célia Aparecida da Silva Ramos

Cargo: Auxiliar de Enfermagem

Questão objeto de recurso: Nota divulgada na Ata Preliminar

A candidata Célia Aparecida da Silva Ramos, interpôs recurso contra a nota divulgada na ata preliminar. Em análise ao cartão resposta e identificação da candidata recorrente temos que razão assiste em seu recurso, isto porque, teve 03 acertos de português, 03 acertos de matemática, 04 acertos de conhecimentos gerais e 08 acertos de conhecimentos específicos que multiplicado por 0,40 (valor de cada questão) atinge a soma de 7,20.

Adoto como razão de decidir o fundamento da Empresa Inova Consultoria Ltda.

Ibiã, 18 de maio de 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI

Prefeito Municipal

ALCINDO PEROSA

Presidente da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público

Resposta Recurso Classificação Preliminar Clarice - Concurso Público Nº 001/2012

À

Candidato Recorrente: Clarice Moreira

Cargo: Agente de Serviços Gerais

Questão objeto de recurso: Nota divulgada na Ata Preliminar

A candidata Clarice Moreira, interpôs recurso contra a nota divulgada na ata preliminar, em análise ao cartão resposta da candidata temos que razão não assiste em seu recurso, isto porque, conforme pode ser verificado na cópia do cartão de identificação e resposta abaixo a candidata teve 15 acertos, o que multiplicando

por 0,40 (valor de cada questão), totaliza a soma de 6,00, exatamente conforme consta na ata preliminar.

Adoto como razão de decidir o fundamento da Empresa Inova Consultoria Ltda.

Ibiam, 18 de maio de 2012.
NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

ALCINDO PEROSA
Presidente da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público

Resposta Recurso Classificação Preliminar Cristian - Concurso Público Nº 001/2012

À
Candidato Recorrente: Cristian Antonio Felicetti Perosa
Cargo: Técnico Agropecuário
Questão objeto de recurso: Nota divulgada na Ata Preliminar

O candidato Cristian Antonio Felicetti Perosa, interpôs recurso contra a nota divulgada na ata preliminar. Em análise ao cartão resposta e identificação do candidato recorrente temos que razão assiste em seu recurso, isto porque, teve 04 acertos de português, 04 acertos de matemática, 05 acertos de conhecimentos gerais e 05 acertos de conhecimentos específicos que multiplicado por 0,40 (valor de cada questão) atinge a soma de 7,20.

Adoto como razão de decidir o fundamento da Empresa Inova Consultoria Ltda.

Ibiam, 18 de maio de 2012.
NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

ALCINDO PEROSA
Presidente da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público
À

Candidato Recorrente: Cristian Antonio Felicetti Perosa
Cargo: Técnico Agropecuário
Questão objeto de recurso: Nota divulgada na Ata Preliminar

O candidato Cristian Antonio Felicetti Perosa, interpôs recurso contra a nota divulgada na ata preliminar. Em análise ao cartão resposta e identificação do candidato recorrente temos que razão assiste em seu recurso, isto porque, teve 04 acertos de português, 04 acertos de matemática, 05 acertos de conhecimentos gerais e 05 acertos de conhecimentos específicos que multiplicado por 0,40 (valor de cada questão) atinge a soma de 7,20.

Adoto como razão de decidir o fundamento da Empresa Inova Consultoria Ltda.

Ibiam, 18 de maio de 2012.
NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

ALCINDO PEROSA
Presidente da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público

Resposta Recurso Classificação Preliminar Daiane - Concurso Público Nº 001/2012

À
Candidato Recorrente: Daiane Grutzmann Chiesa Ramos
Cargo: Fiscal Tributário
Questão objeto de recurso: Nota divulgada na Ata Preliminar

A candidata Daiane Grutzmann Chiesa Ramos, interpôs recurso devido ao empate na pontuação para o cargo de Fiscal Tributário. Em análise ao cartão de identificação e resposta da candidata temos que razão não assiste em seu recurso, isto porque, a candidata Juliana Lizot e a candidata recorrente empataram na nota final. Assim sendo, o critério de desempate está previsto no item 5.1.21 do edital, vejamos:

5.1.21-Ocorrendo empate na nota da prova escrita/objetiva, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:
5.1.21.1 - Maior número de acertos na prova de conhecimentos específicos;
5.1.21.2 - Maior idade.
5.1.21.3 - Sorteio público.
5.1.21.4 - Havendo candidatos com idade igual ou superior a 60 anos, terão preferência na classificação sobre os demais em caso de empate, nos termos do art. 27, parágrafo único, da Lei Federal n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Desta forma, a candidata Juliana Lizot teve maior número de acertos em conhecimentos específicos do que a candidata recorrente. Ficando assim em primeiro lugar.

Adoto como razão de decidir o fundamento da Empresa Inova Consultoria Ltda.

Ibiam, 18 de maio de 2012.
NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

ALCINDO PEROSA
Presidente da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público

Resposta Recurso Classificação Preliminar Damiane - Concurso Público Nº 001/2012

À
Candidato Recorrente: Damiane Bresciani Rinaldi
Cargo: Nutricionista
Questão objeto de recurso: Nota divulgada na Ata Preliminar

A candidata Damiane Bresciani Rinaldi, interpôs recurso contra a nota divulgada na ata preliminar. Em análise ao cartão resposta da candidata temos que razão não assiste em seu recurso, isto porque, conforme pode ser verificado na copia do cartão de identificação e resposta abaixo, a candidata teve 12 acertos o que multiplicando por 0,40 (valor de cada questão), totaliza a soma de 4,80, exatamente conforme consta na ata preliminar.

Adoto como razão de decidir o fundamento da Empresa Inova Consultoria Ltda.

Ibiam, 18 de maio de 2012.
NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

ALCINDO PEROSA
Presidente da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público

Resposta Recurso Classificação Preliminar Irilei - Concurso Público Nº 001/2012

À
Candidato Recorrente: Irilei Dalcortivo Rampon
Cargo: Agente de Serviços Gerais
Questão objeto de recurso: Nota divulgada na Ata Preliminar

A candidata Irilei Dalcortivo Rampon, interpôs recurso contra a nota divulgada na ata preliminar, aduzindo que teria acertado 03

questões em matemática e não apenas 02 questões conforme consta na ata de classificação preliminar. Em análise ao cartão resposta da candidata temos que razão não assiste em seu recurso, isto porque, conforme pode ser verificado na copia do cartão de identificação e resposta abaixo, a candidata somente teve 02 acertos em matemática, sendo que na questão nº 07 de matemática a candidata assinalou duas alternativas como sendo corretas, o que de acordo consta no edital não é permitido, sendo assim, a mesma não foi pontuada.

Adoto como razão de decidir o fundamento da Empresa Inova Consultoria Ltda.

Ibiam, 18 de maio de 2012.
NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

ALCINDO PEROSA
Presidente da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público

Resposta Recurso Classificação Preliminar Robson - Concurso Público N° 001/2012

À
Candidato Recorrente: Robson Luiz Parize
Cargo: Técnico Agropecuário
Questão objeto de recurso: Nota divulgada na Ata Preliminar

O candidato Robson Luiz Parize, interpôs recurso contra a nota divulgada na ata preliminar. Em análise ao cartão resposta e identificação do candidato recorrente temos que razão assiste em seu recurso, isto porque, teve 02 acertos de português, 04 acertos de matemática, 05 acertos de conhecimentos gerais e 08 acertos de conhecimentos específicos que multiplicado por 0,40 (valor de cada questão) atinge a soma de 7,60.

Adoto como razão de decidir o fundamento da Empresa Inova Consultoria Ltda.

Ibiam, 18 de maio de 2012.
NELSON MÁRIO GRASSI
Prefeito Municipal

ALCINDO PEROSA
Presidente da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público

Notificação de Recursos

Ibiam, 22 de maio de 2012.
NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO RECURSOS PDDE

Prezados Senhores,
Em cumprimento à Lei 9.452/1997 que determina que as Prefeituras beneficiárias de todos os tipos de transferências de recursos federais, de que trata o art. 1º desta lei, notificarão os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no município, no prazo de dois dias úteis, contados da data do recebimento dos recursos, NOTIFICAMOS esta entidade sobre o recebimento dos recursos abaixo mencionados:

Data do Recebimento	CONTA	Programa/Convênio	Valor R\$
02/05/12	70823	PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola	1.100,00
03/05/12	70823	PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola	1.955,40

Atenciosamente
FLÁVIA LENITA PELENTIR
Presidente APP

Ciente para as Entidades e Partidos Políticos de Ibiam:

ENTIDADES E PARTIDOS POLÍTICOS
CÂMARA DE VEREADORES
SINDICATO RURAL
AMPE
OUTROS
PARTIDOS
PT
PSDB
PPS
PMDB
PP
PSD
PDT

Imbituba

PREFEITURA

Portaria DGP/SEAGP N.º 143/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 143, de 22 de maio de 2012.
Dispõe sobre a convocação para retorno de atividades funcionais e, dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e com base na legislação em vigor;

Considerando o Processo Administrativo nº 5029, de 09 de maio de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora MARCELI BARBOSA MELO, inscrita no CPF sob o n.º 003.791.379-41, Servente Merendeira, matrícula n.º 4891, afastada por LICENÇA SEM VENCIMENTOS através da PORTARIA DGP/SEAGP N.º 330, de 01 de novembro de 2010, para retorno de suas atividades funcionais, a partir de 28 de maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 22 de maio de 2012.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 144/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 144, de 22 de maio de 2012.
Dispõe sobre a demissão de Técnica de Enfermagem - SAMU, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Público Edital - 01/2010, admitida em 01/07/2011, contrato nº 5906, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Sandra Rosa Borges	Técnica de Enfermagem - SAMU	806.313.710-87	21/05/2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de maio de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 22 de maio de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 145/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 145, de 22 de maio de 2012.

Dispõe sobre a admissão de Médico - PSF, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 02/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Josiane de Medeiros Mendes dos Santos	Médica - PSF	041.365.149-56	22/05/2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 22 de maio de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria PMI N.º 056.2012

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 056, de 09 de abril de 2012.

Dispõe sobre a exoneração de Chefe de Departamento e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.444, de 29 de janeiro de 2009, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o Sr. RAFAEL DA ROSA PIRES, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 048.631.109-01 e no RG nº 40127699, do cargo/função de Chefe do Departamento de Urbanismo, nomeado através da Portaria PMI nº 081, de 27 de maio de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 1º de abril de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 09 de abril de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

 

Portaria PMI N.º 060.2012

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 060, de 04 de maio de 2012.

Dispõe sobre alteração de representantes da Portaria PMI/SEAGP nº 36, de 19 de maio de 2010, que dispõe sobre a composição da Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis, Imóveis e Inservíveis, do Patrimônio Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e nos termos da Lei nº 3.074, de 09 de abril de 2007, com redação alterada pela Lei nº 3.419, de 18 de dezembro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Altera representantes da Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis, Imóveis e Inservíveis, do Patrimônio de Avaliação de Bens Móveis, Imóveis e Inservíveis, do Patrimônio Público Municipal, conforme descrição abaixo:

I - Secretaria de Agricultura e Pesca:

Suplente: Suelen de Oliveira Pires dos Reis, substituindo pelo Sr. Cleiton da Silva;

II - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Ambiental:

Suplente: Anderson Cristiano Maximiniano, substituindo pelo Sr. Augusto Martins Marques;

III - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte:

Titular: Maria Aparecida Vichiect da Silva, substituindo pela Sra. Mônica Brasileira Soares;

IV - Secretaria da Fazenda:

Titular: Nil Marlene Arantes Frischenbruder, substituindo pela Sra. Claudileia Leal;

V - Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação:
Titular: Adelir de Oliveira Alves, substituindo pela Sra. Sinara Ramos de Farias Pires.

Art. 2º Ficam ratificados os demais termos da Portaria n.º 36, de 19 de maio de 2010.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 04 de maio de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI Nº059.2012

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 059, de 09 de abril de 2012.
Dispõe sobre exoneração de Assessor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, com base da Lei Complementar nº. 3.444, de 29 de janeiro de 2009 e a Lei Complementar n.º 3.445, de 29 de janeiro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ANTONIO BATISTA BORBA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 434.448.499-15 e RG nº 535.684-9, das funções de Assessor II, nomeado através da Portaria PMI/SEAGP N.º 215, de 02 de setembro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 09 de abril de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
 

Publicação de Extrato de Inexigibilidade 02/2012 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SAÚDE
PROCESSO Nº 35/2012
INEXIGIBILIDADE Nº 02/2012
CREDENCIAMENTO 01/2012

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 11 de junho de 2012, licitação na modalidade de Inexigibilidade do tipo menor preço global, regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Credenciamento de entidades privadas, filantrópicas e sem fins lucrativos, prestadores de serviços de assistência à saúde, na área ambulatorial, para o conjunto total de procedimentos de consulta médica em atenção especializada do referido grupo, na tabela de procedimentos,

medicamentos, órteses, próteses e materiais especiais do SUS. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 24 de maio de 2012.

MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA
Presidente da CPL

Edital SEAGP Nº 082/2012

EDITAL SEAGP Nº 082/2012
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2010.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 04/2010, divulgado através do Edital nº 04/2010, de 12 de novembro de 2010, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2010, de 07 de fevereiro de 2011, que homologou os resultados do referido processo seletivo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 04/2010, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 23 de Maio a 22 de Junho de 2012, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 23 de maio de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
 

EDITAL SEAGP Nº 082/2012

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira

CLAUDETE ELEY ALBINO SOUZA

VALDIRENE SOARES DE CASTRO

MARIA CANDIDA DA ROSA

CÂMARA MUNICIPAL**Extrato do Contrato N°008/2012**

Extrato de Contrato

Data do Contrato: 20/04/2012
Número do Contrato: 008/2012

Objeto: Aquisição de materiais de expediente e suprimentos de informática, conforme exigências contidas no Edital e seu Anexo.
Valor Total: R\$312,45
Contratante: Câmara Municipal de Imbituba
Contratada: LIVRARIA E PAPELARIA FIGUEIREDO LTDA-EPP
Fundamento Legal: Carta Convite nº002/2012
Validade: 31/12/2012

Extrato do Contrato N°009/2012

Extrato de Contrato

Data do Contrato: 18/04/2012
Número do Contrato: 009/2012

Objeto: Aquisição de materiais de expediente e suprimentos de informática, conforme exigências contidas no Edital e seu Anexo.
Valor Total: R\$2.411,25
Contratante: Câmara Municipal de Imbituba
Contratada: COMERCIAL PREÇO BOM Z&C LTDA-ME
Fundamento Legal: Carta Convite nº002/2012
Validade: 31/12/2012

Extrato do Contrato N°010/2012

Extrato de Contrato

Data do Contrato: 18/04/2012
Número do Contrato: 010/2012

Objeto: Aquisição de materiais de expediente e suprimentos de informática, conforme exigências contidas no Edital e seu Anexo.
Valor Total: R\$757,47
Contratante: Câmara Municipal de Imbituba
Contratada: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA-EPP
Fundamento Legal: Carta Convite nº002/2012
Validade: 31/12/2012

Extrato do Contrato N°011/2012

Extrato de Contrato

Data do Contrato: 24/04/2012
Número do Contrato: 011/2012

Objeto: Aquisição de materiais de expediente e suprimentos de informática, conforme exigências contidas no Edital e seu Anexo.
Valor Total: R\$493,77
Contratante: Câmara Municipal de Imbituba
Contratada: Papelaria Espaço Escolar Ltda-Epp.
Fundamento Legal: Carta Convite nº002/2012
Validade: 31/12/2012

Extrato do Contrato N°012/2012

Extrato de Contrato

Data do Contrato: 24/04/2012
Número do Contrato: 012/2012

Objeto: Aquisição de materiais de expediente e suprimentos de informática, conforme exigências contidas no Edital e seu Anexo.
Valor Total: R\$64,95
Contratante: Câmara Municipal de Imbituba
Contratada: Orleans Informatica Ltda-EPP
Fundamento Legal: Carta Convite nº002/2012
Validade: 31/12/2012

Extrato do Contrato N°013/2012

Extrato de Contrato

Data do Contrato: 08/05/2012
Número do Contrato: 013/2012

Objeto: Aquisição de 1(um) veículo, conforme especificações constantes no Anexo I do Pregão Presencial nº001/2012
Valor Total: R\$49.950.00
Contratante: Câmara Municipal de Imbituba
Contratada: Unitá Veiculos Ltda
Fundamento Legal: Pregão Presencial nº001/2012
Validade: 31/12/2012

Extrato do Contrato N°015/2012

Extrato de Contrato

Data do Contrato: 21/05/2012
Número do Contrato: 15/2012

Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA para prestação dos serviços relacionados Contrato nº13/2010-Processo Licitatório nº001/2010, modalidade Tomada de Preço - Melhor Técnica e Preço.
Valor Total Estimado: R\$72.333,33
Contratante: Câmara Municipal de Imbituba
Contratada: Empresa Malazano Comunicação Ltda
Fundamento Legal: Termo Aditivo III ao Contrato nº13/2010- Processo Licitatório nº001/2010, modalidade Tomada de Preço - Melhor Técnica e Preço.
Validade: 31/12/2012

Iomerê**PREFEITURA****Lei 681/2012**

LEI Nº 681, DE 23 DE MAIO DE 2012
ALTERA A LEI Nº 626, DE 19 DE ABRIL DE 2011 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ANTONINHO BALDISSERA, Prefeito do Município de Iomerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, inciso I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:
Art. 1º. Fica acrescido, no art. 1º da Lei nº 626, de 19 de abril de 2011, o § 5º, com a seguinte redação:

Art.1º.

§ 5º O valor de que trata o § 2º deste artigo será atualizado anualmente de acordo com o índice de inflação acumulada no período, calculado pelo IGPM da Fundação Getúlio Vargas.

Art. 2º. A atualização monetária de que trata esta Lei, será



retroativa a 1º de março de 2012.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Iomerê - SC, 23 de maio de 2012.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

Lei 682/2012

LEI Nº 682, DE 23 DE MAIO DE 2012.

ALTERA A LEI Nº 018, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1997.

ANTONINHO BALDISSERA, Prefeito do Município de Iomerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, inc. I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O art. 3º, inciso IV, alienas "c" e "f", passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 3º

IV -

c) 1 (um) Representante do Clube de Mães de Iomerê;

f) 1 (um) Representante do Lions Club de Iomerê.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Iomerê - SC, 23 de maio de 2012.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

Lei 683/2012

LEI Nº 683 DE 23 DE MAIO DE 2012.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE IOMERÊ A FIRMAR CONTRATO COM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ANTONINHO BALDISSERA, Prefeito do Município de Iomerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, inciso I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Iomerê, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a firmar contrato de prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, no valor de R\$ 21.509,60 (vinte e um mil quinhentos e nove reais e sessenta centavos), na forma da minuta do anexo a presente lei.

§ 1º O valor de que trata este artigo será pago em 7 (sete) parcelas iguais, mensais e consecutivas de R\$ 3.072,80 (três mil e setenta e dois reais e oitenta centavos), com vencimento da primeira

parcela em 10/06/2012 e da última em 10/12/2012.

§ 2º O prazo do contrato terá início em 1º de maio de 2012 e término em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação prevista na Lei de Orçamento em vigor.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de maio de 2012.

Centro Administrativo de Iomerê – SC, 23 de maio de 2012.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO

LEI Nº 683, DE 23 DE MAIO DE 2012.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE IOMERÊ A FIRMAR CONTRATO COM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS. MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER Nº (número contrato)

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERÊ E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iomerê, com sede à Rua João Rech, 500 – Centro, CEP: 89558-000, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado por seu prefeito municipal Antoninho Baldissera, inscrito no CPF sob o nº 034.530.588-44, e portador da Carteira de Identidade nº 1.913.470 – SSP/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado

CONTRATADA: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina -Epagri, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº 284/2005, neste ato representada em consonância ao Art. 38, inc. III e parágrafo Único, do Estatuto Social da Epagri, por Jonatan Galio, CPF nº 021.656.389-50, RG nº 3.155.241 – SSP/SC, Gerente Regional da Epagri de Videira, CNPJ nº 83.052.191/0005-96, com endereço aruá João Zardo, 1660, CEP 89560-000, Videira – SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, Resolvem de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações supervenientes às Licitações e Contratos da Administração Pública, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL, ORIGEM E DOTAÇÃO

O presente instrumento está fundamentado na Lei 8.666/93, arts. 1º, 25, "caput"; 54 e 55; apresentando origem na negociação entre a CONTRATANTE, e encaminhamento deste instrumento pela Gerência Regional da Epagri de Videira, unidade da CONTRATADA . E tem como dotação orçamentária os seguintes códigos: Fonte

.....Ação e Item

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - São obrigações da CONTRATADA:

Disponibilizar pessoal técnico especializado em assessoramento para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano anual de trabalho – PAT;

Viabilizar as instalações físicas necessárias para a execução dos trabalhos descritos no Plano Anual de trabalho - PAT, nos Centros de Treinamento e Estações Experimentais;

Disponibilizar material técnico e de apoio necessários à prestação dos serviços previstos no Plano anual de trabalho – PAT;

Fornecer cursos de capacitação técnica aos profissionais que atuam no Município CONTRATANTE;

Acompanhar, orientar e assessorar na prestação dos trabalhos referentes ao Plano anual de trabalho – PAT no Município CONTRATANTE;

Implementar os trabalhos de interesse do CONTRATANTE e os que lhe couberem no Plano anual de trabalho – PAT;

Participar de reuniões quando solicitadas pelo CONTRATANTE;

Responsabilizar-se pela execução dos Programas da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e demais programas institucionais do governo federal em que tenha tal atribuição, no nível Municipal.

II - São obrigações do CONTRATANTE:

Repassar para CONTRATADA o valor ajustado na conformidade da Cláusula Quinta, referente a prestação dos serviços objeto do presente instrumento de contrato,

Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas e locais onde serão prestados os serviços;

Promover a participação dos seus técnicos nos cursos ministrados pela CONTRATADA;

Supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, e

Proceder à avaliação dos serviços prestados e emitir relatório com os resultados obtidos.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DOS SERVIÇOS

Para execução dos serviços, o prazo estipulado terá início em 01 de maio de 2012 até 31 de dezembro de 2012, facultando a continuidade da prestação dos serviços por acordo e interesse das partes, prorrogando-se o contrato mediante termo aditivo com previsão na Lei Municipal e aplicação do disposto do artigo 57 e inciso da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações e Contratos da Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

O CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural prestados, o valor global de R\$ 21.509,60 (vinte e um mil, quinhentos e nove reais, sessenta centavos), divididos em 07 (sete) parcelas, repassadas no período de vigência desse contrato

Conforme cronograma abaixo:

Parcela	Valor R\$	ISS a reter (2%)	IR a reter (1,5%)	Valor líquido	Vcto
1	3.072,80	61,46	46,09	2.965,25	10/06/2012
2	3.072,80	61,46	46,09	2.965,25	10/07/2012
3	3.072,80	61,46	46,09	2.965,25	10/08/2012
4	3.072,80	61,46	46,09	2.965,25	10/09/2012
5	3.072,80	61,46	46,09	2.965,25	10/10/2012
6	3.072,80	61,46	46,09	2.965,25	10/11/2012
7	3.072,80	61,46	46,09	2.965,25	10/12/2012

Parágrafo Único: Dos valores acima especificados serão descontados o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme item 17.1 Lei Municipal que regulamente este tributo, bem como o Imposto de Renda – Pessoa Jurídica, conforme legislação federal competente.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor mensal acima mencionado será repassado pelo CONTRATANTE/Município para a Epagri, mediante emissão de boleto bancário. O vencimento dos boletos será conforme acordado nesse instrumento jurídico. A quitação do pagamento, será dada pela CONTRATADA imediatamente após o recebimento de cada parcela.

Parágrafo Primeiro: A nota fiscal deverá ser emitida até o ÚLTIMO dia útil de cada mês da prestação do serviço.

CLÁUSULA SETIMA – DAS DESPESAS CONTRATUAIS

As despesas decorrentes das obrigações trabalhistas relativas à prestação dos serviços Assistência Técnica e Extensão Rural, objeto do instrumento ora ajustado correrá por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A Epagri prestará os serviços como forma de consultoria e orientação e, neste sentido, não poderá ser responsabilizada por prejuízos econômicos ou patrimoniais que os agricultores consulentes possam ser vítimas, dada a impossibilidade de previsão dos riscos da atividade agropecuária e pesqueira.

Parágrafo Único: A Epagri se isenta de responsabilidade também nos casos de negativa de financiamento agropecuário sejam quais forem os motivos que deram causa a esta.

CLÁUSULA NONA DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Nenhuma alteração contratual será efetuada sem a autorização das partes, cabendo modificar, adicionar, retificar ou excluir termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos, mediante termo aditivo competente e de conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, ou por qualquer das partes caso ocorra descumprimento de cláusula ou condição na execução do presente contrato cabendo multa pela parte que der motivo o equivalente a 1 (uma) parcela do valor contratado.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Pela inadimplência de quaisquer das parcelas, o CONTRATADO estará sujeito as penalidades previstas no Estatuto das Licitações Públicas, Lei 8.666/93.

Parágrafo Único: Pelo descumprimento do pagamento de quaisquer das parcelas discriminadas na Cláusula Quinta ajustada neste instrumento, a CONTRATADA inviabilizará a emissão da CND - Certidão Negativa de Débito, até que a situação de inadimplência seja restabelecida.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO FORO E PUBLICAÇÃO

Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis, independente de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Contrato.

Parágrafo Único: A publicação resumida do presente instrumento na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, caberá à Prefeitura Municipal de Iomerê, sendo realizado de conformidade com o que disciplina o art.61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.



E, por estarem de acordo, assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Iomerê,
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito(a) Municipal

JONATAN GALIO
Gerente Regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural
de Santa Catarina - EPAGRI

Testemunhas:

Nome: MARLI BEAL CENTOFANTI	Nome:
CPF: 423.288.029-15	CPF:

Irineópolis

PREFEITURA

Lei Nº 1627/2012

Lei nº 1627 de 22 de maio de 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

02 - PODER EXECUTIVO

02.08 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

1.005 - Incentivo a Indústria

4.5.90.00.00.00.00.0100 (148) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

T O T A L R\$ 60.000,00

Art. 2º - Para dar face ao crédito especial acima citado serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do ano anterior na fonte de recursos 100 - RECURSOS PRÓPRIOS.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 22 de maio de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2.229/2012

D E C R E T O Nº 2.229/12

"Autoriza Desmembramento de Solo Urbano e da Outras Providências".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por LEI:

DECRETA

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano Lote nº 097, matriculado no Registro de Imóveis de Porto União, Santa Catarina, sob o n.º 15.819, com a área de 864,00

m² (oitocentos e sessenta e quatro metros quadrados), localizado na Rua Santa Catarina, S/N, centro quadra nº 47 de propriedade de JOSÉ CARNEIRO DE CAMPOS SOBRINHO, ficando com as seguintes características: FRAÇÃO A. da quadra 47, com área de 240,00 m²: Frente: 10,00 metros com a Rua São Paulo; Lado Esquerdo: 24,00 metros confrontando com o lote nº 096; Lado Direito: 24,00 metros confrontando com a "Fração B", Fundos: 10,00 metros confrontando com o lote nº 098; FRAÇÃO B. da quadra 47, com área de 240,00 m²: Frente: 10,00 metros confrontando com a Rua São Paulo; Lado Esquerdo: 24,00 metros confrontando com a "Fração A"; Lado Direito: 24,00 metros confrontando com a "Fração C"/ lote nº 097; Fundos: 10,00 metros com o lote nº 098; FRAÇÃO C./ LOTE 097 da quadra 47, com área de 384,00 m²: Frente: 24,00 metros confrontando com a Rua Santa Catarina; Lado Esquerdo: 16,00 metros confrontando com a Rua São Paulo; Lado Direito: 16,00 metros confrontando com o lote nº 098; Fundos: 24,00 metros confrontando com a "Fração B".

Art. 2º - A aprovação do Desmembramento de que trata o Artigo Primeiro, fundamenta-se no que estabelece a Lei nº 951/99, de 17.11.1999.

Art. 3º - O desmembramento de que trata este Decreto só terá validade legal após averbação do mesmo na respectiva matrícula do imóvel objeto do mesmo. Em caso de não averbação 90 (noventa) dias após sua emissão, este Decreto perderá automaticamente a validade, não devendo mais ser aceito pelo Registro de Imóveis da comarca.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 1988/10 e as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 11 de maio de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito municipal

Decreto Nº 2.235/2012

D E C R E T O Nº 2.235/12

"Autoriza Desmembramento de Solo Urbano e da Outras Providências".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por LEI:

DECRETA

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano Lote nº 05, matriculado no Registro de Imóveis de Porto União, Santa Catarina, sob o n.º 20.642, com a área de 3.132,42 m² (três mil cento e trinta e dois metros e quarenta e dois decímetros quadrados), localizado à Rua Argentina, bairro Jardim Brand, quadra nº 12 de propriedade de CARLOS BRANDEL E IZABEL IVANILDA BRANDEL, ficando com as seguintes características: FRAÇÃO A. da quadra 12, com área de 1.688,27 m²: Frente: 12,50 metros com a Rua Argentina; Lado Esquerdo: 92,30 metros com o lado direito da Fração "B", da quadra 12; Lado Direito: por duas linhas, uma medindo 60,00 metros com o lado esquerdo da parte do lote nº 04, da quadra 012, outra medindo 36,75 metros com o lado esquerdo da parte do lote 03, quadra 012, ambas interligadas por uma linha medindo 14,70 metros com fundos da parte do lote 04, quadra 012; Fundos: 27,70 metros confrontando com o lote urbano, quadra 014, de propriedade de Altair Tilgner pelo arroio da invernoada; FRAÇÃO B. da quadra 12, com área de 1.444,15 m²: Frente: 12,50 metros com a Rua Argentina; Lado Esquerdo: por três linhas, uma medindo 48,00 metros com o lado direito do lote nº 06, quadra 012, outra medindo 14,75 metros com o lado direito do lote sem definição, ambos de propriedade de Carlos Pedro Brandel, outra linha medindo 27,00 metros com o lado esquerdo de lote sem definição, de propriedade de Isarilda Geraldi, interligado as demais por uma linha medindo 10,50 metros com fundos do lote sem

definição, de propriedade de Carlos Pedro Brandel. Lado Direito: 92,30 metros confrontando com o lado esquerdo da Fração "A" da quadra 012; Fundos: 24,65 metros com o lote urbano, quadra 014 de propriedade de Altair Tilgner pelo arroio da invernada.

Art. 2º - A aprovação do Desmembramento de que trata o Artigo Primeiro, fundamenta-se no que estabelece a Lei nº 951/99, de 17.11.1999.

Art. 3º - O desmembramento de que trata este Decreto só terá validade legal após averbação do mesmo na respectiva matrícula do imóvel objeto do mesmo. Em caso de não averbação 90 (noventa) dias após sua emissão, este Decreto perderá automaticamente a validade, não devendo mais ser aceito pelo Registro de Imóveis da comarca.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº1988/10 e as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 17 de maio de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2240/2012

Decreto nº 2240/2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1627 de 22 de maio de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

02 - PODER EXECUTIVO

02.08 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

1.005 - Incentivo a Indústria

4.5.90.00.00.00.00.0100 (148) Aplicações Diretas R\$
60.000,00

T O T A L R\$ 60.000,00

Art. 2º - Para dar face ao crédito especial acima citado serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do ano anterior na fonte de recursos 100 - RECURSOS PRÓPRIOS.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 22 de maio de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 41/2012

Pregão Presencial nº 27/2012 - Objeto: aquisição de uma motoniveladora nova, ano 2012.

LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 2º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 05 de Junho de 2012, até às 09hs15min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 05 de Junho de 2012, às 09hs30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptolis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 23 de Maio de 2012.

HELIO CESAR WENDT

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

Ata de Sessão Pública

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data 23/05/2012 Horário: 09h:00min

Licitação /Modalidade CONVITE

PROCESSO Nº 11/2012

Nº 44/2012

OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para execução de 1000 metros lineares de meio fio tipo sarjeta que serão aplicadas na Rua Mariana Michels Borges, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, projeto básico, ART, e memorial descrito parte integrante deste edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1497/2012. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios, mural público municipal, no dia 15/05/2012 a fim de ampla divulgação. Das empresas convidadas as quais foram: VILLAIN & CIA LTDA, CNPJ/MF: 81.575.110/0001-83, EMPAV TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ/MF: 10.391.386/0001-63, OSNI PEREIRA-ME, CNPJ/MF: 79.302.261/0001-16, BARBOSA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-ME, CNPJ/MF: 04.375.096/0001-20, OLIVEIRA & POZZER LTDA-ME, CNPJ/MF: 02.607.573/0001-03, AVIZ ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-ME, CNPJ/MF: 05.579.928/0001-96. Protocolou envelope a empresa: OLIVEIRA & POZZER LTDA-ME, CNPJ/MF: 02.607.573/0001-03, sob protocolo nº 522/2012. Iniciada a sessão, os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida iniciaram-se as análises dos documentos constantes nos envelopes de HABILITAÇÃO, aonde foi constatado que a empresa não atende o edital no item 2.4., 2.4.1., 2.4.2 (Acervo técnico). Cientes o licitante do resultado supra fica o mesmo notificado, que renuncia o seu de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Nada mais havendo digno de nota, nem a

tratar, encerrou-se a sessão exatamente às 09h:47min, indo esta assinada por todos os presentes.

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR
Presidente Da Comissão De Licitação

FERNANDA CRISTINA ROSA
Membro

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
Membro
Licitante presente:
OLIVEIRA & POZZER LTDA-ME

Joaçaba

PREFEITURA

Resolução Eleições Conselho Tutelar

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE JOAÇABA

Lei nº 1.995/93 de 23.09.93

Av. XV de Novembro, 378, setor de ação social, Centro, Joaçaba/SC

Resolução Nº. 004/2012

Regulamenta o Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares no âmbito do Município de Joaçaba, Mandato 2012/2015, e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Joaçaba, no uso de suas atribuições legais e considerando:

I - Os dispostos nos artigos 132 e 139 da Lei Federal nº 8.069/90 (ECA), com as modificações introduzidas pela Lei Federal nº 8.242/91 e

II - Os dispostos na Lei Complementar Municipal nº 158 de 20/12/2007, sobre a estrutura (artigo 3º), o processo de escolha (artigos 4º a 7º), a prova de aferição (artigo 12), a eleição (artigos 13 e 14), a capacitação (artigo 15) e a propaganda eleitoral,

RESOLVE

Art. 1º - A presente resolução regulamenta o processo de inscrição, a prova de aferição de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, a eleição, a capacitação, a propaganda eleitoral, a proclamação dos eleitos, diplomação e posse de candidatos que participarão do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares do Município de Joaçaba e seus respectivos suplentes, eleitos para um mandato de 3 (três) anos, permitida uma recondução por igual período.

Art. 2º - Constituir Comissão Eleitoral composta dos seguintes membros: Diane Carina Matana, Marilde Terezinha Bittencourt e Daniela Bortoli, para colaborar na condução do Processo eleitoral.

I - DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

Art. 3º - O período para a inscrição provisória dos candidatos à função de Conselheiro Tutelar será de 28/05/2012 a 11/06/2012. O formulário de inscrição será disponibilizado na internet no site www.joacaba.sc.gov.br, e na sede do CMDCA, na Av. XV de Novembro, 378, setor de Ação Social, Centro, Joaçaba/SC, das 13:30h às 17:00h.

Art. 4º - A cada candidato inscrito será atribuído um número, que

obedecerá a ordem de inscrição.

§ 1.º As candidaturas serão registradas individualmente.

§ 2.º Nenhuma inscrição será admitida fora do período determinado no Edital.

Art. 5º - Os candidatos a função de Conselheiro Tutelar deverão passar, obrigatoriamente, pelas seguintes etapas classificatórias:

I - inscrição;

II - prova escrita de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e prova prática em Informática Básica;

III - eleição

IV - participação em curso específico;

Parágrafo Único. As etapas de classificação são eliminatórias.

Art. 6º - São requisitos para a inscrição provisória dos candidatos e, consequentemente, para candidatar-se a exercer a função de Conselheiro Tutelar:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - estar no gozo dos direitos políticos;

IV - residir no município de Joaçaba;

V- ensino médio completo;

VI - ter habilitação para dirigir, no mínimo, categoria "B";

VII - não ter sido penalizado com a pena de destituição por fato praticado no exercício da função de Conselheiro Tutelar;

VIII - possuir conhecimentos básicos em informática.

Art. 7º - Os pré-candidatos deverão preencher o requerimento de inscrição, fornecido pelo Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, juntamente com os seguintes documentos comprobatórios dos requisitos elencados no artigo anterior:

I - certidão negativa criminal da Justiça Estadual e Federal da Comarca de Joaçaba nos últimos três anos;

II - cédula de identidade;

III - comprovação de residência no Município de Joaçaba, (deverá ser comprovado com comprovante de IPTU, água, luz ou telefone em nome do candidato, ou ainda em nome do esposo(a), pai ou mãe);

IV - habilitação para dirigir no mínimo categoria "B";

V - Certificado de reservista ou documento comprovando estar em dia com o serviço militar;

VI - 2 fotos 3x4 atuais e coloridas;

§ 1º. Não será permitida a inclusão de documentação após a entrega do número de inscrição.

§ 2º. Serão automaticamente indeferidas, pelo CMDCA, as inscrições que estejam com documentação incompleta ou inadequada.

§ 3º. Não será reconhecido o trabalho de Conselheiros Tutelares ou de Direitos que tenham sido penalizados, administrativa ou judicialmente, com perda de mandato.

Art. 8º - Encerrado o prazo para inscrição, o CMDCA avaliará os requerimentos e documentação apresentados pelos pré-candidatos e fará, no dia 13/06/2012, a publicação no site oficial, no mural público municipal e no site www.joacaba.sc.gov.br da nominata dos pré-candidatos que preencheram os requisitos do edital.

Parágrafo Único: Será enviada cópia da publicação ao Chefe do Poder Executivo Municipal, ao Juiz da Vara da Infância e Juventude, à Promotoria da Infância e Juventude do Ministério Público, aos Conselheiros Tutelares. Tanto as autoridades referidas, como qualquer cidadão, poderão impugnar, fundamentadamente, as candidaturas.

Art. 9º - O recurso de indeferimento de inscrição, deverá ser oferecido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no período de 14/06/2012 a 15/06/2012, no horário compreendido entre 13:30 e 17:00h.

Art. 10 - O CMDCA julgará os recursos das inscrições não homologadas, e publicará no dia 18/06/2012, em edital.

Art. 11 - No dia 19/06/2012 e 20/06/2012, será aberto o prazo para impugnação às candidaturas, que deverão ser protocoladas na sede do CMDCA.

Art. 12 - Será publicada a lista com o registro definitivo das candidaturas, no dia 22/06/2012, no Diário Oficial dos Municípios, no mural público municipal e no site www.joacaba.sc.gov.br, dos candidatos aptos a participar da prova de aferição.

Art. 13 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

II - DA PROVA

Art. 14 - A prova objetiva será elaborada, aplicada e corrigida por uma Comissão Voluntária indicada pelo CMDCA e nomeada por ato oficial pelo Prefeito Municipal. Ficará sob-responsabilidade da comissão todo o sigilo das provas e o julgamento dos recursos referente ao gabarito.

Art. 15 - Os candidatos serão submetidos a prova de aferição, que será dividida em 2 (duas) partes:

I - a primeira, constituída de 30 (trinta) questões objetivas, de conhecimentos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, com duração de 2(duas) horas;

II - a segunda, prova prática em informática, consiste em digitação de texto.

§ 1º. A parte objetiva constará de 30 (trinta) questões, com 5 (cinco) alternativas de respostas cada, sendo somente uma a correta, valendo 2 pontos cada questão, perfazendo o total de 60 (sessenta) pontos.

§ 2º. A parte de informática constará de um texto, que o candidato terá que formatar e digitar em 15 (quinze) minutos. A prova vale 10 pontos, sendo que a formatação vale 3 pontos, e a digitação, 7 pontos.

§ 3º. Serão considerados aptos os candidatos que alcançarem média mínima de 30 pontos na prova objetiva, e média mínima de 5 (cinco) pontos na de informática. Os candidatos que não conseguirem alcançar a pontuação necessária serão eliminados, não podendo concorrer à eleição para Conselho Tutelar.

Art. 16 - As provas de conhecimento e de informática, serão aplicadas no dia 23/06/12, em local e horário a ser definido.

Art. 17 - A divulgação do gabarito sairá no dia 25/06/2012, no mural público municipal e no site www.joacaba.sc.gov.br, podendo o candidato protocolar recurso quanto ao gabarito nos dias 26/06/12 e 27/06/12.

Art. 18 - A publicação do resultado dos aprovados sairá no dia 29/06/2012, no Diário Oficial dos Municípios, no mural público municipal e no site www.joacaba.sc.gov.br

Art. 19 - O candidato poderá protocolar recurso de forma escrita e fundamentada, no período de 02/07/12 e 03/06/12, na sede do CMDCA, das 13:30h as 17:00h.

Art. 20 - O resultado dos recursos e o resultado final sairão no dia 05/06/12, publicado no Diário Oficial dos Municípios, no mural público municipal e no site www.joacaba.sc.gov.br.

III - DA PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 21 - Toda propaganda eleitoral será realizada sob a responsabilidade dos candidatos, podendo ser-lhe imputada a solidariedade nos excessos praticados por seus simpatizantes.

Parágrafo Único: Somente será permitida propaganda eleitoral após a homologação da respectiva candidatura.

Art. 22 - Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem e aliciamento de votantes, por meios insidiosos e enganosos.

§ 1.º Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

§ 2.º Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, o oferecimento ou a promessa de dinheiro, dádivas, benefícios ou vantagens de qualquer natureza, mediante apoio à candidatura.

§ 3.º Considera-se propaganda enganosa, a promessa de resolver eventuais demandas que não são atribuições do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra prática que induza, dolosamente, o votante a erro, com o objetivo de auferir vantagem à determinada candidatura.

Art. 23 - Qualquer cidadão poderá dirigir denúncia ao CMDCA sobre a existência de propaganda irregular, devidamente fundamentada e acompanhada de provas.

§ 1.º As denúncias anônimas ou desprovidas de fundamento ou de provas, serão rejeitadas e arquivadas.

§ 2.º Recebida a denúncia, a Comissão Eleitoral cientificará o candidato envolvido para apresentar defesa no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da notificação.

§ 3.º A Comissão Eleitoral terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para instruir e prolatar a decisão final, podendo ouvir testemunhas, determinar a juntada de provas, bem como efetuar diligências.

§ 4.º Procedente a denúncia, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá determinar a suspensão da propaganda, o recolhimento do material, bem como a cassação da candidatura.

Art. 24 - Da decisão prevista no artigo anterior, parágrafo 4º. cabe recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da notificação, que, em igual prazo, proferirá julgamento.

Art. 25 - É vedado aos órgãos da administração pública municipal direta e indireta realizar qualquer tipo de propaganda de natureza eleitoral.

Art. 26 - No dia da escolha dos candidatos, não será permitido nenhum tipo de propaganda.

Parágrafo Único: A não observância, mediante denúncia fundamentada, poderá acarretar em suspensão imediata da candidatura.

IV - DO PROCESSO DE VOTAÇÃO

Art. 27 - A realização do Processo de Votação para a Escolha dos Conselheiros Tutelares do Município de Joaçaba acontecerá no dia 13/07/2012, pelo sufrágio universal e voto direto, facultativo e secreto, no horário das 13:00h as 17:00h, na Câmara de Vereadores de Joaçaba, na Av. XV de Novembro, Centro, Joaçaba.

Parágrafo Único. O horário de votação poderá ser prorrogado pelo tempo que se fizer necessário para que todos os eleitores presentes até a hora do encerramento, possam votar, desde que estejam dentro do local de votação.

Art. 28 - Terão direito a votar até três representantes das entidades cadastradas no CMDCA e os Conselheiros de Direitos.

Parágrafo Único - As entidades que poderão votar deverão encaminhar ofício nomeando os representantes da mesma, que participarão da eleição, até a data de 02/07/2012.

Art. 28 - O votante apresentará à mesa de recepção de votos, a carteira de identidade ou documento equivalente com foto.

Art. 29 - O voto será secreto, em cédula própria, rubricada pela Comissão Eleitoral, onde o eleitor deverá designar os nomes ou números dos candidatos a Conselheiro Tutelar.

Art. 30 - O eleitor deverá votar em até 5 (cinco) candidatos.

Art. 31 - A mesa da recepção dos votos será composta por 03 (três) membros da Comissão Eleitoral e 02 (dois) membros indicados pela Promotora da Infância e Juventude. É facultativo a participação dos membros da Promotoria da Infância e Juventude.

Parágrafo Único. O Presidente da mesa de recepção de votos será um, dos três membros da Comissão Eleitoral, indicado pelo presidente do CMDCA.

Art. 32 - No local da votação será afixada a lista dos candidatos com seus respectivos números.

Art. 33 - O Ministério Público poderá indicar 2 (dois) fiscais que acompanharão o processo e apuração do pleito eleitoral para Conselheiro Tutelar.

V - DA APURAÇÃO

Art. 34 - Terminada a votação a urna deverá ser lacrada pelo presidente da Mesa de recepção, na presença dos Conselheiros do CMDCA, representantes do Ministério Público e dos presentes.

Art. 35- A Ata Circunstanciada deverá ser assinada por todos os integrantes da mesa receptora de votos.

Art. 36 - Imediatamente após a lacração da urna, uma comissão de apuração deverá ser formada por 02 (dois) membros indicados pelo Ministério Público e 04 (quatro) membros do CMDCA, para o início da apuração e contagem dos votos, devendo ser observados os seguintes pontos:

I - as cédulas deverão ser contadas e conferidas com o número de fichas de inscrição dos eleitores;

II - cédulas com rasura;

III - em caso de empate será considerado vencedor o mais velho;

IV - Serão considerados Conselheiros Tutelares os 05 (cinco) candidatos que obtiverem a maioria do número de votos e considerados suplentes os demais que obtiverem, no mínimo, 01 (um) voto.

Art. 37 - A apuração de votos, terá início após o lacre da urna.

Art. 38 - Caberá ao Presidente do CMDCA, ou pessoa por ele indicada, a coordenação da Mesa de Trabalho.

Art. 39 - Após fazer a declaração dos votos em branco e antes de ser anunciado o seguinte, será posto na cédula, no lugar correspondente à indicação do voto, a expressão "em branco", além da rubrica do Presidente da mesa apuradora.

§ 1º. O mesmo processo será adaptado para o voto nulo.

§ 2º. As cédulas oficiais, à medida que forem abertas, serão examinadas e lidas em voz alta por um dos componentes da mesa apuradora;

§ 3º. As questões relativas às cédulas somente poderão ser suscitadas nessa oportunidade.

Art. 40- Concluída a totalização dos votos, o CMDCA proclamará o Resultado do Processo de Escolha, mandando publicar em imprensa local, mural público da prefeitura, fórum e vários outros locais públicos, o nome dos candidatos e o número de votos recebidos.

Art. 41 - A divulgação do resultado da eleição será no dia 17/07/2012.

Parágrafo Único - As impugnações referentes ao resultado ocorrerão do dia 18/07/2012 a 19/07/2012, mediante publicação oficial do resultado, devendo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente analisá-las e julgá-las em dois dias úteis.

VI - DO CURSO DE CAPACITAÇÃO

Art. 20 - Os candidatos aprovados serão convocados para um curso de capacitação acerca das normas do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como sobre as peculiaridades e aspectos práticos do exercício da função de Conselheiro Tutelar. O conteúdo, carga horária, data e local sairão em resolução a ser deliberada pelo CMDCA.

Parágrafo único. Será considerado aprovado no curso, o candidato com frequência de 100% (cem por cento).

VII - DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

Art. 42 - O CMDCA proclamará o resultado final do processo de escolha, no dia 23/07/2012, publicando-o em jornal de maior circulação.

Art. 43 - Os candidatos escolhidos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no dia 31/07/12, em local e hora previamente fixados.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 43 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

Art. 44 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CARLOS LECHNER

Presidente CMDCA

Extrato Alteração PP 12/2012/FMS - PL 22/2012/FMS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE ALTERAÇÃO Nº 1

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2012/FMS

EDITAL PP Nº 12/2012/FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba torna pública a alteração efetuada no Edital de Pregão Presencial Nº 12/2012/FMS, cujo objeto é a "aquisição de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012":

1) No item 1.2. - DA FORMA DE EXECUÇÃO, no subitem 1.2.1.3.:

ONDE SE LÊ:

"1.2.1.3.Os materiais fornecidos deverão possuir registro na

ANVISA, bem como, ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens, sendo que a data de fabricação deverá ser relativa ao ano de 2012.”;

LEIA-SE:

“1.2.1.3.Os materiais fornecidos (com exceção dos itens 3, 4, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 38, 52, 53, 54, 55, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 88, 89 e 90), deverão possuir registro na ANVISA, bem como, ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens, sendo que a data de fabricação deverá ser relativa ao ano de 2012”;

2) No anexo III - MINUTA DO CONTRATO, na cláusula terceira, subitem 3.1.3.:

ONDE SE LÊ:

“3.1.3. Os materiais fornecidos deverão possuir registro na ANVISA, bem como, ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens, sendo que a data de fabricação deverá ser relativa ao ano de 2012”;

LEIA-SE:

“3.1.3. Os materiais fornecidos (com exceção dos itens 3, 4, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 38, 52, 53, 54, 55, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 88, 89 e 90) deverão possuir registro na ANVISA, bem como, ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens, sendo que a data de fabricação deverá ser relativa ao ano de 2012.”.

2) Diante das alterações efetuadas a data de abertura fica alterada do dia 23/05/2012, a partir das 14 horas, para o dia 06/06/2012, a partir das 14 horas;

O prazo para o credenciamento fica alterado de até as 14 horas do dia 23/05/2012, para até as 14 horas do dia 06/06/2012.

As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

O Edital na íntegra e devidamente alterado encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 - Telefones 0xx49 3527-8828 e 3527-8805, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, ou pelo site www.joacaba.sc.gov.br a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 21 de abril de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito/FMS

IMPRES

Portaria 0097/2012 - Aposentadoria Noeli Madalena
PORTARIA 097/2012 DE 22 DE MAIO DE 2012.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações, e tendo em vista o que consta do processo nº 102, de 24 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º. Conceder aposentadoria por invalidez, com proventos integrais, a NOELI MADALENA MARINS, inscrita no CPF sob o nº 649.911.309-30, portadora do RG nº 11/R 2.145.062, inscrito no PASEP sob o nº 170.05156.70-4, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Internos, lotada na Secretaria de Administração, do

quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 2.526, nos termos do art. 19, da Lei Complementar nº 99/2005 c/c art. 40, I, da Constituição Federal, e art. 6º-A, da Emenda Constitucional nº 41/2003, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 70/2012.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) da última remuneração da servidora.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados nos termos do art. 53 da Lei Complementar nº 099/2005.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de junho de 2012.

Joaçaba-SC, 22 de maio de 2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

Portaria 98/2012 - Davi Pires

PORTARIA 098/2012 DE 22 DE MAIO DE 2012.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações e tendo em vista o que consta do processo nº 101, de 25 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º. Conceder pensão por morte a DAVI PIRES, inscrito no CPF sob o nº 499.447.119-34, portador do RG nº 11/R - 1.515.168, em virtude do falecimento da servidora LARISSA RAMOS PADUA PIRES, inscrita no CPF sob o nº 625.609.139-68, portadora do RG nº 11/R - 2.635.104, inscrita no PASEP sob o nº 122.330.821-43, ocupante do cargo de Professora Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matrícula nº 8.139, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, nos termos do art. 40, § 7º, II, da Constituição Federal com redação dada pela da Emenda Constitucional nº 41/2003, bem como dos arts. 25, II, e 27, II, da Lei Complementar nº 099/2005.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de pensão vitalícia, nos termos do art. 28, § 1º, da Lei Complementar na 99/2005, correspondente à 50% (cinquenta por cento) dos proventos da servidora falecida, que serão pagos pelo IMPRES.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados nos termos do art. 52 da Lei Complementar nº 99/2005, para a manutenção de seu valor real.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de abril de 2012.

Joaçaba-SC, 22 de maio de 2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

Retificação Portaria 96/2012

PORTARIA 096/2012 DE 22 DE MAIO DE 2012.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, em virtude do benefício concedido através da Portaria n. 96/2012, resolve:

Art. 1º. Alterar o art. 2º, da Portaria nº 93/2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de pensão temporária, nos termos do art. 28, § 2º, da Lei Complementar na 99/2005, correspondente à 50% (cinquenta por cento) dos proventos da servidora falecida, que serão pagos pelo IMPRES.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25 de abril de 2012.

Joaçaba-SC, 22 de maio de 2012.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

Resultado CV 13-2012 FMAS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: CONVITE Nº 13/2012- FMAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE EXPEDIENTE, CONSUMO, LIMPEZA, CARTUCHOS E TONERS PARA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:
VENCEDOR: DIVERSOS
VALOR: 38.653,91

Lages, 22 de maio de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Resultado CV 16-2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: CONVITE Nº 16/2012- PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE 15.000 M² DE FRESAGEM DE PAVIMENTO ASFÁLTICO, DENTRO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO, NESTA CIDADE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:
VENCEDOR: CCL CONSTRUTORA LTDA.
VALOR: 139.650,00

Lages, 22 de maio de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Resultado PP 31-2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2012- PML

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA PARA ALTERAÇÕES DE SEMÁFOROS NAS ESQUINAS DA RUA HERCÍLIO LUZ COM A RUA MANOEL THIAGO DE CASTRO, E DA RUA CORREIA PINTO COM A RUA CAETANO VIEIRA DA COSTA E PARA IMPLANTAÇÃO DE SEMÁFOROS NAS ESQUINAS DA RUA MANOEL THIAGO DE CASTRO COM A RUA MONTE CASTELO, E DA RUA MONTE CASTELO COM A RUA OTACÍLIO VIEIRA DA COSTA, NESTE MUNICÍPIO.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:

VENCEDOR: DIVERSOS

VALOR: 51.601,00

Lages, 22 de maio de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Resultado TP 16-2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2012- PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS CAETANO VIEIRA DA COSTA, ARARANGUÁ E SERVIDÃO CLÁUDIO MEDINA.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:
VENCEDOR: CCL CONSTRUTORA LTDA.
VALOR: 336.067,08

Lages, 22 de maio de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

Chamada Pública Nº 001/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER
CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2012

A Prefeitura Municipal de Lauro Müller comunica que realizará às 14:00 horas do dia 11 de junho de 2012, licitação na modalidade de Dispensa, do tipo menor preço por item, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Aquisição de gêneros alimentícios da agri-cultura familiar e do empreendedor familiar rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, situado à Rua Walter Veterlli nº 239, Centro, das 08 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Lauro Müller, 24 de maio de 2012.
RENATO CITADIN
Presidente da Comissão de Licitação

Contrato 25/2012

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2012
Processo Licitatório nº 31/2012 - Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 31/2012

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS NO PSF DO CENTRO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE EM CARATER EMERGENCIAL ATE REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
Contratado: Edgard Kindermann
Prazo de Vigência: 19/03/2012 a 30/09/2012
Valor: R\$ 56.146,40 (cinquenta e seis mil cento e quarenta e seis reais e quarenta centavos)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato 26/2012

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 26/2012
Processo Licitatório nº 22/2012 - Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 22/2012

Objeto: ADITIVO DE CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE SAÚDE PARA A LOCALIDADE DE MORRO DA PALHA EM CARÁTER EMERGENCIAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2010
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
Contratado: Ana Cristina Fieira
Prazo de Vigência: 30/03/2012 a 30/04/2012
Valor: R\$ 223,63 (duzentos e vinte três mil e sessenta e três centavos)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato 27/2012

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/2012
Processo Licitatório nº 29/2012 - Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 29/2012

Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEICULO DE TRANSPORTE DE PACIENTES 0km,
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
Contratado: Someval Soc. Mercantil de veículos automotores Ltda
Prazo de Vigência: 10/04/2012 a 10/04/2013
Valor: R\$ 117.500,00 (cento e dezessete mil e quinhentos reais)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato 28/2012

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 28/2012
Processo Licitatório nº 35/2012 - Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 35/2012

Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE SAÚDE PARA AS LOCALIDADES DE RIO DA VACA/ RIO ORATÓRIO/ RIO DO MEIO/ RIO DO RASTRO/ LAJEADO E RIO APERTADO EM CARÁTER EMERGENCIAL

POR NÃO HAVER INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2010

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
Contratado: Gilvania Acordi Ignácio
Prazo de Vigência: 11/04/2012 a 11/07/2012
Valor: R\$ 2.795,28 (dois mil setecentos e noventa e cinco reais e vinte e oito centavos)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato 29/2012

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 29/2012
Processo Licitatório nº 34/2012 - Convite p/ Compras e Serviços nº 34/2012

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA FARMACIA BASICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
Contratado: Drogaria Bet e Martins Ltda Me
Prazo de Vigência: 13/04/2012 a 31/12/2012
Valor: R\$ 60.860,60 (sessenta mil oitocentos e sessenta reais e sessenta centavos)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato 30/2012

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2012
Processo Licitatório nº 34/2012 - Convite p/ Compras e Serviços nº 34/2012

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA FARMACIA BASICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
Contratado: Drogaria e Farmácia Sacon Ltda
Prazo de Vigência: 13/04/2012 a 31/12/2012
Valor: R\$ 2.844,50 (dois mil oitocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato 31/2012

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 31/2012
Processo Licitatório nº 36/2012 - Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 36/2012

Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE SAÚDE PARA A LOCALIDADE DE MORRO DA PALHA EM CARÁTER EMERGENCIAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2010
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
Contratado: Ana Cristina Fieira
Prazo de Vigência: 16/04/2012 a 16/07/2012
Valor: R\$ 2.795,28 (dois mil setecentos e noventa e cinco reais e vinte e oito centavos)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato 32/2012

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 32/2012
Processo Licitatório nº 37/2012 - Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 37/2012

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSIQUIATRIA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM CARATER EMERGENCIAL ATE REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
Contratado: Vicente Ganen
Prazo de Vigência: 16/04/2012 a 16/07/2012
Valor: R\$ 5.733,00 (cinco mil setecentos e trinta e três reais)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato 33/2012

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 33/2012
Processo Licitatório nº 38/2012 - Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 38/2012

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDIATRIA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM CARATER EMERGENCIAL ATE REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
Contratado: Priscila Souza Prudente de Aquino
Prazo de Vigência: 16/04/2012 a 16/07/2012
Valor: R\$ 6.975,00 (seis mil novecentos e setenta e cinco reais)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato 34/2012

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 34/2012
Processo Licitatório nº 39/2012 - Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 39/2012

Objeto: SERVIÇOS MÉDICOS DE OBSTETRA EM CARATER EMERGENCIAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
Contratado: José Candido Ribeiro Junior
Prazo de Vigência: 16/04/2012 a 16/07/2012
Valor: R\$ 11.613,00 (onze mil seiscentos e treze reais)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato 35/2012

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 35/2012
Processo Licitatório nº 40/2012 - Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 40/2012

Objeto: SERVIÇOS MÉDICOS DE GINECOLOGISTA EM CARATER EMERGENCIAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
Contratado: Katiane Brugnara Zanini
Prazo de Vigência: 16/04/2012 a 16/07/2012

Valor: R\$ 22.633,80 (vinte e dois mil seiscentos e trinta e três reais e oitenta centavos)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato 36/2012

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 36/2012
Processo Licitatório nº 32/2012 - Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 32/2012

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA O HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE.
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
Contratado: W&Z Comércio e Serviços Hospitalares Ltda
Prazo de Vigência: 09/05/2012 a 09/05/2013
Valor: R\$ 666.100,00 (seiscentos e sessenta e seis mil e cem reais)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Contrato Nº 24/2012

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/2012
Processo Licitatório nº 23/2012 - Convite p/ Compras e Serviços nº 23/2012

Objeto: AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTAVEIS GERIÁTRICAS EM ATENDIMENTO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
Contratado: FIMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA
Prazo de Vigência: 16/03/2012 a 31/12/2012
Valor: R\$ 56.950,00 (cinquenta e seis mil novecentos e cinquenta reais)

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

Decreto Nº 055/2012

DECRETO Nº 055/2012, de 21 de maio de 2012.
DA NOVA DENOMINAÇÃO AO JARDIM DE INFANCIA PRINCESA IZABEL E CONTEM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais;

Decreta:

Art. 1º - Fica alterada a denominação do Jardim de Infância Princesa Izabel para Escola Municipal Princesa Izabel.

Art. 2º - A partir desta data a Escola passara a funcionar como Pre Escola e Escola de Ensino Fundamental de 9 anos, compreendendo as séries do primeiro ao quinto ano.

Art. 3º - A Escola terá a supervisão dos seus trabalhos realizada pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições do Decreto nº 146/1982.

Gabinete do Prefeito.
Lebon Régis, 21 de maio de 2012.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 056/2012

DECRETO Nº 056/2012, de 22 de maio de 2012.
Estabelece ponto facultativo e contem outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido ponto facultativo para os servidores públicos municipal no dia 8 de junho de 2012 no horário normal de expediente, exceto as repartições cujos serviços são considerados essenciais por sua natureza e não podem ser paralisados.

Art. 2º - O expediente retorna ao seu horário habitual dia 11 de junho a partir das 08:00 horas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Lebon Régis, 22 de maio de 2012.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 368/2012

PORTARIA Nº 368, DE 23 DE MAIO DE 2012.
NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

O Prefeito Municipal de Lebon de Régis, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que os princípios constitucionais da eficiência e da moralidade pública devem ser resguardados e preservados;

CONSIDERANDO que a ninguém é dado o direito de ocupar cargo público sem a competente contraprestação dos serviços, em detrimento de outros servidores e de toda a municipalidade;

CONSIDERANDO a necessidade de cumprimento integral da jornada de trabalho pelos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO as informações prestadas pela Secretária Municipal de Educação, pelas Gestoras das Escolas Municipais Minha Infância e Nossa Senhora de Lourdes e pela Diretora da Escola de Educação Básica Frei Caneca que apontam indícios de que servidor público municipal não cumpriu determinação superior, não está cumprindo sua jornada de trabalho regularmente e acumula cargos cujos horários podem ser incompatíveis;

CONSIDERANDO que o descumprimento de ordem emanada de autoridade superior, descumprimento da jornada de trabalho e ausência do servidor ao serviço pode configurar desrespeito aos deveres funcionais previstos nos incisos III e IX do art. 117 da LC n. 76/2012 e pode configurar as proibições previstas no art. 118, incisos I e VI;

CONSIDERANDO que no caso de abandono de cargo, inassiduidade

habitual, insubordinação em serviço e acumulação ilegal de cargos a pena prevista é a de demissão;

RESOLVE

Art. 1º. Constituir Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores efetivos Antônio Luiz dos Santos Lima (técnico agrícola); Giorgia Roberta Casagrande (escriturária) e Vera Ione Trizotto Antunes (professora pós-graduada) para apurar os fatos noticiados, que em tese configuram infrações disciplinares, cujos poderes e atribuições estão delimitados no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lebon Régis/SC.

Art. 2º. Instaurar processo administrativo disciplinar em desfavor do servidor MAURÍCIO PASSOS PINHEIRO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pela prática, em tese, das infrações de "abandono de cargo", inassiduidade habitual e acumulação ilegal de cargos públicos, descritas nos incisos II, III e XII do art. 134, além da inobservância dos deveres funcionais previstos nos incisos III e IX do art. 117 e infração das proibições previstas no art. 118, incisos I e VI, todos da LC n. 76/2012.

Art. 3º. O processo administrativo disciplinar ora instaurado deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, se as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lebon Régis, 23 de maio de 2012.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

Ensalamento Concurso Público N.º 001/2012

ENSALAMENTO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2012

CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL			
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES			
CARGO: Agente Ambiental e de Defesa Civil			
Nr. Vagas: 1			
Nr. Inscrição	Nome do Candidato	CPF	Local / Data
0048	JOSé MARCOLINO KREUSCH	715.709.269-72	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC

0126	ELCIO CARLOS GUCHERT	613.058.399-00	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
CARGO: Agente de Proteção e Atendimento Integral à Família			
Nr. Vagas: 0			
Nr. Inscrição	Nome do Candidato	CPF	Local / Data
0027	DALVANA REGINA KNAUL	052.683.799-33	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
CARGO: Assistente Administrativo			
Nr. Vagas: 0			
Nr. Inscrição	Nome do Candidato	CPF	Local / Data
0050	ADRIANA SCHAFFER	066.569.329-08	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0052	ZANATA KLEITON DJON DE LUCAS KREUSCH	047.589.959-82	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0057	ROBERTA OTTO	066.271.839-94	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0078	PAMELA CAMILA P. DA LUZ	072.551.539-25	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC

0084	BRUNA MARIAN	077.318.399-07	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0088	AN- GELICA BUCHLING	078.517.179-73	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0092	DEIVYT ONI SCHEI- DT	057.084.999-31	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0114	ANA CLAUDIA FUCK	091.175.819-40	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0115	CAMILA APARECIDA FRANZEN	084.740.839-66	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0116	EDSON FERNANDES	042.097.899-25	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0121	GIAN CARLOS KNAUL	080.725.649-86	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0125	ANA HELENA CURTIUS GARCIA	009.934.169-77	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC

0134	RUY CARLOS GUCHERT	010.038.639-30	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0136	MAYARA CARLA GUCHERT	059.319.499-33	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0138	SUANE SIMAS	067.990.319-47	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0141	JACIARA CAROLINE KAVIKIONI	089.252.289-55	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0145	DANIE- LA CARLA KNAUL	059.510.199-23	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0146	DJULIA LOPES	087.898.249-38	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0148	MAYCON KULKAMP	096.585.789-18	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0150	JOSIANE CAETANO	048.668.349-43	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC

0152	ROSIANI APARECIDA CAETANO	009.775.859-05	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0153	ELAINE CAMILA GUCKERT	072.007.829-63	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0157	PATRICIA APARECIDA GOMES	061.727.429-06	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0160	MAKELLY GARCIA	085.088.599-02	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0164	RUAN RICHARDS SCHEI- MANN	069.054.709-96	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
CARGO: Auxiliar Administrativo			
Nr. Vagas: 0			
Nr. Inscrição	Nome do Candidato	CPF	Local / Data
0031	LUANA MARIA KREUSCH DA SILVA	060.415.459-37	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0024	DIOVANA DE FREYN	091.208.439-17	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC

0098	ZENIR MARIAN	078.890.089-70	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0133	ALAN VALDEMIRO CAPRISTANO	059.641.429-31	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0143	STÉFANI MARY DA SILVA FRANZEN	085.088.619-82	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0154	MARLOU YARA DE SOUZA	010.264.669-46	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0155	SUELI DE OLIVEIRA	494.931.839-04	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC

CARGO: Auxiliar Contábil e Financeiro I

Nr. Vagas: 0

Nr. Inscrição	Nome do Candidato	CPF	Local / Data
0140	EUGENIA DE LIMA	084.339.529-00	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC

CARGO: Auxiliar Contábil e Financeiro II

Nr. Vagas: 0

Nr. Inscrição	Nome do Candidato	CPF	Local / Data
---------------	-------------------	-----	--------------

0105	PAULO HENRIQUE ANDRADE	068.818.849-40	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0156	BRUNA PRIM	077.185.129-40	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC

CARGO: Auxiliar de Manutenção de Veículos

Nr. Vagas: 1

Nr. Inscrição	Nome do Candidato	CPF	Local / Data
0124	ELSO NERI ALVES DOS SANTOS	575.410.439-15	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC

CARGO: Auxiliar de Manutenção e Conservação

Nr. Vagas: 2

Nr. Inscrição	Nome do Candidato	CPF	Local / Data
0042	ANESIO SCHUG	719.002.419-00	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0049	AGENOR CONACO	052.444.499-40	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0059	WALDECY MULLER	613.060.459-91	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC

0061	AMA- RILDO ROBERTO CONACO	009.591.419-60	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0075	OSNILDO FRANCISCO CARDOZO	021.635.079-47	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0086	JOSE ALVES	518.091.179-68	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0087	NELSON MARIAN	019.660.539-32	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0094	VALDECIR MARIAN	715.708.969-68	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0107	ADIL- SON JOSE STEINBACH	753.627.759-87	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
CARGO: Auxiliar de Serviços Gerais			
Nr. Vagas: 0			
Nr. Inscri- ção	Nome do Candidato	CPF	Local / Data
0016	ALINI ZI- MERMANN	083.622.679-84	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC

0017	PATRICIA REGINA KREUSCH	060.197.089-69	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0018	AUCELI MARIAN KNAUL	812.226.459-04	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0026	ELENIR MARIAN KNAUL	031.879.719-46	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0065	MARIA DOLORES JORGE	061.707.349-06	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0090	JANILLE CARINA RACHADEL	063.535.699-63	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0102	PATRICIA MARI DA SILVA	050.690.319-29	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0111	EVANÍ KREUSCH FARIAS	007.750.589-12	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0158	NOELI DE OLIVEIRA DIAS	951.543.709-10	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
CARGO: Cantoneiro			

Nr. Vagas: 0

Nr. Inscrição	Nome do Candidato	CPF	Local / Data
0043	RODRIGO LOPES DIAS	048.953.039-77	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0112	ANTENOR FARIAS	003.429.889-48	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0137	LEANDRO EDUARDO MARIA	044.068.749-76	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC

CARGO: Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social

Nr. Vagas: 1

Nr. Inscrição	Nome do Candidato	CPF	Local / Data
0139	ROSIME-RI SCHMITT SCHEIDT	825.094.419-49	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC

CARGO: Instrutor de Informática

Nr. Vagas: 0

Nr. Inscrição	Nome do Candidato	CPF	Local / Data
0072	SILVANA DA SILVA	081.491.579-56	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0080	EDUARDO DE OLIVEIRA	096.800.669-83	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC

0093	GUILHERME RANGEL DE SOUZA	081.030.399-00	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0095	MATEUS ELIAS GU-CHERT	065.611.379-06	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0099	HELVIS HERCILIO DE SOUZA	039.089.569-51	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0101	JOSE ANTONIO FERREIRA	046.688.319-64	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0162	ALANA BACK	087.036.949-09	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC

CARGO: Médico Veterinário

Nr. Vagas: 1

Nr. Inscrição	Nome do Candidato	CPF	Local / Data
0021	ANA CAROLINA BORGES DA COSTA LELIS LEAL	059.314.696-48	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0046	GUILHERME EGER	063.848.519-38	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC

0053	DEISE HEMCK- MEIER	057.299.429-07	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0070	FRANCIS- CO ASSIS NASCIMEN- TO NETO	061.511.289-74	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0079	AN- DERSON TONIAL SOARES	971.660.650-87	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0091	GREICE THIESEN MARTINS	065.812.959-73	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0117	EVANDRO DEPINÉ FRAINER	051.648.749-38	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0129	RUBYA FABRE AMARANTE	037.866.989-37	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
CARGO: Motorista			
Nr. Vagas: 2			
Nr. Inscri- ção	Nome do Candidato	CPF	Local / Data
0019	PABLO CONS- TANTINO FAUSTO	058.512.929-03	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC

0044	MARCIO CONACO	027.689.969-55	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0060	ALDORI LUIZ MA- RIAN	017.955.249-01	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0071	ORIVAN BENTO	050.027.799-05	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0089	ANORI SCHAFER	753.624.819-91	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0110	FABRICIO HELENO KNAUL	070.782.479-65	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0127	DIVAL SELL	050.275.939-96	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0128	DELCIO DOS SAN- TOS STEFF- MANN	063.347.039-27	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0130	VILMAR MARIAN	437.898.629-91	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC

0135	CLOVES CAMILO DA CUNHA	050.566.369-40	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0149	AUCIONE JOSÉ HEN- CKEL	037.569.699-75	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC

CARGO: Nutricionista

Nr. Vagas: 1

Nr. Inscri- ção	Nome do Candidato	CPF	Local / Data
0004	BRUNA SABEDRA BORDIN	007.618.080-86	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC

CARGO: Odontólogo

Nr. Vagas: 1

Nr. Inscri- ção	Nome do Candidato	CPF	Local / Data
0058	DARIO FELIPE CA- PISTRANO	058.732.679-44	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0066	CACILDA BRUZA- DELLI BORGES	856.828.106-00	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0119	JESSICA DAYANA CIPRIANI	006.740.549-54	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC

CARGO: Operador de Equipamentos I

Nr. Vagas: 0

Nr. Inscri- ção	Nome do Candidato	CPF	Local / Data
--------------------	----------------------	-----	--------------

0015	MARCOS ANTUNES PIRES	068.845.149-73	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0085	AIRTON ABREU	543.555.759-34	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC

CARGO: Operador de Equipamentos II

Nr. Vagas: 0

Nr. Inscri- ção	Nome do Candidato	CPF	Local / Data
0012	EDU HENRIQUE FRANZEN	715.713.459-49	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0064	EDSON LOPES	026.918.759-62	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0081	CASSIO JOSÉ BON- FIM	028.249.979-23	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0108	MARCILEI FARIAS	825.088.609-72	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 01
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC

CARGO: Professor de Artes

Nr. Vagas: 1

Nr. Inscri- ção	Nome do Candidato	CPF	Local / Data
--------------------	----------------------	-----	--------------

0097	CA-ROLINA PATRICIA DA CUNHA	067.515.759-55	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0122	JOSI HOFFMANN	030.158.249-10	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
CARGO: Professor de Educação Física - 20 Horas			
Nr. Vagas: 2			
Nr. Inscrição	Nome do Candidato	CPF	Local / Data
0041	CLÁUDIA BECKER DA CUNHA	044.184.409-09	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0144	VINICIUS GUCHERT	053.636.939-92	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
CARGO: Professor de Educação Física - 40 Horas			
Nr. Vagas: 1			
Nr. Inscrição	Nome do Candidato	CPF	Local / Data
0083	JACKSON LUIZ BERK	072.852.339-60	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0106	MATEUS MARCOS BRANDL	556.754.849-49	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC

0113	MARIANE HELENA GUIMARÃES	068.136.759-82	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0131	FRAN- CIELE SEZERINO	066.779.749-10	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0161	LAUDIR ARNOLD	691.024.819-87	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
CARGO: Técnico em Contabilidade			
Nr. Vagas: 0			
Nr. Inscrição	Nome do Candidato	CPF	Local / Data
0104	CARLOS ALBERTO COELHO	812.226.299-68	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
0132	ANDER- SON HOFF- MANN	000.128.979-90	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC
CARGO: Telefonista			
Nr. Vagas: 0			
Nr. Inscrição	Nome do Candidato	CPF	Local / Data
0159	ELENIR WEBER	076.804.349-21	Escola de Educação Básica Bertino Silva
			Sala: SALA 02
			Data: 27/05/2012
			Hora: 09:00:00
			Rua Ângelo Silva, nº 167 Centro- Leoberto Leal/SC

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Edital Pregão Eletrônico 05-2012

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2012 PMLS

Adierson Carlos Bussolaro - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal 1386/2006, para aquisição de um caminhão novo, com recebimento das propostas até as 08:30 horas do dia 06 de junho de 2012, através do site <https://cidadecompras.cnm.org.br>.

Lindóia do Sul - SC, 22 de maio de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Lei Nº 1056

LEI Nº 1.056 de 22 de maio de 2012.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO E REPASSAR AUXÍLIO FINANCEIRO A ENTIDADES QUE ESPECIFICA"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CONVÊNIO com as entidades culturais do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) constantes do art. 2º desta Lei.

Parágrafo Único - Os Convênios de que tratam o "caput" deste artigo serão firmados nas condições estabelecidas nos Termos anexos, que são parte integrante desta LEI.

Art.2º- Através dos Convênios autorizados pelo art. 1º desta Lei fica o Município autorizado a repassar auxílio financeiro às entidades culturais abaixo descritas, nos valores especificados:

1.ASSOCIAÇÃO CULTURAL GERMÂNICA HEINRICH HACKER, entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade o desenvolvimento cultural, através das mais diversas manifestações, como, danças, teatro, canto coral, língua alemã e toda e qualquer atividade voltada ao resgate da tradição germânica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.590.552/0001-05, com sede neste Município de Luzerna(SC), auxílio financeiro na ordem de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

2.ASSOCIAZIONE TRIVENETA DI LUZERNA, entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a integração do Brasil com a Itália, bem como outros países nos quais se destacam as colônias italianas sob as suas modalidades, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.221.986/0001-55, com sede neste Município de Luzerna(SC), auxílio financeiro na ordem de R\$ 6.000,00 (seis mil reais);

3.CIRCOLO TARENTINO DI LUZERNA, entidade civil, sem fins

lucrativos, que tem por finalidade geral manter vivas as tradições e os costumes da região de Trento, Itália, mediante o intercâmbio cultural, artístico, reuniões, festejos e comemorações folclóricas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.504.313/0001-26, com sede neste Município de Luzerna(SC), auxílio financeiro na ordem de R\$ 8.000,00 (oito mil reais);

4.CORAL UNIDOS EM CRISTO, sociedade civil, sem fins lucrativos, que objetiva o cultivo da música e do canto e proporcionar aos sócios atividades culturais e artísticas de forma amadorista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.635.204/0001-38, com sede na Linha do Salto, neste Município de Luzerna(SC), auxílio financeiro será da ordem de R\$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais);

5.CORAL VOZES DE LUZERNA, sociedade civil, sem fins lucrativos, que objetiva o cultivo da música e do canto e proporcionar aos sócios atividades culturais e artísticas de forma amadorista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.315.341/0001-55, com sede neste Município de Luzerna(SC), auxílio financeiro na ordem de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais).

6. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PADRE NÓBREGA, sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.416.339/0001-09, com sede neste Município de Luzerna(SC), para a manutenção da FANFARRA, auxílio financeiro na ordem de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Art.3º- As entidades beneficiadas deverão apresentar os comprovantes de regularidade fiscal (Certidões Negativas de Débitos) para o recebimento dos recursos e prestar contas dos recursos recebidos até 31 de dezembro de 2012.

Art.4º- As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas pela seguinte dotação orçamentária: 08.0802.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural - Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

Art.5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 22 de maio de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Extrato Homologação Pregão PML.021.2012 - Distribuidor e Adubo

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão nº 0021/2012

O Prefeito Municipal de Luzerna, NORIVAL FIORIN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 042/2012, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial
- Objeto: Aquisição de um distribuidor de adubo orgânico.
- Proponente(s) Vencedora(s):
TRITON FERTILANCE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
- Valor total: R\$ 14.700,00

Luzerna (SC), 21 de maio de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PML.031.12

EXTRATOS DE CONTRATOS

PML 2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.031.12

MODALIDADE: Pregão nº 0021/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: TRITON FERTILANCE MÁQUINAS AGRÍCOLAS

LTDA

OBJETO: contrato de aquisição de um (um) distribuidor de adubo orgânico líquido, conforme especificações em anexo.
VALOR: R\$14.700,00 (quatorze mil e setecentos reais);
VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias, contados da data de emissão da Autorização de Fornecimento.

DOTAÇÕES:

Conta: 09.0901.20.606.0052.2042.44900000

Reduzido : 079

Órgão : SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçament.: SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Proj/Atividade : MANUTENÇÃO SECRET. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Luzerna(SC), 22 de maio de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

MARCOS CESAR DALLA LANA

Triton Fertilance Máquinas Agrícolas LTDA

CONTRATADA

Maracajá**PREFEITURA****Decreto 24/2012**

DECRETO Nº 024 DE 30 DE ABRIL DE 2012.

DETERMINA PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA VERIFICAR EXISTÊNCIA DE DECRETO DE UTILIDADE PÚBLICA DE PRAÇA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, a Comunicação Técnica nº 338/2012 da GIDUR (Caixa Econômica Federal) de Criciúma/SC sobre o Contrato de Repasse nº 0371248-10/2011;

Considerando, recomendação em parecer jurídico.

DECRETA:

Art. 1º Cria Comissão para Processo Administrativo para a verificação de existência de Decreto de utilidade pública ou Lei de criação da Praça Antenor Apolinário de Oliveira, localizada a Avenida Nossa Senhora da Conceição, Vila Beatriz, Maracajá/SC.

§ 1º A Comissão terá vigência de 15 dias contados da publicação.

Art. 2º A comissão para o Processo Administrativo será formada por cinco membros, que deverão organizar-se internamente para eventuais procedimentos e diligências, bem como, para emissão de relatório.

Art. 3º Nomeio para constituir a Comissão do Processo Administrativo:

I - Odécia Almeida de Souza;

II - Micheline Costa Francisco;

III - Fabiano da Silva Martins;

IV - Evânio Macalossi;

V - Francisco Demétrio da Rocha.

Art.. 4o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.. 5o Ficam Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 30 de Abril de 2012.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, na Secretaria de Administração, em 30 de Abril de 2012.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Decreto 25/2012

DECRETO Nº 25 DE 22 DE MAIO DE 2012.

DETERMINA SINDICÂNCIA PARA VERIFICAÇÃO DE DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, requerimento formulado por UNIMED.

Considerando, o apontamento de saldo devedor do Município de Maracajá em relação a plano de saúde dos servidores públicos municipais;

Considerando, que no período compreendido inexistiu Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público.

DECRETA:

Art. 1º Cria Comissão de Sindicância para apuração de realização de despesas.

I - A Comissão terá vigência de 30 dias contados da publicação e deverá apurar:

a) Existência e liquidação das despesas apresentadas em relatório;
b) Ordenador da despesa, requisição.

Art. 2º A comissão de Sindicância é formada por três membros, que deverão organizar-se internamente para eventuais procedimentos e diligências, bem como, para emissão de relatório.

Art. 3º Nomeio para constituir a Comissão:

I - Vilmar Leandro;

II - Micheline Costa Francisco;

III - Fabiano da Silva Martins.

Art.. 4o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5o Ficam Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 22 de maio de 2012.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de maio de 2012.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Aviso de Licitação

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 28/2012 - Pregão Presencial - menor preço

Objeto: Fornecimento parcelado de leite para Merenda Escolar aos alunos do Ensino Infantil, Fundamental e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI do município.

Abertura da Sessão: a partir das 14:00 horas do dia 05/06/2012.
Local e cópia do Edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 08:30 as 12:00 e das 13:30 as 17:30 horas horas, em dias úteis. Fone/fax (48) 3523-1111.

Morro da Fumaça

PREFEITURA**Audiência Pública**

MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA-SC.

Convocação de audiência pública para demonstração e avaliação do cumprimento da metas fiscais do 1º quadrimestre de 2012.
Local: Câmara de Vereadores, Rua Vinte de Maio, nº 100, Centro, Morro da Fumaça. Data/Hora: 28/05/2012 as 18:00 horas.

BALTAZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal.

Navegantes

PREFEITURA**Portaria de Nomeação**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N.º 793 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2012
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2011, o senhor VANDERLEI RODRIGUES DA SILVA para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, com 40 horas semanais, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 07/02/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 07/02/2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 09 DE FEVEREIRO DE 2012.
EMÍLIO VIEIRA
Prefeito Em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 09 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

Portaria de Nomeação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N.º 3610 DE 11 DE MAIO DE 2012
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 003/2009, a senhora ISOLETE DE SOUZA CARDOSO para exercer o cargo de Enfermeira, código QP-ANS do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, com 40 horas semanais, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 07/05/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE MAIO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 11 de maio de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N.º 3634 DE 17 DE MAIO DE 2012
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2012, a senhora ELOIDE FÁTIMA PEDROZO para exercer o cargo de Técnica de Enfermagem

ESF do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, com 40 horas semanais, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 16/05/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 16/05/2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 17 DE MAIO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 17 de maio de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N.º 3635 DE 17 DE MAIO DE 2012
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2012, a senhora LUZIA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA DIAS para exercer o cargo de Técnica de Saúde Bucal do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, com 40 horas semanais, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 14/05/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 14/05/2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 17 DE MAIO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 17 de maio de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N.º 3636 DE 17 DE MAIO DE 2012
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2012, a senhora ANGELITA AMORIM TELLES para exercer o cargo de Técnica de Saúde Bucal do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, com 40 horas semanais, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 16/05/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 16/05/2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 17 DE MAIO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 17 de maio de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N.º 3663 DE 22 DE MAIO DE 2012
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2011, a senhora CHARLENE DEITOS DE BORBA para exercer o cargo de Enfermeira ESF, código QP-ANS do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, com 40 horas semanais, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/05/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 18/05/2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 22 DE MAIO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 22 de maio de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N° 3664 DE 22 DE MAIO DE 2012
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2010, o senhor RODRIGO FREITAS DOS REIS para exercer o cargo de Médico Auditor/Regulador, código QP-ANS do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, com 10 horas semanais, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 21/05/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 21/05/2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 22 DE MAIO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 22 de maio de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N° 3662 DE 22 DE MAIO DE 2012
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2011, a senhora FERNANDA SOUTO PADRON FIGUEIREDO para exercer o cargo de Médica Proctologista, código QP-ANS do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, com 10 horas semanais, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 10/05/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 10/05/2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 22 DE MAIO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de maio de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

Aviso de Licitação - Concorrência Pública N° 78/2012PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 78/2012PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE MONTAGEM ELETROMECAÂNICA SEM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA AS REDES DE ILUMINAÇÃO DA RUA: LUIZ JOAQUIM DOS SANTOS/ MOLHE DA BARRA, BAIRRO SÃO PEDRO NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 26/06/2012. Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 26/06/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 23 de maio de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Aviso de Licitação - Concorrência Pública N° 79/2012PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 79/2012PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM CAPACIDADE TÉCNICA PARA EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, EM DIVERSOS LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E PESSOAL TÉCNICO QUALIFICADO. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 26/06/2012. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 26/06/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 23 de maio de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Aviso de Licitação - Tomada de Preços N° 73/2012PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
TOMADA DE PREÇO N° 73/2012PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CESSÃO DE USO DE SOFTWARE PARA GESTÃO OPERACIONAL INFORMATIZADA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 25/06/2012. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 25/06/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 23 de maio de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Outros

Navegantes, 23 de maio de 2012.

Ilma Sra.
MAIRA LUANA FELIPONI SILVA

NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da CONTRATAÇÃO através do PROCESSO SELETIVO de nº 002/2012, para a função de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

ALESSANDRA MULLER
Diretoria de Gestão em RH

Rua João Emílio nº 100 - Fone: (47) 3342 9500
Centro - 88.375-000 - Navegantes - SC

Nova Trento

PREFEITURA

Decreto Nº 046/2012

DECRETO Nº 046/2012

Dispõe sobre a Homologação do Plano Municipal de Saúde do Município de Nova Trento.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com a Lei Municipal de Nº 1.181/1992, DECRETA:

Art.1º - Fica homologado o Plano Municipal de Saúde do Município de Nova Trento, referente ao período 2010 à 2013.

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 21 de maio de 2012.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 21 de maio de 2012.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Edital Nº 001/2012

Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2012

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento/SC, no uso das atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.754 de 03 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal Complementar nº 512, de 30 de Março de 2011, torna pública a necessidade de contratação temporária de profissionais para ocuparem o cargo de médico do quadro de pessoal que compõe a Estrutura Administrativa Municipal, pelo que publica o presente Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2012, com inscrições abertas no período de 28 a 30 de maio de 2012, no horário das 8h30min às 11h30min e das 14h às 17h, junto à Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, situada na Rua Nereu Ramos,

nº 164, Centro, Nova Trento/SC, que regulamentará à realização do processo seletivo simplificado de contratação de pessoal, por prazo determinado, por necessidade temporária de excepcional interesse público.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, através de seu Secretário.

1.2 O critério de seleção se dará com base no somatório de pontos obtidos na análise curricular.

1.3 Os atos relativos ao presente procedimento de seleção serão publicados no site oficial da Prefeitura Municipal de Nova Trento (www.novatreto.sc.gov.br), no mural de avisos da Prefeitura, bem como no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, sem prejuízo de divulgação informativa prévia em jornais de circulação regional.

1.4 O processo destina-se a seleção de profissionais para cargos constantes no quadro de pessoal que compõem a Estrutura Administrativa Municipal, especialmente Clínico Geral, Ortopedista, Pediatra, Ginecologista e Oftalmologista, através de contratação temporária de excepcional interesse público, podendo a contratação ocorrer por faixas de carga horária (art. 1º, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº 528/2011), observado o limite de cumulação de 60 (sessenta) horas semanais, pelo período determinado entre a data da contratação até o dia 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado por mais 06 (seis) meses.

1.5 O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.6 O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

I- Pelo término do prazo contratual;

II- Por iniciativa da administração pública;

III- Por iniciativa do contratado, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.

2- DOS CARGOS, DAS VAGAS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E HABILITAÇÃO Profissional.

2.1 Os candidatos para os cargos objeto do presente edital concorrerão às vagas oferecidas, conforme quadros constantes do Anexo 04, que faz parte integrante deste edital.

3- DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão gratuitas e deverão ser feitas através de formulário próprio a ser preenchido pessoalmente pelo candidato.

3.2 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento integral do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas para inscrição.

3.3 No ato da inscrição o candidato deverá fornecer cópias dos documentos a seguir:

I - Carteira de Identidade;

II- Cartão do CPF;

III- Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

IV- Certificado de Reservista (masculinos);

V- Currículo contendo em anexo cópia do(s) diploma(s), título(s), certificado(s), certidão(ões), conforme modelo constante do Anexo 02 deste edital;

VI- Documento(s) que comprove(m) a formação superior em conformidade com a habilitação exigida;

VII- Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

4- DO PROCESSO SELETIVO, DAS ETAPAS E DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO.

4.1.1 A seleção se dará com base apenas em análise curricular.

4.1.2 A análise curricular será realizada pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário e dar-se-á mediante somatório de pontos entre 0 (zero) a 100 (cem), conforme critérios da tabela abaixo, sendo considerados válidos para fins de pontuação, apenas as capacitações e aperfeiçoamentos concluídos nos últimos cinco anos:

CRITÉRIOS	Espécie	PONTOS
-----------	---------	--------

Títulos de Especialização	Diploma de conclusão de Curso de Especialização na área de atuação	5,0 (cinco) pontos por título
Capacitação	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Capacitação na área de atuação	0,5 (zero vírgula cinco) ponto por curso
Aperfeiçoamento na Área de Atuação	Participação em Oficinas, Simpósios, Congressos, Conferências, Palestras e demais eventos similares na área de atuação	0,25 (zero vírgula vinte e cinco) ponto por certificado/diploma/certidão/declaração

4.1.3 Havendo empate entre os classificados, o critério de desempate será a maior pontuação por área, sendo: 1º Títulos de Especialização, 2º Capacitação, 3º Aperfeiçoamento na Área de Atuação.

4.1.4 Terminado o período para inscrições, a avaliação curricular dos candidatos se dará até o dia 01 de junho do corrente ano, data em que será publicada a classificação geral.

4.1.5 Após a fase de recursos na data de 08 de junho do corrente ano será publicada a classificação final, homologada pelo Prefeito Municipal.

5- DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação se dará pelo somatório dos pontos obtidos;

5.2 Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos;

6- DA CONTRATAÇÃO

6.1 A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos:

I- Classificação no Processo Seletivo Simplificado;

II- Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados a data da contratação;

III- Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;

IV- Estar em regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar se for o caso;

V- Escolaridade em conformidade com a habilitação exigida;

VI- Inscrição no PIS/PASEP;

VII- Conta corrente individual junto ao Banco Bradesco;

VIII- Declaração de acúmulo de cargos (a acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários, considerando-se o limite máximo de 60 horas diárias de serviços prestados em qualquer esfera da administração pública).

7- DOS RECURSOS

7.1 Serão admitidos recursos nas seguintes fases:

I- Da classificação geral;

7.2 O recurso da classificação geral deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal e o prazo será de 02 (dois) dias úteis a partir da publicação;

7.3 Os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente.

7.4 Findo o prazo para recurso, o Processo Seletivo será homologado em definitivo pelo Prefeito Municipal.

8- DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A validade do Processo Seletivo será até o dia 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado por mais 06 (seis) meses.

8.2 A aprovação no Processo Seletivo não gera o direito à admissão, mas esta, se houver, de acordo com a necessidade do Município, obedecerá à ordem de classificação durante o prazo de validade ou eventual prorrogação, computadas as vagas existentes na data do Edital, as que decorrerem de vacância do cargo e as que vierem a ser criadas.

8.3 A chamada dos aprovados se dará na ordem de classificação pelos órgãos e meios oficiais de publicidade, sendo de 48

(quarenta e oito) horas o prazo para os chamados se apresentarem ao trabalho.

8.4 Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do Processo Seletivo.

8.5 A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções e compromisso já expresso na ficha de inscrição, de aceitar as condições do Processo Seletivo, nos termos em que se acharem estabelecidos, inclusive nos regulamentos editados e leis em vigor.

8.6 Caberá à Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário a análise de recursos.

8.7 Os casos omissos e ou situações peculiares serão resolvidos pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

8.8 Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista/SC para dirimir questões oriundas do presente Processo Seletivo.

8.9 Este Edital entra em vigor na data da sua publicação.

Nova Trento/SC, 23 de maio 2012.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Anexo 01

Formulário de inscrição

Ficha de Inscrição

Estado de Santa Catarina

Município de Nova Trento

Prefeitura Municipal de Nova Trento

Inscrição para Processo Seletivo Simplificado nº 01/2012/PMNT

Número da Inscrição: _____/ (Campo preenchido pela Prefeitura)

Nome do(a) Candidato(a):

Cargo:

Identidade (RG):	Data de Nascimento: ____/____/19__	Sexo M () F ()
------------------	------------------------------------	---------------------

CPF nº	Título Eleitoral nº
--------	---------------------

Estado Civil	E-mail:
--------------	---------

Endereço	Bairro
----------	--------

Município	Estado	Fone:
-----------	--------	-------

Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo Simplificado. Responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.

Local e Data:

Assinatura do Candidato

Via Prefeitura

Ficha de Inscrição

Estado de Santa Catarina

Município de Nova Trento

Prefeitura Municipal de Nova Trento

Inscrição para Processo Seletivo Simplificado nº 01/2012/PMNT

Número da Inscrição: _____/ (Campo preenchido pela Prefeitura)

Cargo:

Nome do(a) Candidato(a):

Local e Data:

Assinatura do Candidato

Via Candidato

Anexo 02

currículo

Modelo de Currículo

Estado de Santa Catarina

Município de Nova Trento

Prefeitura Municipal de Nova Trento

Modelo de Currículo para Processo Seletivo Simplificado nº 01/2012/
PMNT

Número da Inscrição: _____ / (Campo preenchido pela Prefeitura)

Profissão:

Nome do(a) Candidato(a):

Cargo:

Identidade (RG): _____ Data de Nascimento: ____/____/19____ Sexo M ()
F ()

CPF nº _____ Título Eleitoral nº _____

Estado Civil _____ E-mail: _____

Endereço _____ Bairro _____

Município _____ Estado _____ Fone: _____

Graduação:

Títulos de Especialização

Nomenclatura	Instituição	Data início e conclusão

Capacitação

Nomenclatura	Instituição	Data início e conclusão

Aperfeiçoamento na área de atuação

Nomenclatura	Instituição	Data início e conclusão

Local e Data:

Assinatura do Candidato

Anexo 03

cronograma

Datas	Etapas
Em 25/05/2012	Publicação do Edital
De 28/05/2012 a 30/05/2012	Período para Inscrições
Em 01/06/2012	Divulgação da Classificação Geral
De 04/06/2012 a 05/06/2012	Recurso da Classificação Geral
Em 08/06/2012	Divulgação da classificação final e homologação

Anexo 04
Quadro de cargo e vagas

Código	Cargo	Vagas	C/H	Habilitação Profissional	Atribuições	Vencimento	Insalubridade	Abono
82	Médico	15	40	Nível Superior Conclusão de curso superior em Medicina, com registro no Conselho Regional de Medicina.	Desenvolver atividades de execução qualificada, de grande complexidade, abrangendo serviços de defesa, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, nas várias especialidades médicas, correlacionadas aos programas desenvolvidos ao Departamento Autônomo de Saúde Pública.	R\$ 7.434,41	20%	R\$ 106,97

Novo Horizonte

PREFEITURA

Decreto Nº 1.963, de 22 de Maio de 2012.

DECRETO Nº 1.963, de 22 de Maio de 2012.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação do exercício vigente e dá outras providências.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41 - I, 42 e 43, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 452/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar por Excesso de arrecadação no orçamento vigente, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil quinhentos e noventa e cinco reais). Relativos a recursos ordinários, assim consignados:

60.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.01 - DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL

Atividade 2.030 manutenção Fundo Mun. De Saúde.

Elemento de Despesa 3.1.90-0.1.0000 Aplicações Diretas
R\$ 70.000,00

Elemento de Despesa 4.4.90-0.1.0000 Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 80.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte - SC, em 22 de Maio de 2012.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal

Extrato de Homologação e Adjudicação ao PL Nº 042/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/12

CARTA CONVITE Nº 019/12

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 22/05/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O objeto da presente licitação consiste na seleção de propostas para Aquisição de tubos de concreto e meios fios, para

uso no calçamento nas Ruas do Loteamento "Pandini", conforme quantitativos e condições, constante deste Processo Licitatório.

CONTRATADO: TUBOFORTE DERIVADOS DE CIMENTO LTDA EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.800,00 (Oito mil e oitocentos reais);
CONTRATADO: VISOLI PRE-MOLDADOS LTDA -EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.810,00 (Dois mil, oitocentos e dez reais)

ATA: 22/05/12

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal.

Extrato de Pregão Presencial Nº 018/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

Processo Licitatório Nº 046/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2012

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: Aquisição de Materiais para uso nas oficinas de Capacitação de cursos de Manicure e Pedicure e Pintura em Tecidos, a serem oferecidos aos usuários do CRAS, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Abertura dos Envelopes: 08:50 horas do dia 06/06/2012

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 8:00h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, ou pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br.

Fundamentação legal: Lei 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 24 de Maio de 2012.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal.

Paial**PREFEITURA****Pregão Presencial 17/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO

1

.1 O Município de Paial torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do Edital de Pregão Presencial 17/2012.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 39/2012 - Pregão Presencial 17/2012.

Objeto:

Aquisição de uma Escavadeira Hidráulica com peso operacional de 17 Toneladas.

Data e hora da Abertura: 08/06/2012 às 09h00min

Data e Hora Limite para Entrega Dos Envelopes: 08/06/2012 às 08h45min

Informações complementares:

O Edital completo e informações complementares poderão ser retirados junto ao Departamento de Licitações do Município de Paial, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045 ainda pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial - SC em 23 de Maio de 2012.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Palhoça**PREFEITURA****Errata 01- Pregão 53/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
ERRATA 001/2012
PREGÃO 53/2012

O Município de Palhoça comunica que houve alterações no edital convocatório referente ao PREGÃO PRESENCIAL, Nº. 53/2012, ficando assim aprazado para dia 08/06/2012 às 14:00 para entrega dos envelopes. Os interessados poderão obter as alterações, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou site www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 22 de Maio de 2012

PREGOEIRO (A).

Palmitos**PREFEITURA****Processo Licitatório 24/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Processo Licitatório nº24/2012. Modalidade: Pregão presencial nº10/2012. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS Entrega dos Envelopes: 04/06/2012, até as 14:30 horas. Abertura dos Envelopes: 04/06/2012 as 15:00 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos, ou pelo fone (49) 3647- 9610.

Palmitos 23 de maio de 2012.

CLOVIS BESKOW

Gestor do Fundo.

Processo Licitatório 74/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE PALMITOS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº074/12 Modalidade: Tomada de Preço nº012/12. Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA DISTRIBUIÇÃO NA COOPERATIVA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL DE PALMITOS, COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA VALE DO RIO URUGUAI E ASSOCIAÇÃO ÁGUA RIO SÃO DOMINGOS. CONFORME LEI Nº 3.543/2011 E LEI 3.580/2012. Entrega dos Envelopes: 08/06/2012, até as 08:30 horas. Abertura do Envelopes: 08/06/2012 as 09:00 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos.

Palmitos 23 de maio de 2012.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito Municipal.

Processo Licitatório 75/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE PALMITOS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº075/12 Modalidade: Pregão Presencial nº013/12. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA O EXERCÍCIO 2012. Entrega do Envelopes : 05/06/2012, até as 08:30 horas. Abertura do Envelopes: 05/06/2012 as 09:00 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos ou pelo fone (49) 3647- 9610.

Palmitos 23 de maio de 2012.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito Municipal.

Processo Licitatório 76/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE PALMITOS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº076/12 Modalidade: Tomada de Preço nº013/12. Objeto: CONTRATAÇÃO DE TERRAPLENAGEM,

DRENAGEM PLUVIAL, MEIO FIO, SINALIZAÇÃO E CALÇAMENTO NAS RUAS HUMAITÁ, OSVALDO CRUZ, ANITAGARIBALDI - TRECHO I E II E ANTONIO FIORESE, COM UMA ÁREA TOTAL DE 4.981,94M², NO MUNICÍPIO DE PALMITOS. Conforme projetos de calçamento. Entrega do Envelopes: 08/06/2012, até as 14:30 horas. Abertura do Envelopes: 08/06/2012 as 15:00 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos.

Palmitos 23 de maio de 2012.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito Municipal.

Processo Licitatório 77/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE PALMITOS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº077/12 Modalidade: Tomada de Preço nº014/12. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PEDRAS IRREGULARES, DRENAGEM PLUVIAL, MEIO FIO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NAS RUAS - EUCLIDES DA CUNHA - TRECHO I, II, III E IV, ALMIRANTE BARROSO, MACHADO DE ASSIS E PRESIDENTE VARGAS, NO MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC, COM ÁREA TOTAL REPERFILAGEM DE 11.636,05 M² E ÁREA DE CAPA 11.292,75 M². Entrega do Envelopes: 08/06/2012, até as 10:00 horas. Abertura do Envelopes: 08/06/2012 as 10:30 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos.

Palmitos 23 de maio de 2012.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito Municipal.

Passo de Torres

PREFEITURA

Licitação Nº 010/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES - SC
LICITAÇÃO Nº 10/2012 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEICULO AMBULANCIA 0 KM EQUIPADA COM: REVESTIMENTO DE TETO E LATERAIS COM MATERIAL LAVAVEL(PRFV-PLASTICO REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO), JANELA DE CORRER NA PORTA LATERAL, PISO IMPERMEAVEL REVESTIDO EM VINIL DE ALTA RESISTENCIA, MACA DE AÇO COM CABECEIRA MOVEL, COLCHONETE EM COURVIM E SISTEMA DE TRAVAMENTO MODELO ENGATE RAPIDO, BANCO P/ASSISTENTE E ACOMPANHANTE EM COURVIM, ARMARIO PARA MEDICAMENTOS, SUPORTE PARA SORO E CILINDRO DE OXIGENIO, VENTILADOR OSCILANTE, LUMINARIAS FLUORESCENTES NO COMPARTIMENTO DO PACIENTE, SINALIZADOR E GRAFISMO AMBULANCIA. TRAÇÃO DIANTEIRA, TIPO FURGÃO, 1 PORTA LATERAL CORREDIÇA E PORTA TRASEIRA DUPLA CONTRABATENTES, CARROCERIA MONOBLOCO CONSTRUÍDA COM AÇO, MOTOR 4 TEMPOS, DIESEL, 4 CILINDROS, 16 VALVULAS, POTENCIA MINIMA DE 115 CV, CONFORME EXPECIFICAÇÕES DO PRONCOV P7, CAMBIO DE 6 MARCHAS A FRENTE E 1 RÉ, ANO FABRICAÇÃO 2012 MODELO 2012. O EDITAL ESTÁ A DISPOSICÃO DOS INTERESSADOS A PARTIR DESSA DATA NO ENDEREÇO SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: ATÉ ÀS 15:00 HORAS DO DIA 29 DE MAIO DE 2012. LOCAL: SETOR DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, AV. BEIRA RIO

Nº 20, CÓPIAS DO EDITAL PODERÃO SER OBTIDAS NO ENDEREÇO ACIMA OU INFORMAÇÕES PELO TELEFONE (048)35480035. NO HORÁRIO DAS 13:00 ÀS 19:00 HORAS, DE 2ª À 6ª FEIRA.

Passo De Torres, 18 De Maio De 2012.
JANAINA SILVEIRA SCHEFFER
Prefeita Municipal

Extrato de Termo de Contrato Nº 093/2012

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 93/2012
PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Patersul Pav. E Terrapl. Do Sul Ltda - Me

Objeto Fica acordado entre as partes contratantes, e de comum acordo com o previsto na clausula quarta do contrato inicial que o valor e metragem licitada não condizem com a quantidade necessária para a conclusão da respectiva obra. Fica aditivado em R\$ 38.377,93 (trinta e oito mil trezentos e setenta e sete reais e noventa e três centavos). Mantidas as demais condições estipuladas no referido contrato. Vigência: 31/05/2012
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação TP 18/2012
Dotação Orçamentária: (121) 1.052.4.4.90.00.00.00.00.0100

Passo de Torres, 08 de maio de 2012
JANAINA SILVEIRA SCHEFFER
Prefeita Municipal

Extrato de Termo de Contrato Nº 094/2012

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 94/2012
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Bella Construções Ltda Me

Objeto: Ampliação da Escola Vila Nova, num total de 151,25 m², conforme projeto e memorial descritivo.
Valor: R\$143.126,36
Vigência: 30/09/2012
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação CV 36/2012
Dotação Orçamentária: (15) 1.009.4.4.90.00.00.00.00.0058
(150) 1.009.4.4.90.00.00.00.00.00.0119

Passo de Torres, 14 de maio de 2012
JANAINA SILVEIRA SCHEFFER
Prefeita Municipal

Extrato de Termo de Contrato Nº 095/2012

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 95/2012
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Veci dos Santos Freitas

Objeto: Aulas de Corte e Costura no CRAS turno da noite, para moradoras deste município, inscritos na Bolsa Família conforme Projeto "Oficina de Corte e Costura Industrial".
Valor: R\$2.988,00
Vigência: 30/07/2012
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Dotação Orçamentária: (80) 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00052

Passo de Torres, 14 de maio de 2012
JANAINA SILVEIRA SCHEFFER
Prefeita Municipal

Extrato de Termo de Contrato Nº 096/2012

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 96/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Premel Materiais Eletricos Ltda

Objeto: Fornecimento de Materiais Elétricos para Manutenção da Rede de Iluminação publica deste município.

Valor: R\$59.594,00

Vigência: 31/12/2012

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação PR 38/2012

Dotação Orçamentária: (130) 2.048.3.3.90.00.00.00.00.0100

Passo de Torres, 17 de maio de 2012

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Extrato de Termo de Contrato Nº 097/2012

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 97/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Gabriel Dos Santos Rosa

Objeto: Serviço de carpintaria para substituição de pilares de madeiras e tesouras da garagem municipal.

Valor: R\$4.480,00

Vigência: 31/05/2012

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Dotação Orçamentária: (130) 2.048.3.3.90.00.00.00.00.0100

Passo de Torres, 17 de maio de 2012

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Extrato de Termo de Contrato Nº 098/2012

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 98/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Pica Pau Ltda Me

Objeto: Aquisição De Colhedoras De Forragens De Uma Linha Para Colher Milho, Cana Capim, Sorgo E Demais Culturas Plantadas Em Linha, Equipada Com Caixa Com 4 Rolos Com Pentes Alimentadores Removíveis E Com 12 Facas De Corte Serrilhadas Intercambiáveis, Rotor Com 10 Facas E Cinco Laçadores, Sistema De Quebra-Grãos Integrado, Giro Da Bica Hidraulico, Opções De Corte Variando De 2 A 24 Mm, Capacidade Produtiva De 10 A 35 Toneladas/Hora, Acionamento Com Transmissão Via Cardan.

Valor: R\$17.500,00

Vigência: 31/05/2012

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação TP 37/2012

Dotação Orçamentária: (86) 2.036.4.4.90.00.00.00.00.00.

(87) 2.036.4.4.90.00.00.00.00.00.0100

Passo de Torres, 18 de maio de 2012

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Extrato de Termo de Contrato Nº 099/2012

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 99/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Tratowel Comercio De Maquinas Agricolas Ltda

Objeto: Aquisição De Trator Agrícola De Rodas, Novo, Equipado Com Motor De 4 Cilindros, Com Potencia Minima De 78 Cv, Transmissão

Com 12 Marchas A Frente E 12 Marchas A Re E Inversor De

Marchas,

Sistema Hidraulico Com Capacidade Minima De Levante De 3.300 Kgf, Direção Hidraulica, Pneus Dianteiros 14.9 X 24 R2 E Pneus Traseiros 23.1 X 26 R2, 4x4, Acionamento Da Tração Eletrohidraulico, Equipado Com Cabine Original De Fabrica, Com Ar Condicionado E Sistema De Filtragem Do Ar Com Filtro De Carvão Ativado.

Valor: R\$112.000,00

Vigência: 31/05/2012

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação TP 37/2012

Dotação Orçamentária: (85) 2.036.4.4.90.00.00.00.00.0094

(86) 2.036.4.4.90.00.00.00.00.00.

(87) 2.036.4.4.90.00.00.00.00.00.0100

Passo de Torres, 18 de maio de 2012

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Extrato de Termo de Contrato Nº 100/2012

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 100/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Budny Industria E Comercio Ltda

Objeto: Aquisição De Carreta Hidraulica Basculante, 5 Ton, Pneu Duplo, Assoalho De Chapa Metalica E Caixa De Madeira.

Valor: R\$8.000,00

Vigência: 31/05/2012

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação TP 37/2012

Dotação Orçamentária: (86) 2.036.4.4.90.00.00.00.00.00.

(87) 2.036.4.4.90.00.00.00.00.00.0100

Passo de Torres, 18 de maio de 2012

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Paulo Lopes**PREFEITURA****Decreto Nº 32/2012.**

DECRETO Nº 32/2012.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 6º da Lei 1.482/2011 - LOA,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada, no orçamento fiscal vigente, a dotação abaixo, no limite de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), de acordo com as especificações seguintes:

0801 - SEC. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 4.500,00

26.782.0031.1.031 - Pavimentação de Ruas R\$ 4.500,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 4.500,00

Art 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo superávit financeiro do exercício anterior da fonte 0.3.00.000000 - Recursos Ordinários - no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, em 23 de maio de 2012.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Paulo Lopes

Publicada o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios em 24 de maio de 2012.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Contrato Nº 0171/2012

CONTRATO Nº 0171/2012

OBJETO: Locação de Som e Iluminação
EMPRESA CONTRATADA: BS Áudio e Sonorizações Ltda-Me
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação Nº 0088/2012
DATA DO CONTRATO: 26/04/2012
PREFEITO: Euzebio Calisto Viegeli

Contrato Nº 0174/2012

CONTRATO Nº 0174/2012

OBJETO: Aquisição de Tintas
EMPRESA CONTRATADA: Dallago Materiais para Construção Ltda
LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial Nº 0034/2012
DATA DO CONTRATO: 03/05/2012
PREFEITO: Euzebio Calisto Viegeli

Porto União

PREFEITURA

Decreto Nº 836/2012

DECRETO Nº 836, de 15 de maio de 2012.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.892, de 30 de junho de 2011 (LDO) e 3.939, de 29 de novembro de 2011 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas no orçamento geral do município as dotações orçamentárias a seguir especificadas no valor de R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais):

ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE		
ORGÃO	PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0202 – GABINETE DO PREFEITO		
ATIVIDADE	2002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito		

MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	4	10.000,00
UNIDADE	0207 – SECRETARIA MUN. TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
PROJETO	1007 – Obras de Saneamento em Geral		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	51	20.000,00
PROJETO	1008 – Construção Ginásio, Campos/Canchas Esportivas		
MODALIDADE	4490 – 169 – Aplicações Diretas	80	60.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		90.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro do exercício 2011 na Fonte 100.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 15 de maio de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 837/2012

DECRETO Nº 837, de 21 de maio de 2012.

Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA KARYLEN GILIANE PEREIRA, para o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Administrativo de Unidade de Saúde, Símbolo AS, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 21 de maio de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria Nº 038/2012

PORTARIA Nº 038, de 22 de maio de 2012.

Dispõe sobre substituição de membro em Comissão de Inquérito Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa

Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "f" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR MARILENE COTRIM DA SILVA BUCH, como presidente da Comissão de Inquérito Administrativo instaurado pela Portaria nº 006 de 27 de janeiro de 2012, em substituição a Eduardo Ilha Bagolin.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 3º Revogam-se a Portaria nº 037, de 17 de maio de 2012, e as demais disposições em contrário.

Porto União (SC), 22 de maio de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Edital de Convocação 011/2012

Edital de convocação 011/2012

TESTE SELETIVO MUNICIPAL nº. 001/2011

RENATO STASIAK, Prefeito Municipal do Município de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, APROVADA no Teste Seletivo Municipal nº 001/2012, a comparecer na Superintendência de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 22/05/2012 a 28/05/2012, no horário das 09:00 às 12:00 hs e das 13:15 às 18:15 hs, de segunda a sexta-feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item 11 do Edital 002/2010, para investidura em emprego público:

- a) título de eleitor e comprovante de quitação com as obrigações eleitorais;
- b) documento comprobatório de que está quite com o serviço militar, quando do sexo masculino;
- c) ter aptidão física e mental para o exercício da função, a ser comprovada por exame médico realizado pelo médico perito do Município;
- d) Declaração de não receber proventos de aposentadoria ou remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal, que deverá ser comprovado através de Declaração emitida pelo próprio candidato (modelo DRH);
- e) Declaração de não acumular cargo público, exceto aqueles previstos no Art. 37 inciso XVI, da Constituição Federal e suas emendas, que deverá ser comprovado através de Declaração emitida pelo próprio candidato (modelo DRH);
- f) Declaração de IRRF ou Declaração de Bens (modelo DRH);
- g) Fotocópia da Carteira de Trabalho (onde consta a foto e o verso)
- h) Fotocópia do PIS/PASEP
- i) Fotocópia da Certidão de Casamento ou equivalente, se for o caso;
- j) Fotocópia da Certidão de nascimento dos Filhos menores de 14 anos de idade;
- k) Conta corrente no Banco ITAU.
- l) Carteira de Trabalho e Previdência Social.
- m) 01 foto 3x4;

Todos os documentos deverão ser entregues na Diretoria de

Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao TESTE SELETIVO.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE BAIRRO SÃO PEDRO

NOME	CLAS	ASSINATURA	DATA
PRISCILA DIANA DO PRADO	22º		

Porto União (SC), 22 de maio de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto 2611/12

DECRETO Nº 2.611, de 14 de maio de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2012-FMAS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 2.254/11, o resultado do Pregão Presencial nº 008/12, de 25/04/2012, Fundo Municipal de Assistência Social, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante POSTO CENTRO LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

14 de maio de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JANE MARIA GHIZZO SCHMIDT

Secretária Municipal de Assistência Social

ANEXO AO DECRETO Nº 2.611/2012

Pregão Presencial nº 008/2012 de 25/04/2012-FMAS.

Objeto da Licitação: Aquisição de combustível para veículos da Secretaria de Assistência Social, que são utilizados para visitas domiciliares pelo CREAS e acompanhamento de casos de Medidas Sócio Educativo-Fundo Municipal de Assistência Social.

Preço: por item

Participante: POSTO CENTRO LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante POSTO CENTRO LTDA.

Decreto 2612/12

DECRETO Nº 2.612, de 14 de maio de 2012

"ANULA DECRETO, CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E ORDEM DE SERVIÇO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anulados o Decreto nº 2.510 de 02 de abril de 2012, referente ao Processo Licitatório representado pela Carta Convite nº 067/2012, o Contrato de Prestação de Serviços com Fornecimento de Material nº 089/2012 e a Ordem de Serviço datada de

10 de abril de 2012.

Parágrafo Único - A anulação decidida no "caput" deste artigo, se dá em razão de interesse público, por solicitação da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

14 de maio de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Decreto 2614/12

DECRETO Nº 2.614, de 15 de maio de 2012.

"CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO DETERMINADO À FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido por tempo determinado à Fundação Cultural de Rio do Sul, o veículo, conforme segue:

- O veículo Ágil, frota nº 361, placa MJY-1398, registrado junto ao Patrimônio do Município sob o n.º 19704, lotado na Secretaria da Fazenda, nos dias 17 e 21 de maio de 2012, bem como o Motorista Veículo Leve, Sr. Adriano Mendes, matrícula nº 2766901.

Art. 2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, bem como as do motorista, correrão a conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

15 de maio de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Decreto 2617/12

DECRETO Nº 2.617, de 15 de maio de 2012.

"EXONERA HEBER XAVIER FERREIRA"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art. 1º - Exonera, a partir de 11/05/2012, o servidor HEBER XAVIER FERREIRA, do cargo em comissão de Secretário Adjunto de Planejamento, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar

nº 208 de 28/09/2010 e Art. 2º, da Lei Complementar nº 229 de 20/09/2011, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

15 de Maio de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto 2618/12

DECRETO Nº 2.618, 16 de maio de 2012.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei n.º 5.297, de 16 de Maio de 2012.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional especial no valor de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), por conta do Convênio a ser firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina, visando a Construção de Arena Poliesportiva, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO	
09.04	Departamento de Turismo	
1.009	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE LAZER E ENTRETENIMENTO (ARENA) - VINCULADO	
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.00.00	Investimentos	
4.4.90.00	Aplicações Diretas	
00.00.09	Convênio do Estado - Prefeitura	R\$ 4.500.000,00
	TOTAL	R\$ 4.500.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

16 de Maio de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto 2619/12

DECRETO Nº 2.619, 16 de maio de 2012.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei n.º 5.298, de 16 de Maio de 2012.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 1.350.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	Gabinete do Prefeito
02.01	Gabinete do Prefeito
1.079	CONTRAPARTIDA CONVÊNIOS
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 INVESTIMENTOS

4.4.90.00 Aplicações Diretas

R\$ 1.350.000,00

Total

R\$ 1.350.000,00

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 1.350.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	Gabinete do Prefeito	
02.01	Gabinete do Prefeito	
2.012	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$ 515.000,00
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
08.02	Departamento Pedagógico de Ensino	
2.034	Transporte Escolar Educação Básica - Próprios	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
2.070	Programa de Alimentação das Escolas de Tempo Integral I e II	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$785.000,00
	Total	R\$ 1.350.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

16 de Maio de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto 2620/12

DECRETO Nº 2.620, 16 de maio de 2012.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei n.º 5.296, de 16 de Maio de 2012.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Desportos:

30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS	
30.01	Fundação Municipal de Desportos	
2.073	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00
	Total	R\$ 200.000,00

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
08.02	Departamento Pedagógico de Ensino
2.034	Transporte Escolar Educação Básica - Próprios

3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00
	Total	R\$ 200.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
16 de Maio de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto 2622/12

DECRETO Nº 2.622, de 17 de maio de 2012

"SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica e na Lei Municipal nº 4.707 de 18/04/2008 e no Decreto nº 1.620 de 17.01.2011,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado para compor o Conselho Municipal de Saneamento, o membro abaixo relacionado, conforme o Art. 2º do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saneamento, aprovado pelo Decreto nº 1.620/2011:

I - Representante do Poder Público:

b) Henrique Real Amorim Cardoso - Suplente (em substituição a Heber Xavier Ferreira)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
17 de maio de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto 2623/12

DECRETO Nº 2.623, de 17 de maio de 2012.

"ALTERA O DECRETO Nº 184, DE 15 DE MAIO DE 2007, QUE REGULAMENTA O ARTIGO 303 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003".

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, previstas no Inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e, de conformidade com o previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003).

DECRETA:

Art. 1º - Ficam revogados os parágrafos 2º, 3º e 4º do artigo 11 do Decreto nº 184, de 15 de maio de 2007.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
17 de maio de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

EUGÊNIO VICENZI
Secretário Municipal da Fazenda

Decreto 2626/12

DECRETO Nº 2.626, de 18 de maio de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/2012."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 2.254/11, o resultado do Pregão Presencial nº 085/12, de 19/04/2012, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes ZIESEMER & CIA LTDA-ME e PERFIL COMPUTACIONAL LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
18 de maio de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI
Secretário de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 2.626/2012

Pregão Presencial nº 085/2012 de 19/04/2012

Objeto da Licitação: Aquisição de servidor, storage, switch, licenças de uso e solução de segurança-Departamento de Informática.

Preço: por lote

Participantes: ZIESEMER & CIA LTDA-ME e PERFIL COMPUTACIONAL LTDA.

Obs.: o lote 002 não foi cotado

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores dos licitantes ZIESEMER & CIA LTDA-ME no lote 001 e PERFIL COMPUTACIONAL LTDA nos lotes 003 e 004.

Contrato Administrativo 572/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 572/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) NEUCI FABIANE GIACOMOZZI portador(a) do CPF nº 036.763.059-14, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Manoel José Teixeira 52, Bairro Centro, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, suprimindo as necessidades

de substituição aos afastamentos de professores decorrentes das licenças de concessão obrigatória, durante o ano letivo de 2012. O contratado ficará à disposição da Secretaria Municipal de Educação que definirá local de trabalho, de acordo com as necessidades surgidas.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.959,36 (mil novecentos e cinquenta e nove reais e trinta e seis centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 18/05/2012 e encerrando-se em 17/08/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 17 de maio de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração

NEUCI FABIANE GIACOMOZZI
Contratado (a)

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 651/12

RESOLUÇÃO No 651, DE 21 DE MAIO DE 2012

Autoriza pagamento antecipado da Gratificação de Natal

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc

Art. 1º Fica autorizado o pagamento, no dia 1º de junho, de 50 % (cinquenta por cento) da Gratificação Natalina aos funcionários estatutários, efetivos e comissionados, ativos e inativos, da Câmara Municipal de Rio do Sul, com base no § 5º da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010.

Parágrafo único. O percentual restante de 50% (cinquenta por cento) será pago até o dia vinte do mês de dezembro do corrente ano.

Art. 2º Havendo reajuste salarial no período de julho a dezembro do corrente ano, o pagamento da diferença remuneratória deverá ser efetuado juntamente com o percentual restante de 50% (cinquenta por cento).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 21 de maio de 2012.

JOSÉ THOMÉ

Presidente da Mesa

ROBERTO SCHULZE

Vice-Presidente

DIONÍSIO MAÇANEIRO

1º Secretário

MÁRIO MIGUEL

2º Secretário

Salto Veloso

PREFEITURA

Decreto Municipal Nº 032/2012

Decreto Municipal nº 032/2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 32.400,00

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 001445/2011 07/12/2011;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0205 SECRET. DE SAÚDE E ASSIST. SOCIAL

Função: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sub-Função: 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Programa: 0801 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL

Projeto/Atividade: 4007 MANUT. DO FUNDO M. ASSIST. SOCIAL

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS



Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 32.400,00

Art. 2º - Servirão de recursos para cobertura do crédito aberto pelo artigo 1º, a redução orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0205 SECRET. DE SAÚDE E ASSIST. SOCIAL

Função: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sub-Função: 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Programa: 0801 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL

Projeto/Atividade: 4007 MANUT. DO FUNDO M. ASSIST. SOCIAL

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 32.400,00

Art. 3º - Este(a) Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 22 de maio de 2012.

Registre-se e Publique-se

Em 22 de maio de 2012.

Decreto Municipal Nº 033/2012

Decreto Municipal nº 033/2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 11.600,00

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 001445/2011 07/12/2011;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0207 SECRET. DE TRANSP. OBRAS E URBANISMO

Função: 15 URBANISMO

Sub-Função: 452 SERVIÇOS URBANOS

Programa: 1502 SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Projeto/Atividade: 4035 MANUT. DOS SERVIÇOS URBANOS

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 71 TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PÚBLICOS

Elemento de Despesa: 00 TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PÚBLICOS

Sub-Elemento de Despesa: 00 TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PÚBLICOS

Valor: R\$ 8.000,00

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0207 SECRET. DE TRANSP. OBRAS E URBANISMO

Função: 15 URBANISMO

Sub-Função: 452 SERVIÇOS URBANOS

Programa: 1502 SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Projeto/Atividade: 4035 MANUT. DOS SERVIÇOS URBANOS

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 71 TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PÚBLICOS

Elemento de Despesa: 00 TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PÚBLICOS

Sub-Elemento de Despesa: 00 TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PÚBLICOS

Valor: R\$ 3.600,00

Art. 2º - Servirão de recursos para cobertura do crédito aberto pelo artigo 1º, a redução orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0207 SECRET. DE TRANSP. OBRAS E URBANISMO

Função: 15 URBANISMO

Sub-Função: 452 SERVIÇOS URBANOS

Programa: 1502 SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Projeto/Atividade: 4035 MANUT. DOS SERVIÇOS URBANOS

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 11.600,00

Art. 3º - Este(a) Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de maio de 2012.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Contador CRC - SC-15.177/0

Registre-se e Publique-se

Em 23 de maio de 2012.

Aviso de Cancelamento de Licitação - Pregão Presencial Nº 0017/2012

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0017/2012

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, pessoa jurídica de direito público interno, torna público para conhecimento dos interessados, que de acordo com orientação Jurídica Municipal, CANCELA a Licitação Pública na Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com a finalidade de Aquisição de sêmen bovino para manutenção das atividades da Sec. de Agricultura deste Município.

Salto Veloso, 22 de maio de 2012.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

Resumido Tomada de Preços Nº 203/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 203/2012

MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretária de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, que receberá até às 09:00 horas do dia 11 de junho de 2012, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: PINTURA DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL BASELISSE C. R. VIRMOND, SITUADA NA RUA EMÍLIO WEBER, BAIRRO COLONIAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12:00 e das 13h30min às 16:00 horas.

São Bento do Sul, 24 de maio de 2012.

RENILDA FURST DREVEK

Secretária de Administração

FUNDAÇÕES

Extrato e Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 05/2012

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2012

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2012

OBJETO: Contratação de instituição para coordenação administrativa e pedagógica para construção do Plano Municipal de Cultura de São Bento do Sul - PMC, incluindo palestra, curso, seminários, oficinas e fórum, totalizando 208 horas.

CONTRATADO: Serviço Nacional de Aprendizagem comercial - SENAC

VALOR: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)

São Bento do Sul, 18 de Maio de 2012.

NAYARA PEREIRA MACHADO

Presidente Da Comissão De Licitação

PEDRO MACHADO DE BITENCOURT

Presidente Da Fundação Cultural.

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 06/2012

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: Contratação de instituição para coordenação administrativa e pedagógica para construção do Plano Municipal de Cultura de São Bento do Sul - PMC, incluindo palestra, curso, seminários, oficinas e fórum, totalizando 208 horas.

II - Contratado: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: A Dispensa de Licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no inciso XIII do art. 24 da Lei 8.666/93 e se justifica por fortalecer ações de formação e aperfeiçoamento da comunidade em geral, e principalmente das pessoas ligadas ao setor cultural, promovendo sua política e técnica, bem como fomentação da discussão, a fim de estabelecer metas e objetivos a curto, médio e longo prazo para a cultura no município.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: O Senac - Serviço Nacional

de Aprendizagem Comercial é empresa incumbida estatutariamente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional e, portanto, passível de dispensa de licitação, conforme art. 24, XIII da Lei 8.666/93.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado é o preço praticado no mercado para os referidos serviços.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

NAYARA PEREIRA MACHADO

Presidente da Comissão de Licitação

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual.

PEDRO MACHADO DE BITENCOURT

Presidente da Fundação Cultural de SBS

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Lei Nº 2.009, de 23 de Maio de 2012.

LEI Nº 2.009, DE 23 DE MAIO DE 2012.

Altera dispositivo da Lei nº 1.827, de 25 de setembro de 2009 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º A Lei nº 1.827, de 25 de setembro de 2009 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 33. Desejando candidatar-se a outro cargo eletivo, o Conselheiro, no exercício de seu mandato não necessita renunciar ao cargo ocupado, devendo observar as regras de desincompatibilização aplicáveis aos servidores públicos, na forma da legislação federal eleitoral.”(NR)

“Art. 61. Os conselheiros tutelares são detentores de cargo eletivo, não pertencente ao quadro único de pessoal do Poder Executivo Municipal, porém, terão remuneração fixada pelo Chefe do Poder Executivo, aplicando-lhes, no que couber, as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.” (NR)

“Art. 61-A. Fica assegurado aos conselheiros tutelares o direito à licença não remunerada para tratar de assuntos particulares, por prazo não superior a um ano no respectivo mandato.

Parágrafo único. A licença prevista no caput deste artigo poderá ser concedida por prazo inferior ao máximo permitido; contudo, não poderá ser usufruída de forma fracionada.” (NR)

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do art. 33, da Lei nº 1.827, de 25 de setembro de 2009.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de maio de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Lei Nº 2.010, de 23 de Maio de 2012.

LEI Nº 2.010, DE 23 DE MAIO DE 2012.

Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS e do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de São Lourenço do Oeste - SC, instituídos pelas Leis Municipais nº 1.040, de 21 de outubro de 1996 e nº 1.039, de 21 de outubro de 1996, respectivamente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte LEI:

CAPÍTULO I**SEÇÃO I****DA NATUREZA E FINALIDADE**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS e do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de São Lourenço do Oeste - SC, instituídos pelas Leis Municipais nº 1.040, de 21 de outubro de 1996 e nº 1.039, de 21 de outubro de 1996, respectivamente.

Art. 2º O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de São Lourenço do Oeste, de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, observado o disposto no art. 17, § 4º, da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Assistência Social de São Lourenço do Oeste é vinculado à estrutura do órgão da administração pública municipal responsável pela coordenação da política de assistência social que lhe dará apoio administrativo, assegurando dotação orçamentária para seu funcionamento.

Art. 3º O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito municipal.

§ 1º As ações deliberativas/reguladoras são aquelas que estabelecem, por meio de resoluções, as ações da assistência social, contribuindo para a continuação do processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e da Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

§ 2º As ações de acompanhamento e avaliação devem ser direcionadas às atividades e aos serviços prestados pelas entidades e organizações de assistência sociais públicas e privadas, e advêm da competência de formular recomendações e orientações aos integrantes do sistema descentralizado de assistência social.

§ 3º O controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da Política.

CAPÍTULO II**SEÇÃO I****DAS ATRIBUIÇÕES**

Art. 4º São atribuições do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS):

I - elaborar e aprovar seu regimento interno e o conjunto de normas administrativas definidos pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;

II - aprovar a política municipal de assistência social, elaborada em consonância com a política nacional e estadual de assistência social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua

formulação;

III - convocar a Conferência Municipal de Assistência Social, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), bem como aprovar as normas de funcionamento das mesmas, constituir a comissão organizadora e o respectivo Regimento Interno;

IV - encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;

V - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados nas Políticas de Assistência Social Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

VI - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, no âmbito do município, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;

VII - aprovar o plano integrado de capacitação de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) Recursos Humanos (NOB RH/SUAS);

VIII - zelar pela implementação do SUAS, buscando suas especificidades no âmbito das três esferas de governo e efetiva participação dos segmentos representativos dos Conselhos;

IX - aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

X - aprovar os critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e explicitar os indicadores de acompanhamento;

XI - propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios, rendas e serviços;

XII - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, bem como inscrever os programas, projetos e as ações da assistência social, no âmbito municipal;

XIII - informar ao Nacional de Assistência Social (CNAS) sobre o cancelamento de inscrição das entidades e organizações de assistência social, a fim de que este adote as medidas cabíveis;

XIV - encaminhar a documentação ao gestor municipal das entidades e organizações de assistência social que compõem a rede socioassistencial no município para inclusão no Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e guarda;

XIV - acompanhar o processo do pacto de gestão entre as esferas nacional, estadual, do Distrito Federal e municipal, efetivadas na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e Comissão Intergestores Bipartite (CIB), estabelecido na NOB/SUAS e aprovar seu relatório;

XV - divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais;

XVI - estabelecer e fortalecer a interlocução com os demais Conselhos das políticas setoriais;

XVII - regulamentar a forma de concessão e valor para o pagamento dos auxílios natalidade e funeral e outros benefícios eventuais, conforme o disposto no § 2º do art. 22 da Lei nº 8.742 de 1993, alterada pela Lei nº 12.435 de 2011;

XVIII - na falta de conselho municipal do idoso, estabelecer a forma de participação do idoso no custeio de entidade de longa permanência, observando-se o limite definido em lei de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso;

XIX - na falta de comissão de controle social do Programa Bolsa Família, este conselho desenvolverá as atribuições previstas nos artigos 7º e 8º da Instrução Normativa nº 01/2005, do Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome, observando todas as normas constantes da Lei Federal nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, sendo que a função é considerada serviço público relevante e não será remunerada;

XX - acionar o Ministério Público como instância de defesa e

garantia de suas prerrogativas legais;
XXI - publicar no respectivo Diário Oficial todas as suas deliberações.

SEÇÃO II DO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 5º Para o exercício de suas atribuições, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) solicitará os seguintes documentos e informações:

I - da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social:

- a) a política municipal de assistência social;
- b) o plano municipal de assistência social;
- c) o plano de ação;
- d) a proposta orçamentária da assistência social para apreciação e aprovação;
- e) o plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), selecionados conforme indicadores de vulnerabilidade, contendo ações, prazos e metas a serem executadas, articulando-se as ofertas da assistência social e as demais políticas pertinentes;
- f) o plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do Programa Bolsa Família, contendo ações, prazos e metas a serem executadas, articulando-se as ofertas da assistência social e as demais políticas pertinentes;
- g) o plano de aplicação do fundo municipal, balancete semestral e prestação de contas ao final do exercício;
- h) as informações relativas ao volume de recursos transferidos para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e do Fundo Estadual de Assistência Social, quando for o caso;
- i) as informações relativas aos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) às entidades e organizações de assistência social;
- j) a relação das contas correntes que compõem o respectivo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);
- k) os demonstrativos das contas bancárias sob gestão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);
- l) o relatório anual da gestão e demonstrativo sintético execução física e financeira.

II - das entidades e organizações de assistência social:

- a) o estatuto social;
- b) o plano de trabalho;
- c) o relatório anual de execução; e
- d) os documentos contábeis.

III - do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS):

- a) para conhecimento, os documentos deliberados em Assembleia Geral, principalmente as atas;
- b) quando necessário, o assessoramento na aplicação de normas e resoluções fixadas pelo CNAS.

IV - do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS):

- a) a senha de acesso ao Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede SUAS).

V - da Comissão Intergestores Bipartite (CIB):

- a) para conhecimento, os documentos de pactuações publicadas no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. Além dos documentos elencados nos incisos de I a V, o CMAS poderá requisitar outros que se fizerem necessários para o exercício de suas atribuições.

SEÇÃO III DA COMPOSIÇÃO

Art. 6º O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS é composto de, no mínimo, 12 membros e respectivos suplentes,

respeitados os seguintes critérios:

I - seis representantes de entidades governamentais do Município e respectivos suplentes, da seguinte forma:

- a) Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social;
- b) Secretaria Municipal de Educação;
- c) Secretaria Municipal de Saúde;
- d) Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano - Gerência de Habitação;
- e) Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
- f) Secretaria Municipal de Fazenda.

II - seis representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, eleitos em foro próprio, da seguinte forma:

- a) dois representantes dos usuários e/ou organizações e usuários da assistência social;
- b) dois representantes de entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS;
- c) dois representantes de entidades de trabalhadores do setor.

Parágrafo único: No caso de não haver inicialmente representação de um dos segmentos do inciso II do presente artigo, a vaga poderá ser preenchida por um dos demais segmentos, conforme Regimento Interno.

Art. 7º Serão considerados representantes de usuários, pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 8º Serão consideradas organizações de usuários aquelas juridicamente constituídas que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos, a defesa dos direitos dos indivíduos e grupos vinculados à Política Municipal de Assistência Social, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso.

Art. 9º Serão consideradas entidades de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela LOAS, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

§ 1º As entidades e organizações de assistência social podem ser consideradas isoladas ou cumulativamente:

- a) de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e aos indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei nº 8.742 de 1993, e Resolução do CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009.
- b) de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742 de 1993 e respeitadas as deliberações do CMAS;
- c) de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socio-assistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742 de 1993 e respeitadas as deliberações do CMAS.

§ 2º As entidades e organizações de assistência social deverão estar inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para seu regular funcionamento, nos termos do art. 9º da Lei nº 8.742 de 1993, aos quais caberá a fiscalização destas entidades e organizações independentemente do recebimento ou não de recursos públicos, conforme Resolução do CNAS e regulamento pelos CMAS, sobre os parâmetros que definem sobre a inscrição de entidades

e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos Municipais dos Municípios.

§ 3º Na hipótese de atuação em mais de um Município ou Estado, as entidades e organizações de assistência social deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios no Conselho de Assistência Social do respectivo Município que se pretende atingir, apresentando, para tanto, o plano ou relatório de atividades, bem como o comprovante de inscrição no Conselho Municipal de sua sede ou de onde desenvolve suas principais atividades.

§ 4º Somente poderão executar serviços, programas e projetos de assistência social vinculados à rede socioassistencial que integra o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) as entidades e organizações inscritas de acordo com este artigo.

Art. 10. Serão consideradas entidades de trabalhadores do setor as associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e na Norma Operacional Básica, Recursos Humanos e no Sistema Único de Assistência Social, mediante os critérios estabelecidos no Regimento Interno do CMAS.

Art. 11. Os representantes do Governo, de que trata o inciso I do art. 6º, devem ser indicados e nomeados pelo respectivo Chefe do Poder Executivo.

Art. 12. A eleição da sociedade civil, de que trata o inciso II do art. 6º, ocorrerá em foro próprio, coordenado pela sociedade civil.

Art. 13. A função dos conselheiros do CMAS não será remunerada, mas considerada como de serviço público relevante e seu exercício prioritário, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho, reuniões de comissões ou grupos de trabalho e participação em atividades afins.

Art. 14. Os conselheiros titulares e suplentes terão mandato de 03 (três) anos, permitida uma única recondução.

Art. 15. A participação de representantes do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não cabe nos Conselhos de Assistência Social, sob pena de incompatibilidade de poderes.

Art. 16. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) será presidido por um de seus integrantes, eleito entre seus membros em reunião plenária, para mandato de 01 (um) ano e 06 (seis) meses.

Art. 17. Junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) poderá atuar, com direito a voz, um representante do Ministério Público, indicado pelo Procurador Geral de Justiça, bem como representantes dos Conselhos Municipais afins e de todas as entidades da sociedade civil, inscritas no Conselho e representantes e ou organizações de usuários da assistência social.

Art. 18. Os membros, referidos do art. 6º, incisos I e II, desta Lei, poderão perder o mandato antes do prazo de 03 (três) anos, nos seguintes casos:

I - por falecimento;

II - por renúncia;

III - pela ausência imotivada em 03 (três) reuniões consecutivas do conselho, ou 05 (cinco) alternadas;

IV - pela prática de ato incompatível com a função de conselheiro(a), por decisão da maioria dos membros do CMAS;

V - por requerimento da entidade da sociedade civil, da qual o conselheiro representa;

VI - por interesse do responsável do Chefe do Poder Executivo, quando se tratar de conselheiro por ele indicado.

Parágrafo único. No caso de perda do mandato será designado novo conselheiro para a titularidade da função, respeitando as respectivas suplências de que trata o art. 6º, incisos I e II, desta LEI.

SEÇÃO IV DA ORGANIZAÇÃO

Art. 19. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) compor-se-á dos seguintes órgãos:

I - Assembleia Geral;

II - Mesa Diretora;

III - Comissões;

IV - Secretaria Executiva.

§ 1º A Assembleia Geral é órgão deliberativo e soberano do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

§ 2º A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembleia Geral para mandato de 01 (um) ano e 06 (seis) meses, permitida uma única recondução, é composta pelos seguintes cargos:

a) Presidente;

b) Vice-Presidente;

c) 1º Secretário;

d) 2º Secretário.

§ 3º A composição da Mesa Diretora deverá obedecer aos princípios da paridade, da alternância governamental e da sociedade civil, respeitadas as seguintes condições:

a) Quando houver vacância no cargo de presidente não poderá o vice-presidente assumir para não interromper a alternância da presidência entre governo e sociedade civil, cabendo realizar nova eleição para finalizar o mandato, conforme previsão a constar no Regimento Interno do Conselho;

b) Sempre que houver vacância de um membro da Mesa Diretora ou similar, seja ele representante de um órgão governamental ou de uma entidade da sociedade civil, caberá ao plenário do Conselho decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou voto, devendo essa situação e a forma de sucessão estar contempladas no Regimento Interno.

§ 4º As Comissões Temáticas serão criadas por Resoluções, aprovadas em Assembleia Geral, conforme a necessidade da demanda, integradas por conselheiros(as) titulares e suplentes e poderão participar como colaboradores(as), os(as) representantes de outras entidades, outros representantes dos(as) usuários(as) ou de organizações de usuários(as), ou pessoas de notório saber, homologadas pelo CMAS, sem direito a voto, sendo obrigatória a designação das seguintes Comissões:

a) de Normas, Regulamentos e Inscrições;

b) de Financiamento e Orçamento;

c) de Políticas e de Divulgação e Comunicação.

§ 5º O CMAS poderá instituir grupos de trabalho de caráter temporário, composto por conselheiros titulares e suplentes, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos, podendo, inclusive, convidar para participar destes grupos de trabalho representantes de órgãos ou entidades públicas e privadas e de outros poderes, sem direito a voto.

§ 6º As ações de capacitação dos(as) Conselheiros(as) deverão ser programadas, visando o fortalecimento e a qualificação de seus espaços de articulação, negociação e deliberação, a ser previsto no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

§ 7º A Secretaria Executiva, órgão de apoio técnico administrativo do Conselho, será composta por um Secretário Executivo de nível superior, sendo graduado em serviço social, designado para o assessoramento do CMAS, cuja competência será definida em Regimento Interno.

§ 8º A Secretaria Executiva deverá ser a unidade de apoio ao funcionamento do CMAS para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações.

§ 9º A Secretaria Executiva subsidiará a Assembleia Geral com

assessoria técnica e poderá se valer de consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área da assistência social, para dar suporte e/ou prestar apoio técnico-logístico ao Conselho.

§ 10. Compete ao gestor responsável pela execução da Política Municipal de Assistência Social organizar o quadro de pessoal do CMA, respeitando o disposto no §7º do presente artigo para compor a Secretaria Executiva, a ser nomeado pelo Chefe do Poder Executivo.

SEÇÃO V DO FUNCIONAMENTO

Art. 20. A Assembleia Geral reunir-se-á, obrigatoriamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, e funcionará de acordo com o Regimento Interno, que definirá, também, o quorum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões e para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 21. O CMAS tem autonomia de se autoconvocar, devendo esta previsão constar do Regimento Interno, e suas reuniões serão abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas respeitando o mínimo, 05 (cinco) dias.

Art. 22. A cada nova gestão será realizado o Planejamento Estratégico do CMAS, com o objetivo de definir metas, ações e estratégias e prazos, envolvendo todos(as) os(as) Conselheiros(as), titulares e suplentes, e os(as) técnicos(as) do Conselho.

CAPÍTULO III DA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA E DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

Art. 23. A coordenação e execução da Política e do Plano Municipal de Assistência Social fica a cargo da Secretaria responsável pela Assistência Social no Município, competindo-lhe:

I - coordenar e executar as ações no campo da assistência social;
II - elaborar o diagnóstico social e propor o Plano de Assistência Social do Município;

III - propor ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) a Política Municipal de Assistência Social, suas normas gerais, bem como os critérios de prioridades e de elegibilidades, além de padrões de qualidade na prestação de benefícios, serviços, programas e projetos;

IV - elaborar a proposta orçamentária da assistência social, em conjunto com as demais áreas governamentais, especialmente a da seguridade social, encaminhando-a ao Chefe do Poder Executivo, depois de apreciada e aprovada pelo CMAS;

V - encaminhar para a apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), os relatórios semestrais e anuais de atividade e de realização financeira dos recursos destinados à assistência social;

VI - prestar assessoramento técnico às entidades e organizações de assistência social;

VII - formular política para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da assistência social;

VIII - coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro da rede socioassistencial governamental e da sociedade civil do Município e encaminhar para o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

IX - articular-se com os órgãos responsáveis pelas políticas de saúde e previdência social, bem como os demais setores afins;

X - expedir atos normativos necessários à gestão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);

XI - elaborar e submeter à deliberação do CMAS os planos anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

XII - envidar esforços para a garantia de apoio técnico ao Conselho Municipal de Assistência Social, bem como a órgãos municipais e entidades não governamentais, no sentido de tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS);

XIII - criar o Sistema de Informações Sociais;

XIV - destinar recursos financeiros do Município, a título de participação no custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, estabelecidos pelo CMAS.

CAPÍTULO IV DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 24. O Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), é o instrumento de captação e aplicação de recursos e tem por objetivo proporcionar recursos e meios para financiar a execução da política de assistência social, apoiando serviços, programas e projetos específicos de assistência social.

Art. 25. No exercício da orientação e controle do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), o Conselho Municipal de Assistência Social adotará as seguintes medidas:

I - orientar, controlar e fiscalizar a gestão do Fundo Municipal, por meio de resoluções relativas à elaboração da proposta orçamentária, que trata da destinação dos recursos; aos critérios de partilha; ao plano de aplicação e à execução orçamentária e financeira;

II - certificar se a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social divulga amplamente, para a comunidade local, os benefícios, serviços, programas, projetos assistenciais, bem como os recursos disponibilizados pelo Poder Público;

III - assegurar que o orçamento do Município disponibilize recursos próprios destinados à assistência social, alocados no Fundo Municipal, o que constitui condição para os repasses de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

IV - apreciar e aprovar a proposta de Lei Orçamentária Municipal, na Função - Assistência Social, por ocasião de sua apreciação, considerando os seguintes aspectos:

a) se contempla a apresentação dos programas e das ações, em coerência com o plano municipal de assistência social, de acordo com os níveis de complexidade dos serviços, programas, projetos e benefícios, alocando-os como sendo de proteção social básica e proteção social especial de média e/ou de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);

b) se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor desta política.

V - decidir sobre a regularidade do plano de ação anual, indicando se está regular, autorizando o repasse de recursos do FMAS, ou não regular, não autorizando referido repasse;

VI - analisar se foram cumpridas as metas físicas e financeiras constantes do plano de ação, mediante a emissão de parecer indicando se está regular, autorizando o repasse dos recursos do FMAS; ou não regular, não autorizando o repasse dos referidos recursos, fazendo-se constar, ainda, avaliação sobre os seguintes aspectos que envolvem o plano de ação, além de sugestões para melhoria do processo:

a) a análise da documentação recebida do órgão gestor da assistência social, bem como de sua capacidade de gestão;

b) relação com o plano municipal de assistência social;

c) a execução e a aplicação dos recursos financeiros recebidos na conta do respectivo fundo de assistência social;

d) regularização no alcance da previsão de atendimento;

e) a qualidade dos serviços prestados;

f) articulação com as demais políticas sociais.

VII - verificar, mediante acesso à Rede de Sistema Único de

Assistência Social (SUAS), se o plano de ação está em conformidade com o plano municipal de assistência social, aprovado pelo próprio Conselho;

VIII - analisar o plano de ação e verificar se as metas de atendimento de usuários estão de acordo com os dados da efetiva demanda local, para os serviços cofinanciados pelos pisos de proteção social básica e de proteção social especial;

IX - convocar o Conselho para análise e deliberação das prestações de contas, do cofinanciamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico-financeira do SUAS;

X - certificar se o Município recebe, com regularidade, recursos do FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social, e propor medidas saneadoras para solução do problema, previstas no Regime Interno;

XI - verificar as razões para os eventuais atrasos ou suspensão de repasse dos recursos às entidades de assistência social e propor medidas para solução do problema, previsto no Regime Interno; e XII - aprovar o Regime Interno do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

Art. 26. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS):

I - recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social, e outros legalmente instituídos;

II - dotação consignada anualmente no Orçamento do Município e os outros recursos adicionais que lhe sejam destinados;

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;

IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;

V - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências por força da lei e de convênios;

VI - recursos de convênios firmados com outras entidades;

VII - doações em espécies;

VIII - recursos captados junto a organismos internacionais, para projetos autofinanciáveis e de interesse estratégico, visando a ampliação, cobertura e melhoria da qualidade de atendimento;

IX - rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras; e X - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º Os recursos previstos nos incisos I a X do presente artigo serão automaticamente transferidos para a conta do FMAS, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§ 2º Os recursos que compõem o FMAS serão depositados em instituições financeiras oficiais, sendo os vinculados em contas especiais, sob a denominação - Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

Art. 27. O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e pela Política Municipal, sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Parágrafo único. O orçamento do FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social.

Art. 28. Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) serão aplicados em:

I - financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvidos pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social ou por órgãos conveniados;

II - pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado, para execução de programas e projetos específicos do setor de assistência social;

III - aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

IV - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de assistência social;

V - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de

gestão, planejamento, administração e controle das ações de assistência social;

VI - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;

VII - pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Orgânica de Assistência Social;

VIII - atendimento das ações sócioassistenciais de caráter emergencial;

IX - provimento de recursos às entidades não governamentais vinculadas aos objetivos da Política Municipal de Assistência Social e inscritas no CMAS competente, conforme disposto na Lei Orgânica de Assistência Social;

X - custeio das despesas dos Conselheiros em representações e ou participações em seminários, cursos e eventos e outros relevantes à consecução da Política Municipal de Assistência Social;

XI - pagamento de pessoal.

Parágrafo único. Incluem-se neste artigo os recursos necessários ao atendimento de situações de vulnerabilidade, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e os casos de calamidade pública, conforme disposto no art. 22 e parágrafos da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e, ainda, o dependente químico.

Art. 29. O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. As transferências de recursos para organizações governamentais e da sociedade civil de assistência social se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares obedecendo a legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 30. As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), semestral e anualmente, de forma analítica.

§ 1º O FMAS deverá ter contabilidade capaz de tornar evidente suas operações e permitir o exercício das funções de controle e avaliação de resultados.

§ 2º A escrituração contábil do FMAS far-se-á com base em documentos hábeis, segundo normas e padrões estabelecidos na legislação pertinente.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. Cumpre ao Poder Executivo Municipal prover a infraestrutura necessária para o funcionamento do CMAS, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros.

Art. 32. Poderão ser convidados a participar das reuniões do CMAS, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos e usuários que da pauta constar temas de sua área de atuação e ou de seu interesse.

Art. 33. O CMAS deverá estar atento à interface das políticas sociais, de forma a propiciar significativos avanços, tais como:

I - ampliação do universo de atenção para os segmentos excluídos e vulnerabilizados;

II - demanda e execução de ações próprias focadas nos destinatários em articulação com outras políticas públicas;

III - articulação das ações e otimização dos recursos, evitando-se a superposição de ações e facilitando a interlocução com a sociedade;

IV - racionalização dos eventos do CMAS, de maneira a garantir a participação dos(as) Conselheiros(as), principalmente

daqueles(as) que fazem parte de outros Conselhos; e
V - garantia da construção da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 34. As Assembleias Gerais do CMAS são abertas à participação de todos os cidadãos.

Art. 35. O Regimento Interno do CMAS complementar a estruturação, competências e atribuições definidas nesta Lei para seus integrantes e estabelecerá as normas de funcionamento do CMAS, devendo ser submetido à Assembleia Geral que será especialmente convocada para este fim, submetendo-o ao Chefe do Poder Executivo para homologação mediante Decreto.

Parágrafo único. Qualquer alteração posterior ao Regimento Interno dependerá da deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do CMAS e homologação por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 36. Ficam revogadas as Leis nºs 1.039, de 21 de outubro de 1996, 1.040, de 21 de outubro de 1996, e 1.213, de 15 de dezembro de 1999 e os Decretos nºs 3.516, de 28 de agosto de 2007, 3.700, de 07 de julho de 2008 e 3.956, de 18 de novembro de 2009.

Art. 37. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de maio de 2012.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 79/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 05/06/2012, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2012, PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2012 - OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão gráfica para produção de material gráfico (ingressos, folders, convites e flyers), para divulgação da obra e da inauguração do Centro de Eventos de São Lourenço do Oeste. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 80/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 05/06/2012, às 13:45 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2012, PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2012 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E TERCERIZAÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS E RURAIS. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Lei Nº 1.893/2012

LEI Nº 1.893/2012

ALTERA A LEI Nº 1.695/2008, QUE REESTRUTURA O PROGRAMA DE ESTÁGIO PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterado o art. 7º da lei ordinária nº 1.695/2008 que passa a vigorar com a seguinte redação e incisos:

"Art. 7º O valor da bolsa a ser paga aos estagiários será:

I - para estudantes do ensino médio e educação de jovens e adultos, o valor a ser pago será de 02 (duas) Unidades Fiscais Municipais - UFM;

II - para estudantes do ensino profissionalizante, o valor a ser pago será de 2,5 (duas e meia) Unidades Fiscais Municipais - UFM;

III - para estudantes do ensino superior, o valor a ser pago será de 4,5 (quatro e meia) Unidades Fiscais Municipais - UFM;"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 22 de maio de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preços Nº. 39/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 39/2012-PMS
PROCESSO Nº. 66/2012-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição de produtos químicos para tratamento de água da estação de tratamento da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 06 de junho de 2012 às 14h.

Abertura do Processo: 06 de junho de 2012 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 24 de maio de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A33/2012 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A33/2012 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 42/2012 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: KLAUS DUWE - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.822.815/0001-03, estabelecida na Rua 03 de Outubro, nº. 180, Centro Norte, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Klaus Duwe, inscrito no CPF sob o nº 484.095.379-15, portador da Carteira de Identidade nº 1.584.413-7, expedida pela SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 42/2012-PMS, celebrado em 04 de abril de 2012, proveniente do Processo de licitação nº. 9/2012-PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 03/2012-PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), de estrutura em alvenaria para estação elevatória, situada a Rua Rio de Janeiro, Schroeder I, no município de Schroeder/SC, projetos, memoriais descritivos, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante do instrumento convocatório, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o disposto no Artigo 65,§ 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, frente ao aditivo no valor de R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais), conforme parecer técnico do Engenheiro Civil, o Senhor Adilson Gorniack, CREA-SC 027.947-3, devido a serviços adicionais para instalação da entrada elétrica, contemplando serviços de alvenaria e instalação do medidor padrão CELESC

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil, o Senhor Adilson Gorniack, CREA-SC 027.947-3, da Administração Pública e aprovação do mesmo, conforme anexo a este processo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste alterada a Cláusula Quarta - do Valor do Contrato, no item 4.1, sendo aditivado o valor de R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais), totalizando o valor do contrato em R\$ 13.333,04 (treze mil, trezentos e trinta e três reais e quatro centavos).

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 42/2012-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 22 de maio de 2012.

CONTRATADA:

KLAUS DUWE - ME

Klaus Duwe

CPF nº 484.095.379-15

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

Nome: ORLANDO TECILLA Nome: MARILENE BUSCH

CPF nº. 311.753.079-34 CPF nº. 037.813.699-27

Convocação Concurso Público Nº. 002/2011-Gab/PMS - Aline Queiroz Wallauer

Convocação Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. Alina Queiroz Wallauer, inscrita no CPF sob nº. 043.328.669-59, aprovada em 1º lugar no Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS, para o cargo de PSICÓLOGA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 31 de maio de 2012, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme preveem os itens 9.6 e 9.7, devendo tomar posse da referida vaga até o dia 20 de junho de 2012.

Schroeder (SC), 21 de maio de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

NÁDIA CRISTIANE HEFTER TAMBOSI

Secretária de Saúde e Assistência Social

Siderópolis

PREFEITURA

Edital Nº01/2012 - Progressão por Mérito

Edital nº01/2012 - Progressão por Mérito

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no uso de suas atribuições, torna público aos profissionais de carreira da Rede Municipal de Ensino, que será realizada avaliação desempenho no dia 28/05/2012 pela Comissão Especial instituída pela Portaria nº169/2012.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Timbó

PREFEITURA

Decreto No 2724, de 26 de Abril de 2012

DECRETO No 2724, DE 26 DE ABRIL DE 2012

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-238,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Escola Municipal Erwin Prade:

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
06578	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 1,00
06711	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 1,00
06786	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 1,00
06796	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 1,00
06817	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 1,00
06936	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 1,00
06957	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 1,00
07013	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 1,00
07039	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 1,00
07073	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 1,00
07102	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 1,00
07182	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 1,00
07200	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 1,00
07408	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
07492	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
07513	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
10343	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 23,12
10344	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 23,12

10346	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 23,12
13533	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 25,71
15646	01 Teclado ABNT PS2 para Micro Computador	R\$ 50,00
19811	01 Cadeira Estofada Fixa 15mm com Encosto e Assento	R\$ 38,49
19814	01 Cadeira Estofada Fixa 15mm com Encosto e Assento	R\$ 38,49

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2831, de 02 de Maio de 2012

PORTARIA No 2831, DE 02 DE MAIO DE 2012

Exonera o Servidor Público Municipal Paulo Valt, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 1º de março do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR o Servidor Público Municipal PAULO VALT, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1943, de 03 de março de 2011, a contar de 1º de março do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de maio de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2832, de 02 de Maio de 2012

PORTARIA No 2832, DE 02 DE MAIO DE 2012

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Camila Costa Vieira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 20 de abril do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, à Servidora Pública Municipal



CAMILA COSTA VIEIRA, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar de Recreação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 2623, de 13 de fevereiro de 2012, a contar de 20 de abril do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de maio de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2833, de 02 de Maio de 2012

PORTARIA No 2833, DE 02 DE MAIO DE 2012

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c § 1º, art.3º da Lei Complementar nº 289, de 03/10/05, Decreto nº 2530, de 11/11/2011, alterado pelo Decreto 2710, de 05/04/2012,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Fundo Municipal de Saúde)

CARGO: MOTORISTA (SG-29)

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Gerson Jair Kohls (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprov. em Conc. Público/Proc.Seletivo)	28/12/77	936.461.609-00	44h	14/05/2012 a 29/06/2012

CARGO: MÉDICO (GP-75)

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Eliane Lando e Silva (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprov. em Conc. Público/Proc.Seletivo)	04/01/77	882.435.830-68	30h	02/05/2012 a 29/06/2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de maio de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2835, de 02 de Maio de 2012

PORTARIA No 2835, DE 02 DE MAIO DE 2012

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Patrícia Blunck, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data..

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, à Servidora Pública Municipal PATRICIA BLUNCK, contratada temporariamente para o cargo de Educador Infantil B-18, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 2520, de 10 de janeiro de 2012, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de maio de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2836, de 02 de Maio de 2012

PORTARIA No 2836, DE 02 DE MAIO DE 2012

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Kathleen Oliveira Krankel Pasquali, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, à Servidora Pública Municipal KATHLEEN OLIVEIRA KRANKEL PASQUALI, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar de Recreação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 2519, de 10 de janeiro de 2012, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de maio de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2837, de 02 de Maio de 2012

PORTARIA No 2837, DE 02 DE MAIO DE 2012

Autoriza a contratação de Servidor em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso IV do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 2530, 11/11/2011, alterado pelo Decreto 2710, de 05/04/2012,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Cargo: Operador de Máquinas (SG-33)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Tarcisio de Oliveira (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Conc. Públ /Proc.Seletivo)	23/08/74	727.822.349-00	44h	02/05/2012 a 29/06/2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de maio de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2838, de 02 de Maio de 2012

PORTARIA No 2838, DE 02 DE MAIO DE 2012

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso IV do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, Decreto nº 2530, 11/11/2011, alterado pelo Decreto nº 2710, de 05/04/2012,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Educador Infantil B-18

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Josi Voltolini Subst.Fabiana L.K.Boig-vacância por exoneração)	19/03/81	031.687.819/75	30h	02/05/2012 a 29/06/2012
Marluce Schumann Prada (Subst.Elisete Campregher, que se encontra em Lic.Para Trat de Saúde; e após irá subs. Jaci M.Dalpiaz Nardelli, que se encontra em afast.do exerc.do cargo)	23/04/88	060.966.919-27	30h	02/05/2012 a 25/05/2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de maio de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2839, de 02 de Maio de 2012

PORTARIA No 2839, DE 02 DE MAIO DE 2012

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto 2530, de 11/11/2011, alterado pelo Decreto nº 2710, de 05/04/2012,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Professor A-10

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Veridiana Spagnolo da Rosa (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc.Público/Proc. Seletivo)	26/07/72	736.362.409-78	21h	02/05/2012 a 29/06/2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de maio de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2840, de 02 de Maio de 2012

PORTARIA No 2840, DE 02 DE MAIO DE 2012

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso IV do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº

2530, 11/11/2011, alterado pelo Decreto 2710, de 05/04/2012,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Éderson Christian Santos dos Santos (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Conc. Públ /Proc.Seletivo)	02/04/84	802.452.852-53	44h	02/05/2012 a 29/06/2012
Ivonei Osti (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Conc. Públ /Proc.Seletivo)	06/03/87	052.999.459-30	44h	02/05/2012 a 29/06/2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de maio de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2841, de 02 de Maio de 2012

PORTARIA No 2841, DE 02 DE MAIO DE 2012

Altera temporariamente a carga horária de servidoras efetivas para o cargo de Professor- Ensino Fundamental.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidoras efetivas para o cargo de Professor, lotadas na Secretaria Municipal de Educação - Ensino Fundamental, para o ano letivo de 2012, ou seja, a contar de 02/05/2012 a 30/11/2012, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ENSINO FUNDAMENTAL

NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL		CARGA HORÁRIA TOTAL
	Efetiva	Substituição	
Camila Thaisa Alves	39h/a	06h/a	45h/a
Carmen Maria Fistarol Montibeller	24h/a	05h/a	29h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de maio de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2842, de 02 de Maio de 2012

PORTARIA No 2842, DE 02 DE MAIO DE 2012

Altera temporariamente a carga horária de servidores efetivos para o cargo de Professor- Ensino Fundamental.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidores efetivos para o cargo de Professor, lotados na Secretaria Municipal de Educação - Ensino Fundamental, para o ano letivo de 2012, ou seja, a contar de 02/05/2012 a 19/12/2012, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
	DE	PARA
Dalila Terezinha Pacher Cardoso	29h/a	28h/a

NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL		CARGA HORÁRIA TOTAL
	Efetiva	Substituição	
Edson Matos Santiago	20h/a	21h/a	41h/a
Egino Valcanaia	12h/a	03h/a	15h/a
Ivone Gumz	40h/a	05h/a	45h/a
Margaret Silvia Gretter	14h/a	07h/a	21h/a
Rosane Fronza	40h/a	05h/a	45h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de maio de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2843, de 02 de Maio de 2012

PORTARIA No 2843, DE 02 DE MAIO DE 2012

Altera temporariamente a carga horária de servidora efetiva para o cargo de Professor- Educação Infantil.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidora efetiva para o cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - Educação Infantil, para o ano letivo de 2012, ou seja, a contar de 02/05/2012 a 19/12/2012, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO INFANTIL

NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL		CARGA HORÁRIA TOTAL
	Efetiva	Substituição	
Rafaela A.S.Hinshing	17h/a	05h/a	12h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de maio de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2829, de 02 de Maio de 2012

PORTARIA No 2829, DE 02 DE MAIO DE 2012

Altera temporariamente a carga horária de servidora contratada temporariamente para o cargo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidora contratada temporariamente, para o cargo de Professor - Ensino Fundamental, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo de 2012, ou seja, de 02/05/2012 a 29/06/2012, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	PORTARIA Nº	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
		DE	PARA
Sheyla Pedrini Rampon	2763/2012	36h/a	29h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de maio de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2834, de 02 de Maio de 2012

PORTARIA No 2834, DE 02 DE MAIO DE 2012

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Aline Boer, admitida para o cargo de Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art.5º, Inciso II, da Lei Complementar nº 339, de 30 de novembro de 2007,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal ALINE BOER, admitida para o cargo de Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), do Quadro de Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 2590, de 07 de abril de 2008, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de maio de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 2830, de 02 de Maio de 2012

PORTARIA Nº 2830, DE 02 DE MAIO DE 2012

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora lotada na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 2530, de 11/11/2011, alterado pelo Decreto nº 2710, de 05/04/2012,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Solange Delfino Gadotti	2800, de 16/04/2012	20.05.2012

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de maio de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Extrato Inexigibilidade N.º 70-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 70/2012

CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó

CONTRATADO: VPA Comércio de Pedras e Pavimentação Ltda.

OBJETO: Inexigibilidade de licitação para contratação de empresa prestadora de serviços de pavimentação com lajotas tipo tijolão de vias públicas, em regime de mutirão a ser realizado na Rua Galvão, Município de Timbó.

VALOR TOTAL: R\$ 39.314,64 (trinta e nove mil, trezentos e quatorze reais e sessenta e quatro centavos).

Timbó, 23 de maio de 2012

LAÉRCIO D. SCHUSTER JÚNIOR

Prefeito de Timbó

SAMAE

Portaria No SAMAE- 522, 18 de Maio de 2012

PORTARIA No SAMAE- 522, 18 de Maio de 2012.

Autoriza a contratação de servidor em caráter temporário para o SAMAE.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15, inciso V, da Lei Complementar nº. 212, de 21/12/2001, alterada pela Lei Complementar nº. 234, de 12/12/2002, e Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no art. 2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 2530, de 11/11/2011, RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

AUXILIAR OPERACIONAL I

Nome	CPF	PERÍODO
EMMERSON CLEITON NARDELLI	003.535.799-12	18.05.12 A 30.06.12
GUILHERME D. C. DALLA COSTA	065.975.109-76	21.05.12 A 30.06.12

OPERADOR DE ETA/ETE

Nome	CPF	PERÍODO
CLENIO C. P. LEAL	968.347.810-72	18.05.12 A 30.06.12

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de Maio de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

EDSON ADAM

Diretor Presidente

Portaria Nº SAMAE - 519, de 16 de Maio de 2012.

PORTARIA Nº SAMAE - 519, de 16 de Maio de 2012.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor FABIO MELERE.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 212, de 21/12/2001, alterada pela Lei Complementar nº. 234, de 12/12/2002, com base nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, regulamentado pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02/07/1998, resolve

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Ao servidor FABIO MELERE, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO no período de 10 de Maio a 30 de Junho de 2012, a título de auxílio doença.

Município de Timbó, em 16 de Maio de 2012.

EDSON ADAM

Diretor Presidente

Portaria Nº. SAMAE- 518, de 15 de Maio de 2012

PORTARIA nº. SAMAE- 518, de 15 de Maio de 2012.

Exonerar por término do prazo contratual o servidor abaixo contratado temporariamente para o cargo de AUXILIAR OPERACIONAL I, a contar da data abaixo mencionada.

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 15, inciso V, da LC nº 212/2001, e, alterações, e, pelo artigo 9, Inciso I, da Lei nº 2045, de 22 de Dezembro de 1993 e alterações; resolve:

Art. 1. EXONERAR o servidor FABIO DALMOLIN, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, o qual foi nomeado pela Portaria nº SAMAE 361, de 01 de Junho de 2010, a contar de 15 de Maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, 15 de Maio de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

EDSON ADAM

Diretor Presidente

Portaria Nº. SAMAE- 520, de 17 de Maio de 2012

PORTARIA nº. SAMAE- 520, de 17 de Maio de 2012.

Concede exoneração a pedido ao servidor abaixo contratado temporariamente para o cargo de OPERADOR DE ETA/ETE, a contar da data abaixo mencionada.

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 15, inciso V, da LC nº 212/2001, e, alterações, e, pelo artigo 9, Inciso II, da Lei nº 2045, de 22 de Dezembro de 1993 e alterações; resolve:

Art. 1. CONCEDER EXONERAÇÃO ao servidor EMMERSON CLEITON NARDELLI, contratado temporariamente para o cargo de Operador de ETA/ETE, o qual foi nomeada pela Portaria nº SAMAE 410, de 16.05.2011, a contar de 17 de Maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, 17 de Maio de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

Edson Adam

Diretor Presidente

Portaria Nº. SAMAE- 521, de 17 de Maio de 2012

PORTARIA nº. SAMAE- 521, de 17 de Maio de 2012.

Concede exoneração a pedido ao servidor abaixo contratado temporariamente para o cargo de MOTORISTA, a contar da data abaixo mencionada.

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 15, inciso V, da LC nº 212/2001, e, alterações, e, pelo artigo 9, Inciso II, da Lei nº 2045, de 22 de Dezembro de 1993 e alterações; resolve:

Art. 1. CONCEDER EXONERAÇÃO ao servidor CLENIO CESAR PERES LEAL, contratado temporariamente para o cargo de MOTORISTA, o qual foi nomeada pela Portaria nº SAMAE 450, de 05.12.2011, a contar de 17 de Maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, 17 de Maio de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

Edson Adam

Diretor Presidente

Decisão do Pregoeiro ao Pregão Presencial 0027/2012

DECISÃO DO PREGOEIRO AO PREGÃO PRESENCIAL 0027/2012

No dia 11 de maio de 2012, o Pregoeiro e sua equipe de apoio realizaram a abertura da sessão pública para abertura dos envelopes de proposta onde apresentaram propostas as seguintes empresas Administra Distrib, Prod. Material Escritório Ltda ME, Cenci Equipamentos de segurança Ltda e Adam Distribuidora Ltda.

Submetidas às propostas de preço das demais empresas ao crivo dos representantes das licitantes, foi constatado que a empresa

Administra Distrib. Produtos Ltda, não apresentou propostas de acordo com o modelo exigido pelo edital e a mesma ao termino da sessão manifestou interesse em interpor recurso.

No dia 15 de maio de 2012 a empresa Administra Distrib, Prod. Material Escritório Ltda ME protocolo Recurso Administrativo o qual foi encaminhado a área jurídica para emissão de Parecer a cerca da aceitação do recurso.

O Senhor Pregoeiro com base no Parece Jurídico nº 074/2012 emitido pela Procuradoria Geral do Município o Pregoeiro indefere o recurso impetrado pela empresa Administra Distrib, Prod. Material Escritório Ltda ME.

Timbó - SC, 23 de maio de 2012.
JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS
PREGOEIRO

Três Barras

PREFEITURA

Aviso de Licitação

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.
Procedimento Licitatório nº. 73/2012 - Edital Pregão nº. 58/2012.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 09 h e 00 min. do dia 06 de junho de 2012, Propostas para "CONTRATAÇÃO DE ESTABELECIMENTO BANCÁRIO PARA A CENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAGAMENTO DAS REMUNERAÇÕES E SALÁRIOS DOS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA".

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 06 de junho de 2012.
Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro - Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 14 de maio de 2012.
ELOI JOSE QUEGE
Prefeito Municipal

SIDILON PAZDA
Pregoeiro

Ata Registro de Preço Nº68/2012 Kerber e Cia Ltda
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 68/2012.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2012.

Interessado:

- * SECRETARIA DE AGRICULTURA
- * SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO.
- * SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
- * SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;
- * ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRISTÓVÃO;
- * FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL;
- * FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Aos 21 dias do mês de maio do ano de 2012, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa KERBER & CIA. LTDA, CNPJ nº. 78.408.960/0001-82, com sede e foro na Cidade de Porto União - SC, cito a Rua / Avenida Rio D´Areia, nº s/n, Bairro Rio D´Areia; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente ao item abaixo discriminado, com seu respectivo preço unitário.

KERBER & CIA. LTDA.

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
001	2.000,00000	TONE	31,5000	63.000,00	PEDRA BRITADA TIPO RACHAO, BITOLA ATE 04 POLEGADAS(COTAR O PREÇO DO MATERIAL ENTREGUE EM TRES BARRASSC, NUMA DISTANCIA MEDIA DE ATE 15 (QUINZE) KM DASE-DE DO MUNICIPIO).
002	3.000,00000	TONE	21,5000	64.500,00	PEDRA BRITADA TIPO RACHAO, BITOLA ATE 04 POLEGADAS(COTAR O PREÇO DO MATERIAL CONSIDERANDO QUE A PREFEITURA MUNICIPAL RETIRARA O MATERIAL DO PATIO DA CONTRATADA).
003	10.000,00000	TONE	29,0000	290.000,00	PEDRA GRADUADA PADRAO DEINFRA / SC PARA BASE DEPAVIMENTO ASFALTICO. (COTAR O PREÇO DO MATERIAL ENTREGUE EM TRES BARRASSC, NUMA DISTANCIA MEDIA DE ATE 15 (QUINZE) KM DASEDE DO MUNICIPIO).
004	5.000,00000	TONE	21,5000	107.500,00	PEDRA GRADUADA PADRAO DEINFRA / SC PARA BASE DEPAVIMENTO ASFALTICO. (COTAR O PREÇO DO MATERIAL CONSIDERANDO QUE A PREFEITURA MUNICIPAL RETIRARA O MATERIAL DO PATIO DA CONTRATADA).
005	5.000,00000	TONE	28,5000	142.500,00	PEDRA BRITA TIPO BICA CORRIDA, COM GRANULOMETRIADENTRO DAS NORMAS DESTINADAS A PAVIMENTACCAO. (COTAR O PREÇO DO MATERIAL ENTREGUE EM TRES BARRASSC, NUMA DISTANCIA MEDIA DE ATE 15 (QUINZE) KM DASE-DE DO MUNICIPIO).

006	5.000,00000	TONE	21,5000	107.500,00	PEDRA BRITA TIPO BICA CORRIDA, COM GRANULOMETRIADENTRO DAS NORMAS DESTINADAS A PAVIMENTACAO. (COTAR O PREÇO DO MATERIAL CONSIDERANDO QUE A PREFEITURA MUNICIPAL RETIRARA O MATERIAL DO PATIO DA CONTRATADA).
007	2.000,00000	TONE	31,5000	63.000,00	PEDRA BRITA Nº01 COM GRANULOMETRIA DESTINADA A EXECUÇÃO DE ASFALTO, LIVRE DE IMPUREZAS. (COTAR PREÇO DO MATERIAL ENTREGUE EM TRÊS BARRAS-SC, NUMA DISTÂNCIA MÉDIA DE ATÉ 15 (QUINZE) KM DA SEDE DO MUNICÍPIO)
008	1.000,00000	TONE	23,5000	23.500,00	PEDRA BRITA Nº 01, COM GRANULOMETRIA DESTINADA A EXECUÇÃO DE ASFALTO LIVRE DE IMPUREZAS. (COTAR O PREÇO DO MATERIAL CONSIDERANDO QUE A PREFEITURA MUNICIPAL RETIRARA O MATERIAL DO PATIO DA CONTRATADA)
009	2.000,00000	TONE	31,5000	63.000,00	PEDRA BRITA No. 02 COM GRANULOMETRIA DESTINADA A EXECUÇÃO DE ASFALTO, LIVRE DE IMPUREZAS. (COTAR O PREÇO DO MATERIAL ENTREGUE EM TRÊS BARRAS-SC, NUMA DISTÂNCIA MÉDIA DE ATÉ 15 (QUINZE) KM DA SEDE DO MUNICÍPIO).
010	1.000,00000	TONE	23,5000	23.500,00	PEDRA BRITA No. 02, COM GRANULOMETRIA DESTINADA A EXECUÇÃO DE ASFALTO, LIVRE DE IMPUREZAS. (COTAR O PREÇO DO MATERIAL CONSIDERANDO QUE A PREFEITURA MUNICIPAL RETIRARA O MATERIAL DO PATIO DA CONTRATADA).
011	1.000,00000	TONE	23,5000	23.500,00	PO DE PEDRA - (RETIRADO DO PATIO DA EMPRESA CONTRATADA).

Total KERBER & CIA. LTDA. 971.500,00 Julgamento: MEN. PREÇO

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura,

ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 54/2012 - Procedimento Administrativo nº. 68/2012, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 21 de maio de 2012.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

KERBER & CIA. LTDA,

CNPJ nº. 78.408.960/0001-82

Testemunhas:

1 _____ 2 _____
NILTON AVANIR HURMUS JACY DE FATIMA ABUDA

Ata Registro de Preço Nº68/2012 Schumacher Areias e Argamassa Ltda

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 68/2012.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2012.

Interessado:

- * SECRETARIA DE AGRICULTURA
- * SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO.
- * SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
- * SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;
- * ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRISTÓVÃO;
- * FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL;
- * FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Aos 21 dias do mês de maio do ano de 2012, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa SCHUMACHER-AREIAS E ARGAMASSAS LTDA ME, CNPJ nº. 07.236.044/0001-64, com sede e foro na Cidade de CANOINHAS - SC, cito a Rodovia Br 280 - Km 221,7, nº s/n, Bairro Água Verde; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente ao item abaixo discriminado, com seu respectivo preço unitário.

SCHUMACHER-AREIAS E ARGAMASSAS LTDA

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
012	10.000,00000	M3	42,5000	425.000,00	AREIA MÉDIA DESTINADA A CONSTRUÇÃO CIVIL. (COTAR O PREÇO DO MATERIAL ENTREGUE EM TRÊS BARRAS-SC, NUMA DISTÂNCIA MÉDIA DE ATÉ 15 (QUINZE) KM DA SEDE DO MUNICÍPIO).



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

013	5.000,00000	M3	35,0000	175.000,00	AREIA MEDIA DESTINADA A CONSTRUCAO CIVIL. (COTAR O PRECO DO MATERIAL CONSIDERANDO QUE A PREFEITURA MUNICIPAL RETIRARA O MATERIAL DO PATIO DA CONTRATADA).
-----	-------------	----	---------	------------	---

Total SCHUMACHER-AREIAS E ARGAMASSAS LTDA 600.000,00
Julgamento: MEN. PREÇO

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 54/2012 - Procedimento Administrativo nº. 68/2012, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 21 de maio de 2012.

ELOI JOSE QUEGE
Prefeito Municipal

SCHUMACHER- AREIAS E ARGAMASSAS LTDA ME
CNPJ nº. 07.236.044/0001-64

Testemunhas:

1 _____ 2 _____
NILTON AVANIR HURMUS JACY DE FATIMA ABUDA

Tunápolis

PREFEITURA

Lei Nº 01079/2012 de 24 de Maio de 2012.

LEI Nº 01079/2012 DE 24 DE MAIO DE 2012.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRIBUIR MENSALMENTE COM A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS - CNM; E, COM A FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir mensalmente com a CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - CNM, entidade nacional de representação dos Municípios; e, com a FEDERAÇÃO CATARINENSE DOS MUNICÍPIOS - FECAM, entidade estadual de representação dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A contribuição visa a assegurar a representação institucional do Município de Tunápolis junto aos Poderes da União e Estados-membros, bem como, nas diversas esferas administrativas e

órgãos normativos dos entes federados desenvolvendo, para tanto, dentre outras, as seguintes ações:

- I. Integrar colegiados de discussão junto aos diversos órgãos governamentais e legislativos, defendendo os interesses dos Municípios;
- II. Participar de ações governamentais que visem ao desenvolvimento dos Municípios, à atualização e capacitação dos quadros de pessoal dos Entes Públicos, à modernização e instrumentalização da gestão pública Municipal;
- III. Representar os Municípios em eventos oficiais de âmbito nacional, regional ou microrregional ou local;
- IV. Desenvolver ações comuns com vistas ao aperfeiçoamento e à modernização da gestão pública municipal.

Art. 3º Para custear o cumprimento das ações referidas no artigo anterior, o Município contribuirá financeiramente com a(s) entidade(s) em valores mensais a serem estabelecidos na Assembléia-Geral anual da(s) mesma(s).

Parágrafo único. As entidades de representação prestarão contas dos recursos recebidos na forma estabelecida pelas respectivas Assembléias Gerais.

Art. 4º Ficam ratificados os atos de delegação e contribuição realizados para esta finalidade até a data de publicação da presente lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Tunápolis, 24 de Maio de 2012.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada
em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Lei Nº 01080/2012 de 24 de Maio de 2012.

Lei nº 01080/2012 de 24 de maio de 2012.

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 125.500,00 (Cento e vinte cinco mil e quinhentos reais), alterando a Lei Orçamentária nº 1.066/2011, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 125.500,00 (Cento e vinte cinco mil e quinhentos reais), alterando a LOA - Lei Orçamentária Anual nº 1.066 de 07 de dezembro de 2011 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS
Órgão: 05.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 05.01 AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Proj./Ativ 20.606.0013.2.023 Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
3.3.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 25.500,00

Órgão: 07.00 SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Unidade: 07.01 INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Proj./Ativ 22.662.0014.1.027 Aquisição de Imóvel e Construção de Área Industrial
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 100.000,00
TOTAL R\$ 125.500,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS
Órgão: 04.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade: 04.01 ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL
Proj./Ativ. 12.361.0002.1.006 Aquisição de Veículos, Materiais Permanentes
4.4.90.00.00.00.00.00.0105 Aplicações Diretas 25.000,00
Unidade: 04.10 CULTURA E TURISMO
Proj./Ativ. 27.813.0008.1.011 Construção, Ampliação e Conservação de Imóveis
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 22.000,00

Órgão: 05.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 05.01 AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Proj./Ativ 20.605.0013.2.050 Programa de Incentivo a Produção Vegetal
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 20.000,00

Órgão: 06.00 SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade: 06.02 URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ 15.451.0009.1.019 Pavimentação Vias Públicas, Passeios, Abrigos Passageiros
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 17.500,00

Proj./Ativ. 15.451.0009.1.021 Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 23.000,00
Órgão: 11.00 FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL
Unidade: 11.01 FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL
Proj./Ativ 16.482.0010.1.023 Aquisição de Área e Construção de Unidades Habitacionais
4.4.90.00.00.00.00.00.0292 Aplicações Diretas 12.072,98
4.4.90.00.00.00.00.00.0304 Aplicações Diretas 5.927,02

TOTAL R\$ 125.500,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis - SC, 24 de maio de 2012.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Decreto Nº 1459/2012

DECRETO Nº 1459/2012

Dispõe sobre a declaração de utilidade pública, para fins de intervenção a ser realizada em área de APP de imóvel da Municipalidade.

O Prefeito do Município de Tunápolis, no exercício das atribuições

emanadas do art. 4º, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, combinados com os artigos. 2º, 5º, alínea "i" e 6º, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, bem como na Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006, que dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública, para fins de intervenção a ser realizada em área de APP (Área de Preservação Permanente) dos seguintes lotes urbanos e com a respectiva matrícula: - Lotes Urbanos nº 211, 212 e 213, com área total de 2.485 m² (dois mil, quatrocentos e oitenta e cinco metros quadrados), Matrícula 7474, constante do livro 2 - Registro Geral, Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Itapiranga, Comarca de Itapiranga.
Art. 2º O Imóvel de que trata este decreto tem como objetivo o licenciamento ambiental para a intervenção com supressão de vegetação nativa numa largura média de 15 (quinze) metros, ao longo da APP do Lajeado Tunas, Galho II e ainda um aproximado de 200 m² (duzentos metros quadrados), dispostos entre o Lajeado e a edificação constante no referido imóvel para promover o acesso dos estudantes a uma área de sol para momentos de recreação, em atendimento a legislação pertinente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, aos 24 de maio de 2012.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Este decreto foi publicado
na presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Decreto Nº 1460/2012, de 24 de Maio de 2012.

DECRETO Nº 1460/2012, DE 24 DE MAIO DE 2012.

DISPÕE SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e especialmente a Lei 1066/2011,

DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal determina a abertura de Créditos Adicionais Suplementares na Lei de Meios vigente, no valor de R\$ 125.500,00 (Cento e vinte cinco mil e quinhentos reais), alterando a LOA - Lei Orçamentária Anual nº 1.066 de 07 de dezembro de 2011 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS
Órgão: 05.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 05.01 AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Proj./Ativ 20.606.0013.2.023 Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 25.500,00

Órgão: 07.00 SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Unidade: 07.01 INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Proj./Ativ 22.662.0014.1.027 Aquisição de Imóvel e Construção de

Área Industrial

4.4.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 100.000,00

TOTAL R\$ 125.500,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito determinado no artigo anterior deste ato, o Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

Órgão: 04.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.01 ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Proj./Ativ. 12.361.0002.1.006 Aquisição de Veículos, Materiais Permanentes

4.4.90.00.00.00.00.0105 Aplicações Diretas 25.000,00

Unidade: 04.10 CULTURA E TURISMO

Proj./Ativ. 27.813.0008.1.011 Construção, Ampliação e Conservação de Imóveis

4.4.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 22.000,00

Órgão: 05.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 05.01 AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Proj./Ativ. 20.605.0013.2.050 Programa de Incentivo a Produção Vegetal

3.3.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 20.000,00

Órgão: 06.00 SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Unidade: 06.02 URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS

Proj./Ativ. 15.451.0009.1.019 Pavimentação Vias Públicas, Passeios, Abrigos Passageiros

4.4.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 17.500,00

Proj./Ativ. 15.451.0009.1.021 Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos

4.4.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 23.000,00

Órgão: 11.00 FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL

Unidade: 11.01 FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL

Proj./Ativ. 16.482.0010.1.023 Aquisição de Área e Construção de Unidades Habitacionais

4.4.90.00.00.00.00.0292 Aplicações Diretas 12.072,98

4.4.90.00.00.00.00.0304 Aplicações Diretas 5.927,02

TOTAL R\$ 125.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis - SC, 24 de maio de 2012.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Este Decreto foi publicado
em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna.

Relatório Resumido de Execução Orçamentária



Município de TUNAPOLIS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.628.758,84	11.628.758,84	2.573.322,46	22,13	4.690.998,62	40,34	6.937.760,22
RECEITAS CORRENTES	11.511.798,08	11.511.798,08	2.096.597,00	18,21	4.059.353,53	35,26	7.452.444,55
RECEITA TRIBUTÁRIA	528.767,08	528.767,08	0,00	0,00	0,00	0,00	528.767,08
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	149.957,72	0,00	238.489,71	0,00	-238.489,71
IMPOSTOS	364.117,66	364.117,66	107.137,52	29,42	155.396,06	42,68	208.721,60
TAXAS	134.649,42	134.649,42	42.444,15	31,52	81.709,50	60,68	52.939,92
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	30.000,00	30.000,00	376,05	1,25	1.384,15	4,61	28.615,85
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	88.897,03	88.897,03	14.403,27	16,20	29.400,49	33,07	59.496,54
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	88.897,03	88.897,03	14.403,27	16,20	29.400,49	33,07	59.496,54
RECEITA PATRIMONIAL	64.341,43	64.341,43	13.607,05	21,15	31.898,00	49,58	32.443,43
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	64.341,43	64.341,43	0,00	0,00	0,00	0,00	64.341,43
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	13.607,05	0,00	31.898,00	0,00	-31.898,00
RECEITA AGROPECUARIA	1.965,39	1.965,39	0,00	0,00	0,00	0,00	1.965,39
Outras Rec. Agropecuárias	1.965,39	1.965,39	0,00	0,00	0,00	0,00	1.965,39
RECEITA DE SERVIÇOS	313.882,56	313.882,56	77.445,98	24,67	177.225,55	56,46	136.657,01
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.474.995,48	10.474.995,48	1.833.852,48	17,51	3.566.629,05	34,05	6.908.366,43
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.451.869,49	10.451.869,49	1.772.054,54	16,95	3.483.256,93	33,33	6.968.612,56
Transf. de Conv.	23.125,99	23.125,99	61.797,94	267,22	83.372,12	360,51	-60.246,13
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	38.949,11	38.949,11	7.330,50	18,82	15.710,73	40,34	23.238,38
Multas e Juros de Mora	5.756,15	5.756,15	1.698,18	29,50	3.246,04	56,39	2.510,11
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	29.145,63	29.145,63	5.632,32	19,32	12.060,14	41,38	17.085,49
RECEITAS DIVERSAS	4.047,33	4.047,33	0,00	0,00	404,55	10,00	3.642,78
RECEITAS DE CAPITAL	116.960,76	116.960,76	476.725,46	407,59	631.645,09	540,05	-514.684,33
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	37.000,00	37.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	37.000,00	37.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	51.960,76	51.960,76	3.783,87	7,28	8.643,50	16,63	43.317,26
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	24.000,00	24.000,00	472.941,59	970,59	623.001,59	595,84	-599.001,59
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	21.000,00	21.000,00	472.941,59	252,10	623.001,59	966,67	-602.001,59
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Outras Receitas	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00

Continua 1/3



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	11.628.758,84	11.628.758,84	2.573.322,46	22,13	4.690.998,62	40,34	6.937.760,22
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	11.628.758,84	11.628.758,84	2.573.322,46	22,13	4.690.998,62	40,34	6.937.760,22
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	67.018,31	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	11.628.758,84	11.628.758,84	2.573.322,46	22,13	4.758.016,93	40,34	6.937.760,22
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	968.770,38	—	—	567.700,19	—	—
Superávit Financeiro	—	968.770,38	—	—	567.700,19	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	11.628.758,84	1.844.237,95	13.472.996,79	2.753.516,69	6.729.135,88	3.066.587,28	4.758.016,93	35,32	8.714.979,86
DESPESAS CORRENTES	10.517.702,53	582.452,10	11.100.154,63	1.835.993,42	5.659.519,97	2.152.588,75	3.807.757,12	34,30	7.292.397,51
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.859.331,91	83.614,80	4.942.946,71	855.241,40	1.741.584,80	865.529,30	1.693.655,09	34,26	3.249.291,62
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	3.500,00	432,74	874,43	8,74	9.125,57
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.648.370,62	498.837,30	6.147.207,92	980.752,02	3.914.435,17	1.286.626,71	2.113.227,60	34,38	4.033.980,32
DESPESAS DE CAPITAL	1.088.056,31	1.261.785,85	2.349.842,16	917.523,27	1.069.615,91	913.998,53	950.259,81	40,44	1.399.582,35
INVESTIMENTOS	1.043.056,31	1.261.785,85	2.304.842,16	917.523,27	1.026.615,91	907.054,22	936.449,18	40,63	1.368.392,98

Continua 2/3



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	11.628.758,84	1.844.237,95	13.472.996,79	2.753.516,69	6.729.135,88	3.066.587,28	4.758.016,93	35,32	8.714.979,86
AMORTIZACAO DA DIVIDA	45.000,00	0,00	45.000,00	0,00	43.000,00	6.944,31	13.810,63	30,69	31.189,37
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	23.000,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	11.628.758,84	1.844.237,95	13.472.996,79	2.753.516,69	6.729.135,88	3.066.587,28	4.758.016,93	35,32	8.714.979,86
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	11.628.758,84	1.844.237,95	13.472.996,79	2.753.516,69	6.729.135,88	3.066.587,28	4.758.016,93	35,32	8.714.979,86
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	0,00	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	11.628.758,84	1.844.237,95	13.472.996,79	2.753.516,69	6.729.135,88	3.066.587,28	4.758.016,93	35,32	8.714.979,86

FONTE:

TUNAPOLIS, 30/04/2012

ENOI SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

Relatório Resumido de Execução Orçamentária



Município de TUNAPOLIS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.628.758,84	13.472.996,79	2.753.516,69	6.729.135,88	3.066.587,28	4.758.016,93	100,00	35,32	8.714.979,86
LEGISLATIVA	469.288,00	469.288,00	64.089,46	129.024,54	64.009,01	115.780,01	2,43	24,67	353.507,99
AÇÃO LEGISLATIVA	469.288,00	469.288,00	64.089,46	129.024,54	64.009,01	115.780,01	2,43	24,67	353.507,99
Administração	1.607.772,91	1.692.772,91	274.371,51	972.495,53	358.815,11	566.430,30	11,90	33,46	1.126.342,61
Administração Geral	1.607.772,91	1.692.772,91	274.371,51	972.495,53	358.815,11	566.430,30	11,90	33,46	1.126.342,61
Segurança Pública	23.876,00	43.691,43	3.091,00	4.647,65	2.968,50	3.857,65	0,08	8,83	39.833,78
Policimento	23.876,00	43.691,43	3.091,00	4.647,65	2.968,50	3.857,65	0,08	8,83	39.833,78
Assistência Social	556.740,62	597.159,50	70.063,86	198.281,98	58.797,31	109.135,97	2,29	18,28	488.023,53
Assistência ao Idoso	109.594,63	111.589,48	27.861,99	30.561,99	7.643,04	8.716,55	0,18	7,81	102.872,93
Assistência ao Portador de Deficiência	590,00	590,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	590,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	130.288,18	130.288,18	570,50	73.240,50	13.142,95	22.620,02	0,48	17,36	107.668,16
Assistência Comunitária	316.267,81	354.691,84	41.631,37	94.479,49	38.011,32	77.799,40	1,64	21,93	276.892,44
Saúde	2.515.988,11	3.070.080,03	519.474,13	1.214.483,53	528.498,43	1.026.721,28	21,58	33,44	2.043.358,75
Atenção Básica	1.754.348,99	2.266.001,38	403.803,29	907.810,94	414.454,50	766.761,09	16,12	33,84	1.499.240,29
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	726.859,36	737.746,91	114.108,79	298.559,16	111.792,29	256.862,16	5,40	34,82	480.884,75
Vigilância Sanitária	25.018,52	56.570,50	1.562,05	8.113,43	2.251,64	3.098,03	0,07	5,48	53.472,47
Vigilância Epidemiológica	9.761,24	9.761,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.761,24
Educação	2.322.113,25	2.488.611,40	570.924,28	1.084.712,77	599.673,12	868.262,71	18,25	34,89	1.620.348,69
Ensino Fundamental	1.601.980,74	1.630.603,23	350.613,21	653.037,15	362.277,78	533.813,02	11,22	32,74	1.096.790,21
Ensino Médio	106.246,80	106.460,30	19.866,76	19.866,76	8.833,26	8.833,26	0,19	8,30	97.627,04
Ensino Superior	31.000,00	31.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.000,00
Educação Infantil	513.485,71	651.147,87	200.444,31	354.003,86	223.307,08	315.361,43	6,63	48,43	335.786,44
Educação de Jovens e Adultos	2.400,00	2.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.400,00
Educação Especial	67.000,00	67.000,00	0,00	57.805,00	5.255,00	10.255,00	0,22	15,31	56.745,00
Cultura	158.007,55	158.007,55	26.219,59	48.371,32	22.467,73	40.560,95	0,85	25,67	117.446,60
Difusão Cultural	158.007,55	158.007,55	26.219,59	48.371,32	22.467,73	40.560,95	0,85	25,67	117.446,60
Urbanismo	704.956,08	835.059,96	103.050,55	400.697,50	118.609,68	236.994,98	4,98	28,38	598.064,98
Infra-Estrutura Urbana	610.826,60	650.826,60	87.440,05	311.110,02	89.630,60	184.184,66	3,87	28,30	466.641,94
Abastecimento	94.129,48	184.233,36	15.610,50	89.587,48	28.979,08	52.810,32	1,11	28,66	131.423,04

Continua 1/3



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.628.758,84	13.472.996,79	2.753.516,69	6.729.135,88	3.066.587,28	4.758.016,93	100,00	35,32	8.714.979,86
Habitação	52.960,76	58.887,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.887,78
Habitação Rural	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Habitação Urbana	51.960,76	57.887,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.887,78
Saneamento	5.250,74	5.250,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.250,74
Saneamento Básico Urbano	5.250,74	5.250,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.250,74
Agricultura	1.327.487,73	1.706.396,40	552.074,20	1.376.585,15	674.349,62	939.482,79	19,75	55,06	766.913,61
Abastecimento	322.961,78	433.339,30	89.354,09	380.026,89	121.435,63	213.327,70	4,48	49,23	220.011,60
Extensão Rural	998.178,82	1.266.709,97	461.350,11	995.188,26	551.543,99	724.785,09	15,23	57,22	541.924,88
Telecomunicações	6.347,13	6.347,13	1.370,00	1.370,00	1.370,00	1.370,00	0,03	21,58	4.977,13
Indústria	108.626,90	528.626,90	270.050,00	332.451,00	285.621,05	294.408,12	6,19	55,69	234.218,78
Administração Geral	36.626,90	36.626,90	0,00	17.401,00	12.576,87	15.363,54	0,32	41,95	21.263,36
Produção Industrial	72.000,00	492.000,00	270.050,00	315.050,00	273.044,18	279.044,58	5,86	56,72	212.955,42
Energia	101.561,03	145.035,03	10.245,86	20.202,09	10.240,86	20.132,09	0,42	13,88	124.902,94
Energia Elétrica	101.561,03	145.035,03	10.245,86	20.202,09	10.240,86	20.132,09	0,42	13,88	124.902,94
Transporte	1.255.431,01	1.255.431,01	236.950,63	763.711,90	282.207,76	448.877,96	9,43	35,75	806.553,05
Transporte Rodoviário	1.255.431,01	1.255.431,01	236.950,63	763.711,90	282.207,76	448.877,96	9,43	35,75	806.553,05
Desporto e Lazer	340.698,15	340.698,15	52.911,62	136.970,92	52.952,05	72.687,06	1,53	21,33	268.011,09
Desporto Comunitário	255.698,15	255.698,15	52.911,62	136.970,92	52.952,05	72.687,06	1,53	28,43	183.011,09
Lazer	85.000,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00
Encargos Especiais	78.000,00	78.000,00	0,00	46.500,00	7.377,05	14.685,06	0,31	18,83	63.314,94
Serviço da Dívida Interna	55.000,00	55.000,00	0,00	46.500,00	7.377,05	14.685,06	0,31	26,70	40.314,94

Continua 2/3



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.628.758,84	13.472.996,79	2.753.516,69	6.729.135,88	3.066.587,28	4.758.016,93	100,00	35,32	8.714.979,86
Encargos Especiais	78.000,00	78.000,00	0,00	46.500,00	7.377,05	14.685,06	0,31	18,83	63.314,94
Outros Encargos Especiais	23.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	11.628.758,84	13.472.996,79	2.753.516,69	6.729.135,88	3.066.587,28	4.758.016,93	100,00	35,32	8.714.979,86

FONTE:

TUNAPOLIS, 30/04/2012

ENOI SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERI

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Relatório Resumido de Execução Orçamentária



MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	377.339,91	377.339,91	108.137,63	157.539,66	41,75
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	77.900,77	77.900,77	39.251,56	40.376,62	51,83
1.1.1- IPTU	71.482,92	71.482,92	38.263,86	38.263,86	53,53
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.697,85	1.697,85	21,97	21,97	1,29
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	4.070,00	4.070,00	821,66	1.778,84	43,71
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	650,00	650,00	144,07	311,95	47,99
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	75.456,39	75.456,39	15.606,57	28.294,08	37,50
1.2.1- ITBI	75.456,39	75.456,39	15.606,57	28.294,08	37,50
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	144.603,37	144.603,37	37.654,70	56.340,36	38,96
1.3.1- ISS	137.798,97	137.798,97	37.642,29	56.309,52	40,86
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	650,00	650,00	11,48	29,91	4,60
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	5.704,40	5.704,40	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	450,00	450,00	0,93	0,93	0,21
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	79.379,38	79.379,38	15.624,80	32.528,60	40,98
1.4.1- IRRF	79.379,38	79.379,38	15.624,80	32.528,60	40,98
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.540.142,52	10.540.142,52	1.678.342,77	3.458.691,11	32,81
2.1- Cota-Parte FPM	5.155.330,78	5.155.330,78	800.606,92	1.752.935,41	34,00
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.155.330,78	5.155.330,78	800.606,92	1.752.935,41	34,00
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.039.896,59	5.039.896,59	819.028,80	1.606.335,82	31,87
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	26.339,01	26.339,01	4.161,02	8.285,34	31,46
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	102.625,29	102.625,29	12.731,96	22.903,99	22,32
2.5- Cota-Parte ITR	2.087,92	2.087,92	350,60	375,32	17,98
2.6- Cota-Parte IPVA	213.862,93	213.862,93	41.463,47	67.855,23	31,73
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.917.482,43	10.917.482,43	1.786.480,40	3.616.230,77	33,12
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	4.189,50	4.189,50	141,63	497,92	11,88
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	176.349,42	176.349,42	35.086,97	54.232,05	30,75
5.1- Transferências do Salário-Educação	83.130,51	83.130,51	16.885,27	35.530,35	42,74
5.2- Outras Transferências do FNDE	93.218,91	93.218,91	18.201,70	18.701,70	20,06
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	176.205,00	176.205,00	43.626,00	43.626,00	24,76
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	356.743,92	356.743,92	78.854,60	98.355,97	27,57

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.108.028,51	2.108.028,51	335.611,89	691.681,20	32,81
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.031.066,16	1.031.066,16	160.065,06	350.530,68	34,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.007.979,32	1.007.979,32	163.805,59	321.266,84	31,87
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	5.267,80	5.267,80	832,20	1.657,06	31,46
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	20.525,06	20.525,06	2.546,40	4.580,81	22,32
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	417,58	417,58	70,11	75,04	17,97
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	42.772,59	42.772,59	8.292,53	13.570,77	31,73
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	894.698,57	894.698,57	180.647,03	353.819,95	39,55
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	884.618,57	884.618,57	180.087,35	352.776,09	39,88
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.080,00	10.080,00	559,68	1.043,86	10,36
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.223.409,94	-1.223.409,94	-155.524,54	-338.905,11	27,70
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					



MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	846.487,64	846.487,64	203.543,47	346.297,99	40,91
13.1- Com Educação Infantil	243.680,14	243.680,14	81.611,01	131.970,37	54,16
13.2- Com Ensino Fundamental	602.807,50	602.807,50	121.932,46	214.327,62	35,55
14- OUTRAS DESPESAS	48.210,93	52.248,47	13.153,51	15.069,35	28,84
14.1- Com Educação Infantil	17.930,75	21.968,29	5.130,34	5.130,34	23,35
14.2- Com Ensino Fundamental	30.280,18	30.280,18	8.023,17	9.939,01	32,82
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	894.698,57	898.736,11	216.696,98	361.367,34	40,21
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					97,87
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	2.729.370,61	2.729.370,61	446.620,10	904.057,69	33,12
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	463.624,36	569.101,03	198.755,27	265.414,13	46,64
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	261.610,89	265.648,43	86.741,35	137.100,71	51,61
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	202.013,47	303.452,60	112.013,92	128.313,42	42,28
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.380.399,97	1.409.022,46	341.397,32	505.672,11	35,89
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	633.087,68	633.087,68	129.955,63	224.266,63	35,42
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	747.312,29	775.934,78	211.441,69	281.405,48	36,27
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.844.024,33	1.978.123,49	540.152,59	771.086,24	38,98
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-338.905,11
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					1.043,86
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					4.037,54
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-333.823,71
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.104.909,95
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					30,55

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	4.189,50	4.189,50	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	83.130,51	115.066,00	30.399,96	61.495,45	53,44
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	91.597,11	91.847,11	9.373,38	9.373,38	10,21
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	178.917,12	211.102,61	39.773,34	70.868,83	33,57
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.022.941,45	2.189.226,10	579.925,93	841.955,07	38,46
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		



MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	4.037,54	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	352.776,09	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	321.603,89	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.043,86	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	36.253,60	0,00

TUNAPOLIS, 30/04/2012

ENOI SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 4.037,54, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Relatório Resumido de Execução Orçamentária



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.917.482,43	10.917.482,43	3.616.230,77	33,12
Impostos	364.117,66	364.117,66	155.396,06	42,68
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	71.482,92	71.482,92	38.263,86	53,53
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imóveis e Dir	75.456,39	75.456,39	28.294,08	37,50
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	137.798,97	137.798,97	56.309,52	40,86
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	79.379,38	79.379,38	32.528,60	40,98
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	13.222,25	13.222,25	2.143,60	16,21
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.347,85	2.347,85	51,88	2,21
Dívida Ativa dos Impostos	9.774,40	9.774,40	1.778,84	18,20
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	1.100,00	1.100,00	312,88	28,44
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	10.540.142,52	10.540.142,52	3.458.691,11	32,81
Da União	5.183.757,71	5.183.757,71	1.761.596,07	33,98
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	5.155.330,78	5.155.330,78	1.752.935,41	34,00
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	2.087,92	2.087,92	375,32	17,98
Transferência Financeira do ICMS - LC nº 87/96	26.339,01	26.339,01	8.285,34	31,46
Do Estado	5.356.384,81	5.356.384,81	1.697.095,04	31,68
Cota-Parte do ICMS	5.039.896,59	5.039.896,59	1.606.335,82	31,87
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	102.625,29	102.625,29	22.903,99	22,32
Cota-Parte do IPVA	213.862,93	213.862,93	67.855,23	31,73
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	2.819.304,92	2.819.304,92	1.766.449,05	62,66
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-2.108.028,51	-2.108.028,51	-691.681,20	32,81
TOTAL	11.628.758,84	11.628.758,84	4.690.998,62	40,34

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	2.343.393,60	2.586.426,66	886.098,08	34,26
Pessoal e Encargos Sociais	1.031.222,23	1.089.948,45	364.515,76	33,44
Outras Despesas Correntes	1.312.171,37	1.496.478,21	521.582,32	34,85
DESPESAS DE CAPITAL	190.400,76	501.459,62	140.623,20	28,04
Investimentos	190.400,76	501.459,62	140.623,20	28,04

Continua 1/2



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	190.400,76	501.459,62	140.623,20	28,04
Investimentos	190.400,76	501.459,62	140.623,20	28,04
TOTAL (IV)	2.533.794,36	3.087.886,28	1.026.721,28	33,25

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	2.533.794,36	3.087.886,28	1.026.721,28	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	593.542,88	845.865,75	266.907,22	26,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	587.542,88	839.865,75	266.907,22	26,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	1.940.251,48	2.242.020,53	759.814,06	74,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL $\leq \frac{V - VI}{I}$	21,01
---	-------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	1.754.348,99	2.266.001,38	766.761,09	74,68
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	726.859,36	737.746,91	256.862,16	25,02
Vigilância Sanitária	25.018,52	56.570,50	3.098,03	0,30
Vigilância Epidemiológica	9.761,24	9.761,24	0,00	0,00
Outras Subfunções	17.806,25	17.806,25	0,00	0,00
TOTAL	2.533.794,36	3.087.886,28	1.026.721,28	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

TUNAPOLIS, 30/04/2012

ENOI SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

Relatório Resumido de Execução Orçamentária



Município de TUNAPOLIS - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	0,00	
Previsão Atualizada		—	11.628.758,84	
Receitas Realizadas		2.573.322,46	4.690.998,62	
Déficit Orçamentário		—	67.018,31	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	567.700,19	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	11.628.758,84	
Créditos Adicionais		—	1.844.237,95	
Dotação Atualizada		—	13.472.996,79	
Despesas Empenhadas		2.753.516,69	6.729.135,88	
Despesas Liquidadas		3.066.587,28	4.758.016,93	
Superavit Orçamentário		—	0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		2.753.516,69	6.729.135,88	
Despesas Liquidadas		3.066.587,28	4.758.016,93	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			11.248.981,52	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-40.740,06	0,00
Resultado Primário		0,00	-92.874,75	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	12.899,86	50,92	12.848,94	-0,00
EXECUTIVO	12.899,86	50,92	12.848,94	-0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.001.002,51	0,00	339.041,92	661.960,59
EXECUTIVO	1.001.002,51	0,00	339.041,92	661.960,59
TOTAL:	1.013.902,37	50,92	351.890,86	661.960,59
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.104.909,95	25%	30,55
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		346.297,99	60%	97,87
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.000,00	
Despesa de Capital Líquida		950.259,81	1.399.582,35	

Continua 1/2



Município de TUNAPOLIS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2012	2020	2030	2045
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	37.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			23.002,51	35.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	759.814,06	15,00	21,01	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

TUNAPOLIS, 30/04/2012

 ENOI SCHERER
 PREFEITO MUNICIPAL

 JANETE REMPEL BIEGER
 CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

 CLEVERSON INACIO KERKHOFF
 TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

Turvo**PREFEITURA****Notificação de Repasse 20/2012****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSES**

A Administração Municipal de Turvo, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município de Turvo, que recebeu recursos federais conforme abaixo especificado:

- Convênio 0611/2009 (Convênio SICONV: 728852/2009)

Objeto: Implantação de Sistema de Resíduos Sólidos.

Origem dos Recursos: FUNASA/Ministério da Saúde

Valor: R\$ 350.000,00

Data do repasse: 14/05/2012

Turvo/SC, 22 de maio de 2012.

Vargeão**PREFEITURA****Extrato de Edital de Concorrência Pública Nº 0001/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Extrato de Edital de Concorrência Pública nº 0001/2012

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, que realizará no dia 26 de Junho de 2012 às 09 horas, processo licitatório na modalidade Concorrência, do tipo maior oferta, para concessão de espaço público para instalação de um relógio tipo hora/temperatura com painel eletrônico. Informações complementares serão prestadas pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua 7 de Setembro, 477, centro, na cidade de Vargeão, SC, ou pelo fone (49) 3434-0148, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:00 horas.

Vargeão, SC, 23 de maio de 2012.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: EDSON VICENTE LAGNI ME

OBJETO: Realização de Show Humorístico com a "Equipe Humorística Tio e Sobrinho" em comemoração ao Dia Nacional do Idoso.

VALOR: R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 115/2012.

Vargeão, SC, 17 de maio de 2012.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

Videira**PREFEITURA****Decreto Nº 10.025/12**

DECRETO N.º 10.025/12, DE 17 DE MAIO DE 2012.

Revoga o Decreto nº 9.908/11, de 28 de dezembro de 2011, e dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72, IX, e;

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 6.435/12, a solicitação de cancelamento do Decreto nº 9.908/11, realizada pela proprietária do imóvel Luizabete Scussiato;

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 9.908/11, de 28 de dezembro de 2011, que "Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências", formulado por Luizabete Scussiato.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de maio de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

Decreto Nº 10.027/12

DECRETO Nº 10.027/12, DE 18 DE MAIO DE 2012.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.679/11, de 14 de dezembro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 1.569,96 (um mil, quinhentos e sessenta e nove reais e noventa e seis centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social

01 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.073 - Assistência Comunitária

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0198.0 Aplicações Diretas 1.596,96

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 1.596,96

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de recursos provenientes do FNAS para o IGD SUAS.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de maio de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

Decreto Nº 10.030/12

DECRETO Nº 10.030/12, DE 22 DE MAIO DE 2012

Designa Servidores para procederem a autenticação de documentos exigidos para os procedimentos licitatórios e demais documentos públicos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Instrução Normativa nº 002/09 da Unidade Central do Controle Interno,

DECRETA

Art. 1º Ficam designados os servidores MÁRCIA REGINA VANZ, DIONISIO ROBASKEWICZ NETO, ADRIANA ELVIRA FORNAZARI, LUCÉLIA GRUTZMACHER, RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA, AMANDA STRAPAZZON MARMENTINI, PATRÍCIA MARQUES, KALYNE DANIELEWICZ e VANESSA FRANCIELI STÜBER BROLEZE, para procederem a autenticação de documentos exigidos para os procedimentos licitatórios e demais documentos públicos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 9.766/11.

Videira, 22 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0927/12

PORTARIA nº 0927/12

Admite Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e,

RESOLVE

Admitir, CHRISTIAN CALIS TIL, para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde, no Bairro Vila Verde com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de LEI.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 14 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de maio de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 0928/12

PORTARIA nº 0928/12

Admite Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e,

RESOLVE

Admitir, JUCÉLIA FABRICIO DONATTI, para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde, no Bairro SESI, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de LEI.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 14 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de maio de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 1003/12

PORTARIA nº 1003/12

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ROSANI PAULA VIERGUTZ, Professora de Ensino Fundamental Séries Iniciais 1ª a 4ª, do nível E-PE-MAG-I-E para o nível E-PE-MAG-I-F, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 21 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1004/12

PORTARIA nº 1004/12

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ROSE MARIA BALDO PEREIRA, Agente Operacional Especializado, do nível CE04M para o nível CE04N, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 21 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1005/12

PORTARIA nº 1005/12

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ROSELENE GEREMIA, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02M para o nível CE02N, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 21 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1006/12

PORTARIA nº 1006/12

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor ROSELITO ANTONIO FERLIN, Agente Operacional Especializado II, do nível CE07J para o nível CE07L, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 21 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1007/12

PORTARIA nº 1007/12

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ROSELI VIVAN, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-C para o nível E-PE-SGE-I-D, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 21 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1008/12

PORTARIA nº 1008/12

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ROSELY TWARDOWSKI, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-B para o nível E-PE-SGE-I-C, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 21 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1009/12

PORTARIA nº 1009/12

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 5908/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e, no art. 186 da Lei Complementar nº 007/97,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores, ADRIANA ELVIRA FORNAZARI, MARCOS DEMARTINI e VANDETE ALBUQUERQUE LAZZARI para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 5908/2012.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 976/12.

Videira, 21 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1010/12

PORTARIA nº 1010/12

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 6511/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e, no art. 186 da Lei Complementar nº 007/97,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores, ADRIANA ELVIRA FORNAZARI, MARCOS DEMARTINI e VILSO VANZ para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 6511/2012.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1.002/12.

Videira, 21 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1011/12

PORTARIA nº 1011/12

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ROSEMERI RIBEIRO FRARÃO, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-D para o nível E-PE-SGE-I-E, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 21 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1012/12

PORTARIA nº 1012/12

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor ROSEMIRO ANTONIO PEREIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-D para o nível E-PE-SGE-I-E, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 21 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1013/12

PORTARIA nº 1013/12

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições

legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ROSI SALETE DA SILVA, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02M para o nível CE02N, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 21 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1014/12

PORTARIA nº 1014/12

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora RUBIA BORGES FONTANA FERRARI, Especialista Educacional, do nível E-PE-MAG-I-E para o nível E-PE-MAG-I-F, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 21 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1015/12

PORTARIA nº 1015/12

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor RUI SÉRGIO FERREIRA, Agente Operacional Especializado II, do nível CE07L para o nível CE07M, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 21 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1016/12

PORTARIA nº 1016/12

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SALETE ANA RIGO BALDISSERA, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-E para o nível E-PE-SGE-I-F, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 21 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1017/12

PORTARIA nº 1017/12

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SALETE BRANCALIONE CENCI, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02M para o nível CE02N, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei

nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 21 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1018/12

PORTARIA nº 1018/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SALETE GIULIANI VANIN, Professora, do nível MG04G para o nível MG04H, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 21 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1019/12

PORTARIA nº 1019/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SALETE GONÇALVES, Auxiliar de Serviços Gerais, E-PE-SGE-I, do nível E-PE-SGE-I-B para o nível E-PE-SGE-I-C, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 21 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1020/12

PORTARIA nº 1020/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SALETE MARIA WITTI, Professora, MG05, do nível MG05M para o nível MG05N, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 21 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1021/12

PORTARIA nº 1021/12
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SALETE SURDI BIRNFELD, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02J para o nível CE02L, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 21 de maio de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1022/12

PORTARIA nº 1022/12

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SAMIA ROBERTA SALHA PAZIN, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-C para o nível E-PE-SGE-I-D, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 21 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1023/12

PORTARIA nº 1023/12

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SANDRA BALDO, Agente Técnico Administrativo, do nível E-PE-SAU-I-E para o nível E-PE-SAU-I-F, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 21 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1024/12

PORTARIA nº 1024/12

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições

legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SANDRA BASTOS LESNIESKY, Professora, do nível MG05J para o nível MG05L, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 21 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1025/12

PORTARIA nº 1025/12

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SANDRA BREA PEREIRA ZANI, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-E para o nível E-PE-MAG-I-F, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 21 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1026/12

PORTARIA nº 1026/12

Exonera, a pedido, Servidor Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 6653/12,

RESOLVE

Exonerar, a pedido, WALMOR LUIZ SCHNEIDER, do cargo



comissionado de Diretor Departamento de Geoprocessamento, símbolo DAS-2, nomeado pela Portaria nº 0451/11.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2012.

Videira, 21 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Julgamento do Edital CV 03-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DO EDITAL DE CONVITE Nº 03/2012

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETO DE RECUPERAÇÃO DA ANTIGA ÁREA DE DEPÓSITO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, PELO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, restando HABILITADAS todas as empresas participantes do certame: AR Consultoria e Saneamento Ltda, BSA Bureau de Serviços em Engenharia Ambiental Ltda e Ecoeficiência Soluções Integrada Ltda; e vencedora a empresa BSA Bureau de Serviços em Engenharia Ambiental Ltda com o menor preço de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais). Outrossim, ficam as licitantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 22 de maio de 2012.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Julgamento do Edital TP 17-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2012

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA LANCHONETE DA CIDADE DA CRIANÇA, NA AVENIDA CONSTANTINO CRESTANI - CIDADE ALTA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, restando HABILITADAS todas as empresas participantes do certame: Ademir Luiz Bogoni FI, Construtora Mayor Ltda, Construtora Novo Israel Ltda, Construtora Videirense Ltda e Palazzo Construtora e Incorporadora Ltda; e DESCLASSIFICADAS as empresas Ademir Luiz Bogoni FI e Palazzo Construtora e Incorporadora Ltda por terem apresentado valores unitários acima do limite estabelecido e a empresa Construtora Novo Israel Ltda por não ter apresentado a planilha de orçamento de material e mão de obra e o cronograma físico financeiro; sendo o menor preço o da empresa Construtora Mayor Ltda no valor de R\$ 23.390,76 (vinte e três mil, trezentos e noventa reais e setenta e seis centavos). Todavia, tendo em

vista a participação da empresa Construtora Videirense Ltda a qual se utiliza da preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, foi constatado o empate ficto entre as mesmas. Assim, a Comissão de Licitações concede o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de abertura das propostas, ou seja, até o dia 24/05/2012, para que a empresa Construtora Videirense Ltda, caso queira, apresente nova proposta de preço com valor inferior ao daquela considerada vencedora.

Videira, 22 de maio de 2012.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial N. 10/2012 - FME

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2012 - FME

O Prefeito Municipal, através da Fundação Municipal de Esportes, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 10/2012 - FME. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA MANUTENÇÃO DAS EQUIPES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 11 de Junho de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 22 de Maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial N. 73/2012 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2012 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 73/2012 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE CERCA DE TELA E ARAME FARPADO NOS ARREDORES DO AEROPORTO ÂNGELO PONZONI. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 06 de Junho de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 23 de Maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

RREO _2 Bim 2012

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	99.651.749,00	99.651.749,00	20.020.324,63	20,09	36.844.954,76	36,97	62.806.794,24
RECEITAS CORRENTES	89.341.749,00	89.341.749,00	19.690.584,59	22,04	35.980.383,18	40,27	53.361.365,82
RECEITA TRIBUTÁRIA	12.558.000,00	12.558.000,00	2.439.013,55	19,42	3.939.641,75	31,37	8.618.358,25
IMPOSTOS	10.810.000,00	10.810.000,00	1.840.455,11	17,03	3.141.374,74	29,06	7.668.625,26
TAXAS	1.663.000,00	1.663.000,00	582.667,64	35,04	745.750,44	44,84	917.249,56
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	85.000,00	85.000,00	15.890,80	18,70	52.516,57	61,78	32.483,43
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.588.500,00	3.588.500,00	728.971,73	20,31	1.233.211,19	34,37	2.355.288,81
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.938.500,00	2.938.500,00	544.450,66	18,53	867.799,02	29,53	2.070.700,98
Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	650.000,00	650.000,00	184.521,07	28,39	365.412,17	56,22	284.587,83
RECEITA PATRIMONIAL	6.154.820,00	6.154.820,00	4.069.745,95	66,12	6.619.362,96	107,55	-464.542,96
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	87.320,00	87.320,00	13.758,79	15,76	26.601,79	30,46	60.718,21
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	5.992.500,00	5.992.500,00	4.049.122,16	67,57	6.523.553,00	108,86	-531.053,00
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	60.000,00	60.000,00	5.270,00	8,78	66.127,75	110,21	-6.127,75
Outras Rec. Patrimoniais	15.000,00	15.000,00	1.595,00	10,63	3.080,42	20,54	11.919,58
RECEITA DE SERVIÇOS	1.033.000,00	1.033.000,00	78.669,57	7,62	125.194,86	12,12	907.805,14
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	63.184.929,00	63.184.929,00	11.842.142,11	18,74	23.175.409,35	36,68	40.009.519,65
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	63.109.929,00	63.109.929,00	11.797.522,76	18,69	23.120.860,40	36,64	39.989.068,60
Transf. de Instituições Privadas	3.000,00	3.000,00	34.641,55	1154,72	34.692,35	1156,41	-31.692,35
Transf. de Conv.	72.000,00	72.000,00	9.977,80	13,86	19.856,60	27,58	52.143,40
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.822.500,00	2.822.500,00	532.041,68	18,85	887.563,07	31,45	1.934.936,93
Multas e Juros de Mora	1.180.500,00	1.180.500,00	153.675,90	13,02	289.184,27	24,50	891.315,73
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	742.500,00	742.500,00	222.760,91	30,00	291.007,06	39,19	451.492,94
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	629.800,00	629.800,00	113.412,51	18,01	234.266,29	37,20	395.533,71
RECEITAS DIVERSAS	269.700,00	269.700,00	42.192,36	15,64	73.105,45	27,11	196.594,55
RECEITAS DE CAPITAL	10.310.000,00	10.310.000,00	329.740,04	3,20	864.571,58	8,39	9.445.428,42
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9.500.000,00	9.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	9.500.000,00	9.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.500.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	150.000,00	150.000,00	33.643,23	22,43	58.273,35	38,85	91.726,65
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	610.000,00	610.000,00	296.096,81	48,54	806.298,23	132,18	-196.298,23
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	610.000,00	610.000,00	89.800,23	14,72	178.709,44	29,30	431.290,56
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	206.296,58	0,00	627.588,79	0,00	-627.588,79
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.382.290,00	5.382.290,00	1.580.368,32	29,36	2.829.520,90	52,57	2.552.769,10
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.382.290,00	5.382.290,00	1.580.368,32	29,36	2.829.520,90	52,57	2.552.769,10

Continua 1/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.382.290,00	5.382.290,00	1.580.368,32	29,36	2.829.520,90	52,57	2.552.769,10
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	311.290,00	311.290,00	66.267,45	21,29	101.999,79	32,77	209.290,21
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.071.000,00	5.071.000,00	1.514.100,87	29,86	2.727.521,11	53,79	2.343.478,89
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	311.290,00	311.290,00	66.267,45	21,29	101.999,79	32,77	209.290,21
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.071.000,00	5.071.000,00	1.514.100,87	29,86	2.727.521,11	53,79	2.343.478,89
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	105.034.039,00	105.034.039,00	21.600.692,95	20,57	39.674.475,66	37,77	65.359.563,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	105.034.039,00	105.034.039,00	21.600.692,95	20,57	39.674.475,66	37,77	65.359.563,34
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	105.034.039,00	105.034.039,00	21.600.692,95	20,57	39.674.475,66	37,77	65.359.563,34
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	9.377.328,25	—	—	1.032.272,62	—	—
Superávit Financeiro	—	9.377.328,25	—	—	1.032.272,62	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	100.515.039,00	18.434.703,74	118.949.742,74	21.195.000,90	42.184.585,59	14.415.436,10	24.547.326,41	20,64	94.402.416,33
DESPESAS CORRENTES	67.185.239,00	5.235.568,13	72.420.807,13	15.533.738,18	34.521.600,82	13.268.170,47	23.004.377,01	31,76	49.416.430,12
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.442.720,00	278.819,46	37.721.539,46	6.846.566,27	14.609.895,28	7.247.304,12	12.659.670,41	33,56	25.061.869,05
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.496.980,00	0,00	1.496.980,00	701.893,07	1.400.555,59	701.893,07	1.400.555,59	93,56	96.424,41
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.245.539,00	4.956.748,67	33.202.287,67	7.985.278,84	18.511.149,95	5.318.973,28	8.944.151,01	26,94	24.258.136,66
DESPESAS DE CAPITAL	25.979.300,00	13.299.135,61	39.278.435,61	5.661.262,72	7.662.984,77	1.147.265,63	1.542.949,40	3,93	37.735.486,21

Continua 2/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	100.515.039,00	18.434.703,74	118.949.742,74	21.195.000,90	42.184.585,59	14.415.436,10	24.547.326,41	20,64	94.402.416,33
INVESTIMENTOS	24.179.300,00	13.299.135,61	37.478.435,61	5.459.034,30	7.260.722,54	945.037,21	1.140.687,17	3,04	36.337.748,44
AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.800.000,00	0,00	1.800.000,00	202.228,42	402.262,23	202.228,42	402.262,23	22,35	1.397.737,77
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.250.500,00	0,00	7.250.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.250.500,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	100.000,00	-100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.519.000,00	0,00	4.519.000,00	770.064,25	1.551.374,63	770.064,25	1.551.374,63	34,33	2.967.625,37
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.519.000,00	0,00	4.519.000,00	770.064,25	1.551.374,63	770.064,25	1.551.374,63	34,33	2.967.625,37
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	105.034.039,00	18.434.703,74	123.468.742,74	21.965.065,15	43.735.960,22	15.185.500,35	26.098.701,04	21,14	97.370.041,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	105.034.039,00	18.434.703,74	123.468.742,74	21.965.065,15	43.735.960,22	15.185.500,35	26.098.701,04	21,14	97.370.041,70
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	13.575.774,62	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	105.034.039,00	18.434.703,74	123.468.742,74	21.965.065,15	43.735.960,22	15.185.500,35	39.674.475,66	21,14	97.370.041,70

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 7.692.630,98

FONTE:

VIDEIRA, 22/05/2012

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretario de Finanças

SANDRA BALDO
Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	100.515.039,00	118.949.742,74	21.195.000,90	42.184.585,59	14.415.436,10	24.547.326,41	94,06	20,64	94.402.416,33
Legislativa	1.180.000,00	1.180.000,00	228.924,11	392.994,33	194.667,09	341.040,23	1,31	28,90	838.959,77
Ação Legislativa	1.180.000,00	1.180.000,00	228.924,11	392.994,33	194.667,09	341.040,23	1,31	28,90	838.959,77
Administração	6.750.100,00	7.830.100,00	1.866.030,15	3.814.333,74	1.425.419,19	2.549.991,85	9,77	32,57	5.280.108,15
Planejamento e Orçamento	660.000,00	660.000,00	117.421,13	229.334,24	113.176,13	221.484,69	0,85	33,56	438.515,31
Administração Geral	5.520.100,00	6.600.100,00	1.672.159,33	3.434.133,54	1.232.885,01	2.177.739,12	8,34	33,00	4.422.360,88
Normatização e Fiscalização	570.000,00	570.000,00	76.449,69	150.865,96	79.358,05	150.768,04	0,58	26,45	419.231,96
Segurança Pública	457.000,00	469.000,00	76.071,45	111.410,35	41.790,27	49.149,09	0,19	10,48	419.850,91
Policiamento	457.000,00	469.000,00	76.071,45	111.410,35	41.790,27	49.149,09	0,19	10,48	419.850,91
Assistência Social	3.536.938,00	3.867.638,00	637.460,68	1.443.495,13	434.162,21	715.200,04	2,74	18,49	3.152.437,96
Assistência ao Idoso	197.082,00	303.254,25	21.454,63	119.716,43	42.467,89	53.467,89	0,20	17,63	249.786,36
Assistência ao Portador de Deficiência	74.550,00	78.916,84	4.366,84	78.416,84	14.382,84	23.108,84	0,09	29,28	55.808,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.245.237,00	2.409.935,82	460.461,74	906.404,86	314.078,44	535.998,85	2,05	22,24	1.873.936,97
Assistência Comunitária	1.020.069,00	1.075.531,09	151.177,47	338.957,00	63.233,04	102.624,46	0,39	9,54	972.906,63
Previdência Social	4.386.000,00	4.386.000,00	673.128,72	1.396.651,07	681.618,69	1.354.476,98	5,19	30,88	3.031.523,02
Previdência do Regime Estatutário	4.386.000,00	4.386.000,00	673.128,72	1.396.651,07	681.618,69	1.354.476,98	5,19	30,88	3.031.523,02
Saúde	12.748.941,00	17.105.561,46	4.378.336,25	10.474.929,21	2.476.813,21	4.260.155,46	16,32	24,91	12.845.406,00
Atenção Básica	3.668.031,00	6.212.906,41	2.723.912,77	4.358.568,41	698.492,17	1.253.207,54	4,80	20,17	4.959.698,87
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.402.450,00	10.214.195,05	1.588.397,52	5.875.295,95	1.655.338,68	2.817.562,23	10,80	27,58	7.396.632,82
Vigilância Sanitária	353.460,00	353.460,00	39.080,61	134.043,39	46.387,31	95.131,73	0,36	26,91	258.328,27
Vigilância Epidemiológica	325.000,00	325.000,00	26.945,35	107.021,46	76.595,05	94.253,96	0,36	29,00	230.746,04
Educação	22.307.200,00	24.249.063,11	5.140.039,06	9.812.971,75	3.734.687,50	5.822.138,32	22,31	24,01	18.426.924,79
Administração Geral	1.339.000,00	1.339.000,00	212.840,77	454.832,84	202.735,98	404.850,24	1,55	30,24	934.149,76
Alimentação e Nutrição	361.200,00	573.764,90	301.846,74	315.629,24	25.719,58	25.759,58	0,10	4,49	548.005,32
Ensino Fundamental	8.360.500,00	9.024.090,79	1.992.316,84	3.795.522,36	1.638.635,15	2.273.019,69	8,71	25,19	6.751.071,10
Ensino Médio	81.000,00	81.000,00	25.492,09	26.734,87	220,31	338,95	0,00	0,42	80.661,05
Ensino Superior	690.000,00	690.000,00	358.886,40	688.886,40	49.501,58	49.501,58	0,19	7,17	640.498,42
Educação Infantil	11.475.500,00	12.541.207,42	2.248.656,22	4.531.366,04	1.817.874,90	3.068.668,28	11,76	24,47	9.472.539,14
Cultura	287.000,00	287.000,00	82.844,01	124.596,11	43.870,76	77.270,93	0,30	26,92	209.729,07
Difusão Cultural	287.000,00	287.000,00	82.844,01	124.596,11	43.870,76	77.270,93	0,30	26,92	209.729,07
Urbanismo	24.765.000,00	28.175.318,00	4.228.090,57	7.376.841,56	2.382.067,62	3.744.226,98	14,35	13,29	24.431.091,02
Infra-estrutura Urbana	17.730.100,00	20.332.656,33	1.250.480,03	2.506.722,44	1.221.823,24	2.194.008,36	8,41	10,79	18.138.647,97
Serviços Urbanos	7.034.900,00	7.842.661,67	2.977.610,54	4.870.119,12	1.160.244,38	1.550.218,62	5,94	19,77	6.292.443,05
Habitação	340.000,00	340.000,00	7.261,80	7.261,80	7.261,80	7.261,80	0,03	2,14	332.738,20
Habitação Urbana	340.000,00	340.000,00	7.261,80	7.261,80	7.261,80	7.261,80	0,03	2,14	332.738,20

Continua 1/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	100.515.039,00	118.949.742,74	21.195.000,90	42.184.585,59	14.415.436,10	24.547.326,41	94,06	20,64	94.402.416,33
Saneamento	550.000,00	1.055.300,00	371.681,44	392.082,72	5.160,00	20.401,28	0,08	1,93	1.034.898,72
Saneamento Básico Urbano	550.000,00	1.055.300,00	371.681,44	392.082,72	5.160,00	20.401,28	0,08	1,93	1.034.898,72
Agricultura	5.307.000,00	5.307.000,00	857.429,68	1.341.622,96	553.388,65	932.364,93	3,57	17,57	4.374.635,07
Abastecimento	5.307.000,00	5.307.000,00	857.429,68	1.341.622,96	553.388,65	932.364,93	3,57	17,57	4.374.635,07
Indústria	100.000,00	500.000,00	138.655,90	138.655,90	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Promoção Industrial	100.000,00	500.000,00	138.655,90	138.655,90	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Comércio e Serviços	1.110.000,00	1.370.000,00	206.367,84	708.361,01	321.721,29	602.158,68	2,31	43,95	767.841,32
Turismo	1.110.000,00	1.370.000,00	206.367,84	708.361,01	321.721,29	602.158,68	2,31	43,95	767.841,32
Transportes	910.000,00	6.696.489,62	111.479,63	236.635,85	102.555,38	200.081,38	0,77	2,99	6.496.408,24
Transporte Rodoviário	900.000,00	6.686.489,62	111.479,63	236.635,85	102.555,38	200.081,38	0,77	2,99	6.486.408,24
Outros Encargos Especiais	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Desporto e Lazer	1.284.090,00	1.680.502,55	404.471,26	823.994,41	267.400,49	468.802,39	1,80	27,90	1.211.700,16
Desporto Comunitário	1.284.090,00	1.680.502,55	404.471,26	823.994,41	267.400,49	468.802,39	1,80	27,90	1.211.700,16
Encargos Especiais	7.245.270,00	7.200.270,00	1.786.728,35	3.587.747,69	1.742.851,95	3.402.606,07	13,04	47,26	3.797.663,93
Outras Transferências	300.000,00	300.000,00	89.615,95	223.615,95	54.115,95	85.615,95	0,33	28,54	214.384,05
Outros Encargos Especiais	6.945.270,00	6.900.270,00	1.697.112,40	3.364.131,74	1.688.736,00	3.316.990,12	12,71	48,07	3.583.279,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.250.500,00	7.250.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.250.500,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.519.000,00	4.519.000,00	770.064,25	1.551.374,63	770.064,25	1.551.374,63	5,94	34,33	2.967.625,37
Legislativa	14.000,00	14.000,00	2.059,54	4.171,61	2.059,54	4.171,61	0,02	29,80	9.828,39
Ação Legislativa	14.000,00	14.000,00	2.059,54	4.171,61	2.059,54	4.171,61	0,02	29,80	9.828,39
Administração	502.000,00	502.000,00	92.073,71	184.802,93	92.073,71	184.802,93	0,71	36,81	317.197,07
Planejamento e Orçamento	55.000,00	55.000,00	9.014,79	19.044,28	9.014,79	19.044,28	0,07	34,63	35.955,72
Administração Geral	387.000,00	387.000,00	74.123,93	147.754,10	74.123,93	147.754,10	0,57	38,18	239.245,90
Normatização e Fiscalização	60.000,00	60.000,00	8.934,99	18.004,55	8.934,99	18.004,55	0,07	30,01	41.995,45
Assistência Social	117.000,00	117.000,00	19.889,78	40.564,13	19.889,78	40.564,13	0,16	34,67	76.435,87
Assistência à Criança e ao Adolescente	117.000,00	117.000,00	19.889,78	40.564,13	19.889,78	40.564,13	0,16	34,67	76.435,87
Saúde	500.000,00	500.000,00	101.905,39	201.822,02	101.905,39	201.822,02	0,77	40,36	298.177,98
Atenção Básica	85.000,00	85.000,00	15.778,62	30.666,85	15.778,62	30.666,85	0,12	36,08	54.333,15
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	385.000,00	385.000,00	79.475,92	157.019,44	79.475,92	157.019,44	0,60	40,78	227.980,56
Vigilância Sanitária	16.000,00	16.000,00	5.244,52	11.344,95	5.244,52	11.344,95	0,04	70,91	4.655,05
Vigilância Epidemiológica	14.000,00	14.000,00	1.406,33	2.790,78	1.406,33	2.790,78	0,01	19,93	11.209,22
Educação	2.543.000,00	2.543.000,00	409.677,71	824.917,24	409.677,71	824.917,24	3,16	32,44	1.718.082,76
Administração Geral	163.000,00	163.000,00	25.416,79	52.590,65	25.416,79	52.590,65	0,20	32,26	110.409,35
Ensino Fundamental	1.052.000,00	1.052.000,00	162.648,86	330.028,94	162.648,86	330.028,94	1,26	31,37	721.971,06

Continua 2/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.519.000,00	4.519.000,00	770.064,25	1.551.374,63	770.064,25	1.551.374,63	5,94	34,33	2.967.625,37
Educação	2.543.000,00	2.543.000,00	409.677,71	824.917,24	409.677,71	824.917,24	3,16	32,44	1.718.082,76
Educação Infantil	1.328.000,00	1.328.000,00	221.612,06	442.297,65	221.612,06	442.297,65	1,69	33,31	885.702,35
Urbanismo	590.000,00	590.000,00	97.567,01	198.819,81	97.567,01	198.819,81	0,76	33,70	391.180,19
Infra-estrutura Urbana	590.000,00	590.000,00	97.567,01	198.819,81	97.567,01	198.819,81	0,76	33,70	391.180,19
Agricultura	140.000,00	140.000,00	30.034,45	62.775,75	30.034,45	62.775,75	0,24	44,84	77.224,25
Abastecimento	140.000,00	140.000,00	30.034,45	62.775,75	30.034,45	62.775,75	0,24	44,84	77.224,25
Comércio e Serviços	25.000,00	25.000,00	4.579,76	9.439,84	4.579,76	9.439,84	0,04	37,76	15.560,16
Turismo	25.000,00	25.000,00	4.579,76	9.439,84	4.579,76	9.439,84	0,04	37,76	15.560,16
Desporto e Lazer	88.000,00	88.000,00	12.276,90	24.061,30	12.276,90	24.061,30	0,09	27,34	63.938,70
Desporto Comunitário	88.000,00	88.000,00	12.276,90	24.061,30	12.276,90	24.061,30	0,09	27,34	63.938,70
TOTAL (III) = (I + II)	105.034.039,00	123.468.742,74	21.965.065,15	43.735.960,22	15.185.500,35	26.098.701,04	100,00	21,14	97.370.041,70

FONTE:

VIDEIRA, 22/05/2012

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	11.789.000,00	11.789.000,00	1.964.095,74	3.387.530,90	28,73
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.575.000,00	3.575.000,00	218.156,99	325.360,07	9,10
1.1.1- IPTU	2.960.000,00	2.960.000,00	114.412,78	116.332,27	3,93
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	35.000,00	35.000,00	0,00	363,86	1,04
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	340.000,00	340.000,00	61.765,89	126.926,84	37,33
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	240.000,00	240.000,00	42.146,85	82.139,36	34,22
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(168,53)	(402,26)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.100.000,00	1.100.000,00	297.414,81	527.101,00	47,92
1.2.1- ITBI	1.100.000,00	1.100.000,00	299.818,53	529.504,72	48,14
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(2.403,72)	(2.403,72)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	5.664.000,00	5.664.000,00	1.171.755,42	2.079.903,33	36,72
1.3.1- ISS	5.300.000,00	5.300.000,00	1.185.533,82	2.076.683,52	39,18
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	120.000,00	120.000,00	3.816,31	6.333,31	5,28
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	124.000,00	124.000,00	9.540,63	18.653,30	15,04
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	120.000,00	120.000,00	6.370,95	11.739,49	9,78
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(33.506,29)	(33.506,29)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.450.000,00	1.450.000,00	276.768,52	455.166,50	31,39
1.4.1- IRRF	1.450.000,00	1.450.000,00	276.768,52	455.166,50	31,39
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	55.365.000,00	55.365.000,00	9.678.712,30	19.411.421,23	35,06
2.1- Cota-Parte FPM	14.050.000,00	14.050.000,00	2.667.751,90	5.842.180,15	41,58
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	14.050.000,00	14.050.000,00	2.667.751,90	5.842.180,15	41,58
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	35.300.000,00	35.300.000,00	5.991.748,50	11.776.754,48	33,36
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	240.000,00	240.000,00	31.018,30	62.073,78	25,86
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	860.000,00	860.000,00	94.910,40	171.443,37	19,94
2.5- Cota-Parte ITR	15.000,00	15.000,00	161,42	393,51	2,62
2.6- Cota-Parte IPVA	4.900.000,00	4.900.000,00	893.121,78	1.558.575,94	31,81
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	67.154.000,00	67.154.000,00	11.642.808,04	22.798.952,13	33,95
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.450.000,00	1.450.000,00	244.864,00	561.803,90	38,75
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.400.000,00	1.400.000,00	223.414,54	518.707,98	37,05
5.2- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	50.000,00	50.000,00	21.449,46	43.095,92	86,19
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	663.700,00	663.700,00	180.938,81	204.671,68	30,84
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.113.700,00	2.113.700,00	425.802,81	766.475,58	36,26

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	11.025.000,00	11.025.000,00	1.935.741,97	3.882.283,29	35,21
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.810.000,00	2.810.000,00	533.550,32	1.168.435,89	41,58
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	7.060.000,00	7.060.000,00	1.198.349,51	2.355.350,52	33,36
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	-	0,00	6.203,66	12.414,74	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	172.000,00	172.000,00	18.982,06	34.288,65	19,94
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	3.000,00	3.000,00	32,26	78,66	2,62
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	980.000,00	980.000,00	178.624,16	311.714,83	31,81
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	13.640.000,00	13.640.000,00	2.730.709,27	5.348.913,52	39,21
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	13.500.000,00	13.500.000,00	2.699.453,78	5.291.188,24	39,19
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	140.000,00	140.000,00	31.255,49	57.725,28	41,23
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	2.475.000,00	2.475.000,00	763.711,81	1.408.904,95	56,93
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	8.184.000,00	8.735.360,46	2.179.291,50	3.389.732,40	38,80
13.1- Com Educação Infantil	2.873.000,00	2.873.000,00	916.447,90	1.467.128,91	51,07
13.2- Com Ensino Fundamental	5.311.000,00	5.862.360,46	1.262.843,60	1.922.603,49	32,80
14- OUTRAS DESPESAS	5.456.000,00	5.456.000,00	1.033.022,45	1.543.517,49	28,29
14.1- Com Educação Infantil	4.353.000,00	4.353.000,00	851.248,84	1.263.898,72	29,04
14.2- Com Ensino Fundamental	1.103.000,00	1.103.000,00	181.773,61	279.618,77	25,35
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	13.640.000,00	14.191.360,46	3.212.313,95	4.933.249,89	34,76
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					551.360,46
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					551.360,46
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					53,06
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					551.360,46
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 ²					551.360,46

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	16.788.500,00	16.788.500,00	2.910.702,01	5.699.738,03	33,95
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	7.226.000,00	7.226.000,00	1.767.696,74	2.731.027,63	37,79
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.226.000,00	7.226.000,00	1.767.696,74	2.731.027,63	37,79
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.414.000,00	6.965.360,46	1.444.617,21	2.202.222,26	31,62
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	6.414.000,00	6.965.360,46	1.444.617,21	2.202.222,26	31,62
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	13.640.000,00	14.191.360,46	3.212.313,95	4.933.249,89	34,76
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.408.904,95
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					57.725,28
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					551.360,46
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					2.017.990,69
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.915.259,20
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					12,79

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.450.000,00	1.450.000,00	20,00	78,52	0,01
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	5.606.750,00	5.606.750,00	411.892,57	904.271,56	16,13
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	7.056.750,00	7.056.750,00	411.912,57	904.350,08	12,82
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	20.696.750,00	21.248.110,46	3.624.226,52	5.837.599,97	27,47
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		



MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	720.094,70	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.291.188,24	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	4.501.511,40	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	57.725,28	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.567.496,82	0,00

VIDEIRA, 22/05/2012

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 551.360,46, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Vitor Meireles

PREFEITURA

Resultado Concurso Publico N. 001/2011

DIVULGA OS RESULTADOS FINAIS DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011

O PREFEITO MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial pela Lei Orgânica do Município de Vitor Meireles, e considerando o disposto no Edital do Concurso Público nº 02/2011, torna público:

Art.1º Consta no anexo I deste Edital o extrato das respostas aos recursos impetrados.

Art.2º Consta no Anexo II deste Edital os resultados finais do Concurso Público nº 01/2011.

Art. 3º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Vitor Meireles, aos 22 de Maio de 2012.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011

ANEXO I

RESPOSTA AOS RECURSOS IMPETRADOS

CANDIDATO	CARGO	JULGAMENTO
Fabício Hinchel	Operador de Máquinas	Improcedente. Nota da prova prática mantida
Sidemar Kraus	Operador de Máquinas	Improcedente. Nota da prova prática mantida
Vinicius Menezes Machado	Odontologo	Procedente. Nota atribuída.
Cesar Suave	Médico Veterinário	Procedente. Revista a classificação do cargo de Médico Veterinário

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011

ANEXO II

RESULTADOS FINAIS

ASSISTENTE SOCIAL

CLASS.	NOME	RG	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
1º	JUAREZ LIMA VARELA	754.632	51	APROVADO
-	RAFAELA WESTPHAL	5.894.422	30	REPROVADO
-	LEONICE MORGENROTH	32052472	24	REPROVADO

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO

CLASS.	NOME	RG	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
1º	HELENA DE SOUZA	5.720.674	48	APROVADO
-	LETÍCIA SCHMITT	5232514	39	REPROVADO

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

CLASS.	NOME	RG	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
-	MAURICIO FRAZAO	5.772.834	30	REPROVADO
-	MARILDA APARECIDA RUCINSKI	5.087.593	24	REPROVADO
-	JOSE STOEBERL	1.638.806-2	18	REPROVADO

ENFERMEIRO

CLASS.	NOME	RG	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
1º	REGINA DA COSTA OLIVEIRA	5076666956	54	APROVADO
2º	ROBSON JOÃO ROSA	3553809	45	APROVADO
-	CRISTIANE AMARANTE	3.658.536-0	39	REPROVADO
-	DÉBORA CARDOSO COSTA	16197968	36	REPROVADO
-	KARICHELY LOURENA FIUZA FARIA	152269116	21	REPROVADO
-	ANNA KAROLINE FOSSA	5181531	NC	REPROVADO

FARMACÊUTICO

CLASS.	NOME	RG	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
1º	MAURICIO SBROGLIO RAMOS	36025780	57	APROVADO
2º	JULIANA APARECIDA DA SILVA BERTEI	3464820	51	APROVADO

FISCAL DE TRIBUTOS E POSTURAS

CLASS.	NOME	RG	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
1º	ROSANE PEREIRA MORAES	41923030	48	APROVADO
-	FÁBIO KAMMER	4088611	33	REPROVADO
-	MARIO JOSE PIRATH JUNIOR	3.404.432	30	REPROVADO
-	TIAGO MARTINS DE MELO	84659436	NC	REPROVADO
-	DIOGO CRISTIANO PINTO	47297654	NC	REPROVADO
-	MARCELO SADLOWSKI	4.935.981	NC	REPROVADO

MÉDICO CLINICO GERAL

CLASS.	NOME	RG	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
1º	PAOLLA PUCCI	4246777	57	APROVADO
-	ANDRE LUIS RIBAS DE ABREU	76503184	NC	REPROVADO
-	HUGO RAMON MACIEL CARDOZO	VO34075-G	NC	REPROVADO
-	LUIZ TERUO KOYAMA	1.232.532	NC	REPROVADO

MEDICO VETERINÁRIO

CLASS.	NOME	RG	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
1º	FERNANDO KRAMBECK	46904646	54	APROVADO
2º	CÉSAR SUAVE	4404102	54	APROVADO
3º	ANNA JÚLIA GIRARDI	44281137	51	APROVADO
4º	RICARDO SCHMIDT DIAS	37176692	45	APROVADO
-	ALEXANDRE LUIS MEDEIROS	8/R2266772	39	REPROVADO
-	ARTUR EUSTÁQUIO DA SILVA	2001006016744	NC	REPROVADO
-	GABRIEL DUVOISIN	3633569	NC	REPROVADO
-	JÚLIA BROERING GOMES	48349380	NC	REPROVADO
-	MARLON MATTIA ANDRADES	3.910.227	NC	REPROVADO

NUTRICIONISTA

CLASS.	NOME	RG	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
1º	THAISE SUÉLEN LANGE	4.280.572	54	APROVADO
-	JOICE GUBLER	4171052	NC	REPROVADO

ODONTÓLOGO

CLASS.	NOME	RG	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
1º	VINICIUS MENEZES MACHADO	2080842392	87	APROVADO
2º	LEILA CLARISSE HILLESHEIM	4234904	75	APROVADO
3º	CARLA CAROLINE PAULETTO IANNUZZI	4.326.228	69	APROVADO
4º	ADRIANA CORRÊA	3268310	63	APROVADO
5º	WAGNER PINTO	36045047	63	APROVADO
6º	LEANA DIERICH MICHEL	4280395	60	APROVADO
7º	PEDRO ROWEDER BERNARDES	3757870	48	APROVADO
-	CAIO CÉSAR BARTNACK	4868908	42	REPROVADO
-	BERNARDO PABST	4118634	NC	REPROVADO
-	BIANCA REGINA CRISTOFOLINI	4087936	NC	REPROVADO
-	BRUNO ALEIXO VENTURI	44058748	NC	REPROVADO
-	EZEQUIEL SOUZA DOS SANTOS	7056733228	NC	REPROVADO
-	RAPHAEL YOSHIYUKI KOYAMA	3693388	NC	REPROVADO
-	SAMY BECHTOLD BETT	5. 042. 086	NC	REPROVADO

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CLASS.	NOME	RG	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
1º	KATIA REGINA DA CRUZ	3212011	48	APROVADO
-	ALEXANDRA MARKMANN CARDOZO	4R/4.284.503	36	REPROVADO
-	CATRÍCIA CATARINA BOING	5181860	36	REPROVADO
-	ELIANE VEIGA	3.483.371	33	REPROVADO
-	JUCILEI CIPRIANI	3980989	27	REPROVADO
-	VANIA MARISE DOS SANTOS TAVARES	7R2624102	27	REPROVADO
-	VERA LUCIA SANTANA DE ARRUDA	3766312	21	REPROVADO
-	DORCAS NUNC- NFÔONRO INÁCIO	526396	NC	REPROVADO
-	JANDIRA MARIA DAROLT	3R.1.420.923	NC	REPROVADO

TURISMÓLOGO

CLASS.	NOME	RG	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
1º	ROBERTA SCHMITT	4280496	45	APROVADO
-	JULIANA KUCHLER ROSA	3908869	36	REPROVADO
-	ELIZABETH LIMA GONÇALVES	06.519.561-2	NC	REPROVADO

OPERADOR DE MÁQUINAS

CLASS.	NOME	RG	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
1º	MARCIO DA SILVEIRA	6.423.872	66	6	66	APROVADO
-	FABRICIO HINCHEL	7R/4.024.263	63	3	63	REPROVADO
-	SIDEMAR KRAUS	5.368.093	51	3	51	REPROVADO
-	JONAS CARDOZO	7R 2.623.330	45	3	45	REPROVADO
-	CLEITON BITTELBRUNN	4.690.117-5	42	3	42	REPROVADO
-	DIEGO DAROLT	4690068	39	4	39	REPROVADO
-	JAIR FAUSTO	7R/2.919.097	39	3	39	REPROVADO
-	ENDRIGO RIGO	1079848626	33	6	33	REPROVADO
-	DOUGLAS WANGRADT	5.038.942	NC	NC	NC	REPROVADO
-	GELASIO DE OLIVEIRA	7R/2.916.692	NC	NC	NC	REPROVADO
-	JARDEL PETERSEN	4.690.043-8	NC	NC	NC	REPROVADO
-	MIGUEL PEREIRA	3R/1.674.150	NC	NC	NC	REPROVADO
-	OSCAR CAUNDUI MEDEIROS	7R/4.118.136	NC	NC	NC	REPROVADO
-	OSNI DA SILVA	7R/3.242.743	NC	NC	NC	REPROVADO

Consórcios

CIGA

Extrato Contrato 111 - PGT - Monte Carlo

Extrato de Contrato nº 111/2012

Contrato de Rateio - Programa de Gestão Tributária - Monte Carlo

CONTRATANTE: Município de Monte Carlo

CNPJ: 95.996.104/0001-04

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 001/2012

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, para gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); gestão da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada); gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional; e gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Florianópolis, 03 de janeiro de 2012.

EDINANDO BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA

CINCO

Resolução N 021/2012

Resolução n. 021/2012.

Dispõe sobre Crédito Adicional Suplementar.

O Presidente do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, Sr. Nelmar Pinz, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 9º da Resolução nº 049, de 21 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO para o exercício de 2012, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 41.600,00 (quarenta e um mil e seiscentos reais), nas seguintes dotações:

01.00 - Consórcio Público

01.01 - Consórcio Integrado do Contestado - CINCO

20.606.0001.2.008 - Desenvolvimento da Extensão Rural

3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0300 (35) R\$ 3.840,00

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0300 (36) R\$ 37.760,00

Total R\$ 41.600,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Resolução, correrão à conta do provável excesso de arrecadação apurado na rubrica abaixo relacionada.

4.1.7.2.3.37.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos - 0.1.0300 R\$ 41.600,00

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de maio de 2012.

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito de Fraiburgo

Resolução N. 022/2012

Resolução n. 022/2012.

Altera Texto dos Preâmbulos das Resoluções 18/2012, 19/2012 e 20/2012.

O Presidente do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, Sr. Nelmar Pinz, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica alterada a descrição do preâmbulo das resoluções 18/2012, 19/2012 e 20/2012, conforme texto abaixo:

"O Presidente do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, Sr. Nelmar Pinz, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 9º da Resolução nº 049, de 21 de dezembro de 2011;"

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de maio de 2012.

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito de Fraiburgo